

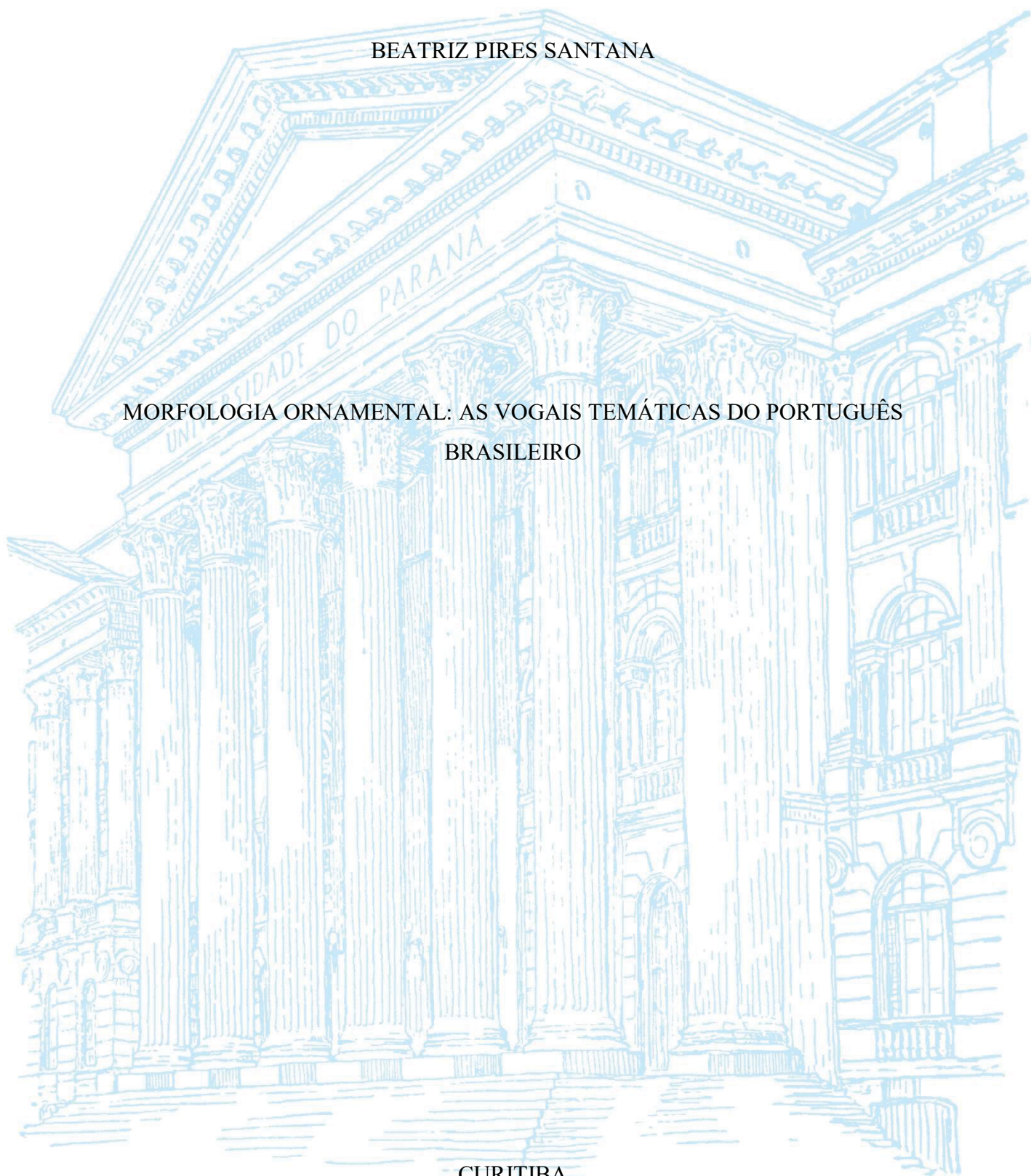
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BEATRIZ PIRES SANTANA

MORFOLOGIA ORNAMENTAL: AS VOGAIS TEMÁTICAS DO PORTUGUÊS  
BRASILEIRO

CURITIBA

2019



BEATRIZ PIRES SANTANA

MORFOLOGIA ORNAMENTAL: AS VOGAIS TEMÁTICAS DO PORTUGUÊS  
BRASILEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva

Curitiba

Agosto de 2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Santana, Beatriz Pires

Morfologia ornamental : as vogais temáticas do português brasileiro. /  
Beatriz Pires Santana. – Curitiba, 2019.

Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cristina Figueiredo da Silva

1. Língua portuguesa – Morfologia. 2. Língua portuguesa - Vogais.  
3. Língua portuguesa - Verbos. 4. Língua portuguesa - Gramática. I. Título.

CDD – 469.5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -  
40001016016P7

ATA Nº929

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM LETRAS

No dia trinta e um de maio de dois mil e dezenove às 14:00 horas, na sala 1013, Rua General Carneiro, nº 460 - Ed. D. Pedro I, foram instalados os trabalhos de arguição da doutoranda **BEATRIZ PIRES SANTANA** para a Defesa Pública de sua tese intitulada **Morfologia ornamental: as vogais temáticas do português brasileiro**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA (UFPR), MARIA FILOMENA SPATTI SANDALO (UNICAMP), ANDREW IRA NEVINS (UFRJ), PAULA ROBERTA GABBAI ARMELIN (UFJF), PATRÍCIA DE ARAUJO RODRIGUES (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO da aluna. A doutoranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 31 de Maio de 2019.

MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA  
Presidente da Banca Examinadora

MARIA FILOMENA SPATTI SANDALO  
Avaliador Externo (UNICAMP)

ANDREW IRA NEVINS  
Avaliador Externo (UFRJ)

PAULA ROBERTA GABBAI ARMELIN  
Avaliador Externo (UFJF)

PATRÍCIA DE ARAUJO RODRIGUES  
Avaliador Interno (UFPR)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -  
40001016016P7

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **BEATRIZ PIRES SANTANA** intitulada: **Morfologia ornamental: as vogais temáticas do português brasileiro**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Maio de 2019.

MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA  
Presidente da Banca Examinadora

MARIA FILOMENA SPATTI SANDALO  
Avaliador Externo (UNICAMP)

ANDREW IRA NEVINS  
Avaliador Externo (UFRJ)

PAULA ROBERTA GABBAI ARMELIN  
Avaliador Externo (UFJF)

PATRÍCIA DE ARAUJO RODRIGUES  
Avaliador Interno (UFPR)

*À memória de Dorotéia Baduy Pires.*

## AGRADECIMENTOS

O período do meu doutorado foi marcado por profundas perdas; por isso, gostaria primeiramente de agradecer a essas pessoas maravilhosas que fizeram parte da minha vida e que continuam e continuarão presentes em mim, sempre. À minha tia Dorotéia, por me inspirar o amor à academia, pela sua sagacidade, por sua paixão pela vida e por tantas outras coisas que eu sequer saberia elencar. À minha avó Maria, pelo aconchego e pelo humor único. Ao meu avô Ely, por compartilhar e despertar em mim sua paixão pela natureza. À minha tia-avó Maria Elvira, por generosamente abrir as portas de sua casa a mim e à minha família. Ao meu amigo Jefferson, pela amizade carinhosa em épocas difíceis. Às minhas tias-avós Diva e Ivone, pela sua afetuosidade acolhedora.

À minha família – meus pais, Rita e Marcelo, e irmãos, Ana e Luiz – pelo amor, pelo apoio incondicional a todas as minhas escolhas (e não escolhas), pelo companheirismo, por serem meu porto seguro e por me aturarem pedindo repetidamente os mais diversos julgamentos de aceitabilidade.

À minha segunda mãe, Nina, por me enriquecer constantemente com sua inteligência emocional.

À minha orientadora, Maria Cristina Figueiredo Silva, pela oportunidade, pela confiança, pelo apoio, pelos ensinamentos e pela paciência.

Ao meu orientador do estágio no exterior, David Embick, por aceitar trabalhar comigo, pelos ricos encontros religiosamente quinzenais e por proporcionar um ambiente que permitiu um grande avanço na minha pesquisa.

Ao meu informalmente designado co-orientador, Andrew Nevins, por se dispor a me ajudar nos 45 do segundo tempo, por sempre se mostrar disponível para dialogar (até mais do que eu consegui aproveitar) e pelas ideias e comentários sempre brilhantes.

Ao meu colega, interlocutor, coautor, cotradutor e, sobretudo, grande amigo, Maurício Resende. Talvez a pessoa a quem mais eu sou grata. Pelo companheirismo, pelo constante

estímulo, por ouvir e compactuar (com respaldos teóricos) com as mais deslumbrantes e deslumbradas hipóteses, por me ensinar tantas coisas, por confiar em mim para aprender tantas outras, pelas leituras conjuntas, pelos trabalhos conjuntos, pelas intermináveis horas de Skype e áudios trocados de Whatsapp, pela presença na minha vida acadêmica e não acadêmica. Pela amizade. Por tudo.

Aos meus amigos. À Bruna Iubel, pela mais antiga e profunda amizade e por me agradecer com a afilhada mais incrível deste mundo. À Ana Lopes, pelas tardes de domingo regadas a filmes, conversas e cerveja. Ao Alexander de Lara, pelas conversas malucas e abstratas sobre música e pelas leituras à primeira (e segunda e terceira e quarta) vista ao piano. Ao Thomas Wszolek, pelo bom humor inabalável. À Livy Real, pela mulher incrível que é e em que me inspiro. À Andrea Knöpfle, pelas esparsas, porém intensas, noitadas mais que divertidas. Ao Álvaro Fujihara, pelo perfeito equilíbrio entre serenidade e infâmia. Ao Fernando Ciello, pelos diálogos sempre enriquecedores e por vivenciar ao meu lado o árduo processo de pedido de bolsa para o estágio no exterior. Ao Ricardo Morris, por ser meu parceiro Suzuki. À Mariana Ramos, por sua franqueza admirável e por me acolher em sua linda casa em Nova York. Ao Gustavo Rosa, por cuidar com tanto carinho da minha casinha, ao lado de meu irmão (e da monstra Gaya), no período em que estudei na Universidade da Pensilvânia.

Aos meus filhos caninos, Sofia e Thomas, por me fazerem sorrir todas as manhãs.

Aos colegas, professores e pesquisadores que conheci durante o estágio no exterior na Universidade da Pensilvânia e que se dispuseram a dialogar comigo sobre questões relacionadas à minha pesquisa: Ava Creemers, Luke Adamson, Kobey Shwayder, Jonathan Bobaljik e Anthony Kroch.

Aos professores Maria José Foltran, Caetano Galindo e Maximiliano Guimarães, por terem escrito cartas de recomendação para a minha candidatura à bolsa de estudos oferecida pelo Programa Fulbright para estudar no exterior.

À banca de qualificação, Patrícia Rodrigues e Andrew Nevins, pela atenciosa leitura e preciosas recomendações.



À banca de defesa, Patrícia Rodrigues, Filomena Sândalo, Andrew Nevins, Paula Armelin e Maria José Foltran (suplente), por aceitarem participar dessa tão esperada etapa.

A todos os professores e professoras que fizeram parte de minha formação acadêmica em todos os níveis de formação.

À Capes, por financiar minha pesquisa de doutorado durante os quatro anos de execução.

Ao CNPq, por financiar meu estágio no exterior.

## RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo central as vogais temáticas do português brasileiro e sua interação com aspectos da morfologia flexional da língua. Avaliando, sobretudo, propostas anteriores que se inscrevem no mesmo quadro teórico adotado nesta tese – a teoria da Morfologia Distribuída – investigamos, por um lado, as vogais temáticas verbais e sua relação com a flexão de verbos regulares e irregulares e, por outro, as vogais temáticas nominais e sua relação com o gênero gramatical.

Após considerações gerais e apresentação do quadro teórico oferecidas no capítulo 1, o capítulo 2 proporciona uma discussão sobre quantas e quais são as classes verbais e nominais do português, e propõe uma teoria explícita para a codificação das vogais temáticas na gramática. Sugerimos, primeiramente, que as classes conjugacionais são codificadas por meio de traços binários que se relacionam por meio de uma hierarquia de marcação. Ademais, mostramos que as vogais temáticas não são uma propriedade das raízes, pura e simplesmente, e sim uma propriedade das raízes *em determinado contexto morfossintático* e, por esse motivo, defendemos que a informação de a que classe pertence uma raiz é posterior à concatenação sintática dessa raiz com um categorizador. Uma única raiz pode acessar diferentes listas de instruções responsáveis por fornecer os traços de classe, a depender de a qual categorizador se concatena na sintaxe. Essas listas de instruções são acessadas em PF, após o *spell out*, ou seja, após a estrutura ser encaminhada para as interfaces, o que argumentamos prever que a Forma Lógica não tem acesso à informação de classe. Mostramos consequências dessa previsão, que sugerimos serem testadas experimentalmente.

O capítulo 3 oferece uma descrição da segmentação e da estrutura dos verbos regulares, na qual a análise dos verbos irregulares, no capítulo 4, se pauta. Um aspecto fundamental dessa descrição diz respeito às vogais características das formas de presente do subjuntivo – *-e*, para verbos de 1ª conjugação (*am-e*) e *-a*, para verbos de 2ª e 3ª conjugação (*com-a* e *part-a*) –, que algumas análises tratam como vogais temáticas, mas que mostramos que fenômenos de metafonia e acento favorecem uma análise que considera essas vogais como morfemas de tempo/modo/aspecto, e não como vogais temáticas.

No capítulo 4, investigamos a distribuição das alternâncias de radical de verbos irregulares à luz de uma teoria que prevê restrições de interação entre o alternante e seu engatilhador. A hipótese levada a cabo é a de que a raiz alternante e os traços que desencadeiam a alternância devem estar linearmente adjacentes. Em particular, defendemos que o gatilho das regras de alternância é o nó T e que a alternância só pode ocorrer quando a vogal temática, que intervém linearmente entre a raiz e T, está ausente. Mostramos que essa hipótese não só explica os padrões atestados e não atestados de irregularidade verbal da língua, como também faz previsões claras sobre esses possíveis padrões, o que mostramos ser corroborado por formas emergentes de participio atemático na língua.

Por fim, no capítulo 5, desenvolvemos uma análise para a codificação de gênero na gramática, levando em conta os três principais aspectos que envolvem essa propriedade: o valor do gênero gramatical, a composição formal do substantivo e a interpretabilidade do gênero. Propomos que gênero é uma propriedade do núcleo nominalizador *n*, que pode vir em três matizes diferentes:  $n_{[masc]}$  quando o substantivo é arbitrariamente do gênero masculino (*livro*),  $n_{[fem]}$  quando o substantivo é arbitrariamente feminino (*mesa*) e  $n_{[ ]}$  quando o substantivo flexiona em gênero e o gênero é interpretável (*menino-menina*). Nesse último caso, o núcleo D é responsável por valorar o traço de gênero, via avaliação do contexto.

**Palavras-chave:** Vogais Temáticas; Morfologia Distribuída; Flexão Verbal Regular e Irregular; Gênero.

## ABSTRACT

The main object of study of this thesis are Brazilian Portuguese theme vowels and the way they interact with some aspects of the language's inflectional morphology. By reviewing previous proposals that are based on the same theoretical framework – the theory of Distributed Morphology – we investigate, on the one hand, the verbal theme vowels and the way they relate with regular and irregular verbal inflection and, on the other hand, the nominal theme vowels and the way they relate with grammatical gender.

After presenting general considerations on the study object and the theoretical framework in chapter 1, chapter 2 provides a discussion on how many and which are the verbal and nominal classes and proposes an explicit theory for the codification of theme vowels in the grammar. Firstly, we suggest that conjugational classes are codified as binary features that relate to one another by means of a markedness hierarchy. Moreover, we show that theme vowels are not a property of roots, pure and simple, but rather a property of roots *in a given morphosyntactic environment*; therefore, we argue that the belonging of a root to a specific class is defined after the merge of that root with a categorizing head. A single root can have access to different instruction lists – depending on the identity of the categorizer – responsible for providing the structure with a class feature. These instruction lists are accessed in PF, after *spell out*, that is, after the structure has been sent to the interfaces. We argue that such an approach to theme vowels predicts that LF has no access to class information. We show how this prediction accounts for some data and suggest that it be experimentally tested in future research.

Chapter 3 offers a description of the segmentation and structure of regular verb forms, which the analysis of irregular verbs in chapter 4 is based on. A fundamental aspect of this description has to do with the morphemes that characterize the present subjunctive tense – *-e* for 1<sup>st</sup> conjugation verbs (*am-e* ‘love’) and *-a* for 2<sup>nd</sup> and 3<sup>rd</sup> conjugation verbs (*com-a* ‘eat’ and *part-a* ‘leave’). Some analyses available in the literature treat these vowels as theme vowels, but we show that phenomena related to metaphony and stress support an analysis that treats these vowels as tense morphemes rather than theme vowels.

Chapter 4 investigates the distribution of stem alternations in irregular verbs in light of a theory of allomorphy that ascribes constraints to the interaction between an alternant and its trigger. The hypothesis we pursue is that a stem alternant and the features that trigger the alternation must be linearly adjacent. Particularly, we argue that the trigger for the alternations is the node T and that an alternation can only take place when the theme vowel, which linearly intervenes between the root and T, is absent. We show that such an approach to alternations not only accounts for the attested and unattested patterns of irregularity in the language, but also makes clear predictions on these possible patterns, which is corroborated by emerging forms of athematic participles in the language.

Finally, in chapter 5 we develop an account for the codification of gender in the grammar, considering the three main aspects of this phenomenon: the value of gender features, the formal composition of nouns, and the interpretability of gender. We propose that gender is a property of the nominalizing head *n* and that this categorizer can come in three different flavours:  $n_{[masc]}$  when the noun is an arbitrarily masculine noun (*livro* ‘book’),  $n_{[fem]}$  when the noun is an arbitrarily feminine (*mesa* ‘table’), and  $n_{[ ]}$  when the noun can change its gender value and gender is interpretable (*menino-menina* ‘boy-girl’). In this last case, the head node D is responsible for valuing the gender feature by evaluating the context.

**Key-words:** Theme Vowels; Distributed Morphology; Regular and Irregular Verbal Inflection; Gender.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Contraste entre Alcântara (2003) e a presente proposta para classes não verbais...	40
Tabela 2.2 – Gênero e vogal final em substantivos biformes e comuns de dois.....	42
Tabela 2.3 – Resumo do estatuto de <i>-o</i> e <i>-a</i> na literatura.....	47
Tabela 2.4 – Resumo do estatuto de <i>-e</i> e $\emptyset$ na literatura.....	53
Tabela 2.5 – Antropônimos e vogais temáticas.....	70
Tabela 2.6 – Classes nominais do russo.....	83
Tabela 2.7 – Relação entre marcadores de classe e propriedades sintáticas.....	90
Tabela 3.1 – Segmentação de Pontes e Camara Jr. para a forma <i>amo</i> .....	124
Tabela 3.2 – Segmentação do presente do indicativo por Pontes e Camara Jr.....	125
Tabela 3.3 – Segmentação do pretérito perfeito por Pontes e Camara Jr.....	127
Tabela 3.4 – Segmentação do pretérito imperfeito por Pontes e Camara Jr.....	129
Tabela 3.5 – Segmentação do presente do subjuntivo por Pontes e Camara Jr.....	130
Tabela 3.6 – Segmentação do pretérito do subjuntivo por Pontes e Camara Jr.....	131
Tabela 3.7 – Segmentação do futuro do subjuntivo por Pontes e Camara Jr.....	131
Tabela 3.8 – Segmentação das formas nominais por Pontes e Camara Jr.....	132
Tabela 3.9 – Formas verbais rizotônicas e nomes cognatos rizotônicos.....	140
Tabela 3.10 – Morfemas zero nas formas de presente do indicativo conforme Camara Jr.....	161
Tabela 3.11 – Morfemas zero nas formas de pretérito perfeito conforme Camara Jr.....	161
Tabela 3.12 – Morfemas zero nas formas de pretérito imperfeito conforme Camara Jr.....	162
Tabela 3.13 – Segmentação do presente do indicativo conforme Bassani & Lunguinho.....	163
Tabela 3.14 – Segmentação do pretérito perfeito conforme Bassani & Lunguinho (2011).....	163
Tabela 3.15 – Segmentação do pretérito imperfeito conforme Bassani & Lunguinho (2011).....	163
Tabela 3.16 – Derivação do pretérito imperfeito de CI.....	180
Tabela 3.17 – Derivação do pretérito imperfeito de CII.....	181
Tabela 3.18 – Derivação do pretérito imperfeito de CIII.....	181
Tabela 3.19 – Derivação do pretérito do subjuntivo de CI.....	182
Tabela 3.20 – Derivação do pretérito do subjuntivo de CII.....	182
Tabela 3.21 – Derivação do pretérito do subjuntivo de CIII.....	182
Tabela 3.22 – Derivação do futuro do subjuntivo de CI.....	183
Tabela 3.23 – Derivação do futuro do subjuntivo de CII.....	183
Tabela 3.24 – Derivação do futuro do subjuntivo de CIII.....	184
Tabela 3.25 – Derivação do pretérito perfeito de CI.....	186

Tabela 3.26 – Derivação do pretérito perfeito de CII.....	186
Tabela 3.27 – Derivação do pretérito perfeito de CIII.....	187
Tabela 3.28 – Derivação do presente do subjuntivo de CI.....	189
Tabela 3.29 – Derivação do presente do subjuntivo de CII.....	189
Tabela 3.30 – Derivação do presente do subjuntivo de CIII.....	189
Tabela 3.31 – Derivação do presente do indicativo de CI.....	190
Tabela 3.32 – Derivação do presente do indicativo de CII.....	190
Tabela 3.33 – Derivação do presente do indicativo de CIII.....	190
Tabela 4.1 – Tipologia de alomorfia.....	201
Tabela 4.2 – Classificação do alvo e do gatilho da expoência secundária.....	205
Tabela 4.3 – Formas transitivas do verbo <i>brjóta</i> do islandês.....	208
Tabela 4.4 – Formas intransitivas do verbo <i>brjóta</i> do islandês.....	208
Tabela 4.5 – Tipologia de alomorfia.....	209
Tabela 4.6 – Padrão-L nos verbos <i>ouvir</i> e <i>perder</i> .....	210
Tabela 4.7 – Segmentação de PI e PS.....	213
Tabela 4.8 – Formas de PI e PS dos verbos <i>querer</i> e <i>saber</i> .....	215
Tabela 4.9 – Formas de PI e PS dos verbos <i>dizer</i> e <i>fazer</i> .....	217
Tabela 4.10 – Formas de PI e PS dos verbos <i>ter</i> , <i>pôr</i> e <i>vir</i> .....	221
Tabela 4.11 – Formas de PI e PS dos verbos <i>ser</i> e <i>ir</i> .....	223
Tabela 4.12 – Formas de pretérito imperfeito dos verbos <i>ter</i> , <i>pôr</i> e <i>vir</i> .....	226
Tabela 4.13 – Formas do Grupo do Perfeito do verbo <i>caber</i> .....	241
Tabela 4.14 – Formas singulares do pretérito perfeito s verbos irregulares.....	243

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
1.1	RECORTE EMPÍRICO.....	18
1.2	ESCLARECIMENTO TERMINOLÓGICO.....	19
1.3	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	20
1.3.1	Separacionismo.....	20
1.3.2	A arquitetura da gramática conforme a Morfologia Distribuída.....	22
1.3.3	O componente morfológico e as operações de modificação estrutural.....	26
1.3.4	Morfologia ornamental e as operações de elaboração estrutural.....	29
1.4	OBJETIVOS, PERGUNTAS E HIPÓTESES.....	30
<b>2.</b>	<b>DESCRIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO TEÓRICA DAS CLASSES FORMAIS DE VERBOS E NÃO VERBOS DO PB.....</b>	<b>33</b>
2.1	AS CLASSES FORMAIS DE VERBOS E NÃO VERBOS.....	34
2.1.1	Classes verbais.....	35
2.1.2	Classes não verbais.....	39
2.1.2.1	O estatuto de <i>-o</i> e <i>-a</i> : mascador de gênero ou vogal temática?.....	40
2.1.2.2	O estatuto de <i>-e</i> : morfema ou não?.....	48
2.1.2.3	Por que precisamos de vogais temáticas não verbais.....	53
2.1.2.4	Contribuindo à discussão: quais e quantas são as vogais temáticas nominais.....	60
2.2	IMPLEMENTAÇÃO TEÓRICA.....	72
2.2.1	Imprevisibilidade semântica e fonológica: onde a relação entre raízes e vogais temáticas está armazenada.....	72
2.2.2	Como são representados os traços de classe.....	81
2.2.3	Inércia sintática: quando a posição temática é inserida na derivação.....	88
2.2.4	Amarrando as pontas soltas: aplicação ao português.....	96
2.2.4.1	Categoria verbal.....	96
2.2.4.2	Categoria não verbal.....	98
2.3	PREVISÃO DA PROPOSTA E CAMINHOS FUTUROS.....	103
2.4	A AUSÊNCIA DAS VOGAIS TEMÁTICAS NO INTERIOR DA DERIVAÇÃO.....	109
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115



<b>3.</b>	<b>ESTRUTURA DOS VERBOS REGULARES.....</b>	<b>116</b>
3.1	RECORTE EMPÍRICO.....	117
3.2	PRINCIPAIS ASPECTOS DA FLEXÃO VERBAL DO PORTUGUÊS.....	121
3.2.1	Estrutura e segmentação.....	122
3.2.2	Acento.....	132
3.2.3	Alternâncias vocálicas.....	136
3.3	A FLEXÃO VERBAL NA MD – ANÁLISES ANTERIORES.....	143
3.3.1	Uma vs. múltiplas vogais temáticas.....	143
3.3.1.1	Santana (2016a) e a Hipótese das Vogais Temáticas Funcionais (HVTF).....	148
3.3.1.2	Os tempos futuros como tempos compostos e a rejeição da HVTF.....	155
3.3.2	Bassani & Lunguinho (2011).....	160
3.3.3	Teixeira (2012).....	165
3.4	A FLEXÃO VERBAL NA MD – PRESENTE PROPOSTA.....	170
3.4.1	Antes da inserção de Vocabulário.....	171
3.4.2	Inserção de Vocabulário.....	176
3.4.2.1	Pretérito imperfeito.....	179
3.4.2.2	Pretérito do subjuntivo.....	182
3.4.2.3	Futuro do subjuntivo.....	183
3.4.2.4	Pretérito perfeito.....	184
3.4.2.5	Presente do subjuntivo.....	187
3.4.2.6	Presente do indicativo.....	189
3.4.2.7	Formas nominais.....	191
3.4.3	Após a inserção de Vocabulário: uma nota sobre o acento.....	195
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
<b>4.</b>	<b>ALTERNÂNCIA DE RADICAL NOS VERBOS IRREGULARES.....</b>	<b>198</b>
4.1	RECORTE EMPÍRICO.....	199
4.2	TIPOS DE ALOMORFIA E RESTRIÇÕES DE INTERÇÃO.....	200
4.3	ALTERNÂNCIAS DE RADICAL NOS VERBOS IRREGULARES.....	209
4.3.1	O Grupo do Presente: proposta geral.....	210
4.3.1.1	Quando o padrão-L se divide em classes naturais.....	215
4.3.1.2	A permanência do padrão-L.....	217
4.3.1.3	Travamento nasal e o “alastramento” da alternância.....	219
4.3.1.4	Uma nota sobre verbos supletivos.....	222

4.3.2	O Grupo do Imperfeito.....	225
4.3.2.1	Pretérito imperfeito.....	225
4.3.2.2	Participios atemáticos.....	227
4.3.3	Interlúdio: análise morfológica (M/M) vs. fonológica (M/P).....	237
4.3.4	O Grupo do Perfeito.....	240
4.4	POTENCIAIS PROBLEMAS DA PROPOSTA E CAMINHOS FUTUROS.....	245
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	249
<b>5.</b>	<b>GÊNERO.....</b>	<b>252</b>
5.1	PROPRIEDADES DO GÊNERO E DADOS DO CAPÍTULO.....	253
5.2	GÊNERO DO PORTUGUÊS NA LITERATURA GERATIVISTA.....	257
5.2.1	Alcântara (2003).....	257
5.2.2	Armelin (2015).....	259
5.3	OS TRÊS MATIZES DE <i>N</i> E AS POSIÇÕES ESTRUTURAIS PARA VALORAÇÃO DE GÊNERO.....	268
5.4	DERIVANDO OS PADRÕES EMPÍRICOS.....	270
5.4.1	Substantivos com gênero variável.....	271
5.4.1.1	Substantivos que denotam seres inanimados.....	271
5.4.1.2	Substantivos que denotam seres animados com pressuposição de sexo.....	281
5.4.1.3	Substantivos que denotam seres animados sem pressuposição de sexo.....	284
5.4.2	Substantivos com gênero variável.....	285
5.4.2.1	Gênero interpretável e composição formal em <i>-o</i> e <i>-a</i> .....	285
5.4.2.2	Gênero não interpretável e composição formal em <i>-o</i> e <i>-a</i> .....	294
5.4.2.3	Gênero interpretável e composição gentílica.....	295
5.4.2.4	Gênero interpretável e mesma composição formal.....	297
5.4.3	Efeitos de mudança de gênero.....	307
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	309
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>311</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>331</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>317</b>



## CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

---

O tema desta tese é as vogais temáticas do português brasileiro e sua relação com alguns aspectos da morfologia flexional da língua. Em particular, investigamos, por um lado, as vogais temáticas verbais e sua relação com a flexão verbal regular e irregular e, por outro, as vogais temáticas nominais e sua relação com o gênero.

A organização adotada é a seguinte: no capítulo 2, oferecemos uma discussão sobre quantas e quais são as classes formais dos verbos e dos nomes da língua juntamente com uma implementação teórica dentro do quadro da Morfologia Distribuída; no capítulo 3, fornecemos uma descrição detalhada da estrutura regular das formas verbais flexionadas; no capítulo 4, investigamos o papel das vogais temáticas na morfologia verbal irregular e, no capítulo 5, investigamos a relação entre gênero e realização morfológica.

Neste capítulo introdutório, apresentamos uma definição prévia de vogal temática ao lado do recorte empírico na seção 1.1, um breve esclarecimento terminológico em 1.2, os pressupostos teóricos em 1.3 e as perguntas e hipóteses iniciais em 1.4.

### 1.1 Recorte empírico

O termo “vogal temática” ou, ainda, “índice temático” ou “marcador de classe”, é utilizado para denominar um item morfológico, característico de muitas línguas românicas, que amplia um radical e que tem como função principal a organização dos itens lexicais de uma determinada categoria em diferentes classes conjugacionais. No português, os radicais verbais distribuem-se em três diferentes classes conjugacionais, caracterizadas pelas vogais temáticas *-a-*, *-e-* e *-i-*; já os radicais nominais podem se distribuir em pelo menos quatro classes diferentes, determinadas pelas vogais temáticas *-o-*, *-a-* e *-e-* ou, ainda, pela ausência de uma vogal temática. Os exemplos em (1) a seguir ilustram as diferentes classes verbais (em (1a)) e nominais (em (1b)) do português, cuja descrição detalhada se encontra no capítulo 2.

- |     |                                    |                                   |
|-----|------------------------------------|-----------------------------------|
| (1) | a. Verbos                          | b. Substantivos                   |
|     | (i) <i>-a-</i> : <i>am-a-r</i>     | (i) <i>-o-</i> : <i>livr-o</i>    |
|     | (ii) <i>-e-</i> : <i>com-e-r</i>   | (ii) <i>-a-</i> : <i>mes-a</i>    |
|     | (iii) <i>-i-</i> : <i>part-i-r</i> | (iii) <i>-e-</i> : <i>alfac-e</i> |
|     |                                    | (iv) <i>-Ø-</i> : <i>lápiz-Ø</i>  |

Para além de ilustrar as classes verbais e nominais da língua, os dados acima também ilustram o recorte empírico do presente trabalho. Esta tese se debruça sobre **substantivos e verbos** (e não outras categorias lexicais) **primitivos** (e não derivados). Por “primitivos”, entendemos vocábulos cujos radicais são compostos apenas por uma raiz; prefixos e sufixos derivacionais e sua relação com as vogais temáticas não serão discutidos.

No capítulo 2, não obstante, quando serão discutidas as classes de substantivos de acordo com a vogal temática, outras categorias lexicais serão brevemente mencionadas, sobretudo no que diz respeito à discussão sobre a independência que as vogais temáticas têm com relação ao gênero. Similarmente, quando relevante, algumas discussões mencionarão palavras morfologicamente complexas. O núcleo central de dados, entretanto, é esse que se vê em (1).

## 1.2 Esclarecimento terminológico

A oposição “verbos” e “não verbos” é habitualmente feita na literatura para se referir a alguns comportamentos morfofonológicos que diferem verbos, de um lado, e outras classes de palavras, de outro. Essa oposição é trazida à tona com frequência nos estudos que investigam a atribuição de acento no português que, para muitos autores, obedece a dois algoritmos distintos: um para verbos e outro para não verbos (e.g. Lee, 1995; Mateus & D’Andrade, 2001; Wetzels, 2007). Menos frequentemente, evoca-se a oposição entre verbos e não verbos na investigação das vogais temáticas. Harris (1985, 1991, 1999), por exemplo, nota que as vogais temáticas que figuram nos substantivos do espanhol são as mesmas que se encontram em adjetivos e advérbios, e que aquelas que se vê em verbos são exclusivas dessa classe lexical. Por esse motivo, o autor se refere às vogais temáticas “verbais” e às “não verbais”.

Na esteira de Harris (1985, 1991, 1999), no presente trabalho utilizaremos o termo “vogais temáticas **não verbais**” como sinônimo do que se costuma chamar na literatura de “vogais temáticas **nominais**”, termo que também é utilizado com frequência neste trabalho, uma vez que a classe dos substantivos é a principal classe não verbal investigada aqui. No capítulo 2, a discussão sobre a existência de vogais temáticas em classes como adjetivos e advérbios será discutida. Até lá, o leitor deve ter em mente que os termos “vogais temáticas nominais” e “vogais temáticas não verbais” são sinônimos e intercambiáveis no que se refere ao presente estudo.

### **1.3 Pressupostos teóricos**

Esta seção destina-se a apresentar os pressupostos teóricos do quadro da Morfologia Distribuída (doravante MD), que embasa as discussões deste trabalho. O leitor familiarizado com a teoria pode desconsiderar esta seção com segurança, pois apresentamos a “versão de manual” do modelo, deixando hipóteses divergentes surgidas com desenvolvimentos subsequentes do quadro para quando a discussão for relevante ao longo do trabalho.

#### **1.3.1 Separacionismo**

A relação entre forma e significado é de interesse central para os estudos linguísticos, sobretudo para a morfologia, cujo objeto de estudo – o morfema – é tradicionalmente definido como a unidade mínima de som e significado. No cenário mais simples e ideal, a relação entre forma e significado equivale a uma correspondência de um para um entre essas duas dimensões da linguagem: um significante deve estar associado a um único significado e vice-versa, constituindo-se, assim, a indissociabilidade do signo linguístico, em termos saussureanos. No entanto, não é o que sugerem os dados das mais diversas línguas, que apresentam instâncias de mais de um significante se associando a um único significado (alomorfia) ou ainda de mais de um significado se associando a um único significante (neutralização). Sob esse cenário, o entendimento da sistematicidade entre forma e significado recai sobre o estudo do comportamento e funcionamento dos diferentes tipos de desvios da ideal correspondência



de um para um. Afinal, qualquer teoria que pretenda explicar a sistematicidade entre forma e significado deve ser suficientemente frouxa a ponto de permitir os desvios atestados, mas suficientemente rígida a ponto de impedir padrões de desvios não atestados.

Uma resposta a essa exigência que a realidade linguística impõe às teorias morfológicas é aquilo que Beard (1995) chama de *Separacionismo*. O Separacionismo é a hipótese de que a dimensão sonora de um morfema é dissociada da dimensão sintática e semântica. Os morfemas – ou as peças fonológicas daquilo que descritivamente correspondem a morfemas – realizam traços sintáticos/semânticos sem haver necessariamente uma correspondência biunívoca no mapeamento entre os dois componentes (som/forma e significado/função), uma vez que não compõem, conjuntamente, os objetos primitivos da gramática – não há, assim, um *signo linguístico*, conforme o define Saussure.

Diferentes teorias morfológicas adotam a hipótese separacionista em diferentes proporções. Um exemplo bastante radical de uma teoria separacionista é a de Aronoff (1994), que não só defende a dissociação entre sintaxe/semântica, de um lado, e fonologia, de outro, como propõe que há um nível de representação intermediário, que o autor denomina *nível morfômico*, que medeia a relação entre sintaxe/semântica e fonologia e que, ao mesmo tempo, não precisa responder nem à sintaxe/semântica e nem à fonologia. É, assim, uma teoria que defende a autonomia da morfologia. Uma versão menos radical do Separacionismo é aquela admitida pelo modelo teórico da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993, 1994, e trabalhos subsequentes), que também admite um componente morfológico atuando entre a sintaxe e a fonologia, mas que, diferentemente do modelo de Aronoff (1994), defende que a morfologia deve responder à sintaxe. É, assim, um modelo que prevê limite ao comportamento “caprichoso” da morfologia, sendo a formulação precisa desse limite – isto é, a formulação das restrições na interação entre (morfo)sintaxe e (morfo)fonologia – alvo de crescente debate (cf., e.g., Gribanova & Shih, 2017). Nas próximas subseções, apresentamos a arquitetura da gramática adotada pela teoria da Morfologia Distribuída e as principais operações do modelo em sua versão clássica.

### 1.3.2 A arquitetura da gramática conforme a Morfologia Distribuída

A Morfologia Distribuída (MD) é uma teoria da arquitetura da gramática que encontra sua primeira formulação em Halle & Marantz (1993) e que, desde então, tem sido subsequentemente desenvolvida em uma variedade de trabalhos, como Halle & Marantz (1994), Marantz (1997), Halle (1997), Harley & Noyer (2000), Embick & Noyer (2001), Embick & Halle (2005), Embick & Noyer (2007), Embick (2010), Bobaljik (2012), etc. Ainda que atualmente a pesquisa nesse quadro teórico continue se desenvolvendo de forma ramificada, tornando a teoria não homogênea, as propriedades centrais inicialmente propostas se mantêm como conjunto de princípios definidores do quadro teórico. São elas: (i) estrutura hierárquica por toda a derivação, (ii) inserção tardia e (iii) subespecificação.

A primeira propriedade da teoria é o que confere a ela seu caráter antilexicalista. Marantz (1997) é bastante convincente ao criticar os argumentos por trás da hipótese lexicalista, segundo a qual operações combinatórias do léxico, que formam palavras, são fundamentalmente diferentes das operações combinatórias da sintaxe, que formam sintagmas e sentenças. Os argumentos do autor se baseiam na redundância de uma arquitetura de gramática que admite a existência de dois componentes gerativos, ambos responsáveis por relacionar o som e o significado de constituintes complexos com o som e o significado de suas partes, que costuma ser justificada em teorias lexicalistas pelo estatuto especial da unidade “palavra”.

Marantz, então, questiona a atribuição de um estatuto especial à “palavra” ou à “unidade lexical” em diferentes dimensões. No que diz respeito a operações fonológicas, o autor salienta que as pesquisas existentes apontam para o fato de a palavra ser demasiadamente pequena para a descrição de algumas operações fonológicas e sugere que pesquisas futuras possam indicar que, em outros casos, essa unidade é demasiadamente grande para esse fim. Como quer que seja, o autor conclui que não há a necessidade de um léxico pré-sintático mesmo que as operações fonológicas se mostrem sensíveis a unidades costumeiramente atribuídas ao componente lexical.

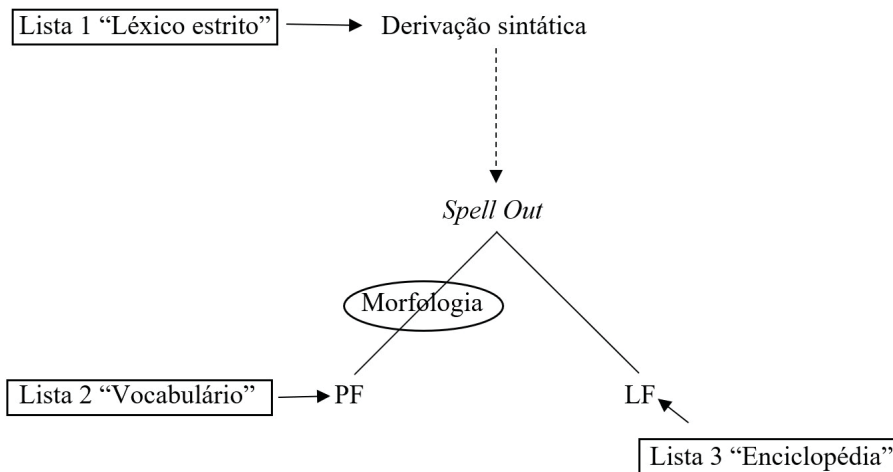
Em seguida, Marantz questiona o estatuto da palavra como *locus* de atribuição de significados especiais, o que, em termos grosseiros, significa que palavras podem ter significados especiais, enquanto estruturas derivadas sintaticamente devem ter significados previsíveis a partir do significado de suas partes. Marantz nota que a literatura não especifica a diferença entre o “significado especial” de uma expressão

idiomática, que por hipótese é construída na sintaxe, e o “significado especial” de uma palavra, por hipótese construída no léxico. De um lado, sintagmas podem ser tão especiais quanto palavras, como, por exemplo, em expressões como *chutar o balde*; de outro, palavras podem ser tão composicionais quanto sintagmas, na medida em que se define o significado de uma raiz. A confusão geralmente feita entre palavra e *locus* de atribuição de significado especial, para o autor, resulta do fato de que a maioria das palavras contém uma única raiz; e as raízes, sim, têm significados especiais. No entanto, a palavra, segundo Marantz, não é mais especial do que outros constituintes sintáticos.

Na tentativa de delimitar o *locus* de atribuição de significados especiais, Marantz sugere que a fronteira que delimita essa possibilidade recai sobre a projeção de um agente acima de *v*. Em muitas línguas, como o francês e o inglês, esse limite se expressa entre constituintes sintáticos; em outras, no entanto, como o japonês e o chichewa, esse limite recai sobre constituintes de uma única “palavra”. Assim, há palavras que não podem adquirir significados especiais, na mesma medida em que há sintagmas que só podem receber um significado composicional. Dessa forma, a palavra, embora muitas vezes coincida com a unidade de atribuição de significado especial, não pode ser encarada como a unidade definidora desse limite.

Com isso, a teoria da MD defende que há um único componente gerativo na gramática – a sintaxe – e que os princípios que regem a construção de sentenças a partir de sintagmas são os mesmos que regem a construção de palavras a partir de morfemas – por isso “estrutura sintática por toda a derivação” (do inglês *syntactic structure all the way down*). O que alimenta a sintaxe se restringe a um léxico não gerativo, composto de raízes (morfemas lexicais) e traços ou conjuntos de traços abstratos (morfemas funcionais), dentre os quais se incluem núcleos categorizadores, como *v*, *a* e *n*. Esse repositório de itens que alimentam a sintaxe costuma ser chamado de “léxico estrito” ou “Lista 1”. Confirmamos a arquitetura da gramática em (2), conforme proposta por Marantz (1997, p. 204).

## (2) Arquitetura da Gramática conforme a MD



Conforme mencionado, os itens pertencentes à Lista 1 são apenas (feixes de) traços morfossintáticos abstratos e raízes acategoriais, sem conteúdo fonológico<sup>1</sup>. O conteúdo fonológico é inserido apenas após a derivação sintática, no caminho para PF, o que constitui a segunda propriedade da teoria: a *inserção tardia*. A maneira como uma derivação sintática que manipula apenas traços abstratos é transformada em uma representação fonológica se dá mediante um mecanismo denominado “inserção de Vocabulário”, responsável por parear contextos morfossintáticos com conteúdo fonológico por meio de regras de reescritura (os “itens de Vocabulário”), cuja aplicação é regida pelo Princípio do Subconjunto, formulado em (3) a seguir, adaptado de Halle (1997).

## (3) Princípio do Subconjunto (adaptado de Halle, 1997, p. 128)

O expoente fonológico de um item de Vocabulário é inserido em um nó terminal se esse item corresponder a todos ou a um subconjunto dos traços gramaticais especificados no nó terminal. A inserção não ocorre se o item contiver traços não presentes no nó. Quando vários itens satisfazem a condição de inserção, o item que contiver o maior número de traços especificados no terminal deve ser escolhido.

---

<sup>1</sup> O momento em que as raízes são inseridas na derivação é um dos pontos de divergência do modelo. No texto seminal da teoria, Halle & Marantz (1993) não chegam a discutir o estatuto das raízes. Subsequentemente, Marantz (1994, 1995) defende que as raízes, tanto quanto outros morfemas, devem estar sujeitas à inserção tardia; já Embick (2000), ao contrário, mostra que pelo menos algumas raízes devem estar presentes na derivação e, portanto, devem ser inseridas como tais antes da computação sintática. No capítulo 2, apresentamos um modelo específico para a codificação das raízes, o de Harley (2014).

O Princípio do Subconjunto prevê a *subespecificação* dos itens de Vocabulário, que é a terceira propriedade do quadro teórico mencionada anteriormente. A subespecificação dos itens de Vocabulário é uma das maneiras que o modelo encontra de lidar com a aparente multiplicidade de significados que uma única expressão fonológica pode ter. Um exemplo simples envolve a flexão verbal de que muitos dialetos do português brasileiro lançam mão. Observe-se os elementos destacados nas sentenças em (4).

- (4) a. Eu admiro **vocês, que nunca levam** desaforo pra casa.  
b. Eu admiro **minhas colegas, que nunca levam** desaforo pra casa.

Embora o sujeito do verbo *levar* na sentença em (4a) seja uma pessoa do discurso diferente da de (4b) (2ª e 3ª pessoas do plural, respectivamente), a forma que o verbo toma – em particular, a escolha do morfema *-m* – é a mesma para expressar a concordância com essas diferentes pessoas do discurso. Caso considerássemos que um morfema – sob a definição de “unidade mínima de som e significado” – fosse sempre uma sequência de sons inteiramente associada com a função que exerce ou com o significado que expressa, seria necessário afirmar que há dois morfemas *-m*, um associado aos traços referentes à 2ª pessoa do plural e outro associado aos traços referentes à 3ª do plural.

Ao assumir que os itens de Vocabulário podem ser subespecificados, ao contrário, torna-se dispensável a postulação de dois itens homófonos com funções semelhantes (concordância verbal com um sujeito plural), porém diferentes (2ª vs. 3ª pessoa). O item *-m* pode ser subespecificado para pessoa e ser apenas especificado para número. Assim, em vez de uma representação como (5a), teríamos uma representação como (5b). Nas regras de inserção de Vocabulário, o item fonológico à esquerda da flecha dupla deve ser inserido em um nó terminal identificado pelos traços mencionados à direita das flechas duplas.<sup>2,3</sup>

---

<sup>2</sup> Diferentemente de como é feito no presente trabalho e alhures, diversos adeptos da MD optam por esquematizar os itens de Vocabulário de modo que os traços fonológicos fiquem à direita da flecha, e os traços morfossintáticos, à esquerda. Optar por uma ou outra representação em nada interfere nos efeitos das regras.

<sup>3</sup> Se as regras de inserção de Vocabulário *substituem* os traços morfossintáticos do nó terminal por traços fonológicos ou se apenas *acrescentam* os traços fonológicos à representação, sem interferir na disponibilidade dos traços morfossintáticos para operações futuras, é uma questão controversa (cf., e.g., Bobaljik, 2000).

(5) Itens de Vocabulário hipotéticos para o morfema de concordância verbal *-m*

a. /-m/ ↔ [2, pl]

    /-m/ ↔ [3, pl]

b. /-m/ ↔ [pl]

A garantia de que esse mesmo item não ocorra em contextos de concordância com a 1ª pessoa do plural, gerando *nós \*levam*, se deve ao próprio item que realiza esses traços, em (6).

(6) Item de Vocabulário para 1ª pessoa do plural

    /-mos/ ↔ [1, pl]

O item (6) é mais específico do que o item em (5b) e, por isso, quando o contexto morfossintático apresenta os traços [1, pl], o item (6) ganha a competição, conforme manda o Princípio do Subconjunto. Nos demais contextos que envolvem o traço [pl], o item (6) é bloqueado e (5b) deve ser inserido.

Na arquitetura da gramática apresentada em (3), há uma terceira lista, chamada “Lista 3” ou “Enciclopédia”, que é responsável por listar os significados extralinguísticos atribuídos às expressões linguísticas, sejam elas “simples” como *gato*, que pode receber o significado de animal doméstico ou de pessoa bonita, sejam elas “complexas” como *chutar o balde*, que pode receber o significado composicional a partir de suas unidades ou o significado idiomático de desistir de tudo. Note-se, assim, que as informações costumeiramente atribuídas ao léxico são distribuídas em três diferentes listas, acessadas em diferentes momentos da derivação. Por isso o termo Morfologia *Distribuída*.

Nas próximas subseções, falamos sobre algumas propriedades do componente morfológico, que se encontra no caminho para PF na arquitetura, e que é responsável por gerar alguns outros tipos de desencontros entre sintaxe e (morfo)fonologia.

### 1.3.3 O Componente Morfológico e as operações de modificação estrutural

Um dos princípios centrais da Morfologia Distribuída é que, uma vez que as palavras são formadas na sintaxe, morfologia é sintaxe por default. Entretanto, a expressão morfológica nem sempre é sintaticamente transparente e, portanto, em casos



mais complexos, alguns processos podem modificar ou elaborar a estrutura sintática, o que em geral cabe à chamada *Estrutura Morfológica*, um componente da gramática que se encontra no ramo de PF. Em particular, o que se alega é que as operações que ocorrem na sintaxe são universais, enquanto aquelas que ocorrem na Estrutura Morfológica são específicas das diferentes línguas.

Algumas operações que modificam a estrutura sintática são a fissão, a fusão, o *merger* morfológico e o empobrecimento, descritas nos próximos parágrafos. Originalmente, admite-se que essas operações ocorrem antes da inserção de Vocabulário; entretanto, pesquisas subsequentes defendem que pelo menos algumas delas devem ocorrer após a inserção de Vocabulário (cf., e.g., Kandybowicz, 2007; Embick & Noyer, 2001), questão que pomos de lado para os propósitos do presente trabalho.

A fissão é responsável por separar em dois nós terminais diferentes traços que, de outro modo, pertencem a um único núcleo. Uma vez que a inserção de Vocabulário é tal que um nó pode receber no máximo um expoente fonológico, essa operação é evocada quando a língua apresenta dois itens de Vocabulário diferentes para expressar conjuntos de traços em geral enfeixados em um único núcleo (exemplos de línguas afro-asiáticas e australianas são dados por Noyer, 1992; cf. também Halle & Marantz, 1993; Halle, 1997).

A fusão tem um efeito oposto: ela une os traços de dois nós irmãos em um único núcleo, para hospedar um item de Vocabulário que realiza traços de ambos os nós, em contextos em que se esperaria dois itens. Note-se que os nós fundidos devem obedecer a localidade sintática; se houver um núcleo que intervém entre eles, a fusão é bloqueada. Exemplos na literatura muitas vezes envolvem os nós T e Agr na flexão verbal de algumas línguas, como do inglês (Halle & Marantz, 1993), do hebraico (Halle, 1997), do catalão (Oltra-Massuet, 1999a, b), do espanhol (Arregi, 2000) e do próprio português (Bassani & Lunguinho, 2011; cf. capítulo 3).

O *merger* morfológico é uma operação heterogênea. O efeito do *merger* pode ser o mesmo efeito do movimento de núcleo sintático (Baker, 1988); pode também se manifestar como um abaixamento (*Lowering*) envolvendo dois núcleos sintáticos em relação de regência (Halle & Marantz, 1993) ou ainda pode envolver uma inversão de ordem linear (chamado Deslocamento Local, do inglês *Local Dislocation*, cf. Embick & Noyer, 2001). O que é importante de ser dito em relação a essas diferentes manifestações de um *merger* morfológico é que são operações que devem obedecer a relações estritamente locais, sejam elas relações sintáticas, sejam elas relações lineares. Assim,

ainda que muitas vezes não haja isomorfismo entre sintaxe e (morfo)fonologia, o limite desse não isomorfismo é restringido pela própria configuração sintática.

A última operação de modificação da estrutura sintática mencionada é o empobrecimento. O empobrecimento apaga traços de nós terminais em determinados contextos, com o efeito de bloquear a inserção de itens de Vocabulário mais específicos e garantir a inserção de um item default, o que tem sido chamado na literatura de *recuo ao caso geral* (do inglês *retreat to the general case*, cf. Halle & Marantz, 1994). Suponhamos os dois itens de Vocabulário em competição em (7) para serem inseridos em um nó terminal X. Na regra, A e B são os expoentes fonológicos e F<sub>1</sub>-F<sub>3</sub> são os traços funcionais; a seta dupla indica a inserção do expoente fonológico (à esquerda) no nó funcional que contém o conjunto de traços (à direita).

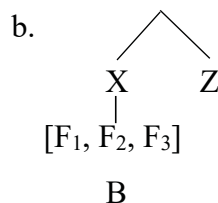
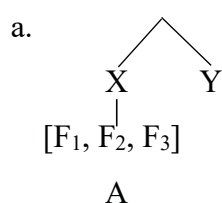
(7) Itens de Vocabulário para X

a.  $A \leftrightarrow [F_1, F_2, F_3]$

b.  $B \leftrightarrow [F_1, F_3]$

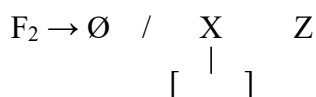
Adicionalmente, suponha-se as duas seguintes configurações sintáticas, ao lado da realização fonológica de X:

(8) Realizações fonológicas de um núcleo X hipotético



Nas duas configurações sintáticas, o esperado é que o item de Vocabulário A em (7a) seja inserido; entretanto, a configuração em (8b) recebe inesperadamente o item de Vocabulário B em (7b). É em casos desse tipo que a operação de empobrecimento é evocada. Nesse caso em particular, o empobrecimento em (9) é responsável por apagar, pós-sintaticamente, o traço F<sub>2</sub> presente em um nó X, no contexto do núcleo Z:

(9) Empobrecimento



Com o empobrecimento do traço F<sub>2</sub>, o item (7b) torna-se o item mais compatível com a configuração de traços de X em (8b), sendo, portanto, inserido. O ponto interessante em relação ao empobrecimento é que, quando um traço é apagado de modo a impedir a inserção de um item mais especificado, outro item já existente na língua e já compatível com o contexto sintático é inserido em seu lugar; ou seja, não é um item de Vocabulário C, D, E ou F qualquer que emergirá em lugar do esperado A; é precisamente e – dado o empobrecimento – previsivelmente, o item B. Como diria Halle (1997), “a aquisição da linguagem nos humanos é restringida de modo a forçar o aprendiz a utilizar maximamente itens de Vocabulário já existentes” (p. 445, tradução nossa).

A ilustração do empobrecimento oferecida acima é puramente abstrata, porém, exemplos de fenômenos que envolvem os efeitos dessa operação são dados na literatura de várias línguas românicas (Bonet, 1991; Harris, 1994; Halle & Marantz, 1994; Calabrese, 1994), do inglês (Halle, 1997), do árabe (Embick & Noyer, 2007), dentre outros. Nos próximos capítulos, sugerimos algumas operações de empobrecimento para o português brasileiro.

### 1.3.4 Morfologia ornamental e as operações de elaboração estrutural

As operações morfológicas apresentadas na seção anterior representam modificações da configuração dos núcleos entregues pela sintaxe que são lidas pelo componente fonológico, mas que não interferem na maneira como o componente interpretativo lê a estrutura, uma vez que ocorrem no ramo de PF, após o *spell out* enviá-la para as interfaces. Da mesma forma, há operações que *acrescentam* morfemas e/ou traços à estrutura no caminho para PF, que também não são lidos pelo componente interpretativo, por serem sintática e semanticamente opacos e inseridos após o *spell out*. Uma vez que esses morfemas/traços são sintática e semanticamente dispensáveis, Embick & Noyer (2007) usam o termo *morfologia ornamental* para se referir a eles, pois apenas acrescentam material extra que “ornamenta” a representação sintática.

O exemplo prototípico da inserção pós-sintática de morfemas na estrutura são os nós de concordância (Agr). Uma vez que a concordância é apenas uma cópia de traços interpretáveis que se encontram em outro lugar da estrutura, ela é não interpretável e, portanto, por hipótese não figura na estrutura sintática, sendo inserida tardiamente.

Outro exemplo de morfemas ornamentais são as vogais temáticas, tema desta tese. Como vogais temáticas são opacas para a interpretação, servindo apenas como indicador de classe conjugacional, não estão presentes na derivação sintática e são inseridas tardiamente (Oltra-Massuet, 1999a, b; Harris, 1999, Arregi, 2000, dentre outros). No próximo capítulo, oferecemos um tratamento pós-sintático para as vogais temáticas do português brasileiro e investigamos as consequências teóricas e empíricas dessa análise.

Quanto à inserção de traços, o caso prototípico é o da própria operação de inserção de Vocabulário, que adiciona traços fonológicos aos nós terminais da estrutura. Outro exemplo, mencionado por Embick & Noyer (2007), é o da inserção de traços de caso morfológico em línguas como o latim. Assim, seguindo a terminologia proposta por Embick (1997), Embick & Noyer (2007) subdividem a morfologia ornamental em dois tipos: os *nós dissociados*, quando o material acrescentado à estrutura é um terminal, interferindo no número de morfemas da estrutura, e os *traços dissociados*, quando o material é acrescentado a nós terminais já existentes.

#### **1.4 Objetivos, perguntas e hipóteses**

O tema desta tese pode ser subdividido em dois objetivos centrais: investigar (i) as vogais temáticas verbais e nominais da língua e (ii) sua interação com aspectos da morfologia flexional. O primeiro objetivo é atingido no capítulo 2, que se dedica à discussão de quais e quantas são as vogais temáticas e as classes verbais e nominais do português brasileiro, além de oferecer um tratamento teórico a esses elementos morfológicos, levantando previsões e limitações da proposta. As perguntas que guiam o capítulo 2, ao lado das respectivas respostas oferecidas nesta tese, são:

P1: Quantas e quais são as classes verbais e nominais do português?

R: Defendemos que a categoria verbal é subdividida em três classes, determinadas pelas vogais temáticas *-a*, *-e* e *-i*, e que a categoria nominal (ou não verbal) é subdividida em quatro classes, determinadas pelas vogais temáticas *-o*, *-a*, *-e* e  $\emptyset$ . Embora essa conclusão pareça trivial, veremos no próximo capítulo que ela envolve discutir com uma literatura bastante diversificada que, no caso das vogais temáticas nominais, varia desde a negação da existência de vogais temáticas como primitivos da gramática (Armelin, 2015) até a postulação de cinco classes

nominais (Alcântara, 2003). No caso da categoria verbal, a discussão do número de classes de fato exige menos fôlego, embora se faça necessário discutir a possibilidade de o número de classes verbais serem duas (conforme sugere Camara Jr., 1970/2008) ou de serem quatro (Freitas, 2015).

P2: De que maneira são representadas as classes verbais e nominais na gramática?

R: Sugerimos que as classes conjugacionais são codificadas por meio de traços binários que se relacionam por meio de uma hierarquia de marcação, como sugere Oltra-Massuet (1999a, b).

P3: Como está codificada a relação arbitrária entre as raízes da língua e as vogais temáticas verbais e nominais?

R: Defendemos que as vogais temáticas não são uma propriedade das raízes, pura e simplesmente, e sim uma propriedade das raízes *em determinado contexto morfossintático*. Por esse motivo, já respondendo parcialmente a próxima pergunta, a informação de a que classe pertence uma raiz é posterior à concatenação sintática dessa raiz com um categorizador. Uma única raiz pode acessar diferentes listas de instruções responsáveis por fornecer os traços de classe, a depender de a qual categorizador se concatena na sintaxe.

P4: Em que momento da derivação a informação de classe se faz necessária?

R: A lista de instruções (acima mencionada) que provê a uma estrutura que envolve uma raiz e um categorizador a informação de classe conjugacional é acessada após o *spell out*, ou seja, após a estrutura ser encaminhada para as interfaces. Nesse sentido, a Forma Lógica não tem acesso a essa informação, hipótese que perseguimos no presente trabalho e que sugerimos ser testada experimentalmente em trabalhos futuros.

O segundo objetivo desta tese é observar a interação das vogais temáticas com alguns aspectos da flexão verbal e nominal. Em particular, investigamos a flexão verbal regular no capítulo 3, a flexão de verbos irregulares no capítulo 4 e o gênero dos nomes no capítulo 5.

O capítulo 3 discute e sistematiza a literatura sobre flexão verbal regular, buscando uma descrição que melhor dê conta de todos os fenômenos envolvidos no

sistema verbal da língua, como a estrutura e a segmentação, os padrões acentuais e a metafonía. Alcançado esse objetivo, a descrição das formas verbais flexionadas oferecida no capítulo 3 serve de base para a investigação das alternâncias de raiz nos verbos irregulares da língua, tema do capítulo 4, que busca responder a seguinte questão.

P5: Qual a relação entre vogal temática e morfologia flexional dos verbos?

R: Como a vogal temática é um morfema que se encontra entre a raiz (ou radical) e os morfemas flexionais da projeção estendida do verbalizador (tempo, modo e aspecto, de um lado, e concordância, de outro), admitimos que a alternância irregular de raízes só pode ser desencadeada por traços da projeção funcional do verbo quando a vogal temática está ausente. Em outras palavras, admitimos a hipótese de localidade linear (e.g. Embick, 2012) na relação entre alvo e gatilho de uma regra morfológica responsável por gerar a alomorfa de raiz.

Por último, o capítulo 5 retoma a discussão sobre a composição formal dos substantivos da língua, debruçando-se mais particularmente sobre questões que envolvem a marcação de gênero. A pergunta central do capítulo 5 é exposta abaixo.

P6: Qual a relação entre vogal temática nominal e gênero?

R: Segundo a abordagem que pretendemos perseguir nesta tese, o gênero, uma propriedade sintaticamente ativa, é um traço intrínseco do núcleo nominalizador, que pode carregar o traço [fem], o traço [masc] ou ser subespecificado para gênero, à semelhança da proposta de Kučerová (no prelo). As instruções para inserção de traços de classe nominal podem ler o traço de gênero, mas o contrário não ocorre. Hipóteses mais específicas sobre a codificação de gênero serão discutidas no capítulo 5.

Nos próximos capítulos, desenvolvemos as discussões que cercam as perguntas e respostas oferecidas na presente seção.



## CAPÍTULO 2 – DESCRIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO TEÓRICA DAS CLASSES FORMAIS DE VERBOS E NÃO VERBOS DO PB

---

Neste capítulo, apresentamos a teoria proposta para a codificação das vogais temáticas verbais e nominais na gramática do português brasileiro. Começamos, na seção 2.1, discutindo quantas e quais são as classes de cada uma das categorias lexicais. Em seguida, na seção 2.2, apresentamos a implementação teórica, respondendo sobretudo às seguintes questões: (i) como as vogais temáticas são codificadas, (ii) onde estão codificadas, (iii) em que momento da derivação são inseridas. Conforme já antecipado no capítulo anterior, após analisar as opções oferecidas pela literatura, concluímos, respectivamente, que (i) as vogais temáticas são codificadas por meio de traços de classe binários, relacionados entre si por meio de uma hierarquia de marcação, (ii) a informação de traço de classe é dependente tanto da natureza da raiz quanto da identidade do categorizador e, portanto, estão codificadas no componente morfológico pós-sintático, em diferentes listas de instruções sensíveis à categoria morfossintática, e (iii) são inseridas pós-sintaticamente, no componente morfológico, no caminho para PF.

A assunção de que as vogais temáticas são inseridas pós-sintaticamente leva a previsões que não costumam ser exploradas na literatura. Em particular, prevê-se que diferentes interpretações de uma mesma raiz não podem ser decorrentes unicamente da manipulação dos traços de classe formal, uma vez que esses traços são inseridos após o *spell out* e, assim, não estão disponíveis em LF. Na seção 2.3, exploramos essa previsão, mostrando que os dados parecem sugerir que sempre que uma mesma raiz aparece no contexto de diferentes vogais temáticas de modo a interferir em seu significado (como, por exemplo, em *barco* e *barca*), outras propriedades morfossintáticas – estas sim disponíveis em LF – estão sendo manipuladas (no caso, gênero). O levantamento e análise dos dados parecem corroborar essa previsão, mas, ainda na seção 2.3, sugerimos que pesquisas futuras a investiguem por meio de experimentos.

Finalmente, a seção 2.4 discute brevemente questões residuais, como a ausência de vogais temáticas no interior de palavras derivadas e a possibilidade de algumas sequências de segmentos serem consideradas “vogais” temáticas.

## 2.1 As classes formais de verbos e não verbos

De maneira geral, a literatura sobre a morfologia do português brasileiro (PB) concorda que tanto os verbos quanto os nomes da língua apresentam em sua composição formal um morfema vocálico sintaticamente inerte, responsável por dividir arbitrariamente as palavras da categoria lexical em classes mórnicas distintas. Na categoria verbal, o termo comumente usado para se referir a esses morfemas é *vogal temática*. A identidade da vogal temática na forma infinitiva determina o pertencimento do verbo a uma ou outra conjugação/classe formal. Conforme ilustrado em (1) abaixo, os verbos do PB contam com três conjugações, determinadas pelas vogais temáticas *-a*, *-e* e *-i*. A identidade dessa vogal interfere na seleção de alomorfes dos morfemas flexionais, conforme também ilustrado em (1) com as formas de pretérito imperfeito.

### (1) Vogais temáticas verbais

- |                         |                              |
|-------------------------|------------------------------|
| a. <i>cant<u>a</u>r</i> | (cf. <i>cant<u>a</u>va</i> ) |
| b. <i>com<u>e</u>r</i>  | (cf. <i>com<u>i</u>a</i> )   |
| c. <i>part<u>i</u>r</i> | (cf. <i>part<u>i</u>a</i> )  |

Na categoria nominal, a terminologia é mais variável. À vogal átona final que completa os nomes da língua, dá-se o nome de *marcador de classe*, *marcador de palavra*, *elemento terminal*, *morfema de classe formal*, *desinência* ou, assim como nos verbos, *vogal temática*, termo que é adotado com maior frequência no presente trabalho. Em um nível observacional, pelo menos quatro classes formais podem ser identificadas na categoria nominal: três temáticas, caracterizadas pela presença das vogais *-o*, *-a* e *-e* (2a-c), e uma atemática, caracterizada pela ausência de uma vogal temática, quando, portanto, o nome finaliza com uma vogal tônica (2d) ou com uma consoante (2e). Uma das propriedades dessas vogais é sua ausência no interior de palavras derivadas, como mostram os exemplos em parênteses. Por fim, as duas colunas em (2) revelam que essas terminações não se relacionam diretamente com o valor de gênero do nome, pois encontram-se palavras tanto femininas quanto masculinas em todas as classes.

## (2) Vogais temáticas nominais

	Masculino	Feminino
a.	<i>livr<u>o</u></i> (cf. <i>livr-eiro</i> )	<i>trib<u>o</u></i> (cf. <i>trib-al</i> )
b.	<i>naut<u>a</u></i> (cf. <i>náut-ico</i> )	<i>pedr<u>a</u></i> (cf. <i>pedr-eiro</i> )
c.	<i>doç<u>e</u></i> (cf. <i>doç-ura</i> )	<i>toss<u>e</u></i> (cf. <i>toss-ir</i> )
d.	<i>caf<u>é</u></i> (cf. <i>cafe-zal</i> )	<i>mar<u>é</u></i> (cf. <i>mare-zinha</i> )
e.	<i>par</i> (cf. <i>par-ear</i> )	<i>flor</i> (cf. <i>flor-al</i> )

A existência de vogais temáticas verbais costuma ser incontroversa na literatura, bem como o número de vogais temáticas classificadoras de bases verbais e, conseqüentemente, o número de classes verbais: partindo das formas infinitivas como diagnóstico para determinar a classe a que um verbo pertence, há apenas três vogais temáticas verbais (e classes conjugacionais), determinadas, conforme apresentado acima, pelas vogais temáticas *-a*, *-e* e *-i*. O mesmo não se pode afirmar com relação às vogais temáticas nominais. A diversidade terminológica mencionada evidencia a diversidade de tratamentos oferecida a esses elementos em fronteira de palavras não verbais. As diversas abordagens se diferenciam sobretudo em três aspectos: (i) qual é o estatuto das vogais átonas finais, (ii) qual é o inventário de vogais temáticas/classes nominais e (iii) o que garante sua ausência no interior de palavras derivadas. Na subseção 2.1.2, buscaremos discutir e oferecer uma proposta concernente às questões (i) e (ii), postergando a questão (iii) para o final do capítulo. Por conta da heterogeneidade na análise das vogais átonas finais de nomes, a discussão a seu respeito exige mais fôlego do que a discussão relacionada ao conjunto de classes verbais e, por isso, a subseção 2.1.2, destinada à discussão sobre as vogais nominais, é mais extensa do que a subseção seguinte, destinada à discussão das classes verbais.

### 2.1.1 As classes verbais

Conforme mencionado acima, pouca divergência há na literatura com relação a quais são as classes de conjugação verbal. Em geral, é aceito que os verbos são subdivididos em três classes, determinadas pelas vogais temáticas *-a* (*amara*), *-e* (*comere*) e *-i* (*partiri*). Adotando a notação de Camara Jr. (1970/2008), doravante nos referiremos a essas classes como CI, CII e

CIII, respectivamente. De acordo com o que pudemos contemplar na literatura, apenas duas questões abalam essa subdivisão tripartite dos verbos da língua.

Camara Jr. (1966/1972, 1970/2008, 1971/2010), ao notar que as classes CII e CIII muitas vezes convergem, em oposição à CI, questiona-se se isso é um indício de que há duas conjugações, uma das quais por vezes se subdivide em duas, ou se, de fato, há três conjugações, duas das quais sofrem neutralização em alguns contextos. O autor conclui, por fim, que “a divisão dos verbos em três conjugações é uma simplificação um tanto arbitrária da realidade formal. A verdadeira oposição é entre a primeira conjugação e uma outra subdividida em duas subconjugações” (Camara Jr., 1966/1972, p. 101). As formas afetadas por essa convergência são as de pretérito imperfeito (3a), presente do subjuntivo (3b), particípio (3c), 1ª pessoa do singular do pretérito perfeito (3d) e 3ª pessoa do singular e do plural do presente do indicativo (3e-f).

### (3) Contextos de neutralização entre CII e CIII

CI	CII	CIII	
a. <i>am-ava</i>	<i>com-ia</i>	<i>part-ia</i>	(pretérito imperfeito)
b. <i>am-e</i>	<i>com-a</i>	<i>part-a</i>	(presente do subjuntivo)
c. <i>am-ado</i>	<i>com-ido</i>	<i>part-ido</i>	(particípio)
d. <i>am-ei</i>	<i>com-i</i>	<i>part-i</i>	(1ª singular pretérito perfeito)
e. <i>am-a</i>	<i>com-e</i>	<i>part-e</i>	(3ª singular presente do indicativo)
f. <i>am-am</i>	<i>com-em</i>	<i>part-em</i>	(3ª plural presente do indicativo)

Camara Jr. entende que a neutralização entre CII e CIII nas formas de 3ª pessoa do singular do presente do indicativo (3e) podem receber uma explicação no nível puramente fonológico da língua. O sistema vocálico do português contrasta sete vogais em posição tônica: /i, e, ε, a, ɔ, o, u/. Em posição átona final, no entanto, o sistema vocálico conta com apenas três vogais, convergindo as vogais /i, e, ε/ em [ɪ] e as vogais /ɔ, o, u/ em [ʊ], que contrastam com [ɐ]. Assim, a explicação oferecida pelo autor para a convergência na pronúncia e na representação ortográfica da vogal temática de formas como *come* (de *comer*) e *parte* (de *partir*) é que essa neutralização ocorre somente no nível fonológico da língua, não havendo uma neutralização verdadeiramente morfológica. Assim:

(4) Neutralização fonológica

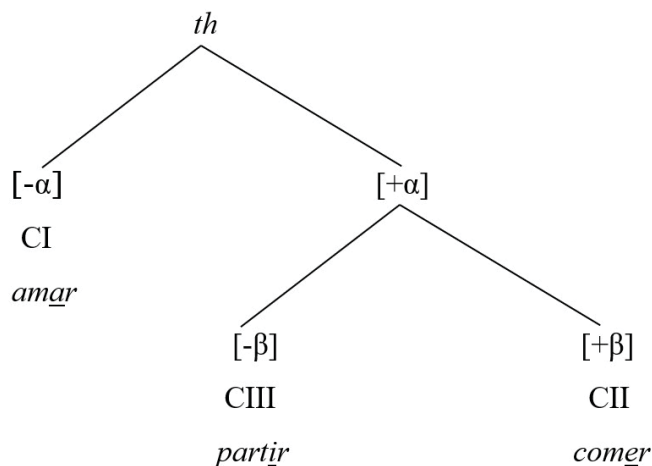
a. com-/e/ → com[ɪ]

b. part-/i/ → part[ɪ]

Entretanto, conforme nota o próprio autor, essa mesma explicação não pode ser oferecida para a convergência de CII e CIII vista nas formas de (3a-d). No exemplo em (3c), por exemplo, a neutralização entre CII e CIII também recai sobre a identidade da vogal temática que, neste caso, está em posição tônica (*comido* vs. *partido*). Por estar em posição tônica, essa neutralização não pode ser explicada pela fonologia unicamente, uma vez que o sistema vocálico da língua faz distinção entre as sete vogais /i, e, ε, a, ɔ, o, u/ em posição tônica. Essa e outras neutralizações, assim, devem ser computadas no nível morfológico.

Antecipando o que será discutido na seção 2.2, a hipótese que vamos assumir no presente trabalho, baseada na proposta de Oltra-Massuet (1999a, b) para as vogais temáticas do catalão, é a de que as diferentes classes conjugacionais são computadas por meio de conjuntos de traços abstratos que se relacionam hierarquicamente. A hierarquia proposta para as vogais temáticas verbais do português, que é a mesma adotada por Teixeira (2012), é a que vemos em (5) abaixo.

(5) Hierarquia de marcação das vogais temáticas do PB



Com essa hierarquia de traços abstratos, captura-se a relação entre CII e CIII, que compartilham o traço [+α] – em oposição a CI, representada por [-α] – e, ao mesmo tempo, mantêm-se suas distinções, o que é representado pelo valor do traço [β]: CII tem valor positivo e CIII, valor negativo para esse traço. Os detalhes sobre essa proposta serão mais detalhados na

seção 2.2 e no capítulo 3. Por ora, basta notar que assumimos a divisão tripartite para as vogais temáticas verbais do PB, de uma forma que captura as similaridades entre CII e CIII.

Uma outra fonte de possível abalo na divisão ternária dos verbos do português é o verbo *pôr* e seus derivados (*repor*, *depor*, *compor*, *supor* etc.). Para Freitas (2015), esses verbos compõem uma quarta classe, caracterizada pela vogal temática *-o*. Para a autora, assim, temos:

(6) Classes temáticas em PB (Freitas, 2015, p. 17)

- a. Classe I – vogal temática *-a-*: *cant-a-r*; *jog-a-r*; *and-a-r*.
- b. Classe II – vogal temática *-e-*: *corr-e-r*; *com-e-r*; *beb-e-r*.
- c. Classe III – vogal temática *-i-*: *dorm-i-r*; *part-i-r*; *fug-i-r*.
- d. Classe IV – vogal temática *-o-*: *rep-o-r*; *imp-o-r*; *exp-o-r*.

O critério utilizado pela autora é a própria forma de infinitivo, a partir da qual as outras classes também costumam ser determinadas. Freitas (2015), no entanto, não chega a discutir a postulação de uma quarta classe; apenas afirma que seu levantamento a partir da versão eletrônica do Dicionário *Houaiss* mostrou que há 40 verbos pertencentes à Classe IV. Entretanto, sabe-se que todos os verbos cuja forma infinitiva é em <or> são verbos prefixados, derivados do verbo *pôr*<sup>4</sup> e, portanto, compartilham uma mesma raiz  $\sqrt{P(O)}$ <sup>5</sup>. Em uma teoria altamente decomposicional como a Morfologia Distribuída, afirmar que há 40 itens pertencentes a essa classe é pouco acurado. A Classe IV de Freitas (2015) é composta de apenas um membro, a raiz  $\sqrt{P(O)}$ , que pode ou não figurar em uma estrutura prefixada. Propor uma classe para apenas um membro não nos parece uma solução apropriada.

Para Camara Jr., o verbo *pôr* e seus derivados, pertencentes aos “padrões especiais” dos verbos da língua, são verbos de CII, cuja forma infinitiva é atemática e apresenta uma forma teórica *poEr*. Essa assunção é pautada primeiramente em observações diacrônicas, que mostram que o verbo *pôr* pertencia ao conjunto de verbos com vogal temática *-e*.

(7) Evolução do verbo *pôr*

*ponēre* > *ponére* > *poner* > *põer* > *poer* > *pôr*

---

<sup>4</sup> *De-por*, *re-por*, *com-por*, *ex-por*, *su-por*, *pro-por*, *ante-por*, *dis-por*, *justa-por*, *de-com-por*, etc.

<sup>5</sup> Colocamos aqui a letra <o> entre parênteses devido à sua potencial ambiguidade como vogal temática ou como parte da raiz. Conforme será discutido em breve, admitimos que <o> é parte da raiz.

Sincronicamente, algumas formas flexionadas desse verbo também apontam para o seu pertencimento à CII, por apresentarem a vogal temática *-e*, como, por exemplo, a forma de pretérito perfeito *pudemos* (cf. *comemos*, em oposição a *partimos*). Os verbos irregulares serão tema do capítulo 4. De todo modo, as considerações presentes já permitem concluir que a postulação da quarta classe é pouco adequada e, assim, mantém-se a divisão ternária das classes verbais, repetidas abaixo, considerando o verbo *pôr* um verbo irregular de CII.

(8) Classes verbais do PB (versão final)

- a. CI: *-a*; *amar*
- b. CII: *-e*; *comer*
- c. CIII: *-i*; *partir*

### 2.1.2 As classes não verbais

O estatuto das vogais átonas finais das classes não verbais do PB é bastante debatido na literatura. Primeiramente, com relação às vogais *-o* e *-a*, há uma discussão sobre atribuir a elas o estatuto de vogais temáticas ou de marcadores de gênero, o que é tema da subseção 2.1.2.1. Com relação à vogal *-e*, a discussão presente na literatura reside no seu estatuto como morfema ou não – *e*, em não sendo um morfema, entre ser uma vogal epentética ou parte das raízes. Essa discussão se sobrepõe à discussão relacionada às formas costumeiramente denominadas *atemáticas*, muitas das quais são consideradas formas com tema em *-e*, latente no singular (e.g. *mar*∅) e patente no plural (e.g. *mar-e-s*). O estatuto de *-e* e ∅ será discutido na seção 2.1.2.2. Na subseção 2.1.2.3, discutimos a necessidade de diferenciar vogais temáticas de gênero, diferença que é descartada por Armelin (2015), mostrando que tanto vogais temáticas quanto gênero são elementos necessários na gramática da língua. Por fim, na seção 2.1.2.4 apresentamos a presente proposta para as classes não verbais do PB, que reagrupa os itens das cinco classes não verbais de Alcântara (2003) em quatro classes. A Tabela 2.1 a seguir sumariza as diferenças entre a proposta de Alcântara e a presente proposta.

Tabela 2.1 – Contraste entre Alcântara (2003) e a presente proposta para classes não verbais.

Descrição	Exemplos	Alcântara (2003)	Presente proposta
substantivos em <i>-o</i>	masc. <i>livr-o</i> fem. <i>trib-o</i>	Classe I	Classe I
substantivos em <i>-a</i>	masc. <i>map-a</i> fem. <i>mes-a</i>	Classe II	Classe II
substantivos em <i>-e</i> após raiz com coda não licenciada	masc. <i>post-e</i> fem. <i>pont-e</i>	Classe III	Classe III
substantivos em $\emptyset$ no singular e <i>-e</i> no plural	masc. <i>mar-<math>\emptyset</math>/mar-e-s</i> fem. <i>dor-<math>\emptyset</math>/dor-e-s</i>		
substantivos em $\emptyset$ no singular e no plural	masc. <i>trem-<math>\emptyset</math>/tren<math>\emptyset</math>-s</i> fem. <i>ordem-<math>\emptyset</math>/orden-<math>\emptyset</math>-s</i>	Classe V	
substantivos em <i>-e</i> após raiz com coda licenciada	masc. <i>doc-e</i> fem. <i>toss-e</i>	Classe IV	Classe IV

### 2.1.2.1 O estatuto de *-o* e *-a*: marcador de gênero ou vogal temática?

Conforme ilustram os exemplos a seguir, há uma relação bastante estrita entre, por um lado, a terminação em *-o* e o gênero masculino e, por outro, a terminação em *-a* e o gênero feminino. Tal correlação se expressa tanto em palavras cujo gênero é correspondente ao sexo biológico (9a-b) quanto em palavras cujo gênero é puramente gramatical (9c-d).

#### (9) Relação entre vogal final e gênero

	Masculino	Feminino
a.	<i>menin-o</i>	<i>menin-a</i>
b.	<i>gat-o</i>	<i>gat-a</i>
c.	<i>prat-o</i>	<i>folh-a</i>
d.	<i>livr-o</i>	<i>mes-a</i>

Entretanto, conforme mostram os exemplos a seguir, essa relação entre vogal final e gênero não é isomórfica, uma vez que há, ainda que em número consideravelmente inferior, palavras femininas terminadas em *-o* e palavras masculinas terminadas em *-a*.



(10) Relação entre vogal final e gênero

	Masculino	Feminino
a.	<i>planet-a</i>	<i>trib-o</i>
b.	<i>map-a</i>	<i>libid-o</i>
c.	<i>fantasm-a</i>	<i>fot-o</i>
d.	<i>morfem-a</i>	<i>mot-o</i>

O não isomorfismo na relação (de outro modo estreita) entre, por um lado, *-o* e masculino e, por outro, *-a* e feminino suscita uma variedade de análises, que exploram alternativas que vão desde o polo que considera todas as vogais *-o* e *-a* finais como vogais temáticas até o polo oposto, que considera todas essas vogais como morfemas de gênero. Na análise tradicional (e.g. Cunha & Cintra, 1985), costuma-se considerar que *-o* e *-a* são ambos marcadores de gênero em casos como os de (9) – o estatuto dessas vogais em casos como os de (10) não é explicitado; esses exemplos constam apenas em listas de exceções.

Camara Jr. (1970/2008, 1971/2010) diferencia vogais temáticas de marcadores de gênero, entendendo que a marcação morfológica de gênero decorre de um processo de flexão e que a vogal temática, ao contrário, é um índice lexical classificatório. Nesse sentido, apenas o *-a* que aparece em nomes femininos formados a partir de um nome masculino, como *menina* de *menino* e *gata* de *gato* (e mesmo *jarra*, de *jarro*), são marcadores de gênero. O *-a* de, por exemplo, *mesa*, que não contém um correlato masculino (*\*meso*), não seria, assim, um marcador de gênero, e sim uma vogal temática, ainda que o nome *mesa* seja feminino. Da mesma forma, o *-a* de *planeta*, que é um nome masculino, é também uma vogal temática. Com relação à vogal *-o*, o autor considera que todas as instâncias dessa vogal são vogais temáticas e que a marca morfológica de masculino é realizada por um morfema zero. Há duas motivações para tal assunção, uma de caráter semântico e outra de cunho morfológico.

A motivação de caráter semântico diz respeito à assimetria encontrada na referência da forma masculina e da forma feminina de substantivos variáveis. Conforme ilustram os exemplos em (11), a forma masculina é a forma semanticamente não marcada, no sentido de que pode se referir a seres de ambos os sexos, e não apenas a seres do sexo masculino (cf. (11a)), diferentemente da forma feminina, que se restringe a seres do sexo feminino (cf. (11b)). Os exemplos em (12) mostram que a não marcação das formas masculinas se estende a relações de concordância: quando um adjetivo deve concordar com um sintagma que não tem gênero, seja por ser composto por uma coordenação com membros pertencentes a diferentes gêneros

(12a), seja por ter como núcleo um item que não tem gênero (uma forma verbal, por exemplo) (12b), a forma utilizada é a masculina.

- (11) a. Q: Quantos *filhos* você tem? R: Eu tenho três: um filho e duas filhas.  
 b. Q: Quantas *filhas* você tem? R: #Eu tenho três: um filho e duas filhas.
- (12) a. O celular e a televisão estão *estragados*/\**estragadas*.  
 b. Beber cerveja é *gostoso*/\**gostosa*.

A motivação morfológica para considerar que o gênero masculino é não marcado é a lacuna paradigmática existente na relação entre as formas masculinas e femininas de nomes variáveis. Embora existam nomes femininos e masculinos distribuídos por todas as classes nominais (com terminação em *-o*, *-a*, *-e* ou  $\emptyset$ ), a forma feminina de substantivos variáveis só pode ser em *-a*, diferentemente da forma masculina, que pode ter qualquer terminação, o que é representado pelo eixo horizontal na Tabela 2.2 abaixo. Outra possibilidade, representada pelo eixo diagonal, é as formas masculina e feminina serem iguais, o que a gramática tradicional chama de *substantivos comuns de dois gêneros*. Crucialmente, não é possível formar pares de substantivos variáveis sem que a forma feminina seja em *-a*, conforme mostram as células preenchidas por um asterisco.

Tabela 2.2 – Gênero e vogal final em substantivos biformes e comuns de dois.

masc \ fem	<i>-o</i>	<i>-a</i>	<i>-e</i>	$\emptyset$
<i>-o</i>	modelo, soprano	*	*	*
<i>-a</i>	menino(a), gato(a), cachorro(a), bonito(a)	artista, cinza, colega	chefe(a), mestre(a)	peru(a), guri(a) bacharel(a)
<i>-e</i>	*	*	estudante, intérprete, cliente, alegre	*
$\emptyset$	*	*	*	jovem, policial fã,

Em vista disso, para Camara Jr., o estatuto de *-o* não deve ser encarado como diferente do estatuto das outras vogais átonas finais que podem compor um substantivo masculino: todas são vogais temáticas. O estatuto de *-a*, ao contrário, é duplo: é gênero quando está na forma feminina de nomes variáveis e é vogal temática em todos os outros casos. Pode-se dizer, assim, que há dois *-a* diferentes. Em (13), esquematizamos a proposta do estatuto dos diferentes *-o* e *-a* de Camara Jr.

(13) Morfemas de gênero e temáticos segundo Camara Jr.

a. <i>Livro/tribo/menino</i>	vogal temática
b. <i>Mesa/planeta</i>	vogal temática
c. <i>Menina</i>	gênero

O fato de vogais temáticas e marcadores de gênero aparentarem estar em uma mesma distribuição, o que poderia indicar o pertencimento a uma mesma categoria, seria, para ele, decorrente de uma regra morfofonológica que apaga a vogal temática *-o* quando o próximo morfema inicia com uma vogal, no caso *-a*. Assim, a estrutura subjacente das palavras *menino* e *menina* seria:

(14) Segmentação nominal conforme Camara Jr.

	Radical	<i>th</i>	Gênero
a. <i>menino</i> →	menin-	-o	-Ø
b. <i>menina</i> →	menin-	-o	-a

Kehdi (1990), apoiando-se na possibilidade de os falantes produzirem formações como *corujo*, *criança* e *madrasto*, por exemplo, nega a ideia de que a oposição entre masculino e feminino seja feita entre Ø e *-a*, conforme propõe Camara Jr., e admite que *-o*, quando em palavras masculinas com referentes humanos/animados, é morfema de gênero, assim como a vogal *-a* de palavras femininas com referentes humanos/animados. Outras instâncias de *-o* e *-a* são vogais temáticas. Nesse caso, existem dois morfemas *-o* e dois morfemas *-a*, conforme se vê em (15).

(15) Morfemas de gênero e temáticos segundo Kehdi (1990)

a. <i>Menino</i>	gênero
b. <i>Menina</i>	gênero
c. <i>Livro/tribo</i>	vogal temática
d. <i>Mesa/planeta</i>	vogal temática

Análises que adotam os pressupostos teóricos da Morfologia Distribuída costumam optar por propostas mais unificadoras. Alcântara (2003, 2010), seguindo sobretudo a análise de Harris (1999) para o espanhol, propõe que não existem morfemas de gênero e que, portanto, todas as vogais átonas finais de não verbos são vogais temáticas. Nessa análise, gênero e classe são informações codificadas nas próprias raízes em forma de traços, que podem ser lidos por regras pós-sintáticas responsáveis por mapear determinados valores de gênero a determinadas classes nominais, o que geraria a sobreposição não perfeita de realização da vogal final e valor de gênero. Em particular, no caso das vogais *-o* e *-a*, um substantivo que termina em *-o* pertence à Classe I e substantivos terminados em *-a* pertencem à Classe II, independentemente de seu valor de gênero (ver Tabela 2.1). Conforme ilustrado em (16), a quantidade de marcação carregada pelas raízes reflete o grau de marcação/previsibilidade do gênero e da realização fonológica das vogais temáticas: raízes de nomes masculinos (valor de gênero não marcado) terminados em *-o* (expoente altamente associado ao gênero masculino) são não marcadas; raízes de nomes femininos (gênero marcado) terminados em *-o* (expoente raramente associado a esse valor de gênero) devem ser marcadas tanto para classe quanto para gênero; raízes de nomes femininos (gênero marcado) terminados em *-a* (vogal default para esse valor de gênero) são marcadas apenas para gênero e, por fim, raízes de nomes masculinos (gênero não marcado) terminados em *-a* (vogal marcada para esse valor de gênero) são marcadas apenas para classe.

(16)	Terminação	Gênero	Codificação na raiz
Classe I	<i>-o</i>	<i>masc</i>	$\sqrt{\text{LIVR}}$ , $\sqrt{\text{CARR}}$ , $\sqrt{\text{CAVAL}}$
		<i>fem</i>	$\sqrt{\text{TRIB}}_{[\text{I}][\text{fem}]}$ , $\sqrt{\text{LIBID}}_{[\text{I}][\text{fem}]}$ , $\sqrt{\text{FOT}}_{[\text{I}][\text{fem}]}$
Classe II	<i>-a</i>	<i>masc</i>	$\sqrt{\text{MAP}}_{[\text{II}]}$ , $\sqrt{\text{PLANET}}_{[\text{II}]}$ , $\sqrt{\text{FANTASM}}_{[\text{II}]}$
		<i>fem</i>	$\sqrt{\text{MES}}_{[\text{fem}]}$ , $\sqrt{\text{CANET}}_{[\text{fem}]}$ , $\sqrt{\text{PALAVR}}_{[\text{fem}]}$

Os itens de Vocabulário para as vogais temáticas (*th*) *-o* e *-a*, que estão em uma relação de bloqueio decorrente do Princípio do Subconjunto, são:

(17) Itens de Vocabulário (Alcântara, 2003)

a. /-a/ ↔ *th* / \_\_\_\_ [II]

b. /-o/ ↔ *th* / *demais ambientes*

A codificação nas raízes ilustrada em (16) e os itens de Vocabulário em (17) são suficientes para gerar corretamente todas as palavras terminadas em *-o* e *-a*, exceto as femininas terminadas em *-a* que, por virem marcadas apenas com [fem], sem carregar o traço de classe [II], receberiam erroneamente o expoente *-o* como realização temática. Uma vez que é previsível a terminação *-a* para palavras femininas ou, dito de outro modo, que *-a* é a realização menos marcada para o traço de feminino, a autora, seguindo Harris (1999), propõe a regra de redundância morfológica em (18), que encaminha raízes femininas não marcadas para classe para a Classe II antes da operação de inserção de Vocabulário.

(18) Regra de redundância morfológica

[fem] → [II]

Assim, a análise de Alcântara (2003) unifica as vogais finais da língua em uma mesma categoria morfológica e captura relações previsíveis entre gênero e realização morfológica por meio de marcação/não marcação das raízes e regras de redundância. Conforme essa análise, o item *-a*, por exemplo, é sempre o mesmo, independentemente de a palavra ser feminina, masculina, flexionada ou não flexionada e de o gênero ser interpretável ou não interpretável<sup>6</sup>.

Armelin (2015) também oferece uma análise unificadora. Contudo, diferentemente de Alcântara (2003), a autora defende que todas as vogais finais são expoentes de um núcleo de gênero GEN, não havendo traços de classe formal. A não isomorfia entre expressão morfofonológica e valor do traço de gênero é capturada por meio da existência de itens de Vocabulário mais especificados para as expressões mais marcadas, que bloqueiam a inserção dos itens default. Para atingir o resultado correto, a autora postula a existência de dois morfemas *-o* e dois morfemas *-a*, semelhantemente a autores como Kehdi (1990), por exemplo. Entretanto, em vez de a diferença entre dois itens com a mesma forma fonológica recair sobre o rótulo “gênero” ou “vogal temática”, recai sobre o grau de marcação ou não marcação desses itens.

---

<sup>6</sup> Quando o gênero gramatical masculino ou feminino coincide com o sexo biológico do referente (como em *menino, homem, menina, mulher*), costuma-se denominar *gênero semântico* ou *gênero interpretável*, em oposição ao gênero puramente gramatical ou não interpretável (como *livro, lápis, mesa, cadeira*). No capítulo 5, essa distinção será discutida mais detalhadamente.

Em outras palavras, a distinção não é entre ser ou não ser interpretável, e sim entre ser ou não ser marcado. Observemos os itens de Vocabulário propostos pela autora:

(19) Itens de vocabulário (Armelin, 2015)

- a. /-o/ ↔ GEN / \_\_\_\_ √TRIB, √LIBID, √FOT...
- b. /-a/ ↔ GEN / \_\_\_\_ √PLANET, √MAP, √FANTASM...
- c. /-a/ ↔ GEN[f]
- d. /-o/ ↔ GEN[m]

Os dois primeiros itens são, segundo a autora, mais marcados do que os dois últimos, que não contêm uma lista de raízes na descrição de seu contexto de aplicação. Assim, a inserção de *-a* em um núcleo GEN com o traço de feminino no contexto da raiz √TRIB, de *tribo*, é bloqueada pela existência do item mais especificado *-o*, que contém a raiz √TRIB em seu contexto de aplicação. Sob essa formulação, não só casos mais marcados são gerados com sucesso, como a previsibilidade de *-a* em contextos femininos e *-o* em contextos masculinos é capturada.

Mais recentemente, operando com o instrumental da Teoria da Otimidade (OT) de base realizacional, Schwindt (2018) recupera as intuições de Camara Jr. e Kehdi de que as vogais *-o* e *-a* atuam como vogais temáticas em determinados contextos e como marcadores de gênero em outros. Para o autor, gênero e vogal temática são categorias morfológicas distintas que ocupam uma mesma posição estrutural – um mesmo morfema abstrato –, que o autor chama de M e que pode realizar ou traços de gênero ou traços de classe. Para capturar o comportamento heterogêneo dessas vogais, Schwindt propõe um ranqueamento que prioriza a exponenciação de gênero em palavras femininas e de classe em palavras masculinas. A hierarquia de restrições proposta pelo autor para a exponenciação das vogais *-o* e *-a*, já proposta em trabalho anterior (cf. Schwindt, 2011), é:

(20) Hierarquia de restrições (Schwindt, 2018, p. 757)<sup>7</sup>

MAX-M	>>	MAX-M	>>	MAX-M	>>	MAX-M
(FEM)		(CL2)		(CL1)		(MASC)
-a		-o		-a		-o

<sup>7</sup> O autor nomeia suas classes de forma diferente de Alcântara (2003). Para Alcântara, a Classe I é a classe da vogal *-o* e a Classe II é a classe da vogal *-a*. Para Schwindt (2018), a Classe I (CL1) é a classe da vogal *-a* e a Classe II (CL2), da vogal *-o*.

A posição alta na hierarquia para o expoente de gênero feminino *-a* se deve à formação mais proeminente de palavras femininas em *-a* independentemente da vogal tomada pela forma masculina, conforme discutido a partir da Tabela 2.2. Em seguida, está o morfema de classe *-o*, que, para o autor, seria o expoente de todas as palavras masculinas terminadas em *-o*. Em seguida na hierarquia está o morfema de classe *-a*, que dá conta da existência de um número relativamente pequeno, porém expressivo, de substantivos masculinos terminados em *-a*, que não são contemplados por nenhuma das duas restrições anteriores. Por fim, a restrição mais baixa se refere a um morfema gênero masculino *-o*, que, para o autor, representa antes uma potencialidade da língua, o que explicaria formações na gramática de crianças, como *crianço*, *formigo*, etc. Sua hierarquia não contempla casos de palavras femininas terminadas em *-o*, porque “além de constituírem grupo pouco expressivo quantitativamente, a classificação mórfica do segmento que fecha esses vocábulos é altamente controversa” (p. 750).

A Tabela 2.3 abaixo resume as diferentes propostas contempladas nesta seção para o estatuto das vogais *-o* e *-a* em posição final de substantivos do PB.

**Tabela 2.3 – Resumo do estatuto de *-o* e *-a* na literatura.<sup>8</sup>**

	Substantivos em <i>-o</i>			Substantivos em <i>-a</i>		
	MASC; INT ( <i>menino</i> )	MASC; Ñ-INT ( <i>livro</i> )	FEM ( <i>tribo</i> )	FEM; INT ( <i>menina</i> )	FEM; Ñ-INT ( <i>mesa</i> )	MASC ( <i>planeta</i> )
<b>Camara Jr. (1970, 1971)</b>	vogal temática			gênero	vogal temática	
<b>Kehdi (1990)</b>	gênero	vogal temática		gênero	vogal temática	
<b>Alcântara (2003)</b>	vogal temática			vogal temática		
<b>Armelin (2015)</b>	gênero		gênero	gênero		gênero
<b>Schwindt (2018)</b>	vogal temática		*	gênero		vogal temática

A discussão a respeito da análise que atribuiremos ao estatuto das vogais temáticas nominais se encontra na subseção 2.1.2.4. A seguir, na subseção 2.1.2.2, apresentamos o debate na literatura acerca do estatuto da vogal átona final *-e* e, na subseção 2.1.2.3, discutimos a necessidade de considerar que vogais temáticas são primitivos da gramática.

<sup>8</sup> MASC: masculino; FEM: feminino; INT: gênero interpretável; Ñ-INT: gênero não interpretável.

### 2.1.2.2 O estatuto de *-e*: morfema ou não?

Se, por um lado, o debate em torno das vogais átonas finais *-o* e *-a* recai sobre seu estatuto como morfema de classe ou como morfema de marcação de gênero, por outro, o debate em torno da vogal átona final *-e* recai sobre seu estatuto como um morfema ou não – e no caso de não ser um morfema, sobre ser uma vogal epentética ou parte da composição fonológica da raiz. Há pelo menos três ocorrências da vogal átona final *-e* que recebem diferentes análises: quando ocorre após uma consoante (ou amálgama consonantal) não permitida em coda final (21), quando ocorre após uma consoante licenciada em coda silábica final (22) e quando ocorre exclusivamente em formas plurais, alternando com  $\emptyset$  no singular (23).

(21) *-e* átono final após consoantes ou amálgamas consonantais não licenciadas em coda silábica (/p, b, t, d, k, g, f, v, ʃ, ʒ, Cr, Cl/)

- a. *xarop-e* (cf. \**xaro*[p])
- b. *club-e* (cf. \**clu*[b])
- c. *carpet-e* (cf. \**carpe*[t])
- d. *bod-e* (cf. \**bo*[d])
- e. *chequ-e* (cf. \**che*[k])
- f. *açougu-e* (cf. \**buldo*[g])
- g. *estrof-e* (cf. \**estro*[ʃ])
- h. *av-e* (cf. \**a*[v])
- i. *crech-e* (cf. \**cre*[ʃ])
- j. *cônjug-e* (cf. \**cônju*[ʒ])
- k. *mestr-e* (cf. \**mes*[tʃ])
- l. *dribl-e* (cf. \**dri*[bl])



(22) *-e* átono final após consoantes licenciadas em coda silábica (/r, s, l/)

a. *folclor-e* (cf. *pio[r]*)

b. *pass-e* (cf. *pa[s]*)

c. *pel-e* (cf. *cascave[t, w]*)<sup>9,10</sup>

<sup>9</sup> Embora no português europeu ainda se pronuncie a distinção entre um glide posterior e uma lateral em posição final de palavra, como no par *mau-mal* ([maw]-[maɫ]), no português brasileiro essa distinção se neutraliza em proveito de [w]: [maw]-[maw]. Alguns autores, como Camara Jr. e Alcântara, admitem que subjacentemente há laterais em posição final, com base em palavras derivadas, como *paste[w]-paste[l]aria*. Alternativamente, é possível admitir que essa semivogal é também subjacentemente a semivogal [w] (ou mesmo a vogal [u], a depender do estatuto fonético/fonológico atribuído a glides na língua – cf. Mateus & D’Andrade, 2001) e que [l] não é licenciado em coda silábica, o que faria palavras terminadas em [le] passarem a pertencer ao grupo (21) em vez de ao grupo (22). Uma vez que o foco aqui recai sobre a existência de palavras terminadas em *-e* após uma consoante licenciada em coda silábica, e não à determinação precisa de qual é esse conjunto de palavras, não avançaremos essa discussão e continuaremos assumindo, ao lado de Alcântara (2003), que [l] é possível em coda silábica, passando por um posterior processo de vocalização.

<sup>10</sup> Andrew Nevins, em comunicação pessoal, sugeriu investigar a hipótese de que a alternância entre [w] e [y] em nomes terminados com ditongos Vw no singular e Vy no plural (*oval-ovais, pastel-pastéis, farol-faróis, azul-azuis*) seria, subjacentemente, uma alternância entre as vogais temáticas *-o* e *-e*, que se transformam em glides em ditongos decrescentes. Para testar essa hipótese, comparamos o comportamento dessas palavras perante morfologia avaliativa com palavras que também terminam em VV, mas cuja última vogal é claramente uma vogal temática – ou marcador de gênero, a depender da abordagem. Assim, a partir de palavras como *peru-a, guri-a* e *nu-a* (cujo *-a* é um morfema destacado da raiz, pois contrasta com as contrapartes masculinas *peru, guri* e *nu*, respectivamente) foram criados diminutivos em *-inh(o/a)*: *peru-inh-a, guri-inh-a* e *nu-inh-a*. De forma semelhante, a partir de palavras como *azul, pastel* e *farol* (cujo segmento final é ambíguo entre ser uma vogal temática ou parte da raiz) foram também criados diminutivos em *inh(o/a)*: *azu-inh-o, paste-inh-o* e *faro-inh-o*. Para evitar o contraste unicamente entre um segmento final com o potencial de ser a vogal temática *-o* e o morfema *-a* – o que poderia simplesmente significar que a vogal temática *-o* e a vogal temática *-a* têm comportamentos diferentes, e não que esse segmento não é a vogal temática *-o* – acrescentamos aos diminutivos julgados também a forma *enjo-inh-o*, de *enjo-o* (que contrasta com formas derivadas *enjo-ar, enjo-ado*).

A ideia é que, se o segmento final de, por exemplo, *azul* tiver o mesmo estatuto morfológico que o segmento final de, por exemplo, *perua*, as formas diminutivas em *-inh(o/a)* serão igualmente (não) aceitas pelos falantes. Pedimos o julgamento de seis falantes para essas formas, usando a seguinte escala: (1) bom e eu usaria, (2) bom, mas eu não usaria, (3) ruim, mas eu esperaria ouvir isso de uma pessoa que fala outro dialeto e (4) ruim, e eu não esperaria ouvir isso de absolutamente nenhum falante. Abaixo apresentamos o resultado:

(i) Resultados

	F1	F2	F3	F4	F5	F6	
a. <i>guriinha</i>	3	4	3	2	4	2	Média = 3
b. <i>nuinha</i>	3	4	2	4	3	2	Média = 3
c. <i>peruinha</i>	1	1	1	1	2	1	Média = 1.16
d. <i>enjoinho</i>	2	1	1	2	1	1	Média = 1.33
<b>e. <i>azuinho</i></b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>Média = 4</b>
<b>f. <i>pasteinho</i></b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>Média = 4</b>
<b>g. <i>faroinho</i></b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>Média = 4</b>

Conforme esses julgamentos, as palavras testadas *azuinho, pasteinho* e *faroinho* são inequivocamente agramaticais e contrastam claramente com os diminutivos *peruinha* e *enjoinho*, bem aceitas pelos informantes. A menor aceitação de *guriinha* e *nuinha* não é clara, mas hipotetizamos que, no caso de *guriinha*, a menor aceitação se dá devido à crase formada entre a raiz e o diminutivo e, no caso de *nuinha*, a menor aceitação é devida ao fato de a raiz ser monossilábica. Independentemente disso, os resultados apontam para o fato de que o segmento final de *azul, pastel* e *farol* não são vogais temática, e sim parte da raiz. Uma investigação mais ampla desses dados deve ser feita em trabalhos futuros.

(23) Alternância entre Ø e -e nas formas singulares e plurais (/r, S/-Ø ~ /r, S/-e-PL)

- |                       |                      |
|-----------------------|----------------------|
| a. sg: <i>mar-Ø</i>   | pl: <i>mar-e-s</i>   |
| a. sg: <i>capaz-Ø</i> | pl: <i>capaz-e-s</i> |

Para Camara Jr., a vogal -e átona final é uma vogal temática tanto em (21) quanto (22). O autor não chega a mencionar uma possível distinção entre os dois casos. Quanto ao -e que figura nas formas plurais de palavras como em (23), o autor discute a possibilidade de essa vogal fazer parte do morfema de plural, que apresentaria, assim, os alomorfes -s e -es, mas termina por admitir que é parte do tema, afirmando que palavras como *mar* têm um tema em -e, *mare*, que é patente tanto no plural, *mares*, quanto em palavras derivadas ou compostas, como *maremoto*, mas latente no singular, alternando com um alomorfe zero nessa forma (*mar-Ø*). Conforme antecipado, seu principal argumento para considerar o -e de formas como (23) uma vogal temática é sua presença em palavras derivadas/compostas. Os exemplos mencionados pelo autor são elencados em (24). Para Camara Jr., assim, todo -e átono final é uma vogal temática.

(24) Tema em -e em palavras derivadas ou compostas

- |                 |                       |  |
|-----------------|-----------------------|--|
| a. <i>mar</i>   | <i>mare<u>s</u></i>   | <i>mare<u>m</u>oto</i>                 |
| b. <i>rapaz</i> | <i>rapaze<u>s</u></i> | <i>rapazi<u>i</u>-ada<sup>11</sup></i> |
| c. <i>mal</i>   | <i>male<u>s</u></i>   | <i>male<u>f</u>icio</i>                |

Diferentemente de Camara Jr., Alcântara (2003) entende que o -e átono final de (21) e o de (22) têm estatutos diferentes. Para a autora, o -e de (21) é uma vogal epentética, que é fonologicamente convocada para reparar uma estrutura silábica malformada e que, ainda segundo a autora, é inserida na posição vazia de vogal temática. Já a vogal -e de palavras como as de (22) é considerada pela autora uma vogal temática verdadeira, uma vez que é fonotaticamente dispensável. Assim, Alcântara (2003) agrupa as palavras de (21) e (22) em classes diferentes (suas Classes III e IV, respectivamente).

Surpreendentemente, substantivos que se comportam como os de (23) são agrupados juntamente com aqueles em (21), na Classe III. O raciocínio de Alcântara (2003) é como se

---

<sup>11</sup> O fato de, na forma plural, a vogal temática ser ortograficamente grafada com a letra <e> e, na forma derivada *rapaziada*, com a letra <i>, não é um empecilho para a hipótese de identidade entre as duas vogais, uma vez que as vogais /e/ e /i/ formam uma classe natural e, no português, frequentemente sofrem neutralização – como em posição átona final e, um pouco menos frequentemente, em posição pré-tônica. Assim, não é surpreendente que a ortografia reflita essa ambiguidade.

segue: palavras como *mar* e *clube* apresentam, no singular, uma vogal temática Ø, que é inserida por meio da regra de Inserção de Vocabulário em (24b), responsável por inserir o item Ø na posição temática (*th*) que se encontra no contexto do traço de Classe III, que é carregado pela raiz. A diferença entre a forma final de *mar* e *club-e* é atribuída à epêntese supracitada, que necessita ser invocada para a boa formação fonológica de *clube*, mas não para a de *mar*. No plural, ambas essas palavras apresentam um *-e*: *mares* e *clubes*. Nos dois casos, essa vogal é uma verdadeira vogal temática, inserida por meio da regra em (24a), responsável por inserir o item *-e* na posição temática que se encontra no contexto do traço de classe III e do traço de plural. Assim, o *-e* de *clube* e o *-e* de *clubes* têm proveniências distintas.

(24) Itens de Vocabulário para a Classe III adaptados (palavras de (21) e (23))

a. /-e/ ↔ *th* / III \_\_\_\_ [pl]

b. Ø ↔ *th* / III \_\_\_\_

Para além das classes III e IV acima descritas, vale notar que a autora ainda postula uma classe V, composta por palavras que apresentam a vogal temática Ø tanto no singular quanto no plural. Essas palavras são aquelas que terminam em nasais (como *álbum-álbuns*), laterais (como *farol-faróis*<sup>12</sup>), vogais tônicas (*café-cafés*) ou ditongos (*pai-pais*). Não são claros os motivos que fazem a autora adotar a análise que adota, uma vez que é fonologicamente previsível o pertencimento de uma raiz às classes III e V, conforme esquematizado abaixo:

(25) Propriedades fonológicas dos membros das classes III e V

a. Classe III: /r/#, /s/#, /b, p, t, d, k, g, f, v, ʃ, ʒ/-e#

b. Classe V: /N/#, /l/#, V#, VV#

Por ser fonologicamente previsível se a palavra que não carrega vogal temática no singular vai ou não receber a vogal *-e* no plural, entendemos que não haveria necessidade de distribuir essas palavras em diferentes classes mórnicas, cuja única função é marcar “lexicalmente” as palavras que receberão e as que não receberão *-e* no plural. Essa manobra obscurece a previsibilidade fonológica quanto às palavras pertencentes a cada uma das classes.

<sup>12</sup> A alternância entre <l> e <i> seria entendida como uma alomorfa de raiz, que é pronunciada como *faro[w]* no singular e como *faro[y]* no plural.

Desviando desse problema, Bisol & Matzenauer (2016) também distinguem entre *-e* epentético e *-e* temático nos substantivos do português. Contudo, diferentemente de Alcântara (2003), as autoras argumentam que apenas as palavras pertencentes à classe IV de Alcântara (cf. (22)), mas não à III (cf. (21)), apresentam a vogal temática *-e*. O *-e* que aparece nas formas singulares de todos os membros da Classe III que terminam em *-e* (como *bode*) e nas formas plurais de todos os membros dessa classe (como *bodes* e também *mares*) é epentético. Em outras palavras, a distinção entre Classe III e Classe V de Alcântara se esvai. Para demonstrar o caráter epentético do *-e* na grande maioria de suas ocorrências, as autoras comparam o comportamento dessa vogal com o comportamento das vogais *-o* e *-a*, atribuindo as diferenças encontradas a um diferente estatuto dessas vogais, sendo as vogais *-o* e *-a* vogais temáticas legítimas, em oposição a *-e*. Um exemplo é a facilidade com que a vogal temática *-e* alterna com  $\emptyset$  em diferentes dialetos, como a possibilidade de pronunciar *estresse* como *estre[se]* ou *estre[s]*, algo que não ocorre com as vogais *-o* e *-a*. Para as autoras, assim, apenas *-o* e *-a* são vogais temáticas legítimas.

Armelin (2015), utilizando um critério não usual para a determinação do que é e do que não é vogal temática (ou, posto nos termos de sua análise, do que é e do que não é expoente de gênero), considera que a vogal *-e* nunca é um morfema. O critério que a autora utiliza é a ocorrência da vogal final nas formas diminutivas dos nomes. Observe-se os exemplos abaixo:

(26) Vogal temática e diminutivos

a. (o) carro	<b>carrinho</b>	*carrinha	*carrinhe
b. (o) planeta	<b>?planetinho</b>	<b>planetinha</b>	*planetinhe
c. (o) dente	<b>dentinho</b>	*dentinha	*dentinhe
d. (a) foto	<b>fotinho</b>	<b>?fotinha</b>	*fotinhe
e. (a) mesa	*mesinho	<b>mesinha</b>	*mesinhe
f. (a) alface	*alfacinho	<b>alfacinha</b>	*alfacinhe

Nas formas diminutivas das palavras acima elencadas, as vogais *-o* e *-a* da palavra base se mantêm, independentemente de expressarem ou não o valor de gênero de forma transparente. Quando não expressam o valor de gênero, é relativamente possível a formação com a vogal *-a* no feminino e na vogal *-o* no masculino, embora com nuances interessantes.<sup>13</sup> O relevante, no

<sup>13</sup> Segundo Guimarães & Mendes (2011), alguns dos informantes por eles consultados aceitam tanto as formas diminutivas em que a vogal temática *-o* de uma base feminina (*fot-inh-o*) quanto as formas em que a vogal *-o* da base dá lugar à expoência default de gênero feminino (*fot-inh-a*). Para esses falantes que aceitam as duas

entanto, é que a vogal *-e* jamais é possível nas formas diminutivas, mesmo quando a palavra de base termina em *-e*. Nesses casos, o diminutivo carrega a vogal esperada para o valor de gênero da palavra.

Em vista desses dados, Armelin (2015) afirma que a vogal *-e* não pode receber o mesmo estatuto que as vogais *-o* e *-a* e, semelhantemente a Bisol & Matzenauer (2017), afirma que a maioria das ocorrências de vogal *-e* é epentética. Naquelas que não podem ser explicadas por meio de epêntese (quando o *-e* sucede uma consoante licenciada em coda silábica), a autora sugere que a vogal *-e* é parte da raiz.

A Tabela 2.4 resume as propostas dos autores discutidas na presente seção.

Tabela 2.4 – Resumo do estatuto de *-e* e  $\emptyset$  na literatura.

	Segmento não licenciado em coda final		Segmento licenciado em coda final					
	e~e		$\emptyset$ ~e		e~e		$\emptyset$ ~ $\emptyset$	
	Singular ( <i>bode</i> )	Plural ( <i>bodes</i> )	Singular ( <i>mar</i> )	Plural ( <i>mares</i> )	Singular ( <i>pele</i> )	Plural ( <i>peles</i> )	Singular ( <i>álbum</i> )	Plural ( <i>álbuns</i> )
<b>Camara Jr. (1970)</b>	vogal temática		morfema $\emptyset$	vogal temática	vogal temática		morfema $\emptyset$	
<b>Alcântara (2003)</b>	epêntese	vogal temática	morfema $\emptyset$	vogal temática	vogal temática		morfema $\emptyset$	
<b>Armelin (2015)</b>	epêntese		morfema $\emptyset$	epêntese	parte da raiz		morfema $\emptyset$	
<b>Bisol &amp; Matzenauer (2016)</b>	epêntese		morfema $\emptyset$	epêntese	vogal temática		morfema $\emptyset$	

### 2.1.2.3 Por que precisamos de vogais temáticas nominais

Como a seção anterior buscou deixar claro, a maioria dos autores fornece uma análise que, apesar de suas diferenças, concorda que é necessário falar tanto em vogal temática quanto em valor de gênero. Armelin (2015) destaca-se dos outros autores, ao propor que gênero e classe nominal devem ser entendidos como uma coisa só, e sugere que apenas gênero tem um estatuto gramatical, sendo o termo “vogal temática” uma estratégia terminológica para se referir aos casos em que o expoente de gênero não é o expoente default de gênero. Nesta seção, discutimos

---

formações, há uma diferença de interpretação: a manutenção da vogal da base gera uma leitura “composicional” da forma diminutiva (fotinho é uma foto pequena) e a substituição da vogal da base por *-a* gera uma leitura “pejorativa” (fotinha é uma foto qualquer, sem importância).

a análise de Armelin (2015), mostrando que, embora seja louvável a tentativa de diminuir o número de primitivos gramaticais, são vários os motivos que suscitam a diferença entre gênero e vogal temática e, assim, essas duas informações devem estar gramaticalmente codificadas.

Primeiramente, observemos o conjunto de itens de Vocabulário proposto por Armelin (2015, p. 54 e p. 80) para a exponência de gênero.<sup>14</sup>

(27) Itens de Vocabulário para GEN (adaptado de Armelin, 2015)

- a. /-o/ ↔ GEN / \_\_\_\_ √TRIB, √LIBID, √MODEL, √PILOT, etc.
- b. /-a/ ↔ GEN / \_\_\_\_ √MAP, √COMET, √POET, √COLEG, etc.
- c. Ø ↔ GEN / \_\_\_\_ √BLEF, √LÃ, √CHEF, √FÃ, etc.
- d. /-a/ ↔ GEN[f]
- e. /-o/ ↔ GEN[m]

O primeiro problema com relação a esses itens de Vocabulário diz respeito à necessidade de postular dois itens *-o* (em (27a) e (27e)) e dois itens *-a* (em (27b) e (27d)) que realizam o mesmo núcleo funcional. Um dos pontos atraentes da teoria da Morfologia Distribuída é que a inserção tardia, ao lado da subespecificação dos itens de Vocabulário cuja aplicação é regida pelo Princípio do Subconjunto, permite explicar de forma elegante a distribuição de peças fonológicas que aparecem em contextos morfossintáticos distintos, porém relacionados. O item *-d* do inglês, por exemplo, aparece nos contextos de pretérito perfeito e participio na maioria, mas não em todos, os verbos da língua. Apesar da díspar distribuição, Halle & Marantz (1993), lançando mão dos aparatos teóricos acima mencionados, fornecem uma análise que permite a postulação de um único *-d*, que é inserido em todos e apenas os contextos atestados, garantindo não só a identidade entre o *-d* de pretérito e o *-d* de participio como também sua distribuição, que exclui alguns verbos. Claro, homonímia também existe e, nesses casos, deve-se postular dois itens diferentes com a mesma fonologia e tratar como mera coincidência sua equivalência fonológica. Para manter a ilustração com exemplos do inglês, um caso claro de homonímia é o *-s* de plural nos substantivos e o *-s* de 3ª pessoa do singular dos verbos (cf. Embick, 2003). Assim, quando nenhuma outra alternativa plausível permite descrever esses dados, admite-se a homonímia. Entretanto, no caso das vogais átonas finais de substantivos do português brasileiro, não só sua distribuição já sugere uma identidade em

---

<sup>14</sup> A autora não chega a unir todos os itens em uma única lista em seu texto. A lista disposta em (27) une os itens propostos pela autora em seus exemplos (12) e (42), nas páginas 54 e 80, respectivamente.

potencial, como é possível tratar, por exemplo, o *-a* de *planeta* e o *-a* de *mesa* como um único e mesmo item, como buscaremos mostrar nas próximas seções com a análise proposta na presente tese. Assim, a multiplicação desses itens torna-se uma desvantagem na análise da autora.

Além disso, antecipando a discussão a respeito de substantivos variáveis em gênero e de substantivos comuns de dois gêneros, para a autora, os itens em (27a-c) devem estar subespecificados para o valor de gênero, para que a regra se aplique às raízes listadas independentemente de qual traço o núcleo de gênero carrega. Essa manobra permite que, por exemplo, o item *-a* seja inserido para formar a palavra *colega* tanto em contextos masculinos (*o colega*) quanto em contextos femininos (*a colega*). O mesmo raciocínio se aplica para gerar pares em *-o* (*o/a modelo*) e pares em  $\emptyset$  (*o/a fã*). Entretanto, ao subespecificar o núcleo de gênero nas regras de inserção de Vocabulário em (27a-c), as regras em (27d-e) se tornam indesejavelmente mais específicas, se entendemos especificidade de um item de acordo com o Princípio do Subconjunto, conforme formulado por Halle (1997) e adotado pela autora. Para Halle (1997), a especificidade de um item se faz em termos de traços substanciais. Em outras palavras, dada uma regra  $A \leftrightarrow B/C\_D$ , em que A é o expoente, B são os traços morfossintáticos alvejados pelo item e C e D são elementos que circundam B, o Princípio do Subconjunto faz referência apenas à especificidade de B, e não de C ou D. Como os itens (27a-c) não especificam nenhum traço de GEN (que seria B na fórmula) e os itens (27d-e) especificam, (27d-e) são mais específicos e, portanto, deveriam preceder (27a-c), o que levaria a resultados completamente errôneos.

São duas as soluções possíveis para esse problema. A primeira delas, já antevista e descartada pela própria autora, seria tornar os itens de (27a-c) mais específicos, conforme os itens em (28a-d) abaixo:

- (28)
- a.  $/-o/ \leftrightarrow \text{GEN}[f] / \_\_\_ \sqrt{\text{TRIB}}, \sqrt{\text{LIBID}}, \sqrt{\text{MODELO}}, \sqrt{\text{PILOT}}, \text{etc.}$
  - b.  $/-a/ \leftrightarrow \text{GEN}[m] / \_\_\_ \sqrt{\text{MAP}}, \sqrt{\text{COMET}}, \sqrt{\text{POET}}, \sqrt{\text{COLEG}}, \text{etc.}$
  - c.  $\emptyset \leftrightarrow \text{GEN}[f] / \_\_\_ \sqrt{\text{LÃ}}, \sqrt{\text{MARÉ}}, \sqrt{\text{CHEF}}, \sqrt{\text{FÃ}}, \text{etc.}$
  - d.  $\emptyset \leftrightarrow \text{GEN}[m] / \_\_\_ \sqrt{\text{BLEF}}, \sqrt{\text{CAFÉ}}, \sqrt{\text{CHEF}}, \sqrt{\text{FÃ}}, \text{etc.}$
  - d.  $/-a/ \leftrightarrow \text{GEN}[f]$
  - e.  $/-o/ \leftrightarrow \text{GEN}[m]$

Com os itens acima, o problema da violação do Princípio do Subconjunto é eliminado. Entretanto, dois novos problemas emergem. O primeiro deles, paralelo ao problema já exposto anteriormente, é a necessidade de acrescentar mais um item  $\emptyset$  aos itens que havia em (27); além de dois *-o* e dois *-a*, assim, temos também dois  $\emptyset$ . O segundo problema diz respeito àquilo que Harris (1991) chama de “problema do pareamento” (do inglês *the mating problem*), que é relativo ao conjunto de combinações de gênero e forma que a língua possibilita formar a partir de uma mesma base. Em termos mais concretos, no PB, um par de nomes pode ter a mesma forma no masculino e no feminino (*colega, fã, modelo, estudante*) ou então ter diferentes terminações na forma masculina, desde que a forma feminina seja em *-a* (*menino-menina, peru-perua, presidente-presidenta*), conforme ilustrado na Tabela 2.2. Nenhuma outra combinação é possível e, por esse motivo, a gramática deve ser tal que não possibilite a formação dos seguintes pares ordenados [Masc, Fem]: [*-o,  $\emptyset$* ], [*-a, -o*], [*-a,  $\emptyset$* ] e [ $\emptyset, -o$ ].<sup>15</sup> Por isso, Harris (1991) chama de “problema do pareamento”. O conjunto de itens em (28), no entanto, tem o potencial de sobregerar os padrões de que a língua dispõe. O fato de a raiz  $\sqrt{\text{CHEF}}$ , por exemplo, estar listada no contexto dos itens (28c) e (28d) – formando o par *chefe-chefe* – é um acaso dentro dessa análise, uma vez que essa mesma raiz poderia estar igualmente listada nos itens (28b) e (28c), gerando as formas *chefa* para o masculino e *chefe* para o feminino, ou nos itens (28a) e (28d), gerando as formas *chefe* para o feminino e *chefa* para o masculino. No entanto, nada na formulação dos itens em (28) impede que pares desse tipo sejam gerados. A solução oferecida em (28), assim, deve ser descartada.

Outra solução possível que identificamos para a violação do Princípio do Subconjunto que a análise de Armelin (2015) apresenta seria uma reformulação ou flexibilização desse princípio. Embora muitas vezes de uma forma não explícita ou formalizada, diversos autores já expandem a noção de especificidade de modo a levar o contexto de aplicação em conta – manobra, inclusive, adotada no próprio texto seminal da teoria (Halle & Marantz, 1993). Para os autores, se dois expoentes A e A’ realizam o conjunto de traços B, e se A não tem um contexto de aplicação C\_\_D, mas A’ tem, A’ vence a competição. Entretanto, a especificidade em termos de contexto de aplicação só é evocada quando a especificidade do conjunto de traços não for suficiente para determinar um vencedor. Em outras palavras, especificidade de traços tem precedência sobre especificidade de contexto. Mesmo nesse cenário habitualmente adotado, os itens em (27a-c) não são mais específicos do que (27d-e).

---

<sup>15</sup> São apenas quatro pares se considerarmos que *-e* nunca é uma vogal temática, conforme faz a autora. Entretanto, se *-e* for uma vogal temática – que é o que defendemos na subseção 2.1.2.4 – o número de pares impossíveis sobe a nove (cf., no entanto, a discussão sobre padrões antroponímicos no final da subseção 2.1.2.4).



Arregi & Nevins (2014) questionam a precedência da especificidade dos traços de B, afirmando que Halle & Marantz (1993) não trazem evidências para tal precedência. Trazendo evidências do basco e do búlgaro, os autores defendem que a precedência deve ser inversa: um item com um rico contexto de aplicação tem prioridade sobre um item sem contexto de aplicação, muito embora realize um maior número de traços. Assim, dados os dois itens abstratos em (29) abaixo,

- (29) a.  $A \leftrightarrow [B, B']$   
 b.  $A' \leftrightarrow [B] / C\_D$

um grande número de autores admite que A ganha a competição, por realizar um número de traços maior do que A', mas Arregi & Nevins (2014) exploram e defendem a hipótese de que A' é vencedor, por ter um contexto de aplicação. Caso adotado o algoritmo de especificidade dos autores, os itens de Armelin (2015) em (27) passariam a ser avaliados na ordem correta pela operação de inserção de Vocabulário.

Ainda que essa manobra se mostrasse acertada, há um problema adicional em relação à análise de Armelin (2015). Avaliemos novamente seus itens de Vocabulário, repetidos em (30) abaixo, com o acréscimo da raiz que está em negrito.

- (30) Itens de Vocabulário para GEN (adaptado de Armelin, 2015)
- a. /-o/  $\leftrightarrow$  GEN / \_\_\_  $\sqrt{\text{TRIB}}$ ,  $\sqrt{\text{LIBID}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{PILOT}}$ , etc.
  - b. /-a/  $\leftrightarrow$  GEN / \_\_\_  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{COMET}}$ ,  $\sqrt{\text{POET}}$ ,  $\sqrt{\text{COLEG}}$ , etc.
  - c.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  GEN / \_\_\_  $\sqrt{\text{BLEF}}$ ,  $\sqrt{\text{L\~{A}}}$ ,  $\sqrt{\text{CHEF}}$ ,  $\sqrt{\text{F\~{A}}}$ ,  $\sqrt{\text{PERU}}$ , etc.
  - d. /-a/  $\leftrightarrow$  GEN[f]
  - e. /-o/  $\leftrightarrow$  GEN[m]

Conforme discutido anteriormente, o item  $\emptyset$  em (30c) é inserido em um núcleo de gênero, no contexto das raízes listadas, independentemente do valor do traço de gênero, já que é subespecificado. Para além de palavras de gênero único como *blefe* e *lã*, o item dá conta de substantivos comuns de dois gêneros, como *o/a chefe* e *o/a fã*. Entretanto, é incapaz de dar conta de pares que Harris (1991) chama de “gentílicos”, que recebem a vogal temática  $\emptyset$  (ou -e) no masculino e, no feminino, recebem -a, como *peru-perua*, *camponês-camponesa*, *professor-professora* e mesmo *chefe-chefa*, em alguns dialetos. Para ilustrar, a esse item foi

acrescentada a raiz  $\sqrt{\text{PERU}}$ , o que geraria o par *o peru* – *\*a peru*, contrariamente aos dados da língua. O conjunto de itens em (30) é incapaz de gerar as formas gentílicas.

Se tentássemos resolver esse problema acrescentando à lista outro item  $\emptyset$  e ambos os itens  $\emptyset$  fossem especificados para gênero, voltaríamos ao “problema de pareamento” de Harris (1991) discutido anteriormente. Uma outra possibilidade seria propor uma regra de empobrecimento que elimina a raiz  $\sqrt{\text{PERU}}$  da regra (30c) no contexto do traço feminino. Assim, a regra mais geral (30d), que insere *-a* em quaisquer núcleos [fem] que não foram contemplados pelas regras anteriores, se aplica corretamente. Entretanto, essa solução oferece à teoria um poder muito grande e potencialmente indesejável, que é o de poder manipular regras (no caso, de inserção de Vocabulário) por meio de outras regras (no caso, de empobrecimento). Segundo Calabrese (2012, p. 52):

[Mas] fazer com que uma regra se aplique a outra regra sincronicamente seria um absurdo do ponto de vista da arquitetura da teoria. As regras podem ser modificadas apenas durante a reestruturação gramatical em inovações históricas ou durante a aprendizagem da gramática, mas não em uma derivação sincrônica. (Calabrese, 2012, p. 51, tradução nossa)<sup>16</sup>

Por outro lado, sob a análise de Harris (1999) e Alcântara (2003), dá-se conta dos pares gentílicos por meio de uma regra de empobrecimento, mas que apaga um diacrítico de raiz, e não um elemento de uma regra, não se deparando, portanto, com o mesmo problema teórico.

Esperamos que até então esta seção tenha cumprido o papel de mostrar que uma análise que tenta abrir mão de vogais temáticas e que assume apenas gênero como primitivo é falha. Os argumentos evocados até o presente momento envolvem apenas as vogais temáticas em substantivos; entretanto, ampliando o escopo da discussão a outras categorias não verbais, gostaríamos de apresentar um último – e, acreditamos, derradeiro – argumento para a necessidade de incluir as vogais temáticas como primitivos da gramática do português, para além de traços de gênero.

Embora seja habitual concentrar-se na classe de substantivos na investigação das vogais temáticas – devido à sua rica interação com o valor de gênero, propriedade intrínseca dos substantivos, mas não de outras classes – outras categorias também apresentam composição formal semelhante. Adjetivos, por exemplo, que recebem valor de gênero herdado do

---

<sup>16</sup> “[But] having a rule applying on another rule synchronically would be nonsense from the point of view of the architecture of the theory. Rules can be changed only during grammar restructuring in historical innovations or during grammar learning and not in the synchronic derivation”.

substantivo com que concordam, também recebem as mesmas terminações, que também estão ausentes no interior de palavras derivadas, conforme ilustram os dados em (31).

(31) Composição formal de adjetivos

	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
a.	<i>bel<u>o</u></i> (cf. <i>bel-eza</i> )	--- <sup>17</sup>
b.	<i>cinza<u>a</u></i> (cf. <i>cinz-ento</i> )	<i>bel<u>a</u></i> (cf. <i>bel-eza</i> )
c.	<i>alegre<u>e</u></i> (cf. <i>alegr-ia</i> )	<i>alegre<u>e</u></i> (cf. <i>alegr-ia</i> )
d.	<i>man<u>e</u></i> (cf. <i>mane-zinho</i> )	<i>man<u>e</u></i> (cf. <i>mane-zinha</i> )
e.	<i>melhor</i> (cf. <i>melhor-ia</i> )	<i>melhor</i> (cf. <i>melhor-ia</i> )

Crucialmente, advérbios também apresentam composição formal equivalente à de substantivos, podendo ter as terminações *-o*, *-a*, *-e* e  $\emptyset$ , que se ausentam em formas derivadas, conforme mostram os exemplos em (32) abaixo. Como advérbios jamais são valorados para gênero, suas terminações não podem ser tidas como expoentes de gênero e devem, portanto, ser tratadas de outra forma.

(32) Composição formal de advérbios

- a. *dentroo* (cf. *a-dentr-ar*)
- b. *agoraa* (cf. *agor-inha*)
- c. *adiantee* (cf. *adiant-ar*)
- d. *ali*
- e. *talvez*

Uma evidência de que essas vogais átonas finais em advérbios devem receber o mesmo estatuto que as vogais átonas finais de substantivos é seu comportamento perante o morfema de diminutivo. Quando terminam em *-a*, a forma diminutiva também recebe *-a*; quando terminam em *-o*, o diminutivo também recebe *-o*, conforme ilustrado em (33).

---

<sup>17</sup> Embora não tenhamos encontrado nenhuma palavra considerada primordialmente adjetiva que recebe *-o* em sua forma feminina, substantivos comuns de dois gêneros em contextos adjetivais mantêm sua forma imutável, como, por exemplo, em *a cantora sopranoo*.

(33) Advérbios e diminutivos

a. <i>agor-a</i>	<i>agor-inh-a</i>
<i>nunc-a</i>	<i>nunqu-inh-a</i>
b. <i>pert-o</i>	<i>pert-inh-o</i>
<i>cedo</i>	<i>ced-inh-o</i>

Não podendo ser tratadas como morfemas de gênero, uma vez que advérbios não têm gênero nem intrínseco e nem adquirido via concordância, essas vogais devem receber o estatuto de vogais temáticas.

#### 2.1.2.4 Contribuindo à discussão: quais e quantas são as vogais temáticas nominais?

Uma vez aceito que é necessária a postulação de vogais temáticas não verbais como elementos pertencentes à gramática do PB, a questão que se coloca é: quais são essas vogais temáticas? Em vista da discussão na literatura exposta nas subseções 2.1.2.1 e 2.1.2.2 acerca do estatuto morfológico das vogais finais dos substantivos da língua, esta seção se debruça sobre a nossa proposta de determinação de quais são as classes nominais da língua, sobretudo no que diz respeito à discussão sobre o estatuto das diferentes ocorrências de *-e*.

Primeiramente, com relação às vogais *-o* e *-a*, muito embora haja uma relação forte entre a primeira e o gênero masculino e entre a segunda e o gênero feminino, hipotetizamos que essas vogais são sempre vogais temáticas. O primeiro motivo é que nós admitimos, ao lado de diversos autores (Ritter, 1993; Lowenstamm, 2008; Kramer, 2015, Vadella, 2017, etc.), que os traços de gênero não nucleiam sua própria projeção. Assim, os traços de gênero devem estar hospedados em algum outro núcleo funcional da gramática. Existem hipóteses distintas para a alocação dos traços de gênero: alguns autores assumem que gênero é uma propriedade intrínseca das raízes (Harris, 1999; Alcântara, 2003); outros, que é propriedade do núcleo de número (Ritter, 1993, para as línguas românicas); e outros, ainda, admitem que os traços de gênero estão albergados no núcleo nominalizador (Lowenstamm, 2008; Kramer, 2015), hipótese que será adotada no presente trabalho (cf. capítulo 5). Independentemente de estar na raiz, no nominalizador ou no núcleo de número, as vogais átonas finais não podem ser expoentes de nenhum desses terminais, uma vez que a exponência desses núcleos é independente da vogal átona final. Considere-se, por exemplo, a palavra *jogadoras*. A vogal

temática nominal *-a* não pode ser parte da raiz  $\sqrt{\text{JOG}}$  por, dentre outros motivos, o nome formado diretamente dessa raiz carregar a vogal final *-o* (*jogo*), e não *-a*. Não pode fazer parte do nominalizador *-dor*, uma vez que sua realização é independente dessa vogal (*jogador*, *jogadores*). Não pode, por fim, fazer parte do sufixo de plural, que é sempre *-s*, independentemente de qual vogal o antecede (*jogo-s*, *jogadore-s*, *maré-s*, *peru-s*, etc.). Sendo assim, por não ser expoente de nenhum núcleo que potencialmente alberga traços de gênero, deve haver uma posição exclusiva para realizar essas vogais, que defendemos ser uma posição de vogal temática, conforme discutido mais extensamente na seção 2.2 e no capítulo 5.

Em segundo lugar, ainda que houvesse uma projeção de gênero, vimos que esse núcleo não seria um bom candidato para realizar única e exclusivamente os traços de gênero, uma vez que há classes não verbais que não têm gênero e, ainda assim, seus membros podem ter em sua composição essa vogal, cujo comportamento nas formas diminutivas é exatamente o mesmo que as mesmas vogais em substantivos.

Em terceiro lugar, dados os mecanismos oferecidos pela teoria da Morfologia Distribuída, acreditamos ser um exercício interessante e necessário a tentativa de evitar a homonímia acidental entre morfemas que, ao menos na superfície, ocupam uma mesma posição estrutural. Assim, admitimos que todas as instâncias de *-o* e *-a* átonos finais em todas as palavras não verbais do PB são vogais temáticas.

Com relação à vogal *-e*, são duas questões que buscamos levantar. A primeira delas é se a distinção entre as Classes III e V proposta por Alcântara (2003) é justificável e a segunda é se os nomes de sua Classe IV devem ser considerados temáticos, com tema em *-e*, conforme sugerem Alcântara (2003) e Bisol & Matzenauer (2016) ou se são aтемáticos, com tema  $\emptyset$ , sendo o *-e* parte da raiz, conforme defende Armelin (2015). Proporemos que os membros das Classes III, IV e V sejam reagrupados em apenas duas classes.

Relembremos a constituição de cada classe, repetida em (34) abaixo.<sup>18</sup> Os membros da Classe IIIa são aqueles que apresentam *-e* tanto no singular quanto no plural (como *ponte-pontes*) e os membros da Classe IIIb são aqueles que apresentam *-e* apenas no plural (*mar-mares*). Os membros da Classe IV são aqueles com tema em *-e* (tanto no singular quanto no plural) muito embora a raiz termine com uma consoante silabificável (*pele*), e os membros da Classe V, por fim, são aтемáticos tanto no singular quanto no plural (*álbum-álbuns*).

---

<sup>18</sup> Subdividimos a Classe III em duas subclasses – IIIa e IIIb – que serão discutidas em separados.

(34) Classes III, IV e V (adaptado de Alcântara, 2003)

a. Classe IIIa (-e epentético no singular; -e no plural)

Singular	Plural
<i>leit*(e)-Ø</i>	<i>leit-es</i>
<i>bod*(e)-Ø</i>	<i>bod-es</i>
<i>pont*(e)-Ø</i>	<i>pont-es</i>
<i>sort*(e)-Ø</i>	<i>sort-es</i>

b. Classe IIIb (Ø no singular; -e temático no plural)

Singular	Plural
<i>mar-Ø</i>	<i>mar-es</i>
<i>rapaz-Ø</i>	<i>rapaz-es</i>
<i>dor-Ø</i>	<i>dor-es</i>
<i>cruz-Ø</i>	<i>cruz-es</i>

c. Classe IV (-e temático no singular e no plural)

Singular	Plural
<i>val-e</i>	<i>val-es</i>
<i>doc-e</i>	<i>doc-es</i>
<i>class-e</i>	<i>class-es</i>
<i>pel-e</i>	<i>pel-es</i>

d. Classe V (Ø no singular e no plural)

Singular	Plural
<i>homem-Ø</i>	<i>homen-Øs</i>
<i>café-Ø</i>	<i>café-Øs</i>
<i>lei-Ø</i>	<i>lei-Øs</i>
<i>bagagem-Ø</i>	<i>bagagen-Øs</i>

Os itens de Vocabulário que realizam essas classes são:

(35) Itens de Vocabulário para as classes III, IV e V de Alcântara (2003)

- a. /e/ → th / \_\_\_\_  $\left\{ \begin{array}{l} \text{IV} \\ \text{III} \text{ ____ [pl]} \end{array} \right\}$
- b. Ø → th / \_\_\_\_  $\left\{ \begin{array}{l} \text{III} \\ \text{V} \end{array} \right\}$

Ademais, a informação de classe que será alvo das regras de inserção de Vocabulário está, para a autora, codificada nas próprias raízes; afinal, por ser uma informação idiossincrática, imprevisível, deve estar listada em associação com os respectivos morfemas lexicais. Note-se também que apenas o traço de gênero [fem] deve estar codificado nas raízes que formarão palavras femininas; aquelas que não apresentam informação de gênero são automaticamente encaminhadas para o gênero default, não marcado, que é o masculino.

(36) Raízes e diacrítico de classe

- a. Classe III:  $\sqrt{\text{LEIT}}_{\text{[III]}}$ ,  $\sqrt{\text{MAR}}_{\text{[III]}}$ ,  $\sqrt{\text{PAZ}}_{\text{[III, fem]}}$ ,  $\sqrt{\text{PONT}}_{\text{[III, fem]}}$
- b. Classe IV:  $\sqrt{\text{VAL}}_{\text{[IV]}}$ ,  $\sqrt{\text{DOC}}_{\text{[IV]}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}_{\text{[IV, fem]}}$ ,  $\sqrt{\text{TOSS}}_{\text{[IV, fem]}}$
- c. Classe V:  $\sqrt{\text{BOI}}_{\text{[V]}}$ ,  $\sqrt{\text{CAFÉ}}_{\text{[V]}}$ ,  $\sqrt{\text{LEI}}_{\text{[V, fem]}}$ ,  $\sqrt{\text{FÉ}}_{\text{[V, fem]}}$

Apresentadas as peças da proposta de Alcântara (2003) relevantes para a discussão, pensemos primeiramente na diferença entre as Classes IIIb e V. Os membros de ambas as classes são atemáticos no singular; no plural, os membros de IIIb recebem *-e* entre a raiz e o morfema *-s* de plural, analisado como uma vogal temática específica aos plurais dessa classe, e os membros de V permanecem atemáticos.

A forma fonológica das raízes que pertencem a cada uma dessas classes está em distribuição complementar: as raízes de IIIb terminam em /r/ ou /S/ e as raízes da Classe V terminam em /l/, /N/ ou V. Isso não é mera coincidência. A própria autora aponta que “a inserção da vogal /e/ é perfeitamente previsível entre essas consoantes, /r S/, e o /S/-plural” (p. 100). Em seguida, continua, afirmando que “esse funcionamento justifica-se pelo fato de, em sendo  $\emptyset$  a manifestação fonológica do morfema de classe formal da classe [III], na forma singular, este conteúdo fonológico não pode permanecer ao lado do /-S/ plural, **porque a estrutura fonológica da língua não permite**” (p. 100, grifo nosso). A previsibilidade fonológica dos contextos em que a vogal *-e* deve estar presente nas formas plurais contradiz a asserção de que essa vogal realiza um traço de classe que está listado junto às raízes. A partir do momento em que se supõe que cada raiz deve carregar, idiossincraticamente, um diacrítico que informa se ela pertence a uma classe que recebe um tema *-e* no plural ou não, perde-se a generalização de que à primeira classe pertencem raízes (atemáticas) que terminam em /r/ ou /S/ e, na segunda, raízes que terminam em /N/, /l/ ou V – e a autora não fornece nenhum tipo de mecanismo para mapear raízes com determinada configuração fonológica a determinada

classe. Em outras palavras, nada na análise da autora impede que haja associações de raízes e diacríticos de classe conforme abaixo:

- (37) a.  $\sqrt{\text{BOM}}_{[\text{III}]} \rightarrow \text{bom} - *b\underline{o}n\underline{e}s$   
 b.  $\sqrt{\text{CACAU}}_{[\text{III}]} \rightarrow \text{cacau} - *cacaues$   
 c.  $\sqrt{\text{MAR}}_{[\text{V}]} \rightarrow \text{mar} - *m\underline{a}r\underline{s}$

Acreditamos que a motivação para adotar essa análise “morfologizada” do *-e* que figura nas formas plurais de palavras terminadas em /r/ e /S/ recaí sobre a influência da análise de Camara Jr. (1970/2008, 1971/2010, dentre outros) ao lado da tentativa de transpor *ipsis litteris* a proposta que Harris (1999) oferece para o espanhol ao português. Relembremos, primeiramente, a análise que Camara Jr. oferece a tais dados. Para o autor, o *-e* que aparece nos plurais de algumas palavras da língua não é parte do sufixo de plural, e sim parte do tema. Afinal, essa vogal aparece ao lado dessas raízes não só nas formas plurais, mas também em algumas formas derivadas ou compostas, o que indica o pertencimento da vogal ao radical, e não ao plural. Os exemplos de Camara Jr., apresentados em (24), são repetidos em (38) abaixo.

- (38) a. *rapaz*      *rapazes*      *rapaziada*  
 b. *mar*      *mares*      *maremoto*  
 c. *mal*      *males*      *maleficio*

Entretanto, comparem-se os dados acima com os dados a seguir:

- (39) a. *mulher*      *mulheres*      *mulherØada*      *\*mulheriada*  
 b. *terra*      *terras*      *terremoto*      *\*terramoto<sup>19</sup>*  
 c. *bem*      *benØs*      *beneficio*      *\*benØficio*

O exemplo em (39a) é comparável com o de (38a), pois ambos envolvem uma palavra derivada com o sufixo *-ada* a partir de uma palavra que, no plural, exige a vogal *-e*. Entretanto, embora em *rapaziada* a vogal que Camara Jr. defende ser a vogal temática esteja presente, em *mulherada* essa vogal não está manifesta. Já os exemplos em (39b-c), comparáveis aos de (38b-c), mostram que o *-e* está inesperadamente presente nas palavras derivadas *terremoto* e

<sup>19</sup> A forma *terramoto* é aceita no português europeu.



*benefício*, muito embora o plural (e o singular) das palavras *terra* e *bem* não exija essa suposta vogal temática. Assim, não parece que esse argumento para atribuir ao *-e* o estatuto de vogal temática seja robusto. Se a quantidade de exemplos como os de (38) fosse muito mais numerosa do que os de (39), a generalização poderia ser mantida; entretanto, exemplos como os de (39) parecem mais numerosos; afinal, é bastante rara a presença de vogais temáticas no interior de palavras derivadas e, quando aparentemente presentes, como nos casos levantados por Camara Jr. e expostos em (38), defender o estatuto dessa vogal como uma vogal temática torna-se enfraquecido, uma vez que outros exemplos, como os de (39), mostram a não sistematicidade da natureza dessa vogal.<sup>20</sup>

Quanto à tentativa de transpor *ipsis litteris* a proposta de Harris (1999) ao espanhol, Harris também propõe uma Classe III e uma Classe IV, cujas propriedades são exatamente as mesmas que Alcântara (2003) atribui às suas Classes III e IV do português.

(40) Classes III e IV no espanhol (Harris, 1999)

a. Classe IIIa (*-e* epentético no singular; *-e* no plural)

Singular	Plural	Tradução
<i>jef*(e)-Ø</i>	<i>jef-es</i>	‘chefe’
<i>nub*(e)-Ø</i>	<i>nub-es</i>	‘nuvem’

<sup>20</sup> Outros exemplos de vogais temáticas no interior de palavras derivadas que costumam ser mencionados na literatura são:

- |  |                 |
|--|-----------------|
| (i) <i>mat<u>a</u></i> → <i>matagal</i>            | (Lee, 1995)     |
| (ii) <i>afet<u>o</u></i> → <i>afetuoso</i>         | (Bechara, 2015) |
| (iii) <i>espaç<u>o</u></i> → <i>espaçonave</i>     | (Lee, 1995)     |
| (iv) <i>chuv<u>a</u></i> → <i>chuv<u>a</u>rada</i> | (Lee, 1995)     |
| (v) <i>hábit<u>o</u></i> → <i>habit<u>u</u>al</i>  | (Luft, 1974)    |

Entretanto, assim como nos exemplos de Camara Jr. mencionados no texto, não é claro que as vogais sublinhadas são vogais temáticas da palavra base. No caso de *matagal* em (i), não encontramos outros exemplos de palavras com o mesmo sufixo, para determinar se a formação dessa palavra é *matagal* ou *matagal*. Além disso, a intuição dos falantes que foram consultados é a de que *matagal* se relaciona mais com *mato* do que com *mata*. Quanto ao exemplo *afetuoso* em (ii), contrastam-se contraexemplos como *gracioso*, de *graça*, e não *\*gracioso*, e *estudioso*, de *estudo*, e não *\*estudioso*. Assim, parece que *-uoso* e *-ioso* são alomorfes de *-oso*, uma vez que sua presença não parece depender da vogal temática da palavra base. O exemplo *espaçonave*, em (iii), é comparável a exemplos, levantados por Nóbrega (2014, p. 65), de compostos que apresentam uma “vogal de ligação *-o-*” (nos termos do autor) entre os membros dos compostos: *musicoterapia* (e não *musicaterapia*), *denunciocracia* (e não *denunciacracia*) e *promessometro* (e não *promessametro*). Assim, não é claro se o *-o-* de *espaçonave* tem o mesmo estatuto que o *-o* de *espaço* ou que o *-o-* dos exemplos levantados por Nóbrega (2014). O exemplo *chuvarada* é talvez o mais claro exemplo de que a vogal sublinhada não é uma vogal temática; o sufixo *-ada* (de, por exemplo, *menin(o)-ada* e *mulher(Ø)-ada*) tem dois alomorfes: *-arada* (*filh(o)-arada*, *gent(e)-arada* e *comid(a)-arada*) e *-aiada* (*cabel(o)-aiada*, *peix(e)-aiada* e *fest(a)-aiada*). Assim, é mais coerente afirmar que a composição de *chuvarada* é *chuv-arada*, e não *chuva-rada*. Por último, o exemplo *habitual* contrasta com exemplos como *espaçal*, de *espaço*, e não *\*espaçual*, sugerindo que, assim como no caso do sufixo *-oso*, o sufixo *-al* tem os alomorfes *-ial* e *-ual*.

	<i>madr*(e)-Ø</i>	<i>madr-es</i>	‘mãe’
b. Classe IIIb (Ø no singular; -e temático no plural)			
	Singular	Plural	Tradução
	<i>común-Ø</i>	<i>común-es</i>	‘comum’
	<i>mil-Ø</i>	<i>mil-es</i>	‘mil’
	<i>compás-Ø</i>	<i>compas-es</i>	‘compasso’
	<i>hindú-Ø</i>	<i>hindú-es</i>	‘hindu’
	<i>red-Ø</i>	<i>red-es</i>	‘rede’
b. Classe IV (-e temático no singular e no plural)			
	Singular	Plural	Tradução
	<i>pen-e</i>	<i>pen-es</i>	‘pênis’
	<i>chil-e</i>	<i>chil-es</i>	‘pimenta’
	<i>pos-e</i>	<i>pos-es</i>	‘pose’
	<i>héro-e</i>	<i>héro-es</i>	‘herói’
	<i>pirámid-e</i>	<i>pirámid-es</i>	‘pirâmide’

Note-se que o contexto fonológico dos substantivos que alternam entre Ø e -e e que, portanto, pertencem à Classe IIIb é mais amplo em espanhol do que no português: /l/, /n/, /s/, /d/ e vogal tônica são algumas das terminações que figuram em final de palavra nas formas singulares e que recebem -e nas formas plurais. Em pelo menos uma dessas terminações – vogal tônica – a presença da vogal -e no plural não só não é explicada fonologicamente, como o acréscimo dessa vogal torna a cadeia segmental mais degenerada do que se ela não tivesse sido inserida, uma vez que sua presença forma um hiato (*hindúes*). Adicionalmente, Bermúdez-Otero (2013) mostra que o espanhol apresenta dados com exatamente os mesmos contextos fonológicos formando nomes atemáticos tanto no singular quanto no plural, conforme mostra (41). Assim, no espanhol, a falta de motivação fonológica para a alternância entre Ø e -e justifica o tratamento puramente morfológico atribuído a esse conjunto de dados.

(41) Nomes atemáticos vs. Classe III no espanhol (Bermúdez-Otero, 2013)

a.	<i>menú</i>	<i>menú-s</i>	‘menu’
	<i>hindu</i>	<i>hindú-es</i>	‘hindu’
b.	<i>brindis</i>	<i>brindis-Ø</i>	‘torrada’
	<i>lápiz</i>	<i>lápiz-es</i>	‘lápiz’

c. <i>fan</i>	<i>fan-s</i>	‘fã’
<i>pan</i>	<i>pan-es</i>	‘pão’

No português, diferentemente do espanhol, são muito mais previsíveis os contextos em que o *-e* aparece no plural, conforme já mencionado: palavras oxítonas que terminam em /S/ e palavras que terminam em /r/<sup>21</sup>. Assim, não nos parece profícuo tratar os dados da Classe IIIb como diferentes dos dados da Classe V, já que a distribuição complementar de *-e* e Ø nas formas plurais sugere uma motivação fonológica para a inserção dessa vogal. Assim, nossa primeira proposta é a de unir as Classes IIIb e V de Alcântara (2003) em uma só classe, defendendo que todas as palavras dessa classe são atemáticas e que um *-e* epentético deve ser inserido na fonologia em determinadas configurações segmentais. Conforme afirma Bisol (1998), há motivação para a postulação de uma epêntese nesses casos, uma vez que em outros contextos o PB lança mão de epêntese interconsonantal para garantir boa formação silábica, como em *afta* [‘a.fi.ta] e *dogma* [‘dɔ.gi.ma] (ver também Lee, 1995, p. 130-5).<sup>22</sup>

<sup>21</sup> A depender do dialeto/idioteleto, talvez seja necessário acrescentar também a condição de padrão acentual (ter acento final) às palavras terminadas em /r/, para além das terminadas em /S/. Ao questionar falantes nativos de maneira informal, alguns (em geral mais jovens) apresentam maior resistência para formar plural com *-es* quando a base é paroxítona, preferindo, por exemplo, *hambúrguers*, *mártirs*, *revólvers* e *pôsters* a *hambúrgueres*, *mártires*, *revólveres* e *pôsteres*, plurais preferidos por outros falantes (em geral mais velhos). É possível que isso se deva a uma mudança em curso na competição entre formar uma sílaba com coda simples e formar uma palavra com um padrão acentual proparoxítono, uma vez que tanto codas complexas (como /rs/) quanto padrões proparoxítonos são fonologicamente marcados no português. Uma vez que investigar e implementar diferentes idioletes foge do escopo do presente trabalho, não discutiremos essa questão e manteremos como dados de análise aqueles que fazem parte da língua padrão, a saber, *hambúrgueres*, *mártires*, *revólveres* e *pôsteres*.

<sup>22</sup> Certamente, os substantivos terminados em /r/ requerem uma investigação mais profunda. Se, por um lado, é fato que muitos substantivos terminados em /r/ fazem plural com *-es*, por outro, empréstimos recentes – em sua grande maioria de língua inglesa – não se conformam com esse padrão (como, por exemplo, em *hacker(s)*, *blogger(s)*, *youtuber(s)*, *tour(s)*, *blazer(s)*, *joker(s)*, *laser(s)*, *trailer(s)*). Ao menos três propriedades dessas palavras que são potencialmente responsáveis pela fuga à generalização de que palavras terminadas em /r/ recebem plural em *-es* devem ser investigadas: (i) o padrão acentual, afinal, com exceção de *tour*, todas as outras palavras elencadas são paroxítonas e, conforme mencionado na nota 21 acima, parece haver uma tendência de alguns falantes a rejeitar o plural em *-es* quando a palavra que termina em /r/ é paroxítona, da mesma forma como o é para palavras que terminam em /s/ (compare *rapazes* com *\*lápises*); (ii) o fato de essas palavras serem encaradas como estrangeirismos; uma maneira de testar essa propriedade seria por meio de experimentos que comparem a formação do plural de logatomas terminados em /r/ e que se conformam com as propriedades fonotáticas da língua (ou seja, que têm “cara” de palavras do PB) com a formação de plural de logatomas terminados em /r/ que não se conformam com essas propriedades (ou seja, que têm “cara” de palavras estrangeiras); (iii) a língua de origem dos empréstimos; não é claro se o fato de todas essas palavras provirem do inglês desempenha ou não algum papel na formação do plural; ao questionar alguns falantes sobre a formação de plural da palavra francesa *voyeur*, a maioria ainda assim preferiu o plural apenas com *-s*, mas houve hesitação por parte dos informantes, hesitação que não se mostrou quando a palavra questionada era de origem inglesa. Não estamos em condições de oferecer respostas a essas questões, o que deverá ser feito em trabalhos futuros. De todo modo, como quer que esteja internalizada a alternância entre plural em *-s* e plural em *-es* de palavras terminadas em /r/, acreditamos que a formalização dessa alternância não deva ser capturada por meio de diacríticos de classe que são acrescentados a listas aleatórias de raízes, porque existe uma condição fonológica para que o plural em *-es* possa emergir, que é terminar em /s/ ou em /r/ -- e, conforme discutido no texto, simplesmente listar as raízes não captura essa generalização.

Com relação aos membros do subgrupo IIIa da Classe III, duas alternativas são possíveis: (i) uni-los aos nomes atemáticos (IIIb+V) ou (ii) uni-los aos nomes com tema em *-e* (IV). Quanto à primeira alternativa, já foi mencionado que a motivação para considerar atemáticos os membros de IIIa é o fato de as raízes às quais a vogal /e/ se anexa terminarem em consoante não silabificável, o que justificaria o tratamento da vogal final /e/ como elemento epentético, inserido como estratégia para garantir a boa formação silábica da palavra. Essa opção é bastante plausível ao português brasileiro, que lança mão de epênteses finais com bastante frequência em palavras emprestadas como estratégia de adaptação à fonotaxe da língua, conforme ilustrado em (42) abaixo. É razoável, então, supor que o /e/ de uma palavra como *cheque* é uma epêntese.

(42) Epêntese final em empréstimos

- a. *look* [ˈlu.kɪ]
- b. *York* [i.ˈɔr.kɪ]
- c. *pop* [ˈpɔ.pi]
- d. *rock* [ˈrɔ.kɪ]
- e. *hip hop* [hi.pi.ˈhɔ.pi]

Mesmo nas formas plurais dos membros de IIIa, como *cheques*, a inserção de *-e* entre a consoante final da raiz e o morfema *-s* é similar a epênteses encontradas em empréstimos, cujo contexto é C\_\_[s], como por exemplo:

(43) Epêntese no contexto C\_\_[s] em empréstimos

- a. *Google Docs* [ˈgu.gow ˈdɔ.kɪs]
- b. *Mc Donald's* [mɛ.ki.ˈdo.naw.dʒɪs]
- c. *shorts* [ˈʃɔr.tʃɪs]
- d. *Bob's* [ˈbɔ.bɪs]

Quanto à segunda alternativa, que sugere a união dos nomes da Classe IIIa com os nomes da Classe IV – ou seja, quanto à possibilidade de postular que o *-e* das palavras recém discutidas é uma vogal temática, e não uma epêntese – essa hipótese depende, primeiramente, de entender qual o estatuto da vogal /e/ dos membros da Classe IV. Conforme já mencionado, a vogal final dos membros dessa classe não pode ser vista como epêntese, uma vez que é

fonologicamente dispensável pelo fato de a última consoante da raiz ser permitida em coda silábica. Isso faz com que Alcântara (2003) e Bisol & Matzenauer (2016) admitam que há uma vogal temática *-e* na composição desses vocábulos. Armelin (2015), diferentemente, sugere que a vogal *-e* dos membros da Classe IV é parte da própria raiz, tornando essas palavras atemáticas.

O que motiva a assunção de Armelin (2015) é a composição das formas diminutivas. Segundo a autora, como somente as vogais *-o* e *-a* podem seguir o morfema *-inh* (independentemente de essas vogais serem ou não a realização transparente de gênero), são apenas essas vogais que podem ser tidas como vogais temáticas<sup>23</sup>. No entanto, a autora postula um item de Vocabulário  $\emptyset$  para preencher a posição temática de todas as palavras que não terminam em *-o* ou *-a*. Como a vogal temática  $\emptyset$  jamais aparece com o morfema de diminutivo (*alface- \*alfacinh $\emptyset$* )<sup>24</sup>, esse não parece ser um critério confiável para eliminar a vogal *-e* como uma potencial vogal temática. Assim, descartamos a proposta de Armelin (2015) e consideraremos que a vogal final /e/ dos membros da Classe IV é uma vogal temática, conforme defendem Alcântara (2003) e Bisol & Matzenauer (2016).

Com a discussão acima, a possibilidade de unir os membros da Classe IIIa com os membros da Classe IV (temáticos) e a possibilidade de uni-los com os membros da Classe IIIb+V (atemáticos) permanecem em mesmo pé de igualdade. Uma vez que a vogal temática *-e*, a vogal temática  $\emptyset$  e a epêntese são peças necessárias para explicar fatos da língua independentemente dos membros da Classe IIIa, ambas as análises são igualmente possíveis e plausíveis.

Para tentar sanar a ambiguidade dos dados da Classe IIIa, gostaríamos de trazer um conjunto de dados ainda tateante. Observe-se a Tabela 2.5 a seguir.

---

<sup>23</sup> Lembremos que a autora na verdade propõe que vogais temáticas não são primitivos da gramática e que todas as vogais finais são expoentes de gênero. Como essa diferença de rótulo não interfere na discussão que está sendo levantada, continuaremos usando o termo “vogal temática” mesmo no contexto da análise de Armelin (2015).

<sup>24</sup> No dialeto mineiro, é possível pronunciar o diminutivo *-inho* sem a vogal final, como *mineirim* em lugar de *mineirinho* ou *meninim* em lugar de *menininho*, redução que, segundo falantes do dialeto consultados, é impossível quando a vogal final é *-a*: *\*planetim*, *\*coisim*. Entretanto, essa não é uma propriedade do sufixo de diminutivo *-inho*, uma vez que a mesma supressão vocálica se aplica em contextos em que a sequência final /iɲo/ não configura um morfema avaliativo, como *vizim*, em lugar de *vizinho*, *camim*, em lugar de *caminho* e *espim* em lugar de *espinho*. Se essa é uma característica fonológica – decorrente de propriedades da vogal /o/ não compartilhadas pela vogal /a/ – ou morfológica – decorrente do estatuto menos marcado da vogal temática *-o* em relação a *-a* – é uma questão a ser investigada.

Tabela 2.5 – Antropônimos e vogais temáticas.

Contexto fonológico	“raiz”	-o	Ø	-e	-a
/l/	Rafael-	---	Rafael	Rafaele	Rafaela
	Daniel-	---	Daniel	Daniele	Daniela
	Gabriel-	---	Gabriel	Gabriele	Gabriela
	Marcel-	Marcelo	Marcel	Marcele	Marcela
	Manuel-	---	Manuel	Manuele	Manuela
/z/	Luiz-	---	Luiz	Louise	Luíza
	Denis-	---	Dênis	Denise	---
/r/	Artur-	Arturo	Artur	---	---
	Vilmar-	---	Vilmar	---	Vilmara
	Valdir-	---	Valdir	---	Valdira
/N/	Alan-	Alano	Alan	Alane	Alana
	Jean-	---	Jean	Jeane	Jeana
	Adrian-	Adriano	Adrian	Adriane	Adriana
	Cristian-	Cristiano	Cristian	Cristiane	Cristiana
	Julian-	Juliano	Julian	Juliane	Juliana
	Luan-	---	Luan	Luane	Luana
	Rosan-	Rosano	---	Rosane	Rosana
C não licenciada em coda	Felip-	Felipo	Felip(e)	---	Felipa
	Alexandr-	---	Alexandr(e)	---	Alexandra
	Erik-	Érico	Erick(e)	---	Érica
	Enrik-	Enrico	Enriqu(e)	---	Enrica

As linhas da tabela acima contêm células com antropônimos que compartilham uma mesma base (que estamos chamando de “raiz”) e que se diferenciam apenas pela vogal final, que pode ser *-o*, *-a*, *Ø* ou *-e*. Os critérios utilizados para compor a tabela foram: (i) raízes que formam no mínimo dois antropônimos, (ii) desses antropônimos, ao menos um é masculino e ao menos um é feminino e (iii) desses antropônimos, ao menos um é formado com o tema *Ø* ou com o tema *-e*.

Note-se, primeiramente, que as quatro combinações vocálicas podem figurar em uma mesma base antroponímica, como, por exemplo, a base *Marcel-*, que pode formar *Marcelo*, *MarcelØ*, *Marcele* e *Marcela*. Isso em si já uma observação interessante no sentido de apontar para a existência de quatro diferentes classes e, sobretudo, para a oposição entre *Ø* e *-e*, algo que uma análise como a de Armelin (2015) busca eliminar.

Outra observação interessante a ser feita a respeito dessa tabela é a distribuição de nomes masculinos e femininos (infamemente distribuídos em células azuis e cor-de-rosa, respectivamente). Se os dados que foram encontrados e reproduzidos nessa tabela se mostrarem de fato representativos da composição formal dos antropônimos de uma maneira geral, eles

apontam para um subpadrão de pares masculinos e femininos – para além do já conhecido padrão que forma nomes masculinos com *-o* e nomes femininos com *-a* – formado pela oposição entre  $\emptyset$  no masculino e *-e* no feminino (por exemplo, *Marcel-Marcele, Julian-Juliane, Luiz-Louise*).<sup>25</sup> Note-se, ainda, que nomes cuja composição formal corresponde à de nomes da Classe IIIa (últimas quatro linhas da tabela), quando pareados com os nomes atemáticos, mantêm a simetria do padrão encontrado nos outros nomes. Caso esses nomes fossem temáticos com tema em *-e*, esperaríamos, de acordo com o padrão avistado na tabela, que formassem antropônimos femininos, o que não ocorre.

Certamente, a composição formal dos antropônimos e a intuição dos falantes sobre sua formação exigem uma investigação mais aprofundada, o que foge do escopo do presente trabalho – e quaisquer generalizações a que chegamos são passíveis de falseamento. De todo modo, dado que outros critérios mantêm o tratamento da vogal final dos dados da Classe IIIa irresoluto, esse conjunto de dados auxilia na escolha de uma análise em detrimento da outra, sugerindo que os nomes da Classe IIIa são de fato atemáticos, sendo a vogal *-e* uma epêntese.

Com a discussão feita na presente seção, finalizamos resumindo o conjunto de classes temáticas que estamos propondo para os não verbos do português brasileiro, apresentado em (44), após uma revisão das classes de Alcântara (2003). Para evitar confusão no rótulo das classes conforme propostas, por um lado, por Alcântara e, por outro, pelo presente trabalho, utilizamos traços binários representados por letras gregas para nomear as nossas classes finais, semelhantemente ao que foi proposto na seção 2.1.1 para os verbos. Na seção 2.3 desenvolvemos a proposta com traços binários mais detalhadamente.

(44) Classes formais dos não verbos do PB

- a. Classe [- $\alpha$ ]: *-o*      *livro, menino, tribo*
- b. Classe [+ $\alpha$ ]: *-a*      *mesa, menina, planeta*
- c. Classe [+ $\beta$ ]:  $\emptyset$       *álbum, mar, dor, maré*
- d. Classe [+ $\gamma$ ]: *-e*      *bule, folclore, pele, tosse*

---

<sup>25</sup> Para mencionar uma situação que em princípio corrobora a hipótese de que o subpadrão mencionado corresponde à intuição dos falantes, o colega linguista Maurício Resende comentou que, ao discutir com sua mãe sobre qual nome deveria dar ao filhote macho de sua cachorra chamada *Fiona*, brincou dizendo que poderiam nomeá-lo *Dom Fione*, ao que sua mãe retrucou dizendo que *Fione* seria um nome feminino e que, se fosse para transformar em nome masculino, deveria ser *Fion*.

## **2.2 Implementação teórica e opções oferecidas pela literatura**

Nesta seção, discutimos as diferentes propostas que a literatura oferece para três aspectos da implementação teórica das classes flexionais de diferentes línguas: na subseção 2.2.1, discutimos a maneira como as diferentes raízes da língua são associadas aos traços de classe; na subseção 2.2.2, discutimos as diferentes representações dos traços de classe e, na subseção 2.2.3, discutimos o momento da derivação em que a posição de vogal temática deve ser inserida. Após debater os prós e contras das diferentes propostas, apresentamos a implementação que o presente trabalho propõe para as classes nominais e verbais do português brasileiro na subseção 2.2.4.

### **2.2.1 Imprevisibilidade semântica e fonológica: onde a relação entre raízes e vogais temáticas está armazenada**

Entendendo que as vogais temáticas tanto verbais quanto não verbais são morfemas idiossincraticamente associados a determinadas raízes, essa informação deve estar de alguma forma listada na gramática, uma vez que nenhuma propriedade gramatical (fonológica, sintática ou semântica) é capaz de determinar de modo inequívoco a relação entre as raízes e as vogais temáticas que elas recebem nos contextos verbais e não verbais.<sup>26</sup> A literatura oferece quatro diferentes hipóteses para codificar a relação entre vogais temáticas e raízes: (i) as vogais temáticas são listadas juntamente com suas raízes no léxico (Bermúdez-Otero, 2006, 2013); (ii) as raízes estão listadas no contexto das regras de inserção de Vocabulário das vogais temáticas (Armelin, 2015); (iii) as vogais temáticas são codificadas por meio de traços de classe que, esses sim, estão associados intrinsecamente às raízes em forma de diacríticos (Oltra-Massuet, 1999 e muitos trabalhos subsequentes) e (iv) as vogais temáticas são codificadas por meio de traços de classe que não constituem propriedade intrínseca das raízes, mas sim são associados às raízes em determinadas configurações estruturais pós-sintaticamente (Kramer, 2015; Vadella, 2017).

A proposta (i) é facilmente descartável para os propósitos do presente trabalho, por ser de cunho lexicalista, pois sugere que há um componente pré-sintático que armazena itens

---

<sup>26</sup> Exceto, conforme já mencionado, o valor de gênero, que é capaz de prever uma parcela das vogais temáticas nominais. Adiante isso será discutido em mais detalhes.



complexos; mais especificamente, um léxico que armazena bases (raízes juntamente com suas vogais temáticas) já pertencentes a categorias específicas. Bermúdez-Otero (2013), por exemplo, ao discutir dados do espanhol, argumenta que uma raiz como  $\sqrt{\text{Toss}}$ , por exemplo, que está presente nas palavras *tosse* e *tossir*, é armazenada no léxico conforme mostra (45) abaixo.

- (45) a. N: [[ toss-e ]]  
 b. V: [[ toss-i ]]

Assumir essa proposta implicaria em abrir mão de um dos principais pressupostos da teoria da Morfologia Distribuída, uma teoria altamente anti-lexicalista. Uma vez que o presente trabalho adota os pressupostos da MD, o motivo para descartar uma proposta como a de Bermúdez-Otero recai sobre sua incompatibilidade teórica.

A proposta (ii) envolve uma resolução anti-lexicalista que, portanto, não se depara com o problema teórico supracitado. Numerosos trabalhos que utilizam o instrumental da MD adotam essa solução para os mais diversos fenômenos morfológicos. No âmbito da flexão, por exemplo, Halle & Marantz (1993) postulam os seguintes itens de Vocabulário para realizar o traço [+Pret(érito)] no nó de tempo T dos verbos do inglês.

- (46) Itens de Vocabulário para [+Pret] no inglês (adaptado de Halle & Marantz, 1993)
- a.  $\emptyset \leftrightarrow T[+Pret] / X \_\_\_ \quad \text{em que } X = \sqrt{\text{BEAT}}, \sqrt{\text{DRIVE}}, \sqrt{\text{BIND}} \dots$
- b.  $/-t/ \leftrightarrow T[+Pret] / Y \_\_\_ \quad \text{em que } Y = \sqrt{\text{DWELL}}, \sqrt{\text{BUY}}, \sqrt{\text{SEND}} \dots$
- c.  $/-d/ \leftrightarrow T[+Pret]$

Uma vez que não há nada na fonologia ou na semântica das raízes do inglês que determine qual expoente –  $\emptyset$ ,  $/-t/$  ou  $/-d/$  – ela escolherá como morfema de pretérito, as raízes que recebem os expoentes mais marcados, que são  $\emptyset$  e  $/-t/$ , devem estar listadas no contexto de aplicação da regra responsável por inseri-los (46a-b). Já o item  $/-d/$ , considerado o item default, é inserido no contexto de todas as raízes que não estão listadas nos itens anteriores.

No campo da morfologia derivacional, essa solução também costuma ser adotada. Embick & Marantz (2008) e Embick (2010), por exemplo, ao investigarem a realização dos diversos morfemas nominalizadores do inglês, postulam os seguintes itens de Vocabulário para o nó *n*.

(47) Itens de Vocabulário para  $n$  no inglês (adaptado de Embick, 2016)

- a. /-al/  $\leftrightarrow n$  / X \_\_\_\_ em que X =  $\sqrt{\text{REFUSE}}$ ,  $\sqrt{\text{PROPOSE}}$ ...
- b. /-age/  $\leftrightarrow n$  / Y \_\_\_\_ em que Y =  $\sqrt{\text{MARRY}}$ ,  $\sqrt{\text{CARRY}}$ ...
- c. /-tion/  $\leftrightarrow n$  / Z \_\_\_\_ em que Z =  $\sqrt{\text{DESTRUCT}}$ ,  $\sqrt{\text{COLECT}}$ ...
- d.  $\emptyset \leftrightarrow n$

De novo, essa é uma decisão analítica tomada pelo fato de não haver nada de semântico ou fonológico nas raízes capaz de determinar integralmente qual morfema nominalizador deve se anexar a cada uma delas, o que significa que essa informação deve ser decorada item a item pelos falantes e, portanto, listada de alguma forma na gramática. Em termos prosaicos, a forma como essa listagem se dá não é com a raiz carregando a informação de qual sufixo nominalizador se anexará a ela, conforme modelos lexicalistas costumam propor, e sim com o sufixo nominalizador carregando a informação de a qual raiz se anexará.

O problema enfrentado na descrição da relação entre as raízes e as vogais temáticas (tanto verbais quanto nominais) do PB é exatamente o mesmo: nenhuma propriedade fonológica ou semântica das raízes possibilita prever a forma dessa relação. Assim, a solução em (ii) pareceria adequada para lidar com esse fenômeno. O leitor deve estar lembrado que foi precisamente esse o recurso utilizado por Armelin (2015) para as vogais átonas finais dos nomes. A autora, ao eliminar as vogais temáticas como primitivos da gramática, postula que as vogais átonas finais são itens de Vocabulário que realizam o nó de gênero GEN e que, no caso das vogais que são imprevisíveis de acordo com o valor de gênero, as raízes são listadas no contexto de aplicação desses itens.

A discussão avançada na seção 2.1.2.3 mostrou que a análise de Armelin (2015) é problemática na medida em que tenta eliminar a distinção entre gênero e vogal temática. Adicionalmente, no entanto, alguns dos problemas elencados podem ser atribuídos também à estratégia de listar as raízes no contexto de inserção dos itens de Vocabulário. Em particular, os problemas do pareamento e da derivação dos substantivos gentílicos podem ser em parte atribuíveis a essa estratégia. Relembremos que a formação dos substantivos que Harris (1991) chama de gentílicos (que formam masculino em *-e* ou  $\emptyset$  e feminino em *-a*, como *mestre-mestra*) é impossível com o conjunto de itens de Vocabulário que a autora postula, uma vez que essas raízes estão listadas no contexto do item de Vocabulário  $\emptyset$  que realiza um nó GEN independentemente do valor de gênero, conforme repetido em (48a).

- (48) a.  $\emptyset \leftrightarrow \text{GEN} / \sqrt{\text{MESTR, PERU, ...}}$   
 b.  $/-a/ \leftrightarrow \text{GEN}[f]$

Nesses casos, a formação da forma feminina em *-a* – *mestra* e *perua* – torna-se impossível: o item  $\emptyset$ , que, segundo a autora, tem prioridade para ser inserido, sempre precederá a inserção do item menos específico *-a* no contexto do traço feminino (48b). Ao tentar solucionar esse problema – e o problema da violação do Princípio do Subconjunto (cf. seção 2.1.2.3) – adicionando itens de Vocabulário com especificação de gênero à lista, deparamo-nos com o problema do pareamento, uma vez que, se quaisquer raízes podem estar listadas em quaisquer dos itens, nada impediria a formação de pares como *o peru* - *\*a peruo*, por exemplo. Esse problema emerge devido ao fato de que uma mesma raiz se comporta de maneiras diferentes a depender do contexto morfossintático em que ocorre. No caso dos nomes gentílicos, uma raiz se associará à vogal temática  $\emptyset$  ou *-e* no contexto do traço masculino, mas à vogal *-a* no contexto do traço feminino.

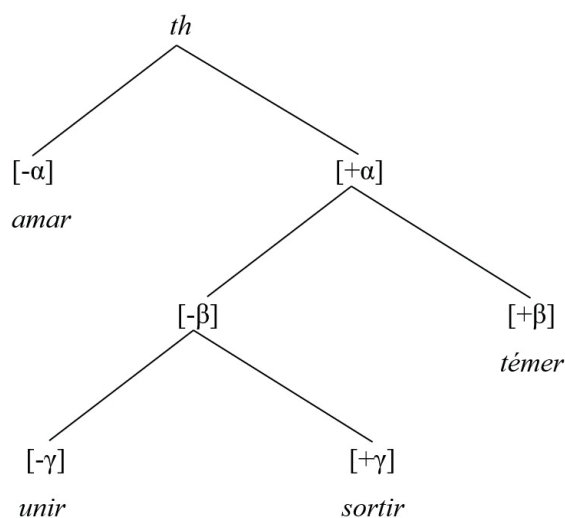
O mesmo tipo de problema emergiria na tentativa de usar a solução (ii) para descrever o comportamento das classes verbais: nas formas flexionadas, as bases verbais recebem diferentes morfemas flexionais a depender de a qual conjugação pertencem. Listar as raízes no contexto da inserção desses morfemas flexionais tornaria mera coincidência, por exemplo, o fato de que as raízes que recebem a vogal temática *-e* nas formas infinitivas (como *comer*) recebem a vogal *-i* nas formas participiais (*comido*). Nada preveria que o conjunto de raízes listadas no contexto da inserção de *-e* no infinitivo é um subconjunto daquelas que estão listadas no contexto da inserção de *-i* no participio. Como essa é uma relação previsível e generalizável, a solução (ii) deve ser descartada para o tratamento das classes formais do português em proveito de uma que capture essa e outras relações.

A proposta (iii), que assume que as vogais temáticas são codificadas por meio de traços de classes e os traços de classe estão associados às raízes por meio de diacríticos, é a maneira como Oltra-Masseut (1999a, b) lida com as vogais temáticas e a flexão verbal do catalão. Assim como no português, os verbos do catalão contam com três classes conjugacionais, determinadas pelas vogais temáticas *-a*, *-e* e *-i* (e esta última, segundo a autora, subdivide-se em duas classes no catalão). Como o pertencimento a uma ou outra classe conjugacional interfere não apenas na seleção da vogal temática, como também no comportamento das formas flexionadas, a autora opta por representar as diferentes conjugações por meio de conjuntos de traços de classe, que

são carregados pelas raízes. As regras de inserção de Vocabulário e outras regras que influenciam na forma morfofonológica das formas verbais fazem referência a esses traços.

De forma concreta, a autora postula a hierarquia de marcação em (49), reanalisada em forma de conjuntos de traços em (50). Quanto mais traços com valores positivos, mais marcada é uma conjugação.

(49) Hierarquia de marcação para *th* do catalão (Oltra-Massuet, 1999a)



(50) Conjuntos de traços das conjugações do catalão

- a. CI (*amar*): [-α]
- b. CII (*témer*): [+α, +β]
- c. CIIIa (*unir*): [+α, -β, -γ]
- d. CIIIb (*sortir*): [+α, -β, +γ]

As raízes, no entanto, são minimamente marcadas, e a marcação completa fica a cargo de regras de redundância, que fornecem os valores previsíveis dos traços faltantes. A marcação das raízes das quatro conjugações do catalão é:

(51) Marcação das raízes

- a. CI:  $\sqrt{AM}$
- b. CII:  $\sqrt{TÉM_{[+β]}}$
- c. CIIIa:  $\sqrt{UN_{[+α]}}$
- d. CIIIb:  $\sqrt{SORT_{[+γ]}}$

As raízes de primeira conjugação não necessitam vir marcadas, uma vez que essa é a conjugação com maior número de exemplares na língua e que serve para a criação de novos verbos. É automático o encaminhamento de uma raiz sem nenhuma marcação à classe  $[-\alpha]$ , não marcada, que é considerada default, o que é obtido por meio da regra de redundância (52a). De forma similar, segue-se diretamente da hierarquia de marcação que uma raiz marcada  $[\beta]$  carrega também o traço  $[\alpha]$ , o que é capturado pela regra de redundância em (52b). As regras em (52c-d) fornecem a especificação completa às raízes de CIIIa e CIIIb.

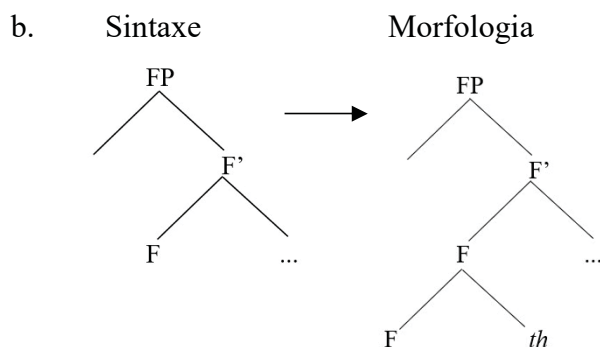
(52) Regras de redundância

- a.  $[ ] \rightarrow [-\alpha]$
- b.  $[\beta] \rightarrow [\alpha]$
- c.  $[\alpha] \rightarrow [-\beta, -\gamma]$
- d.  $[\gamma] \rightarrow [\alpha, -\beta]$

Estruturalmente, o nó que realizará as vogais temáticas é inserido na estrutura pós-sintaticamente, por uma condição de boa formação morfológica que requer que todos os nós funcionais, o que inclui categorizadores como  $v$  e  $n$ , recebam uma posição temática, conforme mostra (53).

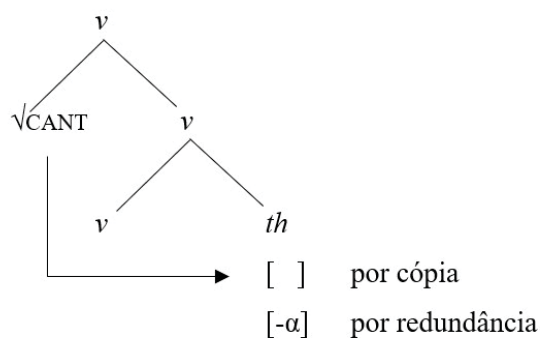
(53) a. Condição de boa formação morfológica:

Todo  $F^0$  requer uma posição temática.

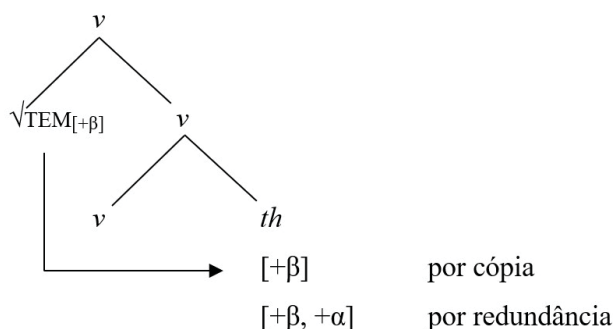


Após a inserção do nó temático, o traço de classe carregado pela raiz é copiado nesse nó; as regras de redundância seguem essa operação de cópia. Exemplos com os verbos *cantar* e *témer* do catalão são dados em (54) a seguir:

(54) a.



b.



Com esse sistema, que agrupa as raízes de uma mesma conjugação em classes representadas por meio de traços, os problemas relacionados à solução (ii) discutidos anteriormente são sanados, uma vez que as regras responsáveis pela exponenciação das vogais temáticas e dos morfemas flexionais podem fazer referência a esses traços, sem precisar se referenciar às raízes individualmente. No entanto, essa análise também não está isenta de críticas. Note-se que a maneira como a relação entre as raízes e as vogais temáticas é codificada é por meio de uma associação intrínseca dos traços de classe às respectivas raízes. Em outras palavras, as raízes já estão lexicalmente marcadas para a classe a que pertencem. Conforme nota Acquaviva (2009), essa associação apresenta um problema conceitual. Se uma raiz carrega um traço que codifica a que classe verbal pertence, essa raiz carrega uma informação verbal e, assim, não pode ser considerada acategorial. Se a acategorialidade da raiz é uma das propriedades alvejadas pela hipótese da decomposição lexical, a assunção de que as raízes carregam inerentemente diacríticos de classe dentro de um modelo como o da MD é um tiro no pé. Essa análise é um retorno ao lexicalismo.

Buscando sanar esse problema conceitual, Kramer (2015), investigando as classes nominais do espanhol, sugere a solução (iv), que é a associação pós-sintática das raízes a seus respectivos traços de classe. Uma vez que, no sistema de Oltra-Massuet, a posição de vogal

temática é inserida tardiamente, conforme mostra (53), processo que é seguido por uma cópia do traço de classe carregado pela raiz nessa posição, conforme (54), Kramer propõe que as instruções para inserção das posições temáticas incluem os traços de classe e as raízes, eliminando, assim, a necessidade de as raízes serem intrinsecamente marcadas para classe nominal. Considerando-se que as classes I, II e III de Kramer (2015) são as classes das vogais temáticas nominais *-o*, *-a* e  $\emptyset$ , respectivamente, as instruções propostas pela autora para a inserção de posições temáticas no nó *n* são:

(55) Inserção de nós temáticos em *n* (Kramer, 2015)

- a. Insira [*th*, III] no contexto de  $\sqrt{\text{MADR}}$ ,  $\sqrt{\text{PADR}}$ ,  $\sqrt{\text{LAPIZ}}$ , ...
- b. Insira [*th*, II] no contexto de  $\sqrt{\text{DI}}$ , ...
- c. Insira [*th*, I] no contexto de  $\sqrt{\text{MAN}}$ , ...
- d. Insira [*th*, II] no contexto de  $n[+\text{FEM}]$
- e. Insira [*th*] nos demais ambientes.

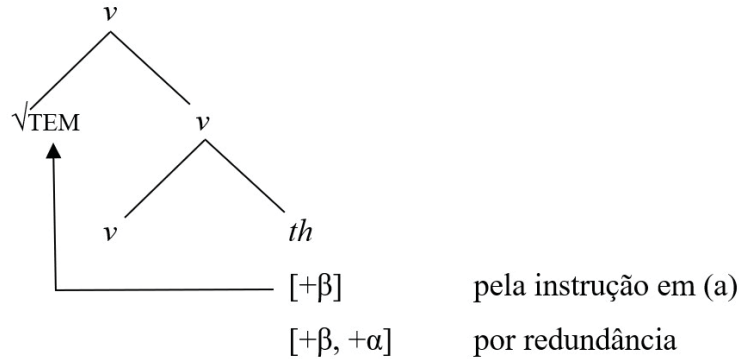
As instruções em (55a-c) são responsáveis por inserir os traços das três classes em contextos imprevisíveis de acordo com o valor de gênero; ou seja, são responsáveis por inserir o traço de classe III para todas as raízes que recebem a vogal temática  $\emptyset$ , o traço de classe II para todas as raízes masculinas que recebem *-a* (*el dia*, por exemplo) e o traço de classe I para todas as raízes femininas que recebem *-o* (*la mano*, por exemplo). A instrução (55d) é responsável por inserir o traço II para todos os nominalizadores femininos que não foram contemplados por nenhuma das instruções anteriores, garantindo o estatuto default da classe II para palavras femininas. A instrução (55e), por fim, insere um nó temático subespecificado em todos os outros contextos. Com essa proposta, não é necessário estipular dois passos para a inserção do nó temático e especificação do traço no contexto da raiz presente na estrutura, conforme o faz Oltra-Massuet (1999), mas apenas um. O exemplo (56) mostra como se dá a inserção e especificação de *th* para o verbo *témer* do catalão, conforme a proposta de Kramer (2015).

(56) Inserção de *th* para o verbo do catalão *témer*

a. Instrução:

Insira [*th*, +β] no contexto de √*TEM*, ...

b.



Essa solução nos parece a mais adequada dentre as que foram contempladas na presente seção. Não só evita o problema teórico de um retorno mascarado ao lexicalismo – problema da proposta (iii) – como também desvia dos problemas relacionados com a proposta (ii), por postular traços de classe, agrupando raízes com comportamentos semelhantes em uma mesma classe. Adicionalmente, essa solução permite que estruturas distintas que contenham uma mesma raiz acesse listas de instruções diferentes, a depender do rótulo do categorizador. Por exemplo, a raiz √*TOSS* acessará uma lista quando no contexto verbal, responsável por encaminhá-la à CIII, gerando *tossir*, e outra lista no contexto nominal, que a encaminhará à classe da vogal nominal *-e*, gerando *tosse*. Não há necessidade, assim, de uma raiz carregar traços verbais mesmo estando em ambientes nominais ou vice-versa. O acesso a diferentes listas torna-se ainda mais interessante quando avaliamos diferentes categorias não verbais. Observe-se os exemplos a seguir.

(57)	Substantivo	Adjetivo
	<i>morte</i>	<i>morto(a)</i>
	<i>entrega</i>	<i>entregue</i>
	<i>aceite</i>	<i>aceito(a)</i>
	<i>suspense</i>	<i>suspensa(a)</i>
	<i>melhora</i>	<i>melhorØ</i>

Os exemplos acima mostram que uma mesma raiz pode receber diferentes vogais temáticas não verbais quando em contexto nominal ou adjetival. Com uma análise que supõe



que as raízes carregam diacríticos de classe, não haveria forma de gerar as formas nominais e adjetivais acima sem fazer referência explícita à categoria. A raiz  $\sqrt{\text{ACEIT}}$ , por exemplo, se viesse marcada apenas como  $\sqrt{\text{ACEIT}_{[\text{III}]}}$  (em que [III] se refere à vogal temática não verbal -e), geraria a forma *aceite* mesmo em um contexto adjetival, o que resultaria em uma formação agramatical, como em *\*o trabalho aceite*. Para evitar essa formação, a marcação da raiz deveria ser algo como  $\sqrt{\text{ACEIT}_{[\text{n}: \text{III}]}}$ , o que vai na contramão da hipótese da acategorialidade das raízes (cf. Acquaviva, 2009), uma das hipóteses centrais da MD. Se, por outro lado, as instruções para inserção do nó temático forem explicitamente sensíveis à categoria da estrutura, esse problema não se coloca, uma vez que a raiz  $\sqrt{\text{ACEIT}}$  estaria listada para receber o nó temático contendo o traço [III] no contexto nominal, mas não na lista relativa ao contexto adjetival, onde receberia os traços [I] para o masculino e [II] para o feminino. Com essa análise, captura-se o fato de que as vogais temáticas *não são* propriedade das raízes unicamente; as vogais temáticas são propriedade dos categorizadores no contexto de determinadas raízes ou, em outras palavras, das raízes em determinadas configurações estruturais.

Na seção 2.2.4, essa proposta será elaborada para os dados do PB. Antes, no entanto, avaliemos outras questões que concernem à codificação das vogais temáticas e as propostas oferecidas na literatura.

## 2.2.2 Como são representados os traços de classe

Na seção anterior, mencionamos que a análise que será adotada no presente trabalho para a codificação da relação entre raízes, categorizadores e vogais temáticas lança mão de traços de classe. Nesta seção, investigamos as diferentes propostas concernentes à natureza desses traços presentes na literatura. Há quatro tipos de análises sobre como os traços relativos às classes conjugacionais são representados: (i) por meio de traços privativos (Embick & Halle, 2005; Embick, 2010; Bassani & Lunguinho, 2011), (ii) por meio de conjuntos de traços binários (Müller, 2004; Alexiadou & Müller, 2008), (iii) por meio de conjuntos de traços privativos relacionados por uma hierarquia de marcação (Harris, 1999; Alcântara, 2003) e (iv) por meio de conjuntos de traços binários relacionados por uma hierarquia de marcação (Oltra-Massuet, 1999; Teixeira, 2012; Santana, 2016a).

A representação por meio de traços privativos é uma estratégia descritiva adotada por autores como Embick & Halle (2005) para as conjugações verbais do latim, Bassani &

Lunguinho (2011) para as conjugações verbais do português e Vadella (2017) para as classes nominais do espanhol, dentre outros. Essa é a maneira mais simples de representar as conjugações, pois simplesmente atribui um rótulo a cada uma das classes, sem nenhuma estipulação adicional. Na análise de Bassani & Lunguinho (2011), por exemplo, as conjugações verbais do português são representadas pelos traços [c<sub>1</sub>], [c<sub>2</sub>] e [c<sub>3</sub>]; na análise de Embick & Halle (2005), os traços relativos às conjugações verbais do latim são [I], [II], [III] e [IV], semelhantemente aos traços adotados por Vadella (2017) para as classes nominais do espanhol.

Entretanto, essa representação não é capaz de capturar possíveis relações entre as diferentes conjugações. Conforme mencionado na seção 2.1.1, as classes verbais CII e CIII do português têm comportamento semelhante em algumas formas flexionadas, em oposição a CI. Na análise de Bassani & Lunguinho (2011), não há forma de capturar essa semelhança se não por meio de uma menção explícita e disjuntiva às duas classes sempre que ambas estão envolvidas em alguma operação. Na operação de inserção de Vocabulário, por exemplo, as regras que realizam os traços de pretérito imperfeito são (p.209):

(58) Itens de Vocabulário para pretérito imperfeito

a. /va/ ↔ [pret.imp] / [c<sub>1</sub>]

b. /ia/ ↔ [pert.imp] / [c<sub>2</sub>] ou [c<sub>3</sub>]

Os autores limitam-se a analisar as formas do modo indicativo (presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito), mas se acrescentassem à análise as formas de presente do subjuntivo, a menção disjuntiva a CII e CIII teria que ser igualmente evocada:

(59) Itens de Vocabulário para presente do subjuntivo

a. /e/ ↔ [pres.subj] / [c<sub>1</sub>]

b. /a/ ↔ [pres.subj] / [c<sub>2</sub>] ou [c<sub>3</sub>]

Ademais, os autores postulam um conjunto de operações de fusão, algumas das quais fazem menção somente a CI e outras, a CII e a CIII conjuntamente (para mais detalhes, cf. capítulo 3). Não deveria ser encarado como uma simples casualidade o fato de que a oposição se dá sempre entre CI de um lado e CII e CIII de outro, e nunca entre, por exemplo, CII de um lado e CI e CIII de outro. A análise por meio de traços privativos trata indesejosamente essa neutralização sistemática entre as conjugações como mera coincidência.

Ao investigar o sistema flexional de caso do russo, Müller (2004) propõe uma abordagem de decomposição dos traços de classe em traços mais primitivos, para dar conta dos numerosos casos de neutralização envolvendo os morfemas flexionais. Observando o conjunto de desinências de caso na Tabela 2.6 abaixo, nota-se que as ocorrências de neutralização acometem não apenas diferentes casos dentro de uma mesma conjugação – a que o autor se refere como “sincretismo intraparadigmático”, como, por exemplo, o morfema *-i* de dativo, genitivo e locativo da classe III – mas também o mesmo caso em diferentes conjugações – a que o autor se refere como “sincretismo transparadigmático”, como, por exemplo, o mesmo morfema */i/*, que aparece no genitivo das classe II e III.

**Tabela 2.6 – Classes nominais do russo.**

	I	II	III	IV
nom	∅	a	∅	o
acc	∅/a	u	∅	o
dat	u	e	i	u
gen	a	i	i	a
inst	om	oj	ju	om
loc	e	e	i	e

Para analisar essa coincidência de forma dos sufixos flexionais, o autor assume o seguinte “princípio meta-gramatical” de sincretismo (p. 197).

(60) Princípio do sincretismo:

Identidade de forma implica identidade de função

(em um domínio  $\Sigma$  e a menos que haja evidência do contrário).

Assim, salvo evidência contrária, uma mesma forma fonológica em diferentes contextos morfossintáticos deve ser analisada como um único expoente. Para explicar o sincretismo intraparadigmático de modo a respeitar o princípio do sincretismo, o autor adota uma proposta, que remonta a Jakobson (1962), de decomposição dos traços de caso. Os traços de caso que o autor propõe são  $[\pm\text{suj}(\text{eito})]$ ,  $[\pm\text{reg}(\text{ido})]$  e  $[\pm\text{obl}(\text{íquo})]$ , que se combinam conforme mostra (61) para cada caso (p. 201):

(61) Traços de caso decompostos

- a. Nominativo: [+subj, -reg, -obl]
- b. Acusativo: [-subj, +gov, -obl]
- c. Dativo: [-subj, +gov, +obl]
- d. Genitivo: [+subj, +gov, +obl]
- e. Instrumental: [+subj, -gov, +obl]
- f. Locativo: [-subj, -gov, +obl]

Deixando de lado os detalhes sobre a motivação para esses conjuntos de traços, note-se que os casos dativo, genitivo e locativo formam uma classe natural, pois compartilham o traço [+obl], o que explica o mesmo expoente fonológico para esses três casos na classe III. O fato de o expoente que realiza o caso instrumental, que também compartilha o traço [+obl], ser diferente (/ju/) é capturado por meio de um item de Vocabulário mais específico que bloqueia a inserção do item mais geral /i/. Os itens que realizam /i/ e /ju/ são (p. 204):

- (62) a. /ju/ ↔ {[-α, -β], [+subj, -gov, +obl]}
- b. /i/ ↔ {[-α], [+obl]}

Para explicar o sincretismo transparadigmático, o autor propõe que, semelhantemente aos traços de caso, os traços de classe também devem ser decompostos em traços abstratos mais primitivos: [±α] e [±β]. Para as classes nominais do russo, o autor propõe os seguintes conjuntos de traços:

(63) Traços de classe decompostos

- a. I: [+α, -β]
- b. II: [-α, +β]
- c. III: [-α, -β]
- d. IV: [+α, +β]

Com esses conjuntos de traços, as classes II e III formam uma classe natural pelo compartilhamento do traço [-α], que não está presente na representação de nenhuma outra classe. Assim, o fato de o item /i/ aparecer na forma de genitivo não só da classe III, mas também da classe II, é capturado pela menção ao traço [-α] na regra (62b). O fato de o dativo,

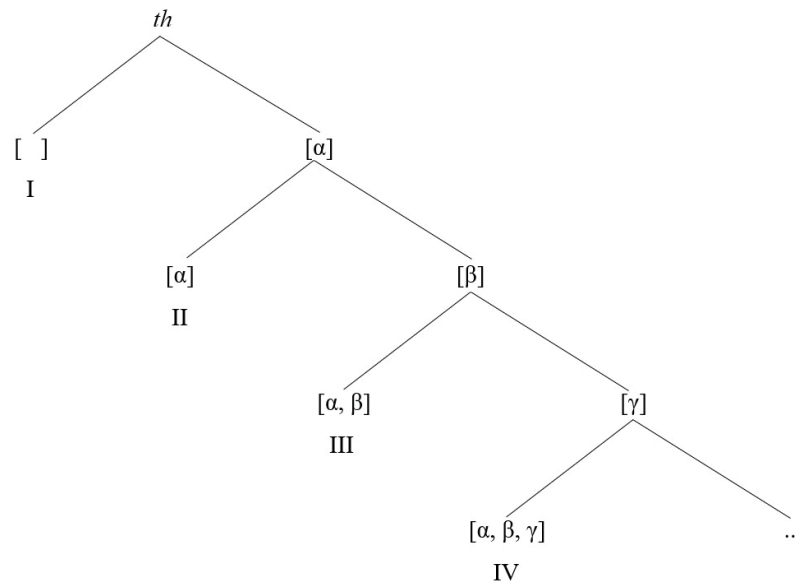
o instrumental e o locativo da classe II não compartilharem esse mesmo item de Vocabulário se dá pela existência de itens mais específicos. A versão final para gerar as formas de genitivo, dativo, instrumental e locativo das classes II e III é:

- (64) a. /oj/ ↔ {[-α, +β], [+subj, -reg, +obl]}  
b. /ju/ ↔ {[-α, -β], [+subj, -reg, +obl]}  
c. /e/ ↔ {[-α, +β], [-subj, +obl]}  
d. /i/ ↔ {[-α], [+obl]}

O comportamento similar que as classes CII e CIII dos verbos do português apresentam se enquadra no sincretismo de tipo transparadigmático e, portanto, conforme já foi antecipado na seção 2.1.1, perseguimos uma análise de decomposição dos traços de classe para as vogais temáticas do PB. Entretanto, essa ainda não parece ser a forma ideal para representar as classes flexionais, uma vez que o esperado a partir da formulação de Müller (2004) seria que as línguas apresentassem um número  $2^x$  de classes, em que  $x$  é o número de traços abstratos. De forma mais concreta, esperaríamos que uma língua que apresenta apenas um traço de classe (digamos  $[\pm\alpha]$ ) contenha duas classes flexionais (as classes  $[\pm\alpha]$  e  $[-\alpha]$ ) e que uma língua que apresenta dois traços de classe (digamos  $[\pm\alpha]$  e  $[\pm\beta]$ , como no russo) contenha quatro classes (aquelas elencadas em (63)), e assim por diante. Entretanto, não é verdade que a diferença de número de classes flexionais nas línguas varie de forma exponencial. Há línguas que têm, por exemplo, três ou cinco classes conjugacionais, sendo que o próprio PB contém apenas três classes verbais. Certamente, seria possível argumentar que a lacuna paradigmática de uma língua que tem apenas três dentre as quatro classes possíveis se dê por fatores independentes ou mesmo por acidente, mas conforme vão ficando mais numerosos os traços de classe, mais difícil se torna sustentar a accidentalidade dessas lacunas. Suponhamos uma língua hipotética que contém nove classes conjugacionais. Para representá-las, quatro traços de classe seriam necessários, o que geraria uma lacuna surpreendente de sete classes, já que  $2^4 = 16$ . A menos que haja evidências, por exemplo, de aquisição, mostrando que os aprendizes testam combinações de traços de classe possíveis porém inexistentes na língua, esse sistema nos parece inadequado e, portanto, descartamo-lo para os propósitos do presente trabalho.

Harris (1999, p. 77) propõe uma representação das classes nominais do espanhol por meio de uma hierarquia de traços privativos, apresentada em (65):

(65) Hierarquia de traços de classe nominal do espanhol

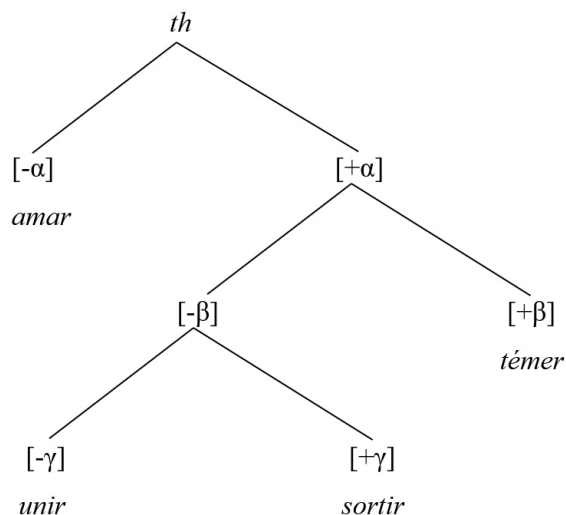


Essa representação não se depara com o problema da representação proposta por Müller (2004), pois permite um crescimento geométrico no número de classes flexionais nas diferentes línguas. Além disso, a hierarquia de traços permite uma representação progressiva de marcação: a classe I ([ ]) é menos marcada do que a classe II ([ $\alpha$ ]), que é menos marcada do que III ([ $\alpha, \beta$ ]) e assim por diante. Isso não era possível com o sistema de Müller (2004), pois não há meios de determinar se uma classe [ $+\alpha, -\beta$ ] é mais ou menos marcada do que uma classe [ $-\alpha, +\beta$ ]. Como quer que se defina marcação e se implemente uma teoria de marcação, sabe-se que os mais diferentes domínios da linguagem lançam mão da relação entre marcado e não marcado, o que tem consequências sobre fatores como frequência, produtividade, dentre outros. No caso das classes conjugacionais do PB, sua representação por meio de uma relação entre marcado e não marcado se mostra produtiva não só para representar as classes default, como também para explicar alguns sincretismos, que propomos serem fruto de operações de empobrecimento, que são sensíveis a marcação (cf. Noyer, 1998), o que será apresentado na seção 2.2.4.2.

No entanto, o problema dessa proposta é que a classe menos marcada de todas, a classe I, que é a classe da vogal temática nominal *-o*, não é representada por nenhum traço. Isso é um problema na medida em que há a necessidade de fazer referência a essa classe em algumas operações na própria análise de Harris (1999) e, portanto, é necessário que haja um rótulo para essa classe. Por exemplo, palavras como *mano* ('mão'), que é feminina e terminada em *-o*, deve vir marcada para classe, uma vez que a combinação dessa terminação com o valor de gênero feminino é marcada no espanhol tanto quanto o é no português.

Oltra-Massuet (1999a, b), que é quem primeiro propôs a decomposição de traços de classe, sugere uma representação por meio de uma hierarquia de traços binários. Sua abordagem busca explicar as classes verbais do catalão, e a hierarquia proposta pela autora já foi exposta em (49), na seção 2.2.1, e é repetida em (66) abaixo.

(66) Hierarquia de marcação para as classes verbais do catalão



Com a utilização de traços binários, a autora dá conta não só do caráter não marcado da primeira conjugação, representada pelo traço negativo  $[-\alpha]$ , como também permite que esse traço seja referenciado em operações que se aplicam somente a essa classe. Por exemplo, seu item de Vocabulário para a realização dos traços de pretérito imperfeito em T é:

(67) /b/  $\leftrightarrow$  [+pret] /  $[-\alpha]$  \_\_\_\_

Como somente na primeira conjugação o item /b/ de pretérito imperfeito, comparável a nosso morfema /va/ em *amava*, é inserido, o item em (67) deve fazer referência ao traço de classe, a fim de evitar sua inserção em contextos inadequados. O sistema de Oltra-Massuet (1999a, b), diferentemente do de Harris (1999), permite gerar os resultados corretos. Assim, a representação dos traços de classe que será adotada no presente trabalho é o de Oltra-Massuet (1999a, b), que propõe uma hierarquia de marcação com traços binários.

### 2.2.3 Inércia sintática: quando as vogais temáticas são inseridas na derivação

Finalmente, a discussão que faltou levantar a respeito da derivação das classes verbais e nominais do PB é o momento em que a posição destinada à inserção das vogais temáticas é acrescentada à estrutura. Existem três propostas não lexicalistas alternativas para solucionar essa questão: (i) as posições temáticas estão presentes na derivação como uma projeção independente (Bernstein, 1993), (ii) elas são inseridas pré-sintaticamente (Alexiadou & Müller, 2008) e (iii) elas são inseridas pós-sintaticamente (Embick, 1997; Oltra-Massuet, 1999, dentre outros).

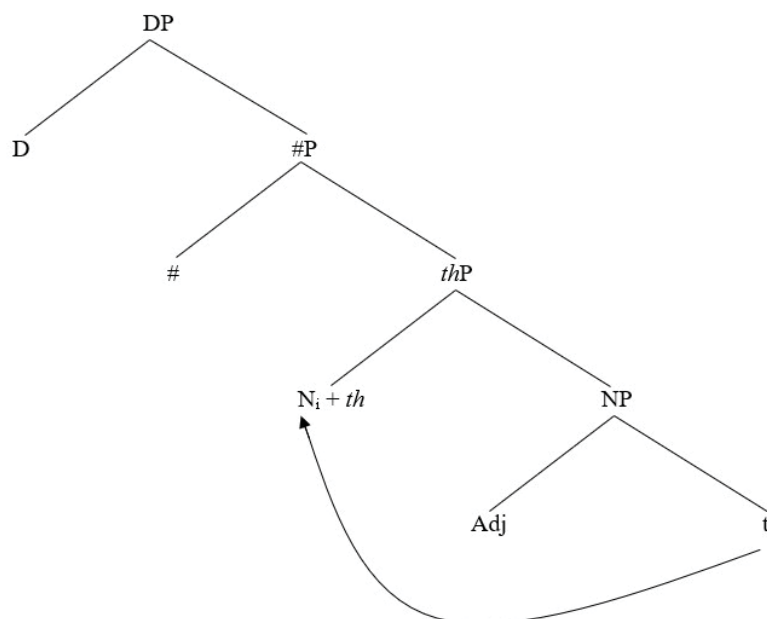
Com base na diferença translinguística que opõe o inglês e o espanhol com relação à posição dos adjetivos dentro de um sintagma nominal, Bernstein (1993) propõe a existência de um sintagma marcador de palavra<sup>27</sup> (do inglês *Word Marker Phrase*) na projeção estendida do NP do espanhol, responsável por derivar essas diferenças. Em particular, a possibilidade de o espanhol gerar DPs em que o substantivo precede o adjetivo (*la chica<sub>N</sub> bonita<sub>A</sub>*, por exemplo) deve ser atribuída à presença dessa projeção, que recebe o substantivo via movimento de núcleo, gerando a ordem NA, já que o N passa por cima do adjetivo que, segundo a autora, ocupa a posição de especificador de NP. A estrutura em (68), adaptada de Bernstein (1993), ilustra essa operação.

---

<sup>27</sup> Lembrando que “marcador de palavra” é um dos termos utilizados na literatura para se referir às vogais temáticas nominais.



(68) Projeção para vogal temática no espanhol<sup>28</sup>



Isso não ocorre no inglês, uma vez que essa língua não apresenta marcadores de classe, o que justifica a ausência da projeção *thP* e, conseqüentemente, a ausência do movimento de N. Por esse motivo, a ordem no inglês é AN (*the beautiful<sub>A</sub> girl<sub>N</sub>*), e não NA (*\*the girl<sub>N</sub> beautiful<sub>A</sub>*).

Adicionalmente, a autora sugere que essa mesma projeção é responsável pela diferença translinguística que concerne a elipse nominal em sintagmas indefinidos. Esse tipo de elipse é possível em espanhol (*una<sub>D</sub> Ø<sub>N</sub> bonita<sub>A</sub>*), mas não em inglês, que exige a retomada de N pelo pronome indefinido *one* (*a<sub>D</sub> beautiful<sub>A</sub> \*(one)*). Os detalhes de como a projeção *thP* está envolvida na possibilidade de elipse requereriam uma exposição demasiadamente extensa da proposta da autora e, por esse motivo, deixaremos de lado a apresentação desse aspecto de sua abordagem. O que é importante concluir a partir dessa proposta é que, para Bernstein (1993), vogais temáticas são entidades sintaticamente ativas, responsáveis por determinar certas propriedades sintáticas das línguas em que ocorrem.

Alexiadou (2004) discute extensamente essa proposta e traz evidências do francês, do grego e do hebraico, mostrando que não existe uma relação direta entre as propriedades sintáticas discutidas por Bernstein (1993) e a presença de marcadores de classe. A Tabela 2.7 abaixo resume os achados da autora (p. 29). Não há, assim, evidência de que marcadores de classe sejam sintaticamente ativos.

<sup>28</sup> #P = sintagma de número; *thP* = sintagma de marcador de palavra.

**Tabela 2.7 – Relação entre marcadores de classe e propriedades sintáticas.**

<i>Língua</i>	<i>Elipse DP indefinido</i>	<i>Ordem NA</i>	<i>Marcadores de classe</i>
Espanhol	+	+	+
Francês	+	+	-
Hebraico	+	+	-
Grego	+	-	+

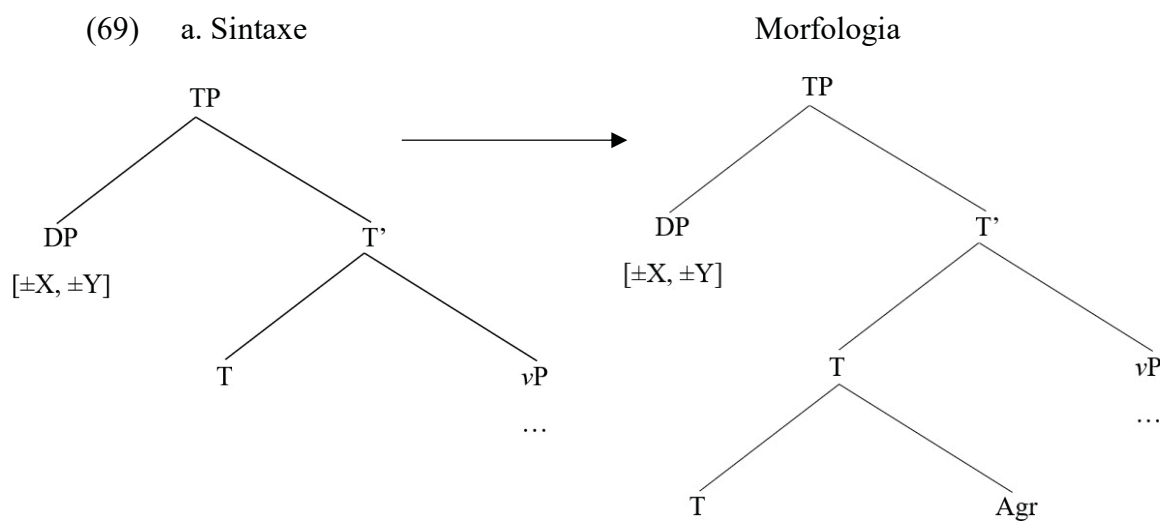
Por não serem sintaticamente ativos, espera-se que traços de classe sequer estejam presentes na derivação, uma vez que diversas teorias que assumem uma ou outra versão da teoria gerativa transformacional adotam também a Condição de Legibilidade (cf. Chomsky, 2000, 2001), que determina que traços morfossintáticos em um determinado componente devem poder ser lidos por esse componente. Alexiadou & Müller (2008) oferecem uma solução pré-sintática para as classes formais do alemão, do grego e do russo que não viola essa condição. Para os autores, o componente morfológico é um componente pré-sintático – e não pós-sintático, conforme a MD – e os traços de classe associados às raízes são sondas que podem ser valoradas como resultado da operação de *Agree* com os marcadores flexionais. Após essa operação, os traços são removidos antes de a derivação atingir o componente sintático.

Segundo Alexiadou & Müller (2008), o motivo principal para assumir essa análise pré-sintática em detrimento de uma análise pós-sintática é que a segunda viola a Condição de Inclusividade de Chomsky (1995, 2000), que decreta que novos elementos não podem ser adicionados no curso da derivação. Como uma resposta a críticas ao modelo da MD baseadas na violação dessa condição, Embick & Noyer (2007) explicam que a Condição de Inclusividade não se coloca para PF, uma vez que essa condição indesejavelmente proibiria a introdução de traços fonológicos. Para os últimos autores, assim, a exceção à Condição de Inclusividade se estende ao componente fonológico de uma maneira mais ampla, abarcando todas as operações que envolvem o ramo de PF, o que inclui o componente morfológico.

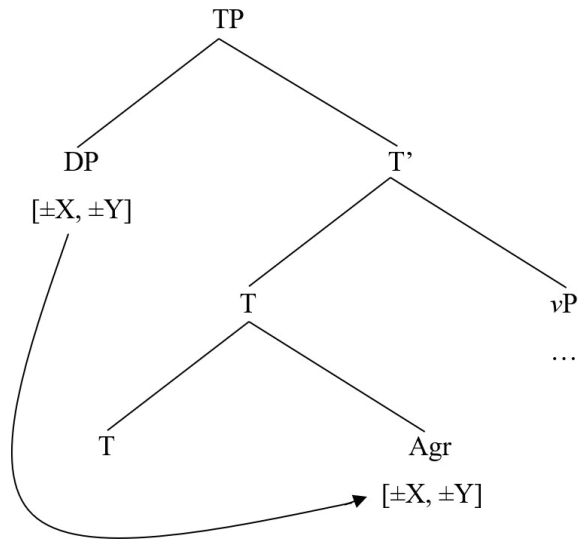
O problema da análise de Alexiadou & Müller (2008) é que sua proposta envolve uma manipulação na arquitetura da gramática, com base em um único fenômeno e sob uma motivação puramente intrateórica. Não é claro, assim, que consequências essa modificação na arquitetura da gramática tem para outros fenômenos linguísticos. Conforme nota Vadella (2017), os autores não explicam o motivo pelo qual sua abordagem explica melhor o conjunto de dados analisados por eles do que uma análise alternativa; notam apenas que essa abordagem adere melhor às Condições de Inclusividade e de Legibilidade. Por isso, ao lado de Vadella (2017), com a falta de motivação empírica para a adoção dessa análise e com a necessidade de

manipular um dos pilares da teoria, assumimos que esta não é uma opção viável para analisar os dados do português.

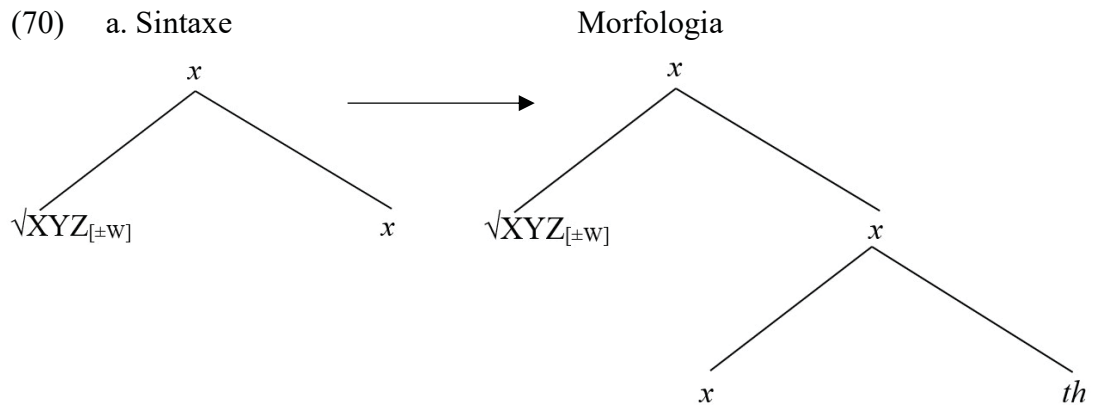
Assim, resta-nos avaliar a opção pós-sintática para a inserção das vogais temáticas na derivação, o que já foi em parte antecipado na seção 2.2.1, que discorreu sobre a relação entre vogais temáticas e raízes; afinal, a depender da abordagem, muitas vezes o problema concernente à relação das vogais temáticas com as raízes se sobrepõe ao problema da inserção das vogais temáticas na derivação. Conforme mencionado na apresentação do modelo teórico no capítulo 1, o componente morfológico na MD é responsável por derivar o não isomorfismo entre a estrutura sintática e a saída fonológica por meio de um conjunto de operações que garantem a boa formação morfológica específicas a cada língua. Dentre essas operações, uma delas é a de inserção de nós que são irrelevantes para a interpretação semântica, o que ficou posteriormente conhecido como a inserção de *nós dissociados* (cf. Embick, 1997) ou *morfologia ornamental* (cf. Embick & Noyer, 2007). O exemplo clássico é o de concordância entre sujeito e verbo: após a adjunção de um nó de concordância Agr ao núcleo T (69a), os traços de sujeito são copiados nesse nó (69b).



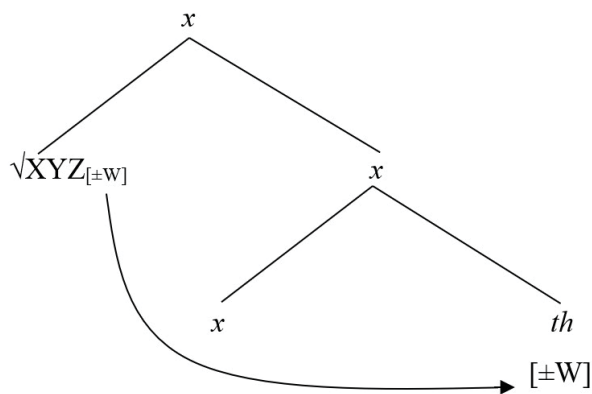
b. Cópia de traços



Diversos autores que seguem o modelo da MD propõem que as vogais temáticas das línguas que apresentam esse elemento mórfico são inseridas pós-sintaticamente como nós dissociados. Dentre esses autores, destacam-se Oltra-Massuet (1999a, b) para as classes verbais do catalão, Harris (1999) para as classes nominais do espanhol, Arregi (2000) para as classes verbais do espanhol, Alcântara (2003) para as classes nominais do português, Oltra-Massuet & Arregi (2005) para todas as classes do espanhol, Santana (2016a) e Teixeira (2012) para as classes verbais do português, Calabrese (2012) para as classes verbais do italiano, Kramer (2015) e Vadella (2017) para as classes nominais do espanhol. Com exceção das duas últimas autoras, todos os outros trabalhos seguem o modelo de Oltra-Massuet (1999a) que, conforme também já antecipado na seção 2.2.1, propõe que as raízes carregam intrinsecamente os traços de classe e que, após a inserção do nó dissociado que abrigará a vogal temática, esse traço é copiado da raiz para essa posição, semelhantemente à cópia de traços do sujeito para Agr esquematizada em (69). O exemplo em (70) ilustra essa proposta, em que  $\sqrt{XYZ}$  é uma raiz qualquer,  $[\pm W]$  é o traço de classe e  $x$ , um categorizador.



b. Cópia do traço diacrítico da raiz

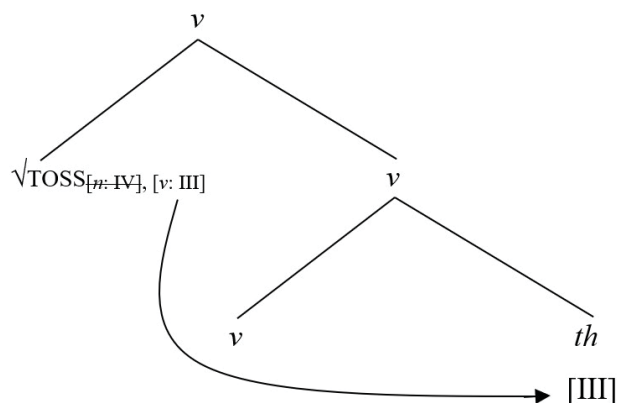


Já Kramer (2015) e Vadella (2017) oferecem uma versão um pouco diferente em seu tratamento das classes nominais do espanhol; em vez de as raízes carregarem os traços de classe, que são posteriormente copiados para a posição de vogal temática, o nó dissociado já é inserido diretamente com o traço de classe, por meio de instruções sensíveis às raízes e a outras informações sintáticas, como a natureza do categorizador e/ou a traços de gênero, quando relevantes. Assim, dada uma instrução como a de (71), a inserção da posição temática se dá conforme (72).

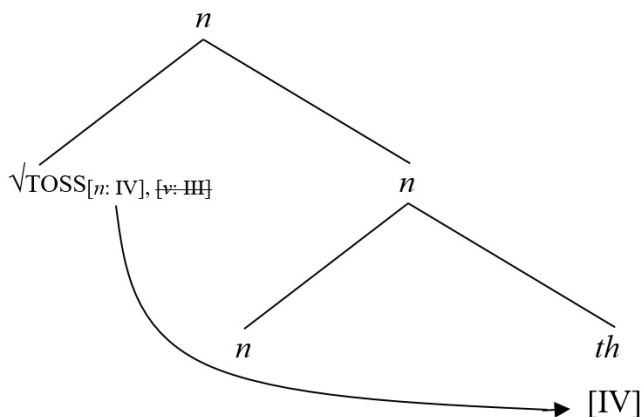
- (71) Instruções para inserção de *th* do categorizador *x*:  
 Insira [*th*, ±W] no contexto de √XYZ.



(73) a. Estrutura de *tossir*



b. Estrutura de *tosse*



Na proposta de Kramer (2015), por outro lado, as estruturas acessam listas de instruções diferentes e, portanto, em vez de um traço ser “ignorado”, ele simplesmente não chega a ser evocado. Nesse sentido, a análise de Kramer parece ser mais interessante do que a versão de Oltra-Massuet (1999a) e, portanto, é a que será adotada no presente trabalho. Uma possível crítica a ser feita com relação a essa proposta é que, em vez de haver uma única instrução para a inserção da posição temática no componente morfológico, que exige a inserção de um nó a um categorizador, o número de instruções é inchado, o que em princípio torna a análise menos econômica. Entretanto, essa crítica não nos parece ter um peso grande quando levado em conta o fato de que, na proposta de Oltra-Massuet (1999a), o que é inchado é o número de diacríticos carregados pelas raízes. O número de informações listadas, nas duas abordagens, é o mesmo: a diferença é a maneira como essas informações estão codificadas. Nesse sentido, a crítica é vácuca, e a proposta de Kramer (2015) continua tendo as vantagens já mencionadas.

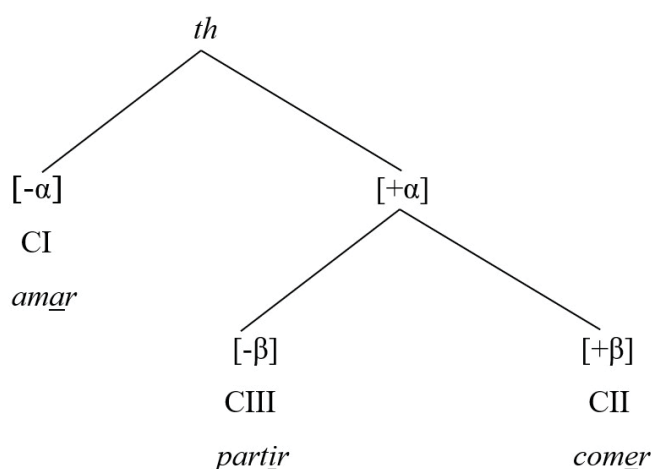
A próxima subseção amarra as pontas soltas do que foi discutido até então, apresentando passo a passo a implementação teórica para as classes nominais e verbais do português brasileiro.

## 2.2.4 Amarrando as pontas soltas: aplicação ao português

### 2.2.4.1 Categoria verbal

A categoria verbal do PB é composta por três classes formais – CI, CII e CIII – que propomos, seguindo Oltra-Massuet (1999a, b), estarem codificadas por meio de traços binários que se relacionam por meio de uma hierarquia de marcação, conforme apresentado em (5) e repetido em (74) abaixo. A mesma hierarquia é proposta por Teixeira (2012).

(74) Hierarquia de marcação das classes verbais



Essa hierarquia pode ser reescrita na forma de conjuntos de traços conforme (75):

(75) Conjuntos de traços

- a. CI: [-α]
- b. CII: [+α, +β]
- c. CIII: [+α, -β]



A hierarquia de marcação proposta para as classes verbais do português captura o fato de que a primeira conjugação, com tema em *-a*, é a menos marcada e, portanto, é a classe a que se afiliam novos itens lexicais da língua. Além disso, captura o comportamento semelhante das classes CII e CIII, por meio do compartilhamento do traço [+α], em oposição à classe CI, que contém o traço [-α]. Por último, a proposta de que CII é a classe mais marcada de todas se deve ao fato de que é a essa classe que pertence a grande maioria dos verbos irregulares da língua.<sup>29</sup> Os contextos em que CII e CIII se neutralizam em proveito de CIII são sujeitos à regra geral de empobrecimento em (76), responsável por apagar o traço [+β], o que automaticamente encaminha os verbos de CII a CIII nesses ambientes; afinal, ao perder o traço [+β], o traço [+α], que representa a classe CIII, ainda está presente na derivação. Os contextos específicos do empobrecimento serão discutidos no capítulo 3.

(76) Regra geral de empobrecimento

$$[+\beta] \rightarrow \emptyset$$

A estrutura que atinge o componente morfológico no ramo de PF contém uma raiz, o categorizador *v* e a projeção estendida de *v* que, por ora, é irrelevante (cf. capítulo 3). Quando chega no componente morfológico, a estrutura se depara com as condições de boa formação morfológica, dentre as quais se apresentam as instruções de inserção de *th*, que são as que estão em (77). Note-se que não apenas raízes podem figurar no contexto de inserção das posições temáticas; sufixos verbalizadores também. Em particular, em (77a) o item verbalizador *-ec-* está listado para receber o traço [+β] (e.g. *amanh-ec-e-r*).

(77) Instruções para inserção de *th* em *v*

- a. Insira [*th*, +β] no contexto de √COM, √BEB, √FAZ, *-ec-*, ...
- b. Insira [*th*, +α] no contexto de √PART, √SORR, √DORM, ...
- c. Insira [*th*] nos demais ambientes.

Note-se que as instruções devem ser avaliadas pela estrutura nessa ordem; afinal, se, por exemplo, a instrução (77c) fosse avaliada antes de (77a), o nó não especificado [*th*] seria erroneamente inserido em contextos como o da raiz √PART, gerando *\*partar* em vez de *partir*.

---

<sup>29</sup> São 14 verbos irregulares pertencentes à CII (*dizer, fazer, poder, trazer, caber, querer, saber, ter, pôr, haver, ver, ser, valer, perder*), contra 5 de CIII (*vir, ir, medir, pedir, ouvir*) e apenas 2 de CI (*dar, estar*). Estamos considerando irregulares verbos que apresentam alomorfa de raiz que é imprevisível por fatores fonológicos.

Assim, estipulamos que as instruções, assim como os itens de Vocabulário, devem estar ordenadas seguindo o Princípio do Subconjunto: como  $[th, +\beta]$  e  $[th, +\alpha]$  são mais específicos do que  $[th]$ , aqueles devem ser avaliados antes deste. Para determinar a ordem entre  $[th, +\beta]$  e  $[th, +\alpha]$ , que são igualmente específicos em termos de número de traços, sugerimos que a hierarquia de marcação seja responsável por “desempatar” os candidatos: quanto mais marcado é o traço mencionado na instrução, maior prioridade ele tem na avaliação; o mesmo será sugerido para a operação de inserção de Vocabulário. Assim, as instruções em (77) já estão na ordem em que serão avaliadas. Após inseridas as posições temáticas juntamente com os traços de classe na estrutura, as regras de redundância em (78) preenchem os nós temáticos com a especificação completa de traços conforme a hierarquia de marcação.

(78) Regras de redundância

- a.  $[ ] \rightarrow [-\alpha]$
- b.  $[+\alpha] \rightarrow [-\beta]$
- c.  $[+\beta] \rightarrow [+\alpha]$

Finalmente, os itens de Vocabulário que realizam as posições temáticas, já ordenados de acordo com seu grau de marcação, são:

(79) Itens de Vocabulário

- a.  $[-e] \leftrightarrow [+\beta]$
- b.  $[-i] \leftrightarrow [+\alpha]$
- c.  $[-a] \leftrightarrow \textit{demais ambientes}$

#### 2.2.4.2 Categoria não verbal

Na seção 2.1.2.4, concluímos que o número de classes não verbais no PB é quatro e, em (80-83) abaixo, relembramos quais são essas classes e quais são os seus membros:

(80) Classe  $[-\alpha]$ : vogal -o

- a. Palavras masculinas: *menino, gato, livro...*
- b. Palavras femininas: *tribo, libido, foto...*

c. Palavras sem gênero: *dentro, perto, cedo...*

(81) Classe [+α]: vogal -a

a. Palavras masculinas: *planeta, mapa, fantasma...*

b. Palavras femininas: *menina, gata, mesa...*

c. Palavras sem gênero: *agora, fora, nunca...*

(82) Classe [+β]: vogal Ø no singular (independentemente de possuir -e no plural)

a. Palavras terminadas em consoante ou vogal tônica:

Masculinas: *café, mar, rapaz, álbum...*

Femininas: *maré, dor, paz, ordem...*

Sem gênero: *lá, atrás, pior, além...*

b. Palavras terminadas em -e epentético

Masculinas: *dente, açougue, lote...*

Femininas: *ponte, baguete, clave...*

Sem gênero: *adiante, hoje, onde...*

(83) Classe [+γ]: vogal -e (quando a última consoante é licenciada em coda final)

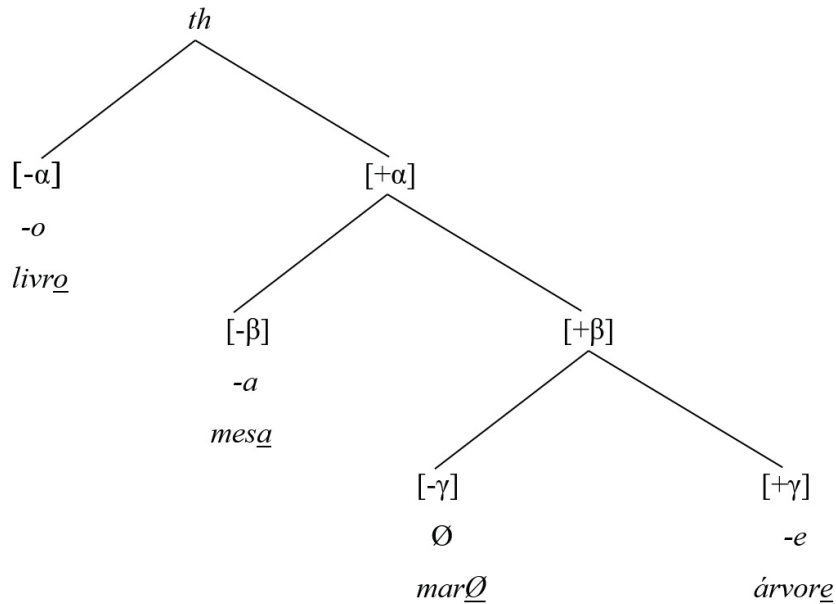
a. Masculinas: *controle, doce, haltere...*

b. Femininas: *pele, face, árvore...*

c. Sem gênero: não encontramos nenhum membro

Da mesma forma como fizemos com as classes verbais, propomos uma representação das classes não verbais mediante traços binários que se relacionam por meio da hierarquia de marcação em (84).

(84) Hierarquia de marcação para as classes não verbais



As motivações para essa hierarquia são menos diretas do que as motivações para a hierarquia verbal. Em termos de produtividade das classes quando da entrada de novos itens lexicais na língua por meio de empréstimos, não é claro qual das classes nominais deveria ser considerada a menos marcada, uma vez que, conforme nota Bonet (2006), é o formato do empréstimo que determina a classe a que a nova palavra pertencerá. Assim, a marca de brinquedos *Lego*, por exemplo, pertencerá à classe [-α] (cf. *leg-o – legu-inh-o*); já *pizza* ou *lasanha*, emprestados do italiano, pertencerão à classe [+α] (cf. *pizz-a – pizz-inh-a*); *blog* pertencerá à classe [+β], carregando uma vogal *-e* epentética (*blog[ɪ]*), e assim por diante. Portanto, esse critério não ajuda a determinar o grau de marcação das classes não verbais.

Em vista disso, as motivações para considerar a hierarquia de marcação conforme apresentada em (84) são as seguintes: pelo fato de o item *-o* ser o item default (não marcado) para o valor de gênero masculino, que é o valor de gênero default (não marcado), essa classe é considerada a menos marcada; pelo fato de o item *-a* ser o item default (não marcado) para o valor de gênero feminino, que é o valor de gênero mais marcado, a classe do item *-a* é mais marcada que a do item *-o*; porém, é menos marcada que a dos itens  $\emptyset$  e *-e*, que jamais são previsíveis dado qualquer valor de gênero. Assim, as classes de  $\emptyset$  e *-e* são as mais marcadas. A determinação do maior grau de marcação de *-e* em relação a  $\emptyset$  se dá pelo número aparentemente bastante inferior de itens pertencentes à classe de *-e*. Embora uma análise baseada em *corpus* seja necessária para constatar esse contraste quantitativo, o levantamento informal feito por

Alcântara (2003) a partir de dicionários eletrônicos e convencionais revelou aproximadamente 500 membros da classe  $\emptyset$  contra aproximadamente 60 da classe *-e*.

No contexto de nominalizadores, as instruções para a inserção da posição temática são:

(85) Instruções para inserção de *th* em *n*

- a. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- b. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{PAZ}}$ , *-dor*, ...
- c. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ , ...
- d. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{LIBID}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- e. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]<sup>30</sup>
- f. Insira [*th*] nos demais ambientes.

Note-se que o número de instruções é maior que o número de classes, devido ao fato de o valor de gênero, além da identidade das raízes, ser relevante para as instruções. As instruções já estão em ordem de avaliação para aplicação; assim como proposto para os verbos, essa ordem segue o Princípio do Subconjunto ou, secundariamente, o grau de marcação dos traços envolvidos, quando o Princípio do Subconjunto não é suficiente para determinar o vencedor. A única exceção é o ordenamento entre (85d) e (85e): como o traço de (85d) é menos marcado do que o traço de (85e), este deveria preceder aquele, dado o que foi dito até então. No entanto, se (85e) viesse antes de (85d), as formas *\*fota*, *\*libida* e *\*triba* seriam erroneamente geradas. Não temos uma solução ideal para dar a esse problema e gerar o ordenamento correto, mas temos uma solução estipulativa: determinamos que uma listagem de itens torna o contexto de aplicação da instrução mais marcado do que a referência a apenas um traço e que, por isso, a listagem tem precedência sobre o grau de marcação do traço de acordo com a hierarquia de marcação. Assim, considerando-se primeiramente o grau de marcação do contexto de aplicação da regra, a instrução (85d) é mais marcada que a (85e) e, portanto, deve precedê-la. Somente quando o grau de marcação do contexto não pode determinar um vencedor, como é o caso de (85a-c) é que o grau de marcação do traço é avaliado. Assim, assumimos como parte da gramática uma hierarquia como a de (86):

---

<sup>30</sup> Por ora não estamos mencionando qual o núcleo que alberga os traços de gênero, o que será tema do capítulo 5. Defenderemos que é o próprio nominalizador *n* que carrega esses traços.

(86) Prioridade na avaliação de precedência

- a. Número de traços
- b. Grau de marcação do contexto
- c. Grau de marcação dos traços

Se a proposta apresentada em (86) estiver na direção correta, o ordenamento das instruções em (85) não necessita ser extrinsecamente determinado.

Após inseridas as posições temáticas juntamente com os traços de classe na estrutura, as regras de redundância em (87) preenchem os nós temáticos com a especificação completa de traços conforme a hierarquia de marcação.

(87) Regras de redundância

- a.  $[+\gamma] \rightarrow [+ \beta, +\alpha]$
- b.  $[+\beta] \rightarrow [+ \alpha, -\gamma]$
- c.  $[+\alpha] \rightarrow [-\beta]$
- d.  $[ ] \rightarrow [-\alpha]$

Uma vantagem dessa proposta de hierarquia de marcação diz respeito aos substantivos gentílicos (Harris, 1991), que são aqueles que formam pares masculino-feminino, cuja forma masculina termina em *-e* ou  $\emptyset$  e cuja forma feminina termina em *-a*, como os pares *peru-perua*, *professor-professora*, *mestre-mestra*. Juntamente com autores como Harris (1999), Alcântara (2003) e Vadella (2017), propomos que esses pares são gerados por meio de uma regra de empobrecimento que apaga o traço  $[+\beta]$  no contexto de traço  $[fem]$ , conforme mostra (88) e conforme proposto para a classe verbal do PB na subseção anterior.

(88) Regra de empobrecimento para gentílicos

$$[+\beta] \rightarrow \emptyset / \sqrt{LISTA} \text{ \_\_\_ } [fem] \quad \text{em que } \sqrt{LISTA} = \sqrt{PERU}, \sqrt{MESTRE}, \dots$$

Com a ausência do traço  $[+\beta]$  (e, conseqüentemente, também os traços que  $[+\beta]$  domina, que são os traços  $[\pm\gamma]$ ), o traço que resta e que é alvo da inserção de Vocabulário é o traço  $[+\alpha]$ , que, conforme mostra (89c) abaixo, realiza o item *-a*. Os itens de Vocabulário que realizarão as posições temáticas são os de (89) abaixo.

(89) Itens de Vocabulário

- a. /-e/ ↔ [+γ]
- b. Ø ↔ [+β]
- c. /-a/ ↔ [+α]
- d. /-o/ ↔ *demais ambientes*

### 2.3 Previsão da proposta e caminhos futuros: homofonia ou polissemia das raízes

Embora todas as análises de vogais temáticas que adotam os pressupostos teóricos da MD a que tivemos acesso admitam, de uma forma ou de outra, a invisibilidade das vogais temáticas para a sintaxe e para o componente LF, nenhum desses trabalhos investiga as consequências dessa hipótese com relação às possíveis combinações de raízes e vogais temáticas/traços de classe e nem o potencial que essa hipótese tem de lançar luz sobre questões como a homonímia e a polissemia das raízes. Nesta seção, pretendemos explorar a hipótese da invisibilidade plena das vogais temáticas, mostrando um possível caminho experimental a ser seguido futuramente.

Considere-se, primeiramente, a tradicional distinção entre homonímia e polissemia. Homonímia, segundo Camara Jr. (1956/1964), é “a propriedade de duas ou mais formas, inteiramente distintas pela significação ou função, terem a mesma estrutura fonológica”. O exemplo clássico de homonímia é o par *manga* (fruta) e *manga* (parte de uma vestimenta). Já a polissemia “caracteriza-se pelo fato de que uma palavra pode sofrer adaptações semânticas às diversas circunstâncias em que é usada, sem, contudo, deixar de se ligar a um sentido básico inicial” (Rocha, 2008, p. 67). Um dos exemplos oferecidos por Rocha (2008) é o de *boca* (parte do corpo) e *boca* (*do rio*; foz de um rio). Embora tais conceitos em geral se refiram à unidade “palavra”, recorde-se que a hipótese da decomposição plena defendida pela MD confere à raiz (desprovida de quaisquer indicações categoriais) um estatuto teórico privilegiado e nenhum estatuto teórico à unidade “palavra”. Assim, aplicamos esses conceitos às raízes na discussão que se segue. Com isso, observe-se os pares de verbos abaixo:

(90) Pares de raízes homônimas

- a. (i) do-ar vs. (ii) do-er
- b. (i) pod-ar vs. (ii) pod-er

- c. (i) ger-ar vs. (ii) ger-ir
- d. (i) par-ar vs. (ii) par-ir
- e. (i) sent-ar vs. (ii) sent-ir
- f. (i) cobr-ar vs. (ii) cobr-ir
- g. (i) fal-ar vs. (ii) fal-ir

Em (90), estão elencados alguns pares de verbos pertencentes a diferentes conjugações cujas raízes compartilham uma mesma representação fonológica – o levantamento completo que fizemos encontra-se no Apêndice I. O interessante de se notar a respeito de (90) é que em nenhum dos pares os membros compartilham um “sentido básico inicial” entre si, o que caracterizaria um caso de polissemia (i.e. uma mesma raiz); parece que são, assim, raízes homônimas. A questão que se coloca, então, é: o fato (ou a hipótese) de todos os pares em (90) constituírem casos de homonímia é uma coincidência ou há algum tipo de restrição que não permite que uma mesma raiz pertença a diferentes conjugações? Nesta seção, exploramos a segunda hipótese. Em particular, defendemos que o que inviabiliza a possibilidade de uma mesma raiz pertencer a diferentes conjugações é a própria arquitetura da gramática, ao lado da abordagem para vogais temáticas defendida no presente capítulo. Para isso, adotamos a abordagem de Harley (2014) para a identidade das raízes na gramática.

Harley (2014) argumenta que nem propriedades puramente fonológicas nem propriedades puramente semânticas são suficientes para identificar uma determinada raiz e, portanto, defende que a identidade das raízes na computação sintática é puramente formal. Esses primitivos estão codificados na gramática por meio de índices numéricos e sua associação com o conteúdo fonológico e semântico se dá pós-sintaticamente, em PF e LF, respectivamente. Para ilustrar, uma raiz como  $\sqrt{\text{MUSIC}}$ , que figura em palavras como *música*, *musicar*, *musical*, *músico*, por exemplo, se faz presente na sintaxe por meio apenas de uma identificação numérica (digamos,  $\sqrt{245}$ ) e sua associação com a fonologia e a semântica, sensíveis ao contexto sintático, se faz por meio de instruções de *spell out* e de interpretação nas listas 2 e 3, respectivamente. Assim:

(91) Codificação da raiz *music-*

- a. Sintaxe (lista 1)  $\sqrt{245}$
- b. PF (lista 2)  $\sqrt{245} \leftrightarrow /muzik/$
- c. LF (lista 3)  $\sqrt{245} \leftrightarrow$  “combinação expressiva de sons”



Sob essa abordagem, fenômenos de supleção e de pluralidade de interpretação são acomodados de forma natural. Por serem sensíveis ao contexto morfossintático, as instruções de interpretação fonológica e semântica podem ser múltiplas para uma mesma raiz. Um exemplo de instruções múltiplas em PF oferecido pela autora é o da raiz de *correr* em yaqui (ou *hiaki*), uma língua da família uto-asteca. Nessa língua, o verbo *correr* apresenta um alomorfe supletivo *tenne* quando seu argumento está no plural e outro, *vuite*, nos demais contextos. As instruções em PF e LF são:

- |      |  |                                       |
|------|--|---------------------------------------|
| (92) | Instruções em PF   | Instruções em LF                      |
|      | $\sqrt{342} \leftrightarrow /vuite/ \ / [DP_{pl} \ \_\_\_ ]$       | $\sqrt{342} \leftrightarrow$ “correr” |
|      | $\sqrt{342} \leftrightarrow /tenne/ \ / \textit{demais ambientes}$ |                                       |

Como exemplo de pluralidade de interpretações, a autora menciona o verbo *throw* do inglês, que em geral significa algo como “jogar/atirar”, mas que, perante a preposição *up*, significa “vomitar”. As instruções para as interfaces, assim, são:

- |      |                                     |  |
|------|-------------------------------------|--|
| (93) | Instruções em PF                    | Instruções em LF   |
|      | $\sqrt{694} \leftrightarrow /θrow/$ | $\sqrt{694} \leftrightarrow$ “vomitar” / [ $\_\_\_ [up_P]$ ] <sub>vP</sub> |
|      |                                     | $\sqrt{694} \leftrightarrow$ “atirar” / <i>demais ambientes</i>            |

Uma vez que a multiplicidade de interpretações é computada em LF a partir da leitura do contexto sintático em que a raiz figura e uma vez que a abordagem para vogais temáticas e traços de classes apresentada no presente capítulo admite sua inserção pós-sintática no componente PF, segue-se que é impossível uma raiz ter significados diferentes quando a única diferença em seu contexto é a vogal temática/classe conjugacional; afinal, LF e PF são componentes independentes um do outro, computados em paralelo. Assim, os pares em (90) constituem casos de homonímia, pois seus membros *não podem* compartilhar a mesma raiz. As raízes, por exemplo, de *sentar* e de *sentir*, então, correspondem a diferentes índices numéricos, que recebem instruções independentes em PF e LF, conforme ilustrado em (94).

- |      |  |   |
|------|--|---|
| (94) | Instruções para PF                     | Instruções para LF  |
|      | a. $\sqrt{132} \leftrightarrow /sent/$ | $\sqrt{132} \leftrightarrow$ “flexionar as pernas até apoiar as nádegas em assento” |

b.  $\sqrt{357} \leftrightarrow /sent/$

$\sqrt{357} \leftrightarrow$  “perceber por meio dos sentidos”

Já com relação aos nomes, uma observação superficial dos dados parece mostrar que essa restrição com relação ao potencial interpretativo de uma raiz no contexto de diferentes vogais temáticas verificada nos verbos não se coloca, afinal, os membros de pares de palavras como os elencados em (95) compartilham não só a mesma forma fonológica das raízes, como também um significado em comum. O que diferencia um membro do par do outro é a vogal final.

(95) Raízes com diferentes vogais finais<sup>31</sup>

- a. (i) *barc-o* vs. (ii) *barc-a*
- b. (i) *canec-o* vs. (ii) *canec-a*
- c. (i) *cest-o* vs. (ii) *cest-a*
- d. (i) *cint-o* vs. (ii) *cint-a*
- e. (i) *frut-o* vs. (ii) *frut-a*
- f. (i) *jarr-o* vs. (ii) *jarr-a*
- g. (i) *mat-o* vs. (ii) *mat-a*

A proximidade semântica que os membros dos pares elencados em (95) apresentam faz-nos supor estarmos perante uma mesma raiz, e não raízes diferentes e homófonas. Mas se as vogais temáticas só são computadas no ramo de PF, de que forma elas podem determinar as diferentes interpretações de uma mesma raiz em LF? Note-se que, nos pares de palavras elencados em (95), não só a vogal temática alterna entre *-o* e *-a*, como também o gênero alterna entre masculino e feminino. Assim, defendemos que o componente interpretativo lê a informação de gênero, que é sintaticamente ativa, para determinar os diferentes significados que a mesma raiz pode receber, sendo insensível à informação de classe formal. Os membros de um par como *ovo-ova*, por exemplo, supondo que compartilham uma mesma raiz, receberiam instruções em PF e LF como mostra (96):

(96) Instruções para PF

$\sqrt{683} \leftrightarrow /ov/$

Instruções para LF

$\sqrt{683} \leftrightarrow$  “ovo de peixe” / [ \_\_\_\_  $n_{[fem]}$ ]<sub>nP</sub>

$\sqrt{683} \leftrightarrow$  “ovo” / [ \_\_\_\_  $n_{[masc]}$ ]<sub>nP</sub>

<sup>31</sup> O levantamento completo de dados como os de (93) é apresentado no Apêndice II.

O fato de que vogal temática muda juntamente com o valor do traço de gênero decorre da leitura que PF faz da estrutura em paralelo à leitura que LF faz da mesma estrutura. Como as vogais temáticas de todos os pares de (95) são as vogais temáticas default para os valores de gênero, as instruções para a inserção da vogal temática no contexto dessas raízes são as apresentadas em (85e-f) e repetidas em (97e-f) abaixo. Dito de outro modo, essas raízes não estão listadas nas instruções mais marcadas em (97a-d).

(97) Instruções para inserção de *th* em *n*

- a. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- b. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{PAZ}}$ , *-dor*, ...
- c. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ , ...
- d. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{LIBID}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- e. **Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]**
- f. **Insira [*th*] nos demais ambientes.**

De fato, pares de substantivos que compartilham uma mesma forma fonológica para a raiz e que se diferenciam apenas pela vogal temática, sem mudança de valor de gênero, parecem constituir pares de raízes homófonas. Observe-se os exemplos abaixo:

(98) Pares de substantivos com raízes homônimas

- a. (a) ment-e vs. (a) ment-a
- b. (o) leit-e vs. (o) leit-o
- c. (a) pont-e vs. (a) pont-a
- d. (o) saqu-e vs. (o) sac-o
- e. (a) poss-e vs. (a) poç-a
- f. (o) ar-e vs. (o) ar-o
- g. (a) sed-a vs. (a) sed-e

Os membros dos pares acima não compartilham um “significado básico inicial” e, por esse motivo, supõe-se que as raízes são homófonas. Esses dados corroboram a hipótese de invisibilidade das vogais temáticas para o componente LF, uma vez que a única propriedade que diferencia os membros de um par é o seu pertencimento a uma ou outra classe formal. Até então temos recorrido a um diagnóstico semântico que é, sobretudo, intuitivo, para determinar

se duas palavras compartilham uma mesma raiz ou se apresentam raízes diferentes e homônimas. Esse diagnóstico, ao lado da abordagem independentemente motivada para as vogais temáticas, nos levou à hipótese de que é impossível que uma mesma raiz pertença a diferentes classes formais, sem que nenhuma propriedade sintaticamente ativa também esteja envolvida na diferença contextual dos dois usos dessa raiz. Entretanto, observem-se os seguintes pares, que parecem ser uma exceção à hipótese da invisibilidade plena das raízes:

(99) Potenciais exceções à hipótese da invisibilidade plena das vogais temáticas

- |           |     |        |
|-----------|-----|--------|
| a. mat-o  | vs. | mat-e  |
| b. flor-Ø | vs. | flor-a |
| c. pass-o | vs. | pass-e |

A raiz dos membros desses pares é fonologicamente semelhante e, semanticamente, é possível atribuir aos membros dos pares um “sentido básico inicial” ou um pertencimento a um mesmo campo semântico. Entretanto, a única diferença formal entre as palavras dos pares é o pertencimento a uma ou outra classe formal. As palavras *flor* e *flora*, em (99b), por exemplo, são substantivos femininos e diferenciam-se por pertencerem às classes formais [+γ] e [+α], respectivamente. A hipótese de invisibilidade plena das vogais temáticas sugere que as raízes dessas duas palavras são diferentes, porém homófonas; por outro lado, a percepção de que as palavras dos pares pertencem a um mesmo campo semântico, para além de sua forma fonológica ser semelhante, sugere que estamos perante a mesma raiz. De que forma solucionar esse dilema?

Acreditamos que um estudo experimental possa auxiliar na compreensão de como os falantes interpretam a identidade das raízes. O design de experimento oferecido por Creemers *et al.* (2018), em particular, poderia ser aplicado ao português. Utilizando como metodologia um experimento de *priming* auditivo, os autores investigam o papel da transparência semântica na representação lexical de verbos morfologicamente complexos (em particular, de verbos prefixados) do holandês, buscando separar efeitos semânticos e fonológicos de efeitos puramente morfológicos. O resultado que o trabalho atinge e que é interessante para os presentes propósitos é que a identidade morfológica de uma raiz independe da transparência semântica do verbo prefixado em relação ao verbo não prefixado. Assim, um experimento que avaliasse os efeitos de *priming* de pares como *sentar-sentir* (que envolvem, por hipótese, raízes diferentes) e de pares como *mato-mata* (que envolvem, por hipótese, a mesma raiz) em

comparação aos efeitos de *priming* dos pares que constituem aparente exceção, como *flor-flora*, pode revelar muito sobre o que está em jogo para a identificação de uma mesma unidade morfológica (uma mesma raiz) no português e, em particular, falsear ou não a hipótese da invisibilidade plena das vogais temáticas.

## 2.4 A ausência das vogais temáticas no interior da derivação

Nesta seção, gostaríamos de discutir a questão relacionada à ausência de vogais temáticas no interior de palavras que são derivadas de não verbos. Em geral, há duas propostas concorrentes para explicar essa propriedade: (i) o sufixo se anexa à palavra e uma posterior regra fonológica apaga a vogal temática da palavra base para evitar hiato (Lee, 1995; Camara Jr., 1970/2008) e (ii) o sufixo se anexa diretamente ao radical, e não à palavra, e, portanto, a vogal temática da base jamais esteve presente (Villalva, 1994; Harris, 1999; Alcântara, 2003). Na primeira abordagem, que chamaremos de Hipótese de Truncamento, a derivação da palavra *mítico*, por exemplo, tem como base a palavra *mito*, de tal forma que a junção do sufixo à base desencadeia o apagamento da vogal temática *-o*; na segunda abordagem, que chamaremos de Hipótese do Radical como Base, a derivação da palavra *mítico* tem como base a raiz *mit-* e, assim, a derivação dispensa a etapa adicional de apagamento de vogal temática. As duas análises são sistematizadas em (100) abaixo:

(100) Abordagens para a ausência de vogal temática no interior da derivação

a. Hipótese de Truncamento

*mito* + *ico* → *mitoico* → *mítico*

b. Hipótese do Radical como Base

*mit* + *ico* → *mítico*

O argumento empírico elaborado por alguns autores para defender a Hipótese de Truncamento (e.g. Lee, 1995) é que, quando o sufixo inicia com consoante (e mesmo em alguns casos em que o sufixo inicia com vogal, como (101c) abaixo), a vogal temática se mantém no interior da derivação, o que mostra que sua ausência nos outros casos é motivada para prevenir a criação de um hiato. Conforme mencionado na nota de rodapé 20, alguns exemplos levantados pelos autores são:

(101) Supostos exemplos de vogal temática não verbal no interior da derivação

a. *mata*a → *matagal*

b. *chuva*a → *chuvarada*

c. *afeto*o → *afetuooso*

Entretanto, como também discutido na nota 20, não é claro que as vogais sublinhadas são as vogais temáticas da palavra base. No caso de *matagal*, não encontramos outros exemplos de palavras com o mesmo sufixo, para determinar se a formação dessa palavra é *mata-gal* ou *mat-agal*. O exemplo *chuvarada* é talvez o mais claro exemplo de que a vogal sublinhada não é uma vogal temática; o sufixo *-ada* (de, por exemplo, *menin(o)-ada* e *mulher(Ø)-ada*) tem dois alomorfes: *-arada* (*filh(o)-arada*, *gent(e)-arada* e *comid(a)-arada*) e *-aiada* (*cabel(o)-aiada*, *peix(e)-aiada* e *fest(a)-aiada*). Assim, é mais coerente afirmar que a composição de *chuvarada* é *chuv-arada*, e não *chuva-rada*.

Por fim, o exemplo *afetuoso*, em (101c), é análogo ao exemplo *matagal*, no sentido de que é ambígua a segmentação como *afet-uoso*, em que *-uoso* é o sufixo, alomorfe de *-oso*, e *afet-u-oso*, em que *-u-* é a vogal temática da palavra base *afeto*<sup>32</sup>. Como evidência em favor da última segmentação (*afet-u-oso*) e, por extensão, da Hipótese do Truncamento, está o fato de que todos os adjetivos terminados em *-uoso* formados a partir de um substantivo de base da língua provêm de substantivos terminadas em *-o* (foi encontrado um total de oito exemplos desse tipo)<sup>33</sup>. Por outro lado, dois fatores enfraquecem o peso da evidência recém-mencionada: (i) há um sem-número de adjetivos terminados em *-oso*, sem a presença do <u>, provenientes de substantivos terminados em *-o*<sup>34</sup> e (ii) há diversos adjetivos terminados em *-uoso* que não apresentam uma palavra base, como por exemplo *suntuoso* (*\*sunto*)<sup>35</sup>, sugerindo que a sequência *-uoso* não necessariamente diz algo sobre a vogal temática da base. Assim, o caso dos adjetivos em *-uoso* não representa um conjunto expressivo de dados para sustentar a hipótese de que *todas* as vogais temáticas estão presentes no interior de palavras derivadas,

---

<sup>32</sup> Ilustrativo disso é o fato de que há autores que admitem que <u> é parte do alomorfe *-uoso* do sufixo *-oso* (como Pezatti, 1989) e autores (ou, em realidade, gramáticos) que admitem que <u> é a vogal temática da palavra base (como Luft, 1989).

<sup>33</sup> Os exemplos encontrados, para além de *afeto-afetuoso*, foram *luxo-luxuoso*, *defeito-defeituoso*, *preconceito-preconceituoso*, *monstro-monstruoso*, *incesto-incestuoso*, *ímpeto-impetuoso* e *conflito-conflituoso*.

<sup>34</sup> *Gosto-gostoso*, *poro-poroso*, *zelo-zeloso*, *mimo-mimoso*, *fogo-fogoso*, *ranço-rançoso*, *ruído-ruidoso*, *nervo-nervoso*, *ferro-ferroso*, *dengo-dengoso*, *choro-choroso*, *veneno-venenoso*, *número-numeroso*, etc.

<sup>35</sup> Outros exemplos são *sinuoso*, *virtuoso*, *tortuoso*, *voluptuoso* e *tempestuoso*.

sofrendo posterior truncamento. Concluímos, assim, que não há motivação empírica robusta para adotar a hipótese (100a).

Já a motivação empírica para defender a Hipótese do Radical como Base que Harris (1991, 1999) e Alcântara (2003) apresentam diz respeito a um conjunto residual daquilo que Harris considera serem marcadores de classe. Para Harris, marcadores de classe podem ter a forma Vs, e não apenas V; assim, “vogais temáticas” não são apenas vogais e podem ter a consoante /s/ em sua composição. Os exemplos trazidos pelo autor são *vír-us* e *Sócrat-es*. As sequências /us/ e /es/, segundo Harris, são marcadores de classe, porque estão ausentes no interior das palavras derivadas *vir-ose* e *socrát-ico*. Para Harris, a partir do momento em que se considera que unidades fonológicas não unicamente vocálicas podem compor o inventário de marcadores de classe, a Hipótese do Truncamento – que por suposição entra em ação para evitar um hiato – torna-se mais difícil de sustentar, uma vez que a concatenação de /vírus/ com /ose/ é optimamente ressilabificável. Conforme ressalta Alcântara (2003), “se o pressuposto fosse de a derivação basear-se na palavra, sendo as vogais temáticas nominais truncadas por uma regra fonológica, seria impossível explicar o apagamento dessas vogais (morfemas de classe formal) seguidas de uma consoante final /S/”.

Entretanto, no português, não são apenas sequências Vs em posição átona final de palavras que parecem se comportar como marcadores de classe, no sentido de desaparecerem em palavras derivadas. São quaisquer sequências VC em posição de rima átona em final de palavra. Observe-se os exemplos em (103-107), todos encontrados na Web.

(103) Palavras terminadas em /er/ átono

- a. Hambúrger → hamburgu-ão; hamburgu-inho; hamburgu-eiro; hamburg-oso;
- b. Mau-caráter → mau-carat-ismo
- c. Repórter → report-ar; report-inho
- d. Revólver → revolv-inho
- e. Suéter → suet-inho
- f. Zíper → zip-inho

(104) Palavras terminadas em /eN/ átono

- a. Homem → hom-inho; hom-ão; hom-ice
- b. Paisagem → paisag-ismo
- c. Selvagem → selv-ag-ismo
- d. Bagagem → bagag-eiro

- e. Chantagem → chantag-ista; chantag-ear
- f. Massagem → massag-ista; massag-ear
- g. Mensagem → mensag-eiro

(105) Palavras terminadas em /uN/ átono

- a. Álbum → alb-inho

(106) Palavras terminadas em /iw/ átono

- a. Frágil → frag-inho
- b. Difícil → dific-inho
- c. Fácil → fac-inho

(107) Palavras terminadas em /ar/ átono

- a. Açúcar → açuqu-inha<sup>36</sup>
- b. Dólar → dol-eiro
- c. César → Ces-inha

Parece pouco provável que todas as sequências VC das palavras acima sejam marcadores de classe, até porque seu comportamento no interior de palavras é misto. Note-se, por exemplo, o caso de *fácil*, que pode ter a sequência /il/ eliminada na formação do diminutivo *fac-inho*; entretanto, essa sequência permanece no interior de outras palavras derivadas, como por exemplo em *facil-idade*. Assim, defender que a possibilidade de “apagamento” dessa sequência de sons no interior de palavras derivadas confere a essa sequência um estatuto morfológico parece pouco acurado.

Note-se, adicionalmente, que o conjunto de dados apresentado acima é morfológica e fonologicamente diversificado. Morfologicamente, com relação à base para a derivação, temos

---

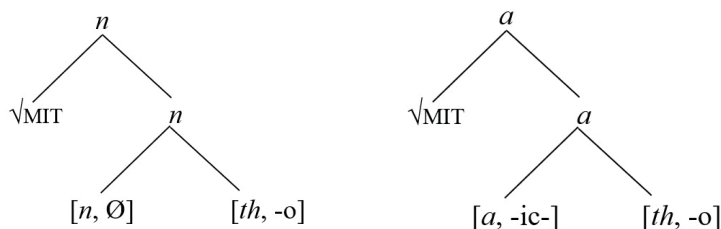
<sup>36</sup> Os diminutivos de *açúcar* e *César* são particularmente interessantes, porque embora ambas as palavras sejam masculinas, o diminutivo formado apresenta a vogal temática *-a*. Dias (2017), investigando precisamente formas diminutivas a partir de palavras paroxítonas terminadas em sílaba travada, defende que a formação desses diminutivos se dá em duas etapas: primeiramente, a coda final cai e, em seguida, a última vogal é reanalisada como uma vogal temática. Assim: *açúcar (input)* → *açúca (queda da consoante)* → *açúc-a (reanálise morfológica)*. É por esse motivo que o diminutivo recebe a vogal *-a*, da mesma forma como acontece em *planet-a/planet-inh-a*, por exemplo. Outros casos interessantes advêm de palavras (em geral antropônimos) terminadas em *-as* ou *-os*, como *Carlos* e *Douglas*. Nesses casos, o diminutivo pode ser formado com ambos os segmentos finais: *Carl-inh-os* e *Dougl-inh-as*, constituindo o que Dias (2017), com base em Bermúdez-Otero (2006), chama de “pseudo-plurais”. Vadella (2017), analisando dados do espanhol que têm o mesmo comportamento sob o quadro teórico da MD, analisa os pseudo-plurais como resultantes da inserção de um nó de plural dissociado no componente morfológico (e, portanto, não computável em LF).



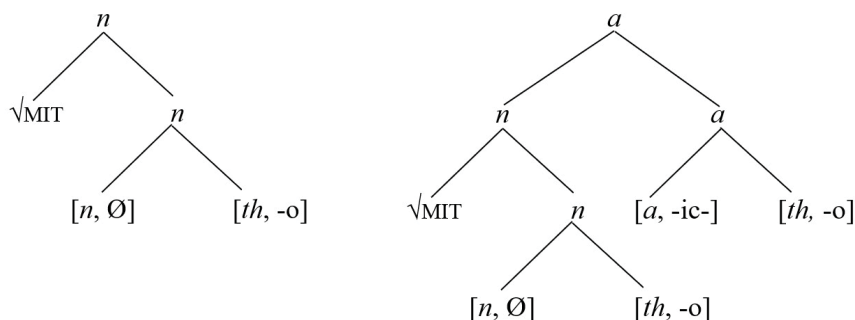
palavras monomorfêmicas (*homem, fácil*), palavras já sufixadas (*selv-agem*) e palavras compostas (*mau-caráter*)<sup>37</sup>. Além disso, os sufixos também são diversificados: *-inho, -ão, -ista, -eiro, -oso...* Fonologicamente, são diversificados tanto os segmentos ausentes – que são praticamente tão diversificados quanto é o conjunto de possíveis combinações de VC em final de palavra – quanto os sufixos que se anexam a essas bases que, dentre os dados encontrados, podem iniciar com as vogais /a/, /e/, /i/ ou /o/. O que unifica os dados em (103-107) é apenas o fato de a base ter a seguinte estrutura fonológica: ser paroxítona e terminar com uma sílaba com rima complexa. Assim, a crítica levantada por Harris (1999) para descartar a Hipótese de Truncamento dos marcadores de classe também não parece se sustentar, uma vez que os dados levantados na presente seção parecem apontar para a necessidade de postular uma regra de truncamento que alveja rimas átonas finais.

Empiricamente, assim, ambas as hipóteses são igualmente plausíveis, pois os argumentos levantados para descartar a análise concorrente não se sustentam, conforme buscamos mostrar. Teoricamente, a análise apresentada até então para as vogais temáticas é compatível com ambas as hipóteses e depende da estrutura que é atribuída às palavras derivadas. Observem-se as estruturas abaixo:

(108) Derivação de raiz (Hipótese do Radical como Base): *mit+ico*



(109) Derivação de palavra (Hipótese do Truncamento): *mito+ico*

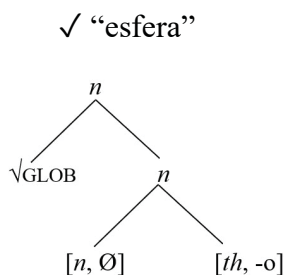


<sup>37</sup> Note-se que a base para a formação de *mau-caratismo* parece ser *mau-caráter*, e não simplesmente *caráter*, uma vez que apenas *\*caratismo* é ruim.

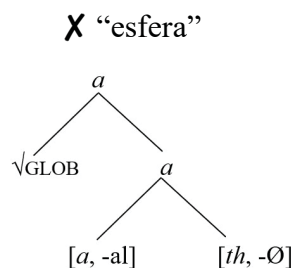
Nas estruturas em (108), ambas as palavras *mito* e *mítico* são formadas diretamente da raiz; nas estruturas em (109), *mito* é uma formação diretamente da raiz e *mítico* é formado a partir da palavra *mito*, havendo, assim, uma camada nominalizadora interna e uma camada adjetivadora externa. Nessa última, ambas as vogais temáticas são realizadas e, posteriormente, uma regra fonológica que apaga a vogal átona *-o* de *mito* deve ser evocada para gerar a forma final *mítico*.<sup>38</sup> Uma vez que as duas derivações são possíveis, outros critérios devem ser observados para determinar a plausibilidade de uma ou outra das estruturas.

Marantz (2001) e Arad (2003) discutem o papel da localidade dos categorizadores nas possibilidades de interpretação da raiz. Em particular, admitem que o primeiro categorizador é aquele que negocia com a raiz seus significados não composicionais e que categorizadores mais externos mantêm o(s) significado(s) da raiz que foram negociados com o primeiro categorizador, contribuindo composicionalmente à estrutura. A título de exemplo, considere-se as palavras *globo*, *global* e *globalizar*. A palavra *globo* pode ter tanto um significado relativo a “mundo” quanto um significado relativo a “esfera”. Esses dois significados são negociados no momento em que a raiz  $\sqrt{\text{GLOB}}$  se concatena com o nominalizador (cf. 110a). Já o adjetivo *global* só carrega o significado relativo a “mundo”, mas não o relativo a “esfera” (cf. *#esse objeto é global*). Pela hipótese de Marantz/Arad, *global* não pode derivar de *globo*, uma vez que não mantém os significados que *globo* adquiriu; *global*, assim, seria uma adjetivização de raiz (cf. 110b). Quanto ao verbo *globalizar*, este mantém o mesmo significado negociado em *global* e, portanto, é plausivelmente um verbo deadjetival (cf. 108c).

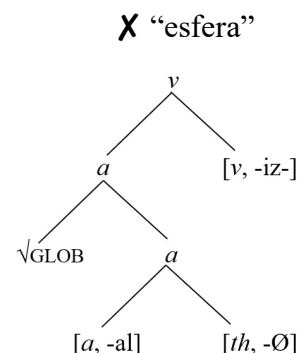
(108) a.  $\checkmark$  “mundo”



b.  $\times$  “mundo”



c.  $\checkmark$  “mundo”



<sup>38</sup> Outras versões dessa derivação com estrutura complexa são possíveis. Oltra-Massuet & Arregi (2005), por exemplo, admitem que a vogal temática de categorizadores internos recebem o expoente  $\emptyset$ ; Kramer (2015) admite que a posição temática só é inserida em um categorizador *a* ou *n* quando adjacentes ao nó de número #, o que faz com que apenas os categorizadores mais externos recebam uma posição temática. Nessas duas versões, a regra de apagamento é dispensada.

Sob essa perspectiva, as abordagens concorrentes para explicar a ausência de vogais temáticas no interior de palavras derivadas podem, em realidade, coexistir na gramática. Por esse motivo, no presente trabalho não pretendemos defender uma ou outra das abordagens, mas sim mostrar que ambas são possíveis e, provavelmente, coexistentes. Os detalhes da coexistência dessas derivações deve ser tema de trabalhos futuros, que investiguem o comportamento dos diferentes sufixos derivacionais no que concerne à sua (não) composicionalidade em relação à suposta palavra base.

## **2.5 Considerações finais**

Neste capítulo, foi apresentada a análise que estamos adotando para as vogais temáticas tanto verbais quanto não verbais do português brasileiro, após discussão da literatura existente. Defendemos que as vogais temáticas são codificadas por meio de traços de classe binários relacionados por uma hierarquia de marcação e que são inseridos na estrutura por meio de instruções de boa formação morfológica pós-sintaticamente. Assim, vogais temáticas não são propriedades intrínsecas das raízes e o momento em que são inseridas impede que o componente LF enxergue esses traços, o que foi formulado como a hipótese da invisibilidade plena das vogais temáticas.

Nos próximos capítulos, investigamos a interação das vogais temáticas com outros aspectos da flexão. Em particular, o tema do capítulo 3 é a flexão verbal regular, o tema do capítulo 4 é a flexão verbal irregular e, por fim, o capítulo 5 se dedica a investigar a relação entre gênero e vogais temáticas nominais.

Independentemente do quadro teórico adotado, é ponto pacífico na literatura de morfologia Item e Arranjo que à flexão verbal subjaz uma fórmula geral, que pode ser superficialmente descrita como *Raiz-VT-SMT-SNP*<sup>39</sup>. Uma forma verbal como *amávamos* reflete transparentemente essa fórmula, não oferecendo entrave com relação à segmentação e à classificação de seus morfemas, e, por isso, a literatura consistentemente a segmenta como *am<sub>Raiz</sub>-á<sub>VT</sub>-va<sub>SMT</sub>-mos<sub>SNP</sub>* (Pontes, 1965; Camara Jr., 1970/2008; Mateus & D’Andrade, 2000; Wetzels, 1995, 2007; Teixeira, 2012; Bassani & Lunguinho, 2011, dentre outros). Formas como *amo*, ao contrário, não refletem a fórmula geral de forma transparente e, por esse motivo, tornam-se alvo de divergências. Como só há um sufixo seguindo a raiz, ele pode em princípio se afiliar a qualquer ou quaisquer das outras três posições disponíveis, não sendo aprioristicamente clara e inequívoca a posição a que ele está associado. Não é surpreendente, assim, que alguns teóricos analisem o morfema *-o* de *amo* como um morfema de número e pessoa (Camara Jr., 1970/2008), que outros analisem como um morfema tanto de tempo e modo como de número e pessoa (Pontes, 1965; Teixeira, 2012) e que outros, ainda, analisem-no como um morfema que acumula as funções de classe conjugacional, modo, tempo, número e pessoa (Bassani & Lunguinho, 2011).

Se, por um lado, existe essa diversidade de propostas para a segmentação das formas verbais do português devido à ambiguidade que os próprios dados oferecem, por outro, a escolha de uma ou outra das possibilidades de análise tem consequência direta sobre a maneira como se lida com outros fenômenos envolvidos na flexão verbal, como atribuição de acento, metafoia e irregularidade. Em vista disso, este capítulo visa a discutir as possibilidades de análise, optando por uma que seja mais otimamente capaz de abarcar todos os fenômenos envolvidos na flexão verbal regular da língua, o que deverá ser o ponto de partida para a análise dos verbos irregulares, tema do próximo capítulo.

O presente capítulo assim se organiza: na seção 3.1 tornamos explícito o conjunto de formas verbais com que estamos lidando neste trabalho; na seção 3.2 apresentamos a descrição das principais propriedades da flexão verbal regular conforme encontrada na literatura; na seção

---

<sup>39</sup> VT = vogal temática; SMT = sufixo modo-temporal; SNP = sufixo número-pessoal. Continuaremos utilizando essa terminologia ao longo do capítulo.

3.3 discutimos as análises existentes para a flexão verbal do português que se utilizam dos mecanismos teóricos da Morfologia Distribuída e, por fim, na seção 3.4 apresentamos a proposta desta tese para a estrutura dos verbos regulares, que, obviamente, em muitos aspectos se alimenta das propostas já existentes.

### 3.1 Recorte empírico

As gramáticas de consulta (e.g. Bechara, 2015; Cunha & Cintra, 1985) em geral consideram que o português tem um sistema de 13 tempos verbais, a maioria dos quais se subdivide em seis formas, relativas ao singular e ao plural das três pessoas do discurso. O presente trabalho, no entanto, não lida diretamente com todas essas formas verbais por variados motivos e, portanto, esta seção dedica-se a (i) tornar explícito o conjunto de formas verbais considerado neste trabalho e (ii) justificar o recorte. Para isso, considere-se o sistema tradicional esquematizado em (1) abaixo e exemplificado com as formas verbais de um verbo de 1ª conjugação, *amar*:

#### (1) Formas verbais simples do PB (primeira versão)

##### a. Presente do Indicativo

amo - amas - ama - amamos - amais - amam

##### b. Pretérito Perfeito

amei - amaste - amou – amamos - amastes - amaram

##### c. Pretérito Imperfeito

amava - amavas - amava - amávamos - amáveis - amavam

##### d. Pretérito mais-que-perfeito

amara - amaras - amara - amáramos - amáreis - amaram

##### e. Futuro do Presente

amarei - amarás - amará - amaremos - amareis - amarão

##### f. Futuro do Pretérito

amaria – amarias - amaria - amaremos - amareis - amariam

##### g. Presente do Subjuntivo

ame - ames - ame - amemos - ameis - amem

##### h. Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

amasse - amasses - amasse - amássemos - amásseis - amassem

i. Futuro do Subjuntivo

amar - amares - amar - amarmos - amardes - amarem

j. Gerúndio

amando

k. Particípio

amado

l. Infinitivo

- não-flexionado

amar

- Infinitivo flexionado

amar - amares - amar - amarmos - amardes - amarem

m. Imperativo

- Afirmativo

---- - ama - ame - amemos - amai – amem

- Negativo

---- - ames - ame - amemos - ameis - amem

Considerando-se primeiramente a esfera número-pessoal, ainda que o sistema pronominal do PB faça a distinção entre as seis pessoas do discurso nos mais diferentes dialetos (*eu, tu/você, ele(a), nós/a gente, vós/vocês, eles(as)*), o sistema flexional tem sofrido algumas mudanças, sobretudo neutralizações, em relação ao paradigma que figura em gramáticas de consulta, não sendo mais possível falar em seis sufixos número-pessoais na grande maioria de – se não todos – os dialetos do PB. A realidade oral, no entanto, é bastante diversificada, havendo atualmente diferentes conjuntos de formas flexionadas para número e pessoa, determinadas por fatores extralinguísticos como região, escolaridade e faixa etária. Por exemplo, alguns dialetos ainda mantêm a concordância com a 2ª pessoa do singular (*tu vais*), enquanto outros não (*tu/você vai*); ainda, alguns dialetos mantêm a concordância com a 3ª pessoa do plural (*eles vão*), enquanto outros não (*eles vai*). Não sendo o objetivo do presente trabalho entrar em questões sociolinguísticas e, tampouco, analisar formas que já estão em desuso há muito tempo, o recorte de concordância número-pessoal feito é o relativo à norma culta do PB utilizada na maior parte do país: os seis sufixos número-pessoais são reduzidos a quatro, devido à neutralização entre as formas de 2ª e 3ª pessoas, em proveito da 3ª. Assim, no

restante do trabalho, a forma de 2ª e 3ª pessoas será sempre referida como de 3ª, ficando desde já o leitor ciente de que se inclui aí a 2ª pessoa.

Considerando-se, agora, o paradigma modo-temporal, algumas formas não constarão na análise por diferentes motivos. Primeiramente, à semelhança das motivações para o recorte do paradigma número-pessoal, deixaremos de lado as formas verbais sintéticas do pretérito mais-que-perfeito (*amara*), uma vez que este, também, não faz mais parte do paradigma verbal do PB atual, tendo sido substituído por sua forma analítica (*tinha amado*), que é formada pelo auxiliar *ter* na forma de pretérito imperfeito e pelo verbo principal no particípio.

Em segundo lugar, deixamos de fora as formas do futuro do presente (*amará*) e do futuro do pretérito (*amaria*), por dois motivos. O primeiro deles, semelhantemente ao exposto nos parágrafos anteriores, é restrita sua ocorrência no português contemporâneo, sobretudo no caso do futuro do presente, que já não faz mais parte do português oral, tendo sido também substituído por sua forma analítica (*vai amar*). O segundo motivo é que, alinhando-nos com, dentre outros, Bisol (1992), Mateus & D’Andrade (2000), Lunguinho (2011) e Teixeira (2012) sobre o português e Nie (2015) sobre o francês, consideramos que as formas de futuro do presente e de futuro do pretérito são formas verbais compostas, e não sintéticas. Embora essa pareça ser uma análise pautada na evolução diacrônica, e não na sincronia, veremos que há evidências sincrônicas (e translinguísticas) para essa análise, o que será discutido na seção 3.3.1.2.

Por último, optamos por excluir da investigação do presente trabalho as formas verbais do modo imperativo. Considerando-se a já mencionada neutralização entre 2ª e 3ª pessoas no sistema de concordância, o PB atual apresenta duas possíveis expressões de imperativo aparentemente intercambiáveis: uma que é igual à forma de subjuntivo (“forma surrogate”, segundo Rivero (1994)) e outra que é igual à forma de indicativo (“forma verdadeira”, segundo a mesma autora). As duas formas imperativas estão ilustradas em (2a) e (2b) abaixo, respectivamente.

## (2) Imperativos surrogate e verdadeiro

- a. (Não) *saia* daqui. (cf. Quero que ele *saia*.)
- b. (Não) *sai* daqui. (cf. Ele sempre *sai* às 9h.)

A distribuição dessas formas constitui uma investigação bastante frutífera, para a qual referimos o leitor a Cardoso (2006), Cavalcante (2010) e as referências neles incluídas (e, para

uma visão tipológica da sintaxe e semântica do imperativo, cf. Han, 1998). No entanto, as formas em *si*, que são idênticas às formas de indicativo e de subjuntivo mesmo nos verbos irregulares, não constituem evidência adicional para os propósitos do presente trabalho, que investiga a constituição morfofonológica das formas verbais, e não sua distribuição sintática.

Dadas as considerações feitas na presente seção, finalizamos elencando em (3) abaixo o conjunto de formas verbais simples que será examinado nas próximas seções, exemplificado com as formas flexionadas dos verbos das três conjugações *amar*, *bater* e *partir*. Lembramos que, embora as formas de futuro do presente e futuro do pretérito não estejam incluídas no conjunto de formas verbais simples, por considerarmos-as compostas, retornaremos a elas na seção 3.3.1.2.

(3) Formas verbais simples do PB (versão final)

a. Presente do Indicativo

amo	bato	parto
ama	bate	parte
amamos	batemos	partimos
amam	batem	partem

b. Pretérito Perfeito

amei	bati	parti
amou	bateu	partiu
amamos	batemos	partimos
amaram	bateram	partiram

c. Pretérito Imperfeito

amava	batia	partia
amávamos	batíamos	partíamos
amavam	batiam	partiam

d. Presente do Subjuntivo

ame	bata	parta
amemos	batamos	partamos
amem	batam	partam



e. Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

amasse	batesse	partisse
amássemos	batêssemos	partíssemos
amassem	batessem	partissem

f. Futuro do Subjuntivo

amar	bater	partir
amarmos	batermos	partirmos
amarem	baterem	partirem

g. Infinitivo

- Flexionado

amar	bater	partir
amarmos	batermos	partirmos
amarem	baterem	partirem

- Não-flexionado

amar	bater	partir
------	-------	--------

h. Gerúndio

amando	batendo	partindo
--------	---------	----------

i. Particípio

amado	batido	partido
-------	--------	---------

### 3.2 Principais aspectos da flexão verbal do português

A presente seção tem dois objetivos centrais: (i) oferecer uma apresentação e uma descrição dos principais aspectos das formas verbais regulares que fazem parte do escopo deste trabalho e (ii) apresentar os tratamentos disponibilizados na literatura para esses diferentes aspectos dos verbos da língua. A subdivisão da seção é guiada pelo primeiro objetivo. A subseção 3.2.1 trata da segmentação morfológica das formas verbais, com base, sobretudo, nos

trabalhos basilares de Camara Jr. (1966/1972, 1970/2008, 1971/2010) e Pontes (1965), invocando outros autores quando pertinente. A subseção 3.2.2 apresenta as duas principais vertentes para explicar os padrões acentuais dos verbos: uma que admite que o acento das formas verbais é sensível à quantidade (Bisol, 1992) e outra que admite que o acento das formas verbais é sensível à estrutura (Wetzels, 2007; Mateus & D'andrade, 2000). Por último, a subseção 3.2.3 apresenta o rico fenômeno de metafonia encontrado nas formas de presente do indicativo e presente do subjuntivo dos verbos do PB, que é alvo de extenso debate na literatura (Harris, 1974; Lopez, 1979; Redenbarger, 1981; Quicoli, 1990; Wetzels, 1995; Lee, 2003; Schwindt & Quadros, 2009, dentre outros).

Salientamos, por fim, que a presente seção apenas considera as análises dos verbos do português que não se inscrevem no quadro teórico da Morfologia Distribuída. Esses trabalhos serão discutidos na seção 3.3.

### **3.2.1 Estrutura e segmentação**

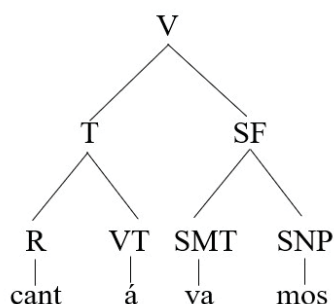
Esta seção se dedica à descrição da estrutura das formas verbais simples do PB oferecida por Camara Jr. (1970/2008, 1971/2010, 1966/1972) e Pontes (1965), base para quaisquer trabalhos que tratam da flexão verbal do português atual. Ambos os autores se inscrevem em um quadro estruturalista – portanto, de natureza descritiva – e suas análises compartilham diversas propriedades. Há, no entanto, algumas diferenças interessantes entre os dois trabalhos que merecem destaque, motivo pelo qual são apresentados em paralelo.

Tanto Pontes (1965) quanto Camara Jr. (1966/1972, 1970/2008, 1971/2012) concordam que o verbo é composto, de um lado, por um tema e, de outro, por sua desinência. Conforme Camara Jr., o tema corresponde a um radical (uma raiz com ou sem morfemas derivacionais) ampliado por uma das três vogais temáticas, *-a*, *-e* ou *-i*, responsáveis por subdividir os verbos da língua em três classes conjugacionais distintas: CI, CII e CIII, respectivamente. Sua desinência é subdividida em dois sufixos flexionais, um que expressa, cumulativamente, noções de tempo, modo e aspecto e outro que expressa, também cumulativamente, noções de pessoa e número. Pontes (1965), em contraste, avalia a vogal temática como parte integrante da desinência, e não do tema, uma vez que o que é de interesse é a oposição entre a parte do verbo que se mantém imutável no paradigma flexional e a parte que varia. Formas como *amei*, *comia* e *parto*, por exemplo, não exibem a vogal temática tal qual se esperaria a partir das formas

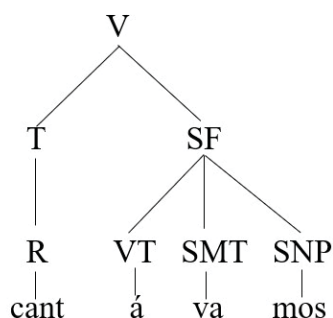
infinitivas *amar*, *comer* e *partir*. Como quer que se analise essas modificações na forma da vogal temática (admitindo-se, por exemplo, truncamento, alomorfia ou cumulação com outros sufixos), essas modificações são desencadeadas pelos sufixos flexionais, e não pelo radical, motivo pelo qual a autora a agrupa com os outros sufixos. A estrutura verbal conforme cada autor pode ser, assim, esquematizada conforme (4):

(4) Fórmula verbal

a. Camara Jr. (1966/1972, p. 98; 1970/2008, p. 104; 1971/2010, p. 85)



b. Pontes (1965, p. 50)



Dado o valor da oposição para o estruturalismo, é de fato ambíguo o pertencimento da vogal temática ao tema ou à desinência. Afinal, se por um lado ela parece pertencer ao tema no sentido de ser idiossincraticamente determinada pelo radical, por outro, sua expressão fonológica varia regularmente juntamente com os sufixos flexionais e, ademais, encontra-se linearmente entre o radical e o sufixo de tempo, não sendo claro se delimita o fim do tema/morfema lexical ou se marca o início da flexão/morfemas flexionais. Embora a questão, nesses termos, não se coloque para um modelo teórico como o que é assumido no presente trabalho, é interessante ressaltar seu caráter ambíguo como, por um lado, parte da informação idiossincrática de uma raiz e, por outro, como parte integrante dos morfemas funcionais que se projetam acima das raízes.

Uma diferença bastante notável entre as análises de Camara Jr. e Pontes – que, como veremos, se mantém em certa medida nas diferentes análises em MD – diz respeito à preservação ou não da fórmula geral nas formas flexionadas. Mais especificamente, Camara Jr. tende a admitir que a fórmula geral é imutável independentemente do número de morfemas que uma forma verbal contém, o que o compele a distribuir morfemas zero por toda parte. Pontes, por outro lado, tende a estabelecer (embora não sempre, cf. abaixo) uma relação de um para um entre número de morfemas fonologicamente expressos e número de morfemas disponíveis na fórmula, reservando morfemas zero apenas para ambientes teoricamente motivados. Como exemplo concreto, considere a segmentação proposta para a forma de 1ª pessoa do singular do presente do indicativo *amo*, mencionada na introdução.

**Tabela 3.1 – Segmentações de Pontes e Camara Jr. para a forma *amo*.**

	<b>Raiz</b>	<b>VT</b>	<b>SMT</b>	<b>SNP</b>
<b>Camara Jr.</b>	am-	∅	∅	-o
<b>Pontes</b>	am-	∅	-o	

Conforme expresso na Tabela 3.1, para Camara Jr., o morfema *-o* que segue a raiz na 1ª pessoa do presente do indicativo é um SNP cuja ocorrência se limita ao tempo presente do indicativo – mas não é, ele mesmo, um SMT que, nesse tempo verbal, o autor considera ser zero. Já segundo Pontes, o morfema *-o* acumula tanto informações de tempo, modo e aspecto quanto de número e pessoa, sendo, ao mesmo tempo, um SMT e um SNP. A motivação para Pontes admitir essa acumulação que manipula a fórmula geral dos verbos diz respeito ao valor dos morfemas zero. A autora só admite a existência de “zeros morfêmicos” quando a ausência de um morfema contrasta com a presença de outro morfema para uma configuração de traços “oposta”. Por exemplo, no pretérito imperfeito, a forma *amava*, que é utilizada para as três pessoas do singular, contrasta com as formas *amava-mos*, para a primeira pessoa do plural, e *amava-m*, para segunda e terceira pessoas do plural. Como o singular se opõe ao plural apenas pela ausência *versus* presença de um SNP, o zero relativo ao SNP de singular é significativo e, portanto, teoricamente existente.

Já no caso de morfemas SMT, a autora avalia que não há motivação semelhante para considerar que os traços de presente do indicativo sejam representados por um zero morfêmico, uma vez que o presente do indicativo se opõe ao pretérito perfeito, que também não encontra

em sua flexão um morfema específico. Caso o SMT da 1ª pessoa do singular do presente do indicativo e das formas de pretérito perfeito fosse dissociado do SNP, seríamos forçados a supor um morfema zero para ambos os conjuntos de traço, o que se choca com o critério opositivo para motivar a existência de zeros significativos, uma vez que, em sendo ambos zero, não há oposição. Por esse mesmo motivo, nas outras pessoas do presente do indicativo a autora considera que é a vogal temática que acumula a função de SMT – outro motivo pelo qual a autora opta por considerar a vogal temática como parte dos sufixos flexionais, e não do tema. A Tabela 3.2, com a segmentação completa do presente do indicativo conforme cada autor, ilustra a diferença entre as diversas cumulações propostas por Pontes (1965) para o presente do indicativo, bem como o número de morfemas zero admitido por Camara Jr.<sup>40</sup>

**Tabela 3.2 – Segmentação do presente do indicativo por Pontes e Camara Jr.**

Presente		CI				CII				CIII			
		Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
Camara Jr.	1sg	<b>am</b>	∅	∅	o	<b>bat</b>	∅	∅	o	<b>part</b>	∅	∅	o
	3sg	<b>am</b>	a	∅	∅	<b>bat</b>	e	∅	∅	<b>part</b>	i	∅	∅
	1pl	<b>am</b>	a	∅	muS	<b>bat</b>	e	∅	muS	<b>part</b>	i	∅	muS
	3pl	<b>am</b>	a	∅	wN	<b>bat</b>	e	∅	N	<b>part</b>	i	∅	N
Pontes	1sg	<b>am</b>	∅	o		<b>bat</b>	∅	o		<b>part</b>	∅	o	
	3sg	<b>am</b>	a		∅	<b>bat</b>	e		∅	<b>part</b>	i		∅
	1pl	<b>am</b>	a		muz	<b>bat</b>	e		muz	<b>part</b>	i		muz
	3pl	<b>am</b>	a		n	<b>bat</b>	e		n	<b>part</b>	i		n

Note-se que a vogal temática está ausente na 1ª pessoa do presente do indicativo das três conjugações. Se, por um lado, Pontes (1965) não chega a explicar essa ausência (para além de notar a neutralização entre classes conjugacionais nessa forma verbal), Camara Jr. (1970/2008, p. 106) atribui a ausência da vogal a uma regra morfofonêmica que suprime uma vogal átona final quando à palavra se acresce um novo constituinte que inicia com ou se resume a uma

<sup>40</sup> Convém mencionar que os autores diferem no recorte número-pessoal utilizado em suas análises: Camara Jr. analisa o paradigma de seis pessoas (com a concordância com 2ª pessoa) e Pontes, que objetiva descrever a estrutura verbal do português coloquial do Rio de Janeiro, analisa o paradigma de 4 pessoas (com neutralização entre 2ª e 3ª pessoas), conforme fazemos no presente trabalho. Assim, adaptamos a análise de Camara Jr. a uma análise com concordância de apenas 4 pessoas, para que a comparação com Pontes e com as formas relevantes para o presente trabalho seja mais direta.

vogal: *ama+o* → *amo*. De acordo com o autor, a mesma regra atua na flexão de gênero em substantivos e adjetivos, conforme discutido no capítulo anterior: *menino+a* → *menina*.

Duas observações a respeito da Tabela 3.2 ainda merecem destaque. A primeira delas diz respeito à forma subjacente das vogais temáticas de 2ª e 3ª conjugações. Note-se que nas formas de 3ª pessoa (singular e plural), as vogais temáticas *-e* e *-i* são superficialmente indistintas – ortograficamente ambas são representadas por <*e*>; oralmente, ambas são pronunciadas como a vogal reduzida [ɪ] nas formas singulares na maioria dos dialetos e como o ditongo nasal [ẽỹ] nas formas plurais. Ambos os autores atribuem essa neutralização à fonologia tão-somente, uma vez que a língua apresenta um sistema de três vogais em posição pós-tônica final, em que vogais médias altas [e, o], médias baixas [ɛ, ɔ] e altas [i, u] perdem seu valor distintivo. Subjacentemente, portanto, os autores consideram que as vogais temáticas são *-e* para a 2ª conjugação e *-i* para a 3ª, conforme o esperado.

A segunda observação ainda sobre a Tabela 3.2 é que, para Camara Jr., o morfema de 3ª pessoa do plural é uma consoante nasal – o arquifonema /N/ – que, quando perante a vogal /a/, necessita do acréscimo da semivogal posterior /w/, resultando em dois alomorfes para o SNP de 3ª pessoa do plural: /N/ e /wN/. Presume-se, assim, que a alternância entre /N/ e /wN/ é, para o autor, morfofonêmica. Para Pontes, embora a representação proposta seja |n|<sup>41</sup>, essa representação significa antes a nasalização da vogal precedente (e não uma consoante) que, perante /a/, sempre resulta no ditongo nasal /ãw/. Para a autora, então, é um fenômeno puramente fonêmico, que não envolve alomorfes distintos.<sup>42</sup>

Considere-se agora a segmentação que os autores propõem para o pretérito perfeito.

---

<sup>41</sup> A autora utiliza colchetes [ ] para a representação fonética, barras comuns / / para representação fonológica e barras verticais || para representação morfofonêmica.

<sup>42</sup> Ainda, uma diferença observável na tabela é a representação fonológica do morfema de 1ª pessoa do plural *-mos* que, para Pontes, é |muz| e, para Camara Jr., /muS/. Essa diferença diz respeito apenas a questões fonológicas/fonéticas, e não morfológicas, e, por isso, não é relevante para o presente trabalho e não será discutida.

Tabela 3.3 – Segmentação do pretérito perfeito por Pontes e Camara Jr.

Pretérito Perfeito		CI				CII				CIII			
		Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
Camara Jr.	1sg	<b>am</b>	e	Ø	y	<b>bat</b>	i	Ø	y	<b>part</b>	i	Ø	y
	3sg	<b>am</b>	o	Ø	w	<b>bat</b>	e	Ø	w	<b>part</b>	i	Ø	w
	1pl	<b>am</b>	a	Ø	muS	<b>bat</b>	e	Ø	muS	<b>part</b>	i	Ø	muS
	3pl	<b>am</b>	a	ra	wN	<b>bat</b>	e	ra	wN	<b>part</b>	i	ra	wN
Pontes	1sg	<b>am</b>	ey			<b>bat</b>	i			<b>part</b>	i		
	3sg	<b>am</b>	o			<b>bat</b>	e	w		<b>part</b>	i	w	
	1pl	<b>am</b>	a	Ø	muz	<b>bat</b>	e	Ø	muz	<b>part</b>	i	Ø	muz
	3pl	<b>am</b>	a	ran		<b>bat</b>	e	ran		<b>part</b>	i	ran	

Conforme já mencionado anteriormente, Pontes opta por uma análise mais cumulativa que manipula o número de morfemas em cada forma verbal, enquanto Camara Jr. prefere manter a segmentação morfológica de modo a respeitar a fórmula verbal geral, fazendo uso de morfemas zero sempre que o número de morfemas realizados fonologicamente não coincide com o número de células disponíveis. O único morfema zero assumido aqui por Pontes (1965) é o de SMT da primeira pessoa do plural que, para a autora, justifica-se na medida em que “a neutralização entre Presente e Perfeito, na P3 (a’mamuz, vë’demuz, par’timuz), é atribuída ao Pretérito Perfeito, P3. A ausência, no Pretérito Perfeito, é significativa” (p. 60). Já Camara Jr. postula a existência de um morfema zero para o SMT de todas as pessoas do discurso, exceto para a 3ª do plural, que o autor considera sofrer neutralização com o pretérito mais-que-perfeito sintético (*ama-ra-m*). Pontes não fornece a essa forma o mesmo tratamento de Camara Jr. devido ao fato de sua análise não considerar as formas sintéticas de pretérito mais-que-perfeito como pertencentes ao PB contemporâneo. Considera, assim, que *-ram* é um único morfema SMT e SNP indivisível.

Nas formas singulares, há uma diferença interessante quanto à segmentação morfológica proposta pelos autores. Camara Jr., ao comparar as formas de 3ª pessoa do singular das três conjugações, considera justo analisar o segmento *-o-* de *amou* como sendo um alomorfe da vogal temática, uma vez que as formas de 2ª e 3ª conjugação não só exibem suas respectivas vogais temáticas na mesma posição, como também exibem a semivogal /w/ que marca, por hipótese, a 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito nas três conjugações. Assim, se *bat-e-u* e *part-i-u*, logo *am-o-u*. Já Pontes nega a existência, mesmo que subjacente, da semivogal /w/ nas

formas de 1ª conjugação, pelo fato de que os falantes não pronunciam a sequência <ou> como um ditongo, e sim como um /o/ tônico. Assim, para ela há um único segmento indivisível -o, que ocupa cumulativamente a posição tanto de vogal temática quanto de SMT e SNP. Similarmente, em *amei*, a autora considera que a sequência -ei é um único morfema indivisível (que também faz as vezes de vogal temática, SMT e SNP), e não uma vogal temática -e seguida do morfema de SNP -i, conforme faz Camara Jr. Na 2ª e 3ª conjugação, Camara Jr. analisa a vogal temática como sendo um -i, que absorve a semivogal /y/, marca de 1ª pessoa do singular desse tempo, conforme mostra a 1ª pessoa: *cante/y/*. Nessa perspectiva, a análise de Camara Jr. é mais simétrica, no sentido de ter os mesmos morfemas SNP para todas as conjugações e apresentar a vogal temática em todas as pessoas de todas as conjugações, ainda que muitas delas com alomorfa (particularmente, em todas as formas singulares da 1ª conjugação e na forma de 1ª pessoa do singular da 2ª conjugação).

Quanto ao contraste na segmentação das formas de pretérito perfeito, Mateus & D'Andrade (2000), já inscritos em um modelo (morfo)fonológico gerativo, adotam a análise de Camara Jr., explicitando o possível condicionamento (morfo)fonológico para as alomorfias de vogal temática: a vogal baixa /a/, quando seguida pela vogal alta /i/, assimila alguns de seus traços, tornando-se a vogal média /e/ (*amai* → *amei*). O mesmo acontece na 3ª pessoa do singular, em que /a/ assimila alguns traços de /u/, tornando-se /o/ (neste caso, assimila não só traços de altura, como de arredondamento: *amau* → *amou*). Por último, nas formas de 1ª pessoa do singular do pretérito perfeito da 2ª conjugação, /e/ perante /i/ torna-se /i/ por assimilação do traço de altura,<sup>43</sup> o que, segundo Mateus & D'Andrade (2000), também ocorre no pretérito imperfeito. Confira a Tabela a seguir.

---

<sup>43</sup> Note-se que Pontes (1965) e Camara Jr. (1970/2008) consideram que, por exemplo, os morfemas de singular do pretérito perfeito são glides (/y/ para a primeira pessoa e /w/ para a terceira pessoa), enquanto Mateus & D'Andrade (2000) analisam esses morfemas como sendo as vogais /i/ e /u/, respectivamente. A escolha dos dois primeiros autores baseia-se na pronúncia, uma vez que ditongos decrescentes, como os formados em *amei* e *comeu*, são formados por uma vogal e um glide. Mateus & D'Andrade, por outro lado, consideram que esse é um processo fonético, e que glides não fazem parte do inventário de sons da língua. Ditongos decrescentes são, subjacentemente, formados por uma vogal seguida de /i/ ou /u/, que no nível fonético se tornam os glides /y/ e /w/, respectivamente, sob determinadas condições.



Tabela 3.4 – Segmentação do pretérito imperfeito por Pontes e Camara Jr.

Pretérito Imperfeito		CI				CII				CIII			
		Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
Camara Jr.	1sg	<b>am</b>	a	va	Ø	<b>bat</b>	i	ia	Ø	<b>part</b>	i	ia	Ø
	3sg	<b>am</b>	a	va	Ø	<b>bat</b>	i	ia	Ø	<b>part</b>	i	ia	Ø
	1pl	<b>am</b>	a	va	muS	<b>bat</b>	i	ia	muS	<b>part</b>	i	ia	muS
	3pl	<b>am</b>	a	va	wN	<b>bat</b>	i	ia	wN	<b>part</b>	i	ia	wN
Pontes	1sg	<b>am</b>	a	va	Ø	<b>bat</b>	i	ya	Ø	<b>part</b>	i	ya	Ø
	3sg	<b>am</b>	a	va	Ø	<b>bat</b>	i	ya	Ø	<b>part</b>	i	ya	Ø
	1pl	<b>am</b>	a	va	muz	<b>bat</b>	i	ya	muz	<b>part</b>	i	ya	muz
	3pl	<b>am</b>	a	va	n	<b>bat</b>	i	ya	n	<b>part</b>	i	ya	n

Tanto Camara Jr. quanto Pontes admitem que há uma alomorfa de SMT, condicionada pela classe conjugacional: /va/ para a 1ª conjugação e /ia/ ou /ya/ para a 2ª e a 3ª. Além dessa neutralização entre a 2ª e a 3ª conjugações, os autores consideram que a vogal temática de 2ª conjugação também se neutraliza com a de 3ª, tornando-se /i/. Mateus & D’Andrade (2000), assumindo a mesma segmentação (*com-i-ia*), concluem, conforme mencionado no parágrafo anterior, que a mesma regra de alçamento de /e/ para /i/ perante /i/ atuante no pretérito perfeito afeta as formas de pretérito imperfeito de verbos da 2ª conjugação.

Nas formas de presente do subjuntivo, vê-se mais uma vez a neutralização da 2ª e 3ª conjugação acometendo o morfema SMT – que, para Pontes, acumula-se com a vogal temática, já que ela está superficialmente ausente. Já Camara Jr. (1970/2008) afirma que a regra fonológica já mencionada, responsável por apagar uma vogal átona quando o sufixo seguinte se inicia com vogal, é atuante no presente do subjuntivo nos verbos das três conjugações.

Tabela 3.5 – Segmentação do presente do subjuntivo por Pontes e Camara Jr.

Presente		CI				CII				CIII			
Subjuntivo		Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
Camara Jr.	1sg	<b>am</b>	∅	e	∅	<b>bat</b>	∅	a	∅	<b>part</b>	∅	a	∅
	3sg	<b>am</b>	∅	e	∅	<b>bat</b>	∅	a	∅	<b>part</b>	∅	a	∅
	1pl	<b>am</b>	∅	e	muS	<b>bat</b>	∅	a	muS	<b>part</b>	∅	a	muS
	3pl	<b>am</b>	∅	e	N	<b>bat</b>	∅	a	wN	<b>part</b>	∅	a	wN
Pontes	1sg	<b>am</b>	e		∅	<b>bat</b>	a		∅	<b>part</b>	a		∅
	3sg	<b>am</b>	e		∅	<b>bat</b>	a		∅	<b>part</b>	a		∅
	1pl	<b>am</b>	e		muz	<b>bat</b>	a		muz	<b>part</b>	a		muz
	3pl	<b>am</b>	e		n	<b>bat</b>	a		n	<b>part</b>	a		n

A segmentação dos outros tempos do subjuntivo (pretérito e futuro) é relativamente trivial. O que merece destaque é, no caso do futuro do subjuntivo, a alomorfia do SMT que ambos os autores admitem: o morfema /r/ apresenta o alomorfe /re/ ou /ri/ na terceira pessoa do plural. Camara Jr. reconhece o caráter fonológico da alternância, ao dizer que a variante *-re* ocorre diante de travamento nasal. Já Pontes (1965) afirma que “|-r| alterna **morfologicamente** com |-ri|” (p. 54, grifo nosso). Uma terceira perspectiva encontra-se em Mateus & D’Andrade (2000), que reconhecem o caráter epentético da vogal /e/, para resolver o encontro /r+/N/, não permitido pela fonotaxe da língua, ao falar sobre as formas de infinitivo flexionado que, nos verbos regulares, são iguais às formas de futuro do subjuntivo.

Tabela 3.6 – Segmentação do pretérito do subjuntivo por Pontes e Camara Jr.

Pretérito Subjuntivo		CI				CII				CIII			
		Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
Camara Jr.	1sg	<b>am</b>	a	se	Ø	<b>bat</b>	e	se	Ø	<b>part</b>	i	se	Ø
	3sg	<b>am</b>	a	se	Ø	<b>bat</b>	e	se	Ø	<b>part</b>	i	se	Ø
	1pl	<b>am</b>	a	se	muS	<b>bat</b>	e	se	muS	<b>part</b>	i	se	muS
	3pl	<b>am</b>	a	se	N	<b>bat</b>	e	se	N	<b>part</b>	i	se	N
Pontes	1sg	<b>am</b>	a	si	Ø	<b>bat</b>	i	si	Ø	<b>part</b>	i	si	Ø
	3sg	<b>am</b>	a	si	Ø	<b>bat</b>	i	si	Ø	<b>part</b>	i	si	Ø
	1pl	<b>am</b>	a	si	muz	<b>bat</b>	i	si	muz	<b>part</b>	i	si	muz
	3pl	<b>am</b>	a	si	n	<b>bat</b>	i	si	n	<b>part</b>	i	si	n

Tabela 3.7 – Segmentação do futuro do subjuntivo (ou infinitivo flexionado) por Pontes e Camara Jr.

Futuro Subjuntivo		CI				CII				CIII			
		Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
Camara Jr.	1sg	<b>am</b>	a	r	Ø	<b>bat</b>	e	r	Ø	<b>part</b>	i	r	Ø
	3sg	<b>am</b>	a	r	Ø	<b>bat</b>	e	r	Ø	<b>part</b>	i	r	Ø
	1pl	<b>am</b>	a	r	muS	<b>bat</b>	e	r	muS	<b>part</b>	i	r	muS
	3pl	<b>am</b>	a	re	N	<b>bat</b>	e	re	N	<b>part</b>	i	re	N
Pontes	1sg	<b>am</b>	a	r	Ø	<b>bat</b>	i	r	Ø	<b>part</b>	i	r	Ø
	3sg	<b>am</b>	a	r	Ø	<b>bat</b>	i	r	Ø	<b>part</b>	i	r	Ø
	1pl	<b>am</b>	a	r	muz	<b>bat</b>	i	r	muz	<b>part</b>	i	r	muz
	3pl	<b>am</b>	a	ri	n	<b>bat</b>	i	ri	n	<b>part</b>	i	ri	n

Valendo-nos da menção ao infinitivo flexionado, cujas formas são idênticas às formas de futuro do subjuntivo expressas na Tabela 3.7 acima, finalizamos a seção com as formas faltantes, que são as ditas formas nominais dos verbos: infinitivo (não flexionado), gerúndio e participípio. Essas formas diferenciam-se das outras formas verbais sobretudo por não apresentarem SNP – ou seja, por não concordarem em número e pessoa com o sujeito da sentença. Apesar disso, as formas participiais podem concordar em gênero e número, conforme o sistema nominal, a depender do ambiente sintático em que ocorre (por exemplo, apresenta

concordância em sentenças passivas, mas não no pretérito mais-que-perfeito analítico). Por conta do fato de os participios receberem flexão nominal em certos ambientes sintáticos, Pontes (1965) considera como morfema de participio apenas o item *-d-*, uma vez que *-o* (ou *-u*, conforme sua notação) se alterna com *-os*, *-a* e *-as*, sendo, portanto, considerado morfema de gênero masculino. No gerúndio, por outro lado, o *-o* final não se destaca do morfema SMT.

Tabela 3.8 – Segmentação das formas verbais nominais por Pontes e Camara Jr.

Formas verbais nominais		CI			CII			CIII		
		Raiz	VT	SMT	Raiz	VT	SMT	Raiz	VT	SMT
Camara Jr.	Infinitivo	<b>am</b>	a	r	<b>bat</b>	e	r	<b>part</b>	i	r
	Gerúndio	<b>am</b>	a	ndo	<b>bat</b>	e	ndo	<b>part</b>	i	ndo
	Participio	<b>am</b>	a	do	<b>bat</b>	i	do	<b>part</b>	i	do
Pontes	Infinitivo	<b>am</b>	a	r	<b>bat</b>	e	r	<b>part</b>	i	r
	Gerúndio	<b>am</b>	a	ndu	<b>bat</b>	e	ndo	<b>part</b>	i	ndo
	Participio	<b>am</b>	a	d	<b>bat</b>	i	d	<b>part</b>	i	d

Como foi possível constatar na presente seção, existem algumas diferenças entre as análises da segmentação morfológica de Camara Jr. e Pontes, que em certa medida se reproduzem nas análises disponíveis para a flexão verbal do português no quadro teórico da Morfologia Distribuída, o que será tema da seção 3.3. O que é interessante notar é que diversos autores subsequentes, operando em diferentes quadros teóricos, adotam a análise de Camara Jr. na investigação de outros fenômenos que envolvem a flexão verbal da língua, como a atribuição de acento e a metafofia, temas das subseções 3.2.2 e 3.2.3, respectivamente.

### 3.2.2 Acento

A literatura sobre a atribuição de acento primário no português divide-se em basicamente duas vertentes, uma das quais recebe, adicionalmente, uma subdivisão binária. Em uma primeira camada, os teóricos dividem-se entre, de um lado, aqueles que preveem que os princípios responsáveis pela atribuição de acento são insensíveis a categorias morfológicas como verbos e nomes e, de outro, aqueles que defendem que princípios distintos de atribuição de acento regem as diferentes categorias lexicais. Em uma segunda camada, as análises que

propõem um tratamento transcategorialmente homogêneo para a atribuição de acento variam entre aquelas que admitem que o acento é sensível à estrutura e aquelas que admitem que o acento é sensível a quantidade, em que quantidade se define por peso silábico. Interessantemente, as análises que adotam um sistema misto de atribuição de acento concordam que o acento em verbos é estrutural e, em não verbos, sensível à quantidade, não havendo análises que admitem o contrário (ou seja, que verbos são sensíveis à quantidade enquanto não verbos são sensíveis à estrutura). Sistematizamos as diferentes abordagens em (5) abaixo.

(5) Teorias de acento para o português

a. Sistema homogêneo

- i. Verbos e não verbos sensíveis à estrutura (Mateus & D'Andrade, 2000)
- ii. Verbos e não verbos sensíveis à quantidade (Bisol, 1992)

b. Sistema misto

- i. Verbos sensíveis à estrutura; não verbos à quantidade (Wetzels, 2007)
- ii. -----

Dado o escopo do presente capítulo, esta seção concentra-se nas diferentes visões a respeito da atribuição de acento do sistema verbal, mencionando sua (não) extensão aos não verbos somente quando relevante. Começaremos apresentando a análise de Bisol (1992), que admite um sistema de sensibilidade à quantidade, para em seguida apresentar a análise de Wetzels (2007) e Mateus & D'Andrade (2000), para quem o acento em verbos é sensível à estrutura. As considerações feitas nesta seção concluem que (i) uma análise que admite sensibilidade à quantidade para o sistema verbal do português funciona na força bruta e deve, portanto, ser evitada e que (ii) as análises que defendem a sensibilidade à estrutura se fundamentam crucialmente na segmentação morfológica proposta por Camara Jr e apresentada na seção anterior (seção 3.2.1).

Para Bisol (1992), a atribuição de acento em todas as palavras da língua segue um algoritmo simples que acentua a última sílaba de uma palavra caso ela seja pesada (i.e. com rima ramificada) e que acentua a penúltima sílaba nos demais casos (i.e. quando a última sílaba não tem rima ramificada). Esse algoritmo reflete a conhecida generalização sobre o acento não verbal no português, a saber, que a maioria das palavras que terminam em sílaba pesada são oxítonas e que a maioria das palavras que terminam em sílaba aberta são paroxítonas. Para explicar as formas que fogem a esse padrão e que são minoritárias no caso de não verbos, Bisol

lança mão do conceito de extrametricidade, que pode alvejar sílabas inteiras ou apenas segmentos. No caso de não verbos, a extrametricidade de alguma sílaba ou segmento é uma idiossincrasia de determinados itens lexicais, que deve, portanto, vir marcada lexicalmente. Nas palavras *pântano* e *fácil*, por exemplo, a sílaba <no> e o segmento <l>, respectivamente, são extramétricos e, por esse motivo, não são contabilizados pelo algoritmo de atribuição de acento. Em palavras como *tirano* e *Brasil*, por outro lado, a sílaba <no> e o segmento <l> não são extramétricos e, portanto, o algoritmo de acento atribui corretamente o acento conforme o padrão geral.

Já no caso de verbos, a extrametricidade é um atributo de alguns dos morfemas flexionais ou de um constituinte fonológico particular em determinadas formas verbais. Mais particularmente, são extramétricos (i) a sílaba final da primeira e da segunda<sup>44</sup> pessoa do plural dos tempos de imperfeito (pretérito imperfeito do indicativo e do subjuntivo) e (ii) as consoantes /N/ e /S/ com status de flexão nos demais casos (p. 34). Exemplos são dados em (6).

(6) Extrametricidade em formas verbais (Bisol, 1994)

a. Sílabas extramétricas

Imperfeito Indicativo

*cantava<mos>*

*cantave<is>*

Imperfeito subjuntivo

*cantasse<mos>*

*cantasse<is>*

b. Consoantes extramétricas

Presente Indicativo

*canta<m>*

*canta<s>*

*cantamo<s>*

Presente Subjuntivo

*cante<m>*

*cante<s>*

*cantemo<s>*

Não é difícil enxergar a inadequação desse sistema. Em primeiro lugar, as regras que atribuem extrametricidade misturam informações prosódico-fonológicas (sílabas e consoantes) e morfológicas (pessoa do discurso, consoante com status de flexão) de uma maneira assimétrica. Por exemplo, no caso do pretérito imperfeito, a sílaba final inteira da 1ª pessoa do plural (que coincide com o morfema de pessoa e número) deve ser extramétrica (*cantava<mos>*), mas no presente do indicativo, apenas a consoante final desse mesmo morfema deve ser extramétrica (*cantamo<s>*). Se, por outro lado, olharmos para a configuração estrutural dessas formas

<sup>44</sup> O paradigma verbal considerado por Bisol é o que faz distinção de seis pessoas.

verbais, vemos que nos dois casos o acento recai sobre a vogal temática. Em segundo lugar, são tantas as formas com segmentos extramétricos – cuja extrametricidade deve ser atribuída por meio de regra – que se torna questionável se o tratamento do algoritmo supostamente geral é de fato geral para os verbos; dito de outro modo, torna questionável a sensibilidade da atribuição do acento verbal à quantidade.

Mateus & D’Andrade (2000) consideram que o acento do português deve ser encarado como sensível à estrutura e, no caso dos verbos, a regra geral é que o acento recai sobre a vogal temática (em outras palavras, sobre a última vogal do tema). Como os autores consideram que o futuro do presente e o futuro do pretérito são formas compostas e, portanto, não estão, tais quais, sujeitas à regra de acentuação, as únicas exceções à regra geral são algumas das formas do presente do indicativo e do presente do subjuntivo.

Wetzels (2007) reconhece que três diferentes padrões acentuais estão envolvidos nas formas verbais, e esses padrões são sensíveis à categoria temporal. Nos tempos pretéritos (perfeito, imperfeito do indicativo e do subjuntivo), o acento sempre recai sobre a vogal temática; nos tempos futuros (futuro do presente e futuro do subjuntivo), o acento sempre recai sobre o morfema temporal; finalmente, nos tempos presentes (do indicativo e do subjuntivo): o acento recai na vogal que segue a raiz na 1ª pessoa do plural e, nos outros casos, na última vogal da raiz (não uniforme do ponto de vista estrutural; uniforme do ponto de vista prosódico, sob a generalização de que, nessas formas, o acento recai sempre sobre a penúltima sílaba).

Note-se que, para uma abordagem de acento verbal estrutural, a descrição dos padrões acentuais depende crucialmente da segmentação proposta para as formas verbais. Tanto Wetzels (2007) quanto Mateus & D’Andrade (2000) admitem uma segmentação mattosiana, em que, por exemplo, o segmento /e/ em *amei* é uma vogal temática – e, por esse motivo, é quem recebe o acento. Ao contrário, se fosse assumido, na esteira de Pontes (1965), que /ey/ é um único morfema SNP indivisível, o papel da estrutura na atribuição de acento seria consideravelmente enfraquecido. Na seção 3.3.3, veremos que a explicação do padrão acentual é um dos motores que incitam Teixeira (2012) a propor uma segmentação diferente da costumeiramente assumida na literatura para as formas de presente do subjuntivo.

### 3.2.3 Alternâncias vocálicas

O último tópico que pretendemos levantar com relação à flexão verbal regular do português diz respeito ao padrão de metafonía observado no paradigma de presente de verbos cuja última vogal da raiz é uma vogal média. Desde Harris (1974), uma extensa literatura dedica-se a explicar a complexidade desses padrões vocálicos, que envolvem alternâncias entre as vogais /ε, e, i/, para verbos com uma vogal média não arredondada na raiz, e /ɔ, o, u/, para verbos com uma vogal média arredondada. Ainda que com implementações diferentes, muitos autores, como Lopez (1979), Redenbarger (1981), Quicoli (1990) e Wetzels (1995), além do próprio Harris (1974), admitem que as alternâncias vocálicas resultam de operações de Harmonia e Abaixamento (e Neutralização), que interagem com regras de truncamento e acento.<sup>45</sup>

Voltando-nos primeiramente para o conjunto de formas verbais envolvidas e a segmentação que os dados impõem, as alternâncias vocálicas afetam as formas de presente do indicativo e presente do subjuntivo, que são formas verbais cuja segmentação não é, a priori, inequívoca, conforme discutido na seção 3.2.1. Não obstante, o fenômeno da metafonía parece apontar fortemente para uma análise mattosiana da segmentação verbal. Mais particularmente, todos os autores supracitados que tratam desse fenômeno reconhecem que nas formas de 1ª pessoa do singular do presente do indicativo e em todas as pessoas do presente do subjuntivo, a vogal temática verbal é inserida e subsequentemente apagada, apagamento que é desencadeado pelo fato de o morfema seguinte iniciar com vogal.

As alternâncias vocálicas parecem ser sensíveis à (i) conjugação a que o verbo pertence, (ii) ausência ou presença de uma vogal temática na forma verbal e (iii) posição do acento. Considere-se, primeiramente, os dados do presente do indicativo, em (7) abaixo, em que a vogal da raiz, alvo das alternâncias, é representada por sua realização fonológica e em que a sílaba acentuada está sublinhada.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Merecem menção também análises não derivacionais desse fenômeno, como Lee (2003) e Schwindt (2007), que operam com versões da Teoria da Otimidade, e ainda Carvalho (2004), que opera com o que ele chama de “teoria templática”.

<sup>46</sup> Para a discussão da presente seção, é irrelevante o rótulo conferido ao morfema *-o* que aparece na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, ou seja, se a informação de presente do indicativo é parte substancial do morfema *-o* ao lado de informações de pessoa e número, ou se essa informação deve ser representada por um morfema zero, restringindo o rótulo do morfema *-o* apenas a SNP. Por esse motivo, acrescentamos o símbolo de morfema zero apenas nas posições em que a vogal temática foi inserida e subsequentemente apagada.



(7) Padrões vocálicos no modo indicativo

a. CI	<i>levar</i>	<i>tocar</i>
1sg	l[ <u>ε</u> ]v-Ø-o	t[ <u>ɔ</u> ]c-Ø-o
3sg	l[ <u>ε</u> ]v-a	t[ <u>ɔ</u> ]c-a
1pl	l[e]v-a-mos	t[o]c-a-mos
3pl	l[ <u>ε</u> ]v-a-m	t[ <u>ɔ</u> ]c-a-m
b. CII	<i>beber</i>	<i>sofrer</i>
1sg	b[ <u>ε</u> ]b-Ø-o	s[ <u>ɔ</u> ]fr-Ø-o
3sg	b[ <u>ε</u> ]b-e	s[ <u>ɔ</u> ]fr-e
1pl	b[e]b-e-mos	s[o]fr-e-mos
3pl	b[ <u>ε</u> ]b-e-m	s[ <u>ɔ</u> ]fr-e-m
c. CIII	<i>ferir</i>	<i>dormir</i>
1sg	f[ <u>i</u> ]r-Ø-o	d[ <u>u</u> ]rm-Ø-o
3sg	f[ <u>ε</u> ]r-e	d[ <u>ɔ</u> ]rm-e
1pl	f[e]r-i-mos	d[o]rm-i-mos
3pl	f[ <u>ε</u> ]r-e-m	d[ <u>ɔ</u> ]rm-e-m

Note-se que, diferentemente do que ocorre com as outras formas verbais, a vogal da 1ª pessoa do presente do indicativo tem um comportamento diferente a depender da conjugação à qual o verbo pertence. Mais particularmente, na 1ª conjugação a vogal é média-baixa /ε, ɔ/, na 2ª é média-alta /e, o/ e, na 3ª, é alta /i, u/. A coincidência da altura das vogais temáticas características dessas conjugações (respectivamente, /a, e, i/) é o que faz com que muitos autores considerem que a realização da vogal nessa forma verbal resulta de uma operação de Harmonia Vocálica entre a vogal média da raiz e a vogal temática, operação que tem lugar em um momento da derivação em que a vogal temática ainda está presente.<sup>47</sup> O fato de a Harmonia ocorrer precisamente na forma do indicativo em que há truncamento parece não ser mera coincidência, uma vez que o mesmo padrão vocálico pode ser encontrado nas formas de

---

<sup>47</sup> No caso da 1ª conjugação, a coincidência na altura da vogal temática e da vogal da raiz não é total: a vogal temática é baixa (/a/), e a vogal da raiz torna-se média-baixa (/ε, ɔ/). Para Harris (1974), esse é um dos motivos para afirmar que a Harmonia Vocálica não se aplica na 1ª conjugação; outros autores, propondo diferentes conjuntos de traços para descrever as vogais, afirmam que a Harmonia se aplica, sim, à 1ª conjugação. Não entraremos nos detalhes das diferentes análises.

subjuntivo, em (8), em que também há o apagamento da vogal temática, de acordo com a segmentação proposta por Camara Jr.

(8) Padrões vocálicos no modo subjuntivo

a. CI	<i>levar</i>	<i>tocar</i>
1sg	l[ <u>ɛ</u> ]v-Ø-e	t[ <u>ɔ</u> ]qu-Ø-e
3sg	l[ <u>ɛ</u> ]v-Ø-e	t[ <u>ɔ</u> ]qu-Ø-e
1pl	l[e]v-Ø-e-mos	t[o]qu-Ø-e-mos
3pl	l[ <u>ɛ</u> ]v-Ø-e-m	t[ <u>ɔ</u> ]qu-Ø-e-m
b. CII	<i>beber</i>	<i>sofrer</i>
1sg	b[ <u>e</u> ]b-Ø-a	s[ <u>o</u> ]fr-Ø-a
3sg	b[ <u>e</u> ]b-Ø-a	s[ <u>o</u> ]fr-Ø-a
1pl	b[e]b-Ø-a-mos	s[o]fr-Ø-a-mos
3pl	b[ <u>e</u> ]b-Ø-a-m	s[ <u>o</u> ]fr-Ø-a-m
c. CIII	<i>ferir</i>	<i>dormir</i>
1sg	f[ <u>i</u> ]r-Ø-a	d[ <u>u</u> ]rm-Ø-a
3sg	f[ <u>i</u> ]r-Ø-a	d[ <u>u</u> ]rm-Ø-a
1pl	f[i]r-Ø-a-mos	d[u]rm-Ø-a-mos
3pl	f[ <u>i</u> ]r-Ø-a-m	d[ <u>u</u> ]rm-Ø-a-m

Pondo, por ora, de lado a realização distinta da forma de 1ª pessoa do plural do subjuntivo de CI (*l[e]vemos*), para gerar os padrões encontrados nas formas “atemáticas” (isto é, nas formas em que a vogal temática não está superficialmente presente), parte-se da forma subjacente em (9a), aplica-se a regra de Harmonia em (9b) (formulada conforme Quicoli, 1990) e, por fim, tem vez o Truncamento em (9c) (também formulada conforme Quicoli, 1990).

(9) Etapas envolvidas na metafonía de 1sg.ind e subj.ind

a. Input

$[\sqrt{\quad} \quad VT \quad SMT/SNP]_{\text{Verbo}}$

Lev- -a- -o

Beb- -e- -o

Fer- -i- -o

b. Harmonia

$[- \text{alto}] \rightarrow [\alpha \text{ alto}, \beta \text{ baixo}] / \_\_\_ C_0 + [V, \alpha \text{ alto}, \beta \text{ baixo}] + V \dots]_{\text{Verbo}}$

$e/\varepsilon + a \rightarrow \varepsilon \quad (\text{Lev-a-o} \rightarrow \text{l}[\varepsilon]\text{v-a-o})$

$e/\varepsilon + e \rightarrow e \quad (\text{Beb-e-o} \rightarrow \text{b}[\text{e}]\text{b-e-o})$

$e/\varepsilon + i \rightarrow i \quad (\text{F}[\text{e}]\text{r-i-o} \rightarrow \text{f}[\text{i}]\text{r-i-o})$

c. Truncamento

$V \rightarrow \emptyset / \_\_\_ + V \dots]_{\text{Verbo}}$

$\text{L}[\varepsilon]\text{v-a-o} \rightarrow \text{l}[\varepsilon]\text{v-o}$

$\text{B}[\text{e}]\text{b-e-o} \rightarrow \text{b}[\text{e}]\text{b-o}$

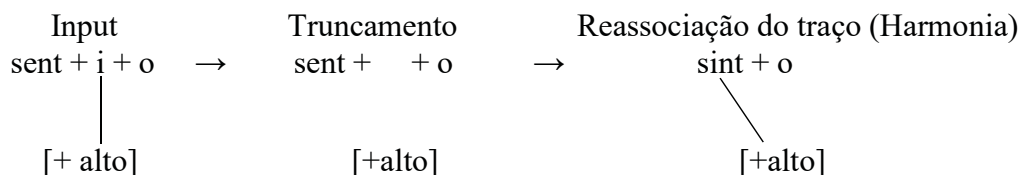
$\text{F}[\text{i}]\text{r-i-o} \rightarrow \text{f}[\text{i}]\text{r-o}$

Embora as regras em (9b-c), expostas nos termos da fonologia gerativa clássica (SPE), sejam formuladas em separado, os autores que postulam regras semelhantes a essas reconhecem que a descrição estrutural é a mesma (em síntese, a adjacência entre duas vogais desencadeia a harmonia e também o truncamento da primeira dessas vogais). No entanto, a teoria não fornece ferramentas para lidar com esses dois fenômenos como efeito de uma mesma regra. Redenbarger (1981) chega a unir as duas regras em uma só, mas o instrumental ainda assim não permite capturar a relação de causa e consequência entre as duas operações, crítica que Wetzels (1995) faz.

Assim, operando com a maquinaria da fonologia autosegmental, Wetzels (1995) formula o apagamento da vogal temática e a harmonia vocálica em uma única regra com duas etapas. A primeira apaga a vogal temática quando adjacente a outra vogal, o que resulta no desligamento do nó de abertura associado à vogal temática, que fica flutuante em sua camada. Em seguida, esse segmento flutuante se liga à vogal média (ou subespecificada para altura, cf. Galvão, 1993) imediatamente anterior, ocasionando a harmonia vocálica. O exemplo (10)

mostra resumidamente as duas etapas da regra para gerar a forma *sinto* de *sentir*. Quando a vogal da raiz é uma vogal baixa ou alta, não há a associação com a vogal anterior do segmento flutuante, que é depois eliminado pelo Apagamento do Elemento Extraviado (do inglês, *Stray Erasure*).

(10) Truncamento e harmonia unidos



Note-se que, em CI, o resultado do que até então temos considerado como Harmonia Vocálica, que afeta as formas atemáticas, é exatamente igual às outras formas do presente do indicativo, ou seja, às formas “temáticas”. Concretamente, a vogal da raiz é igual em *l[ε]vo* e *l[ε]va*, o que não ocorre em CII (*b[e]bo* e *b[ε]be*) ou em CIII (*f[i]ro* e *f[ε]re*). Com relação às formas temáticas, a literatura parece concordar que são alvo de uma regra de Abaixamento. Já com relação às atemáticas de CI, a coincidência com as outras formas leva a um debate sobre a primeira conjugação ser ou não alvo de Harmonia. De fato, para Harris (1974), a Harmonia afeta apenas verbos de CII e CIII e, para os autores subsequentes, CI está suscetível tanto a Harmonia quanto a Abaixamento. Pondo esse debate de lado, a necessidade de tratar o padrão vocálico das formas em que emerge uma vogal média-baixa por meio de regra vem da sua especificidade ao contexto verbal ao lado da previsibilidade da forma da vogal. Compare as formas verbais abaixo com os respectivos substantivos formados a partir das mesmas raízes; a forma verbal flexionada na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo tem a vogal tônica sistematicamente aberta, muito embora nos substantivos a vogal seja por vezes aberta e por vezes fechadas, de maneira imprevisível.<sup>48</sup>

**Tabela 3.9 – Formas verbais rizotônicas e nomes cognatos rizotônicos.**

Verbo CI	Nome	Verbo CII	Nome	Verbo CIII	Nome
esc[ɔ]va	esc[o]va	esc[ɔ]lhe	esc[o]lha	---	---
v[ɔ]ta	v[ɔ]to	f[ɔ]de	f[ɔ]da	t[ɔ]sse	t[ɔ]sse
inter[ε]ssa	inter[e]sse	p[ε]rde	p[e]rda	---	---
ac[ε]ssa	ac[ε]sso	prom[ε]te	prom[ε]ssa	s[ε]rve	s[ε]rvo

<sup>48</sup> As lacunas da Tabela são provavelmente apenas acidentais, uma vez que não são muitos os verbos da terceira conjugação que têm uma vogal média na raiz e que, ao mesmo tempo, têm um nome cognato rizotônico.

Uma possível formulação para a regra de Abaixamento é a que está em (11), que transforma vogais médias (não altas) da raiz em (médias-)baixas em contextos verbais.

(11) Regra de Abaixamento

[- alto] → [+ baixo] / \_\_\_ C<sub>0</sub>]√ ...]Verbo

Leva(m) → l[ε]va(m)

Bebe(m) → b[ε]be(m)

Fere(m) → f[ε]re(m)

Por último, faltou mencionar as formas de 1ª pessoa do plural do indicativo (e também a do subjuntivo em CI), em que vemos uma vogal média-alta (*l[e]vamos*), diferentemente das outras formas temáticas, com uma vogal média-baixa (*l[ε]vam*). Não coincidentemente, nessa única forma em que a vogal emerge como média-alta em vez de média-baixa, a referida vogal é pré-tônica, e não tônica. A emergência de [e] pode, assim, ser explicada, uma vez que no português brasileiro as vogais médias-baixas e médias-altas se neutralizam em favor, em muitos dialetos, das vogais médias-altas em posição pré-tônica (cf., e.g., *b[ε]lo* → *b[e]leza*). Certamente, embora pareça de fato ser não coincidente a emergência da vogal média-alta e a sua não tonicidade, a explicação não necessariamente é igualmente simples de determinar, afinal, é possível que a vogal não apresente o mesmo alternante que as outras formas ou porque (i) a regra que transforma as vogais em médias-baixas só se aplica a vogais tônicas ou (ii) a regra que transforma as vogais em médias-baixas é indiferente à tonicidade e, portanto se aplica à 1ª pessoa do plural, que na sequência deve se sujeitar à operação de Neutralização, para se adequar ao sistema vocálico pré-tônico da língua.

Para Harris (1974), a regra de Abaixamento alveja vogais tônicas e, portanto, não chega a se aplicar nas formas de 1ª pessoa do plural. Assim, essa regra deve suceder a regra de atribuição de acento. Para os outros autores, ao contrário, a regra de Abaixamento não é sensível a tonicidade e, assim, pode se aplicar em um momento inicial da derivação. Para resumir as diferentes análises presentes na literatura derivacional, (12) esquematiza o ordenamento das regras conforme as diferentes abordagens e, em (13), vemos a quais formas as regras de Harmonia, Abaixamento e Neutralização se aplicam (A = Abaixamento, H = Harmonia, N = Neutralização, S = Subjacente):

(12) Ordenamento das regras

a. Harris: Harmonia > Truncamento > Acento > Abaixamento

b. Outros: Abaixamento > Harmonia > Truncamento > Acento > Neutralização

(13) Relação das formas verbais às regras de metafonía

a. Harris

	CI		CII		CIII	
	Ind	Subj	Ind	Subj	Ind	Subj
1sg	A	A	H	H	H	H
3sg	A	A	A	H	A	H
1pl	S	S	S	H	S	H
3pl	A	A	A	H	A	H

b. Outros

	CI		CII		CIII	
	Ind	Subj	Ind	Subj	Ind	Subj
1sg	H	H	H	H	H	H
3sg	A	H	A	H	A	H
1pl	A(+N)	H(+N)	A(+N)	H	A(+N)	H
3pl	A	H	A	H	A	H

Conforme pode ser visto, independentemente dos detalhes distintos envolvidos nas diferentes análises, deve ficar claro que, para todos os autores, a vogal que aparece após a raiz na 1ª pessoa do singular do indicativo e em todas as formas do subjuntivo não é um alomorfe da vogal temática ou um morfema cumulativo que acumula, também, a função de vogal temática. Ao contrário, a vogal temática, em sua forma default, esteve presente em um momento da derivação, e em seguida foi apagada, deixando “rastros” de sua presença.<sup>49</sup> Isso será importante para a discussão da seção 3.3.3, quando apresentada a proposta de Teixeira (2012) em comparação à presente proposta.

---

<sup>49</sup> Mesmo autores que se afiliam a teorias não derivacionais admitem, de uma forma ou de outra, a coexistência entre as vogais temáticas verbais e os sufixos de presente do subjuntivo, para explicar o padrão vocálico encontrado nas raízes de vogal média (cf. Lee, 2003; Carvalho, 2004; Schwindt, 2007).

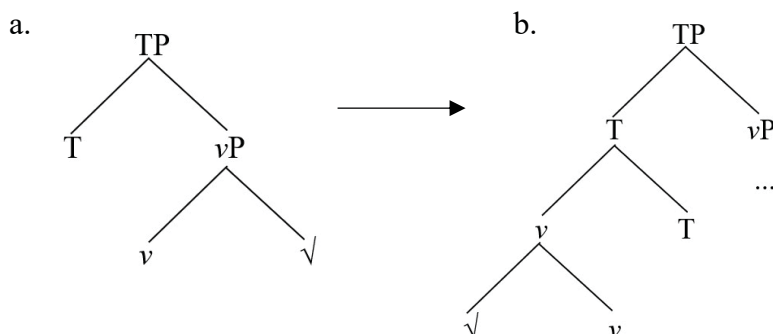
### 3.3 A flexão verbal do português na MD – análises anteriores

Na presente seção, discutiremos as análises anteriores oferecidas na literatura para a descrição da flexão verbal do português brasileiro no quadro teórico da MD. Mais particularmente, a seção 3.3.1 dedica-se à discussão de Santana (2016a), que assume uma hipótese primeiramente proposta por Oltra-Massuet (1999) e comumente adotada por teóricos para outras línguas românicas – como Arregi (2000) para o espanhol e Calabrese (2012) para o italiano – que admite a presença de múltiplas vogais temáticas em uma forma verbal, e não apenas uma. Nas seções 3.3.2 e 3.3.3, discutiremos, respectivamente, as análises de Bassani & Lunguinho (2011) e de Teixeira (2012), que não operam com a hipótese supracitada, mas que assumem pressupostos que acreditamos ser problemáticos.

#### 3.3.1 Uma vs. Múltiplas vogais temáticas

Dentro do quadro teórico da Morfologia Distribuída (MD), os trabalhos que lidam com a flexão verbal de diferentes línguas partem, em geral, de uma mesma estrutura sintática. Nessa estrutura, uma raiz acategorial se liga a um núcleo verbalizador, a que em seguida se concatena o núcleo T, que enfeixa traços de tempo, modo e aspecto (cf. (14a)). Nas línguas românicas, em que há movimento do verbo para T, esses núcleos sofrem movimento cíclico no componente sintático, resultando na estrutura vista em (14b), input para o componente morfológico.

(14) Estrutura verbal na sintaxe

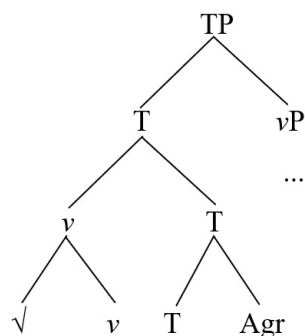


Conforme mencionado no primeiro capítulo, a MD lida com a hipótese de que, no mais simples dos casos, a realização morfofonológica é espelho da sintaxe. Dadas as estruturas acima, o mais simples dos casos seria tal que a realização dos verbos fosse  $\sqrt{-v-T}$ . No entanto,

não é o que acontece em muitas línguas a que essa configuração sintática se aplica, dentre elas o português. Para a boa formação morfológica dos verbos do português, são necessárias duas operações adicionais, uma responsável pela concordância do verbo com o sujeito e outra, pela inserção da posição para a vogal temática. O motivo pelo qual essas informações são inseridas apenas no componente morfológico, a caminho de PF, é que, por hipótese, essas informações são irrelevantes para LF: a concordância, composta de traços não interpretáveis, é apenas a cópia de traços interpretáveis do sujeito (e/ou, para outras línguas, do objeto) e a vogal temática é apenas o sinalizador da classe conjugacional a que o verbo pertence, não tendo conteúdo sintática ou semanticamente relevante (cf. a hipótese da invisibilidade plena das vogais temáticas, apresentada no capítulo anterior). Embick (1997) chama esses nós inseridos tardiamente no caminho para PF de “nós dissociados” e Embick & Noyer (2007), de “morfologia ornamental”.

Desde sua formulação inicial (Halle & Marantz, 1993), muitos adeptos da MD concordam que a inserção do nó de concordância (Agr, do inglês *agreement*) no componente morfológico, para línguas em que o verbo concorda com o sujeito, gera a estrutura (15) abaixo a partir daquela em (14b). A condição de boa formação morfológica responsável por essa inserção é formulada em (16), conforme Oltra-Massuet (1999a, p. 12).

(15) Inserção de concordância (Agr)



(16) Condição de boa formação morfológica para T finito

Um T finito requer um morfema de concordância Agr.

Já quanto à condição que versa sobre a inserção da posição temática em línguas românicas, a literatura dispõe de duas abordagens em competição. A primeira delas admite que somente o verbalizador (ou categorizadores, de modo mais geral) requer a inserção de uma vogal temática verbal; a segunda delas, formulada pela primeira vez por Oltra-Massuet (1999a),



admite que *todos* os núcleos funcionais, dentre eles categorizadores, projetam uma posição temática. As duas hipóteses são formuladas em (17) e (18) abaixo, respectivamente.

(17) Hipótese da vogal temática categorial (HVTC)

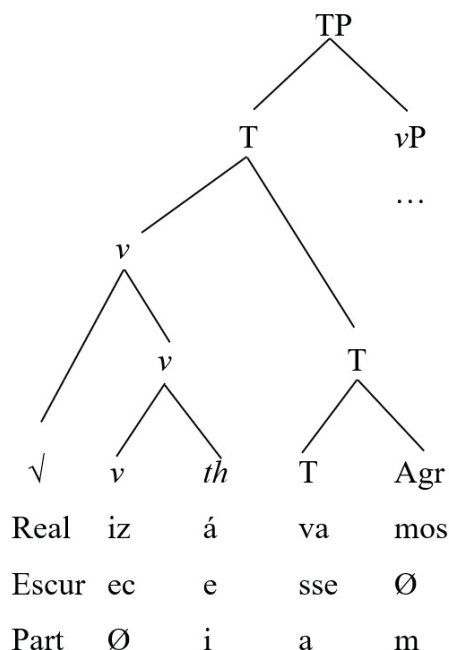
Todo núcleo categorizador  $x$  requer uma posição temática.

(18) Hipótese da vogal temática funcional (HVTF)

Todo núcleo funcional  $F_0$  requer uma posição temática.

Em análises adequadas da hipótese em (17) (e.g. Pomino, 2008; Bassani & Lunguinho, 2011; Teixeira, 2012), a vogal temática é encarada da mesma forma como a encaram análises mais tradicionais: é o morfema que intervém entre o radical e os morfemas flexionais. Note-se que, pela estrutura em (15), o acréscimo de uma posição adicional para alocar a vogal temática parece ser dispensável, uma vez que entre a raiz e os núcleos flexionais T e Agr há um núcleo verbalizador, possível candidato para hospedar a vogal temática. O motivo pelo qual há a necessidade de uma posição extra é que, embora no geral a vogal temática verbal se anexe diretamente à raiz, gerando uma base verbal, a língua dispõe de itens verbalizadores (como *-iz-*, *-ec-*, *-ific-*) cuja presença não dispensa a presença de uma vogal temática; ao contrário, os verbalizadores exigem sua presença. Assim, por não estarem em distribuição complementar, há a necessidade de duas posições: uma para o verbalizador e outra – um nó dissociado – para a vogal temática. Nessas análises, a estrutura resultante da adjunção de uma posição temática ao verbalizador é a que se encontra em (19), com alguns exemplos de preenchimento dos nós terminais com formas verbais.

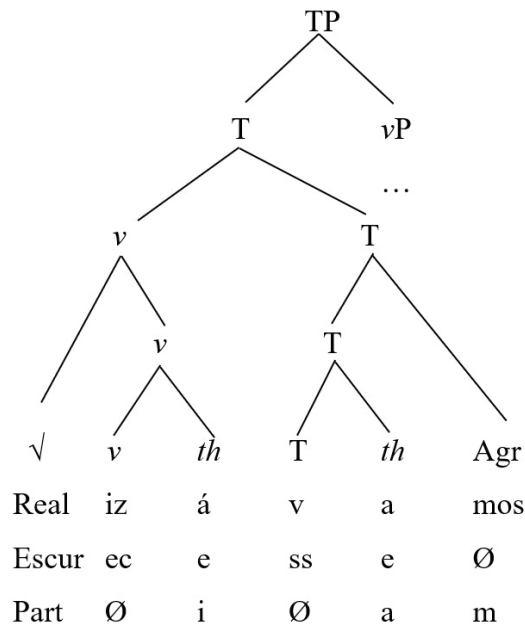
(19) Inserção da posição temática ao núcleo verbalizador



Para adeptos da segunda hipótese (e.g. Oltra-Massuet, 1999a, b; Arregi, 2000; Oltra-Massuet & Arregi, 2005; Calabrese, 2012, 2015a, b; Santana, 2016a, b), vogais temáticas não são propriedades exclusivas dos núcleos categorizadores, e sim exigência de todos os nós sintáticos funcionais – dentre eles, também os categorizadores. Segundo essa abordagem, a estrutura de (15) resultaria em (20) abaixo, que se diferencia de (19) pela presença de mais uma vogal temática, adjungida a T<sup>50</sup>.

<sup>50</sup> Note-se que o nó Agr não recebe uma posição temática. Para Oltra-Massuet (1999), isso se dá pelo ordenamento das operações pós-sintáticas, em que a inserção das posições temáticas precede a inserção do nó de concordância. Para Arregi (2000), isso resulta de a condição que insere as posições temáticas fazer referência explícita a “nós sintáticos”. Sendo Agr um “nó morfológico”, não está sujeito à operação.

(20) Inserção das posições temáticas aos núcleos funcionais



Essa nova forma de encarar as vogais temáticas verbais traz consequência interessantes para a análise da flexão verbal das línguas românicas – exploradas para o português em trabalho anterior (Santana, 2016a, b) – uma vez que reanalisa a clássica segmentação verbal que considera que um verbo flexionado contém, no máximo, *Radical-VT-SMT-SNP*. A título de ilustração, compare as formas *realizávamos* e *partiam*, segmentadas conforme (20) acima. De acordo com essa abordagem, o segmento *-a* da forma de pretérito imperfeito de 2ª (e 3ª) conjugação como *partiam* (e *comiam*) não é a realização do núcleo de tempo T, e sim a realização do núcleo temático anexado a ele, de forma indistinta do segmento *-a* de, por exemplo, *andávamos*, que realiza o mesmo núcleo. A diferença entre a realização do pretérito imperfeito de verbos da 1ª conjugação, por um lado, e verbos da 2ª e da 3ª, por outro, está na alternância entre *-v-* e  $\emptyset$  na realização do nó T – diferença desencadeada pela vogal temática anterior, anexada ao verbalizador. Com isso, captura-se uma identidade de outra forma não capturável entre as formas de pretérito imperfeito de CI e de CII e CIII.

Santana (2016a, 2016b) examina as consequências da adoção da HVTF de Oltra-Massuet (1999a, b) apenas nos tempos verbais pretérito imperfeito, futuro do pretérito e futuro do presente e, de fato, os argumentos mais interessantes para a adoção dessa hipótese recaem sobre esses tempos verbais. Entretanto, se admitirmos que os futuros são tempos compostos, conforme antecipado na seção 3.1, uma grande parte da força do argumento se esvai; além disso, estender a HVTF ao paradigma verbal completo implica num sistema (desnecessariamente, esperamos mostrar) pesado. Nas subseções que se seguem, apresentamos,

avaliamos e rejeitamos a HVTF aplicada ao português conforme propõe Santana (2016a, 2016b).

### 3.3.1.1 Santana (2016a) e a Hipótese das Vogais Temáticas Funcionais (HVTF)

Em trabalhos anteriores (Santana, 2016a, 2016b), implementamos em português a hipótese formulada por Oltra-Massuet (1999a) para o catalão, que defende que todos os núcleos funcionais sintáticos (e não apenas os categorizadores) projetam uma posição temática. Nesta subseção, apresentamos a pesquisa desenvolvida nesses trabalhos anteriores e, na próxima subseção, rejeitamos as hipóteses desses trabalhos.

O ponto de partida para a proposta de que todos os núcleos funcionais projetam uma posição temática é a constatação de que as vogais que compõem todas as unidades analisadas tradicionalmente como morfemas SMT coincidem com as vogais temáticas verbais /a/, /e/ e /i/, conforme mostra (21).

#### (21) Composição dos morfemas SMT

a. Pretérito imperfeito	- <i>va</i> , - <i>(i)a</i>
b. Pretérito subjuntivo	- <i>sse</i>
c. Presente do subjuntivo	- <i>e</i> , - <i>a</i>
d. Futuro do presente	- <i>ra</i> , - <i>re</i>
e. Futuro do pretérito	- <i>ria</i>
f. Futuro do subjuntivo	- <i>r</i>

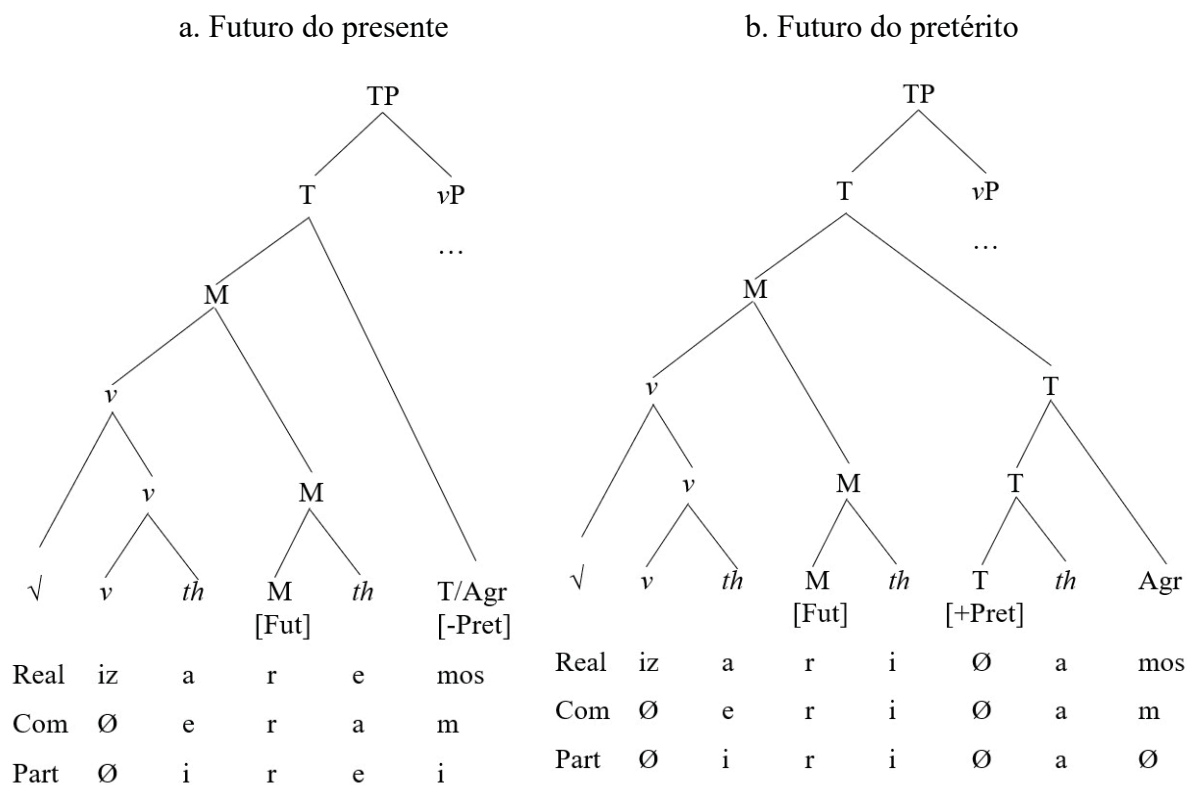
O segundo ponto que levou ao questionamento a respeito da coincidência ou não da identidade entre as vogais dos morfemas de tempo e as vogais temáticas foi a constatação de que, ao eliminar as vogais dos morfemas SMT, o que resta a todos os morfemas que expressam a noção de futuridade (futuro do presente, futuro do pretérito e futuro do subjuntivo) é o segmento *-r*. Assim, o foco de Santana (2016a) recai sobre os tempos futuro do presente e futuro do pretérito, que são tratados como tempos verbais simples.

Ainda conforme Oltra-Massuet (1999a), Santana (2016a) propõe que, embora os traços de tempo, modo e aspecto costumem ser conjuntamente enfeixados em um único núcleo T na estrutura, o traço [Futuro] impede esse enfeixamento conjunto e exige uma projeção própria,

chamada M, de Modal<sup>51</sup>, que coocorre com o núcleo T. Adicionalmente, Santana (2016a) propõe que há uma operação no componente morfológico responsável por fundir os nós T e Agr sempre que os traços de T forem não marcados (em que “não marcado” é entendido como o valor negativo de traços binários).

Dadas as suposições sobre (i) a projeção de uma vogal temática para todo núcleo funcional, (ii) a inserção do nó de concordância Agr, (iii) a dissociação do traço de futuro de T e (iv) a fusão entre T e Agr em contextos não marcados, as estruturas para os tempos futuro do presente e futuro do pretérito, de acordo com Santana (2016a) são dadas em (22) a seguir.

(22) Estruturas para os tempos futuros (Santana, 2016a)



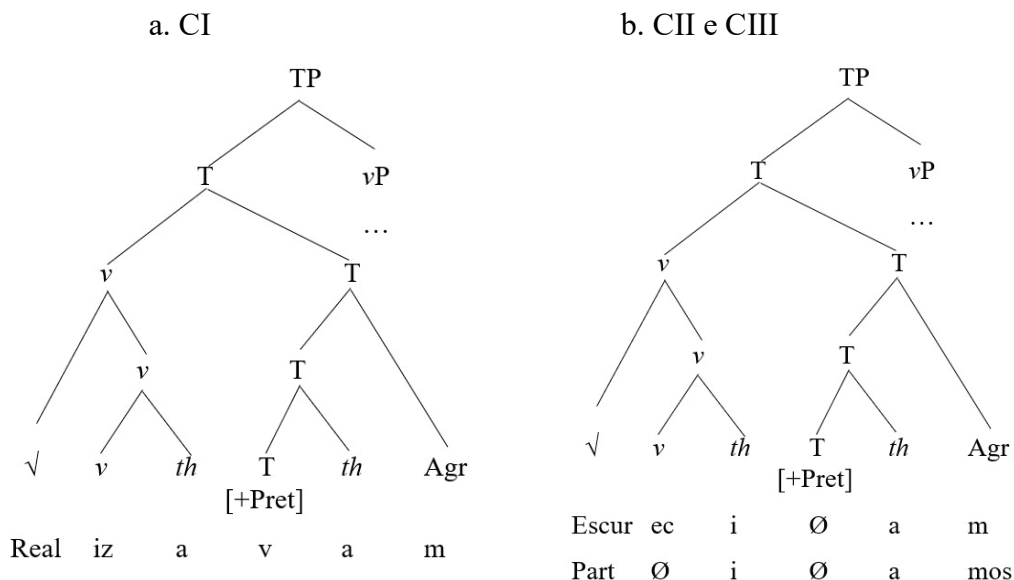
Com essa reanálise do arranjo morfológico dos verbos, um dos ganhos é a possibilidade reconhecer um único item de Vocabulário realizando o traço de futuro: /r/ ↔ [Futuro]. Em análises que também reconhecem os tempos futuros como tempos simples, e não compostos, e que ao mesmo tempo adotam o arranjo morfológico tradicional (Radical-VT-SMT-SNP), ao contrário, os morfemas de futuro do presente e futuro do pretérito são tratados como apenas

<sup>51</sup> Diversos trabalhos reconhecem a relação entre futuro e modalidade, muitos dos quais identificam o próprio traço de futuro – ou de posterioridade – como um traço modal, e não temporal. Cf. Lyons (1977), Abusch (1988), Copley (2003).

coincidentemente semelhantes: os itens indecomponíveis /ra/ e /ria/ correspondem aos morfemas de futuro do presente e futuro do pretérito, respectivamente.

O segundo resultado interessante dessa análise é a possibilidade de reconhecer a semelhança morfológica entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito de CII e CIII, que, por hipótese, também compartilham traços sintáticos-semânticos. A sequência *-ia* das formas de pretérito imperfeito de *comia* e *partia* e a mesma sequência nas formas de futuro do pretérito de *comeria* e *partiria*, por exemplo, não é coincidente: são vogais temáticas que circundam os traços de pretérito imperfeito. Compare (22b) acima com (23b) abaixo.

(23) Estruturas para o pretérito imperfeito



O nó T com sua vogal temática adjungida em (22b) e em (23b) apresentam exatamente os mesmos traços morfossintáticos e os mesmos itens de Vocabulário: Ø para o traço de pretérito (imperfeito) e /a/ para a vogal temática de T. O fato de, em verbos de CI como em (23a), a realização dos traços de pretérito imperfeito ser /v/ resulta da existência do item de Vocabulário mais específico em (24a) abaixo, que apresenta informação contextual para sua inserção. Em todos os demais contextos – o que engloba tanto o futuro do pretérito quanto CII e CIII do pretérito imperfeito – o item realizado é Ø (cf. 24b).

(24) Item de Vocabulário para pretérito imperfeito

- a. /v/ ↔ [+pret, -perf] / \_\_\_\_ [-α]
- b. Ø ↔ demais contextos

Um último efeito vantajoso da análise apresentada em Santana (2016a) que podemos mencionar é com relação à atribuição de acento. Conforme visto na seção 3.2.2, Wetzels (2007) descreve três padrões acentuais nas formas verbais, sumarizados em (25).

(25) Padrões acentuais sem a HVTF<sup>52</sup>

a. Acento recai no SMT (futuro do presente e futuro do pretérito)

<i>Futuro do presente</i>	<i>Futuro do subjuntivo</i>
Cant-a-re-i	Cant-a-ria
Cant-a-ra	Cant-a-ria
Cant-a-re-mos	Cant-a-ria-mos
Cant-a-ra-N	Cant-a-ria-N

b. Acento recai na penúltima sílaba (presente do indicativo e presente do subjuntivo)<sup>53</sup>

<i>Presente do indicativo</i>	<i>Presente do subjuntivo</i>
Cant-o	Cant-e
Cant-a	Cant-e
Cant-a-mos <sup>54</sup>	Cant-e-mos
Cant-a-N	Cant-e-N

c. Acento recai sobre a VT (demais tempos verbais)

<i>Pret perfeito</i>	<i>Pret imperfeito</i>	<i>Pret do Subjuntivo</i>
Cant-e-i	Cant-a-va	Cant-a-sse
Cant-o-u	Cant-a-va	Cant-a-sse
Cant-a-mos	Cant-a-va-mos	Cant-a-sse-mos
Cant-a-raN	Cant-a-va-N	Cant-a-sse-N

O padrão que abarca o maior número de formas verbais é o padrão em (c), segundo o qual o acento deve recair sobre a vogal temática verbal. Ora, a vogal temática verbal, conforme

<sup>52</sup> HVTF = Hipótese das vogais temáticas funcionais.

<sup>53</sup> A formulação desse padrão acentual é meramente descritiva. Para manter a simetria com a formulação dos outros padrões, formulados em termos estruturais, a descrição seria bipartite: o acento recai na vogal que segue a raiz nas formas 1ª pessoa do plural e, nas demais formas, o acento recai na raiz (cf. seção 2.3.2).

<sup>54</sup> Notem-se que as formas de 1ª pessoa do plural de ambos os tempos presente se conformam com os padrões (25b) e (25c), o que é tratado de formas distintas por cada autor.

tradicionalmente definida, é o morfema que precede imediatamente o morfema SMT. Com a segmentação proposta em (22) para os tempos de futuro do presente e futuro do pretérito, vê-se que a vogal que recebe o acento é a vogal que precede imediatamente o nó T – que, no caso das formas verbais de futuro é a vogal temática adjungida ao núcleo M e, nas demais formas verbais, a vogal temática anexada ao núcleo *v* (cf. as estruturas em (23)), ou seja, a vogal temática “por excelência”. Assim, se a atribuição de acento geral for definida como “a vogal que precede imediatamente T”, conforme o faz Oltra-Massuet (1999a), a análise proposta para os tempos futuro do presente e futuro do pretérito passam a fazer parte desse padrão, diminuindo-se, assim, o número de padrões verbais de três para dois.

(26) Padrões acentuais com HVTF

- a. Acento recai na penúltima sílaba (presente do indicativo e presente do subjuntivo)

<i>Presente do indicativo</i>	<i>Presente do subjuntivo</i>
<u>Cant</u> -o	<u>Cant</u> -e
<u>Cant</u> -a	<u>Cant</u> -e
Cant- <u>a</u> -mos	Cant- <u>e</u> -mos
<u>Cant</u> -a-N	<u>Cant</u> -e-N

- b. Acento recai na vogal que precede imediatamente T (demais tempos verbais)

<i>Fut do presente</i>	<i>Fut do pretérito</i>	<i>Pret do subjuntivo</i>
Cant-a-r- <u>e</u> -i <sub>T/Agr</sub>	Cant-a-r- <u>i</u> -Ø <sub>T-a</sub>	Cant- <u>a</u> -s <sub>T-e</sub>
Cant-a-r- <u>a</u> -Ø <sub>T/Agr</sub>	Cant-a-r- <u>i</u> -Ø <sub>T-a</sub>	Cant- <u>a</u> -s <sub>T-e</sub>
Cant-a-r- <u>e</u> -mos <sub>T/Agr</sub>	Cant-a-r- <u>i</u> -Ø <sub>T-a</sub> -mos	Cant- <u>a</u> -s <sub>T-e</sub> -mos
Cant-a-r- <u>a</u> -N <sub>T/Agr</sub>	Cant-a-r- <u>i</u> -Ø <sub>T-a</sub> -N	Cant- <u>a</u> -s <sub>T-e</sub> -N

Adicionalmente, Santana (2016b) avalia possíveis extensões dessa análise na explicação da existência dos futuros perifrásticos, tanto com o auxiliar na forma de presente (e.g. *vai fazer*) quanto com o auxiliar na forma de futuro (e.g. *irá fazer*). Os três tipos de expressão de futuro – sintético, perifrástico com auxiliar no presente e perifrástico com auxiliar no futuro – são exemplificados em (27).



(27) Três expressões de futuro

a. Sintético

*A Maria **apresentará** um seminário na aula de amanhã.*

*A Maria **apresentaria** um seminário na aula de amanhã (caso desse tempo).*

b. Perifrástico com auxiliar no presente

*A Maria **vai apresentar** um seminário na aula de amanhã.*

*A Maria **ia apresentar** um seminário na aula de amanhã (caso desse tempo).*

c. Perifrástico com auxiliar no futuro

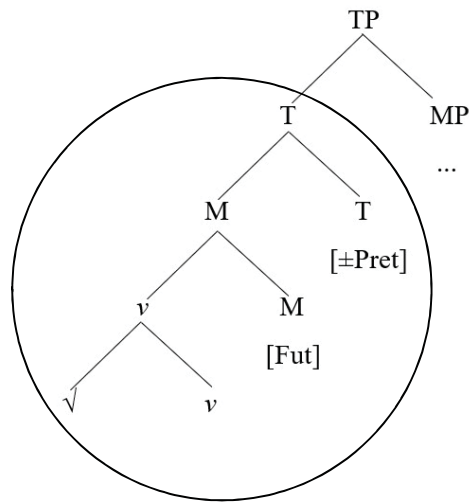
*A Maria **irá apresentar** um seminário na aula de amanhã.*

*A Maria **iria apresentar** um seminário na aula de amanhã (caso desse tempo).*

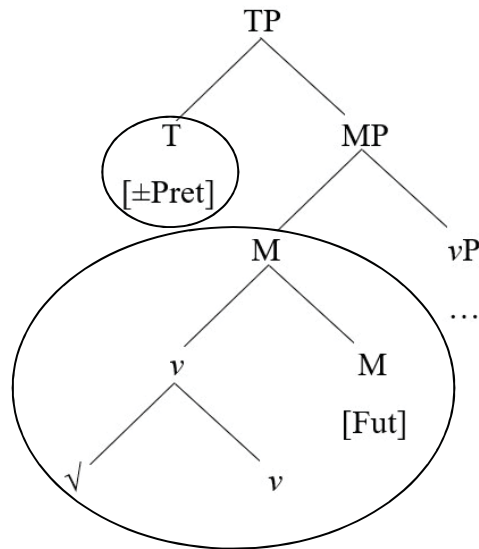
Conforme Santana (2016b), a possibilidade de haver as três expressões de futuro em (27) decorre diretamente da estrutura sintática complexa proposta para o futuro sintético, em que há não apenas um nó T para expressar tempo, mas também um núcleo modal M, que carrega o traço de futuro. As diferentes formas superficiais resultariam de diferentes combinações de movimentos de núcleo na sintaxe, esquematizadas em (28). A ideia por trás dessa análise é que, uma vez que o item de Vocabulário que realiza o traço de futuro é o mesmo que (ou homófono a) o de infinitivo, o /r/ presente no verbo principal das construções analíticas é, na verdade, a realização do traço de futuro, cabendo ao auxiliar expressar somente o traço de presente (para o futuro do presente) ou de pretérito imperfeito (para o futuro do pretérito) nas formas perifrásticas com o auxiliar no presente. Nas formas perifrásticas com o auxiliar no futuro, por outro lado, o /r/ do verbo principal realiza apenas traços não finitos, cabendo ao auxiliar expressar tanto os traços de futuro quanto os de presente/pretérito imperfeito, da mesma forma como nas formas sintéticas. Assim, na expressão sintética há movimento de núcleo cíclico da raiz até T (28a); na expressão analítica com auxiliar no presente há movimento cíclico da raiz apenas até M (28b) e na expressão analítica com auxiliar no futuro há movimento apenas de M para T (28c).

(28) Diferentes movimentos de núcleo nas expressões de futuro

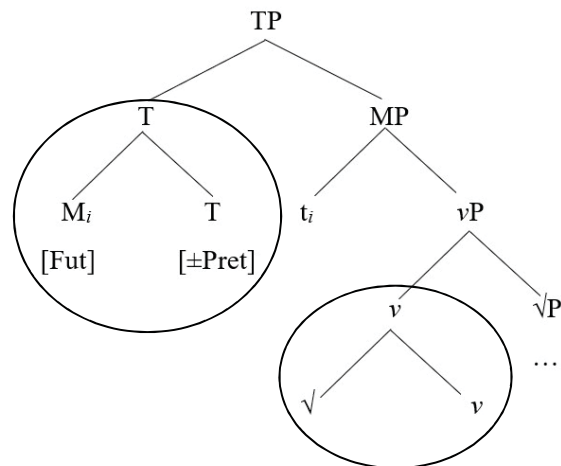
a. Futuro sintético (*comerei/comeria*)



b. Futuro analítico com auxiliar no presente (*vou comer/ia comer*)



c. Futuro analítico com auxiliar no futuro (*irei comer/iria comer*)



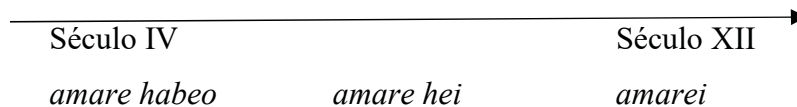
Conforme buscou-se mostrar na presente seção, os principais resultados alcançados por Santana (2016a, b) ao adotar a HVTF são: (i) demonstrar que não é coincidência o fato de que todos os morfemas de tempo são compostos pelo mesmo conjunto de vogais que constitui as vogais temáticas, (ii) unificar a expressão de tempo das formas verbais que denotam futuridade, reconhecendo-se o segmento /r/ como morfema de futuro, (iii) unificar a expressão dos traços de pretérito imperfeito das formas verbais de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito do indicativo (CII e CIII), que apresentam a mesma sequência /ia/, (iv) ganhar maior generalização no tratamento do acento nas formas verbais, unindo o padrão dos tempos futuro do pretérito e futuro do presente com o padrão geral e (v) unificar a estrutura das três expressões de futuro (sintética, analítica com auxiliar no presente e analítica com auxiliar no futuro).

Como se pode ver, dos cinco resultados recém elencados, quatro deles envolvem os tempos futuro do presente e futuro do pretérito. Conforme se buscará mostrar na próxima seção, embora a análise de Santana (2016a) se mostre mais interessante que uma que considere as sequências /ria/ e /ra/ como monomorfêmicas, a partir do momento em que se trata esses tempos verbais como tempos compostos, e não simples, encontra-se uma explicação para virtualmente o mesmo conjunto de fatos e, com isso, as principais motivações para a assunção da HVTF se esvaem, tornando-se difícil sustentá-la.

### 3.3.1.2 Os tempos futuros como tempos compostos e a rejeição da HVTF

A evolução das formas de futuro do latim para as línguas românicas constitui uma instância do que se pode chamar de *ciclo sintético/analítico*, que se caracteriza por mudanças diacrônicas em que um determinado afixo preso se torna uma forma livre e vice-versa. O futuro flexionado latino *amabo* (1ª pessoa do singular do verbo ‘amar’) é substituído por uma perífrase com o verbo principal no infinitivo e o verbo *habere* no presente (LAT. *amare habeo*) que, na passagem para as línguas românicas, desenvolve-se como um futuro sintético (no português, *amarei*; no italiano, *amerò*; no francês, *aimerai*) que, por sua vez, volta a ser substituído por uma forma perifrástica (*vou amar*). Reconhece-se, aqui, que a terminação das formas de futuro sintético do português é remanescente das formas flexionadas do verbo *haver*, cuja evolução é esquematizada em (29) abaixo (Camara Jr., 1972/1985).

(29) Surgimento do futuro sintético



O futuro do pretérito também sofre o mesmo processo diacrônico: a perífrase constituída da combinação de um infinitivo verbal com o verbo *haver* em sua forma de pretérito imperfeito funde-se em uma forma sintética (*amaria*). A relação entre a forma sintética e a forma analítica “infinitivo + *haver*” é esquematizada em (30) para o futuro do presente e futuro do pretérito.

(30) a. Futuro do presente

<i>Amarei</i>	<i>amar + hei</i>
<i>Amará</i>	<i>amar + há</i>
<i>Amaremos</i>	<i>amar + hemos</i>
<i>Amarão</i>	<i>amar + hão</i>

b. Futuro do pretérito

<i>Amaria</i>	<i>amar + havia</i>
<i>Amaria</i>	<i>amar + havia</i>
<i>Amaríamos</i>	<i>amar + havíamos</i>
<i>Amariam</i>	<i>amar + haviam</i>

Camara Jr., sob o entendimento de que na linguística sincrônica “nenhuma razão histórica deve servir de base para o destaque dos constituintes” (1966/1972, p. 96), afirma que sincronicamente os falantes não reconhecem nas formas de futuro uma perífrase composta de infinitivo + presente/pretérito e que a segmentação dessas formas é reanalisada como *ama+rá* e *ama-ria*, em que *-rá* e *-ria* são unidades indivisíveis que expressam, respectivamente, a noção de futuro do presente e de futuro do pretérito.

Alguns autores, como Lunguinho (2011) e Teixeira (2012), questionam a análise de Camara Jr., alegando que as mesóclises são evidência de que os falantes continuaram a analisar a estrutura como *amar+á* e *amar+ia*, em vez de reanalisá-las como *ama-rá* e *ama-ria*. Caso essa reanálise tivesse ocorrido, esperaríamos não só não ser possível dividir os supostos morfemas *-rá* e *-ria* em duas partes, gerando *amar-te-á* e *amar-te-ia*, como também esperaríamos encontrar instâncias de mesóclise que transparecessem a nova segmentação, como

*\*ama-te-rá* ou *\*ama-te-ria*, o que, até onde pudemos verificar, não ocorre.<sup>55</sup> Uma segunda crítica que Lunguinho (2011) levanta é a necessidade de a estrutura dos tempos futuros ter tanto um componente modal quanto um componente temporal, o que uma análise monomorfêmica dessas formas verbais, segundo o autor, não é capaz de capturar.

Dadas essas críticas e considerações independentes a respeito das formas perifrásticas de futuro, Lunguinho (2011) propõe que a interpretação tanto das formas analíticas *vou/ia amar* como sintéticas *amarei/amaria* envolve a articulação do núcleo temporal T e do núcleo modal *woll*, carregando um traço de posterioridade juntamente com um traço de presente (para o futuro do presente) ou de passado (para o futuro do pretérito). O núcleo *woll* seleciona um infinitivo como complemento e é responsável por realizar um verbo auxiliar com valor modal – que pode ser *ir* ou *haver*. A diferença entre as formas sintética e analítica é, para o autor, uma diferença de valor de um traço [EPP] em *woll* que, no caso das formas sintéticas, tem valor positivo e exige movimento do verbo principal e, no caso das formas analíticas, tem valor negativo, permitindo que o verbo principal permaneça *in situ*. Sob essa análise, tanto as formas sintéticas quanto as formas analíticas são compostas por um auxiliar e um verbo principal (ambas são, portanto, analíticas); a diferença é que o verbo auxiliar precede o verbo principal nas formas ditas analíticas, mas sucede o verbo principal nas formas ditas sintéticas. Assim, os tempos futuro do presente e futuro do pretérito não compõem o inventário de formas verbais simples da língua.

Uma vez eliminados os tempos futuro do presente e futuro do pretérito do conjunto de formas verbais simples, as formas restantes não fornecem nenhuma evidência para a HVTF. Se a estrutura com as múltiplas vogais temáticas fornece os nós terminais  $\sqrt{-v-th-T-th-Agr}$  para a operação de inserção de Vocabulário, tem-se quatro posições possíveis para inserir os morfemas flexionais (*th-T-th-Agr*). Apenas as formas de pretérito imperfeito de CI e de pretérito do subjuntivo podem ser transparentemente segmentadas conforme essa estrutura, em que os SMTs *-va* e *-sse* são reanalisados como unidades não atômicas, compostas de um morfema SMT e uma vogal temática.

---

<sup>55</sup> Um possível argumento em favor da análise de Camara Jr. seria o fato de os falantes por vezes produzirem (pelo menos em textos escritos) ênclises como *amará-te* e *amaria-te*. Entretanto, não só a ênclise em si não fornece evidência em relação à constituição interna das formas *amará* e *amaria*, como também o surgimento de ênclises desse tipo poderia ser atribuído à atual não naturalidade tanto das formas sintéticas de futuro como das próprias ênclises, que são fenômenos atualmente restritos ao registro formal e escrito, o que torna sua aquisição – em contexto escolar – artificial.

(31)	Pretérito imperfeito	Pretérito do subjuntivo
	√-v-th-T-th-Agr	√-v-th-T-th-Agr
1sg	<i>Real-iz-a-v-a-Ø</i>	<i>Real-iz-a-s-e-Ø</i>
3sg	<i>Real-iz-a-v-a-Ø</i>	<i>Real-iz-a-s-e-Ø</i>
1pl	<i>Real-iz-a-v-a-mos</i>	<i>Real-iz-a-s-e-mos</i>
3pl	<i>Real-iz-a-v-a-m</i>	<i>Real-iz-a-s-e-m</i>

Entretanto, para além das formas verbais em (31), nenhuma outra forma verbal se conforma a essa estrutura, a ponto de justificar a postulação de mais do que uma vogal temática na estrutura. O presente do subjuntivo, por exemplo, apresenta superficialmente apenas uma vogal, que pode potencialmente preencher qualquer uma das três posições disponíveis; o pretérito imperfeito em CII e CIII, apenas duas vogais para três posições; o futuro do subjuntivo e o infinitivo têm um SMT composto apenas de uma consoante *-r*, não justificando a presença de uma vogal temática a ele anexada; o presente do indicativo e o pretérito perfeito sequer têm um morfema SMT claramente dissociado de Agr, quanto menos uma vogal temática dissociável tanto de SMT quanto de Agr; as outras formas nominais (gerúndio e particípio) apresentam sim uma potencial vogal temática após o morfema SMT, mas é uma vogal temática nominal, que pode, inclusive, flexionar-se em gênero e número, no caso do particípio.

Apesar de a HVTF se mostrar forçosa na análise segmental das formas verbais, poderíamos supor que esse gasto fosse compensado em outros aspectos da flexão verbal, como por exemplo no padrão acentual. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, a HVTF é vantajosa na análise do acento estrutural apenas na medida em que se considera os tempos futuro do presente e futuro do pretérito como formas verbais simples. A partir do momento em que se considera esses tempos verbais como compostos, conforme sugerido na presente seção, essa vantagem da HVTF se esvai. Na HVTC, o padrão acentual das formas de futuro é gerado de forma natural com a hipótese de que esses tempos verbais são compostos. Conforme Bisol (1992), “cada uma das partes que compõem o futuro mantém sua autonomia, tal qual o fazem palavras compostas, recebendo acentos primários individuais, dos quais somente o último permanece” (p. 79). A permanência de apenas um dos acentos é atribuída ao fato de que os dois acentos primários entram em choque (i.e. estão imediatamente adjacentes) nessas formas, o que se resolve por meio de uma condição que a autora chama de *Apague \**, responsável por apagar um dos acentos primários quando em choque com outro, mantendo apenas o acento que se encontra mais próximo da fronteira direita. Assim:

(32) Atribuição de acento às formas de futuro

a. /falar/ + /hei/ → /falarei/ → /falarei/

(\*) (\*) (\*) (\*)

a. /falar/ + /ia/ → /falaria/ → /falaria/

(\*) (\*) (\*) (\*)

Além das considerações feitas até então, outros problemas emergem da análise de Santana (2016a, 2016b). Como apresentado na subseção anterior, Santana (2016b) atribui a existência de três diferentes expressões de futuro (sintético, analítico com auxiliar no presente e analítico com auxiliar no futuro) a três diferentes movimentos de núcleo sintático, hipótese que foi possível levantar sob a análise de Santana (2016a), que admite que o morfema de futuro é *-r*. As árvores para essas três configurações estruturais foram apresentadas em (28); em (33) abaixo resumizamos os efeitos desses diferentes movimentos.

(33) Configurações dos núcleos sintáticos para a expressão de futuro

a. Futuro sintético (*comerei/comeria*)

Movimento cíclico até T:  $\sqrt{-v-M-T}$

b. Futuro analítico com auxiliar no presente (*vou comer/ia comer*)

Movimento cíclico até M: T +  $\sqrt{-v-M}$

c. Futuro analítico com auxiliar no futuro (*irei comer/iria comer*)

Movimento de  $\sqrt{}$  a v e de M a T: M-T +  $\sqrt{-v}$

Um dos problemas que essa análise enfrenta é a suposição de que as formas infinitivas das construções analíticas permanecem em uma posição estrutural mais baixa; em particular, em (33c), o verbo principal permanece *in situ*. Isso vai na contramão de trabalhos que investigam o comportamento sintático dessas formas verbais – evidenciado pela posição de clíticos – que sugerem que os infinitivos estão em uma posição estrutural mais alta (cf. Kayne, 1991).

O segundo problema dessa análise é que, na configuração em (33c), o morfema M, que carrega o traço de futuro e que, portanto, é responsável por realizar o item de Vocabulário /-r/, se alça a T, o que desencadeia sua realização no auxiliar (*irei/iria*), e não no verbo principal (conforme defendido para *vou amar*). Entretanto, para além de o auxiliar de (33c) expressar o

traço de futuro por meio do item *-r*, também o verbo principal apresenta um morfema *-r* (*irei amar*), algo que a análise falha em explicar.

Com a discussão levantada na presente seção, concluímos que não há motivações para assumir a HVTF proposta por Ultra-Massuet (1999a) para o catalão e aplicada por Santana (2016a) para o português, motivo pelo qual a análise de vogais temáticas apresentada no capítulo 2 determina que a inserção de uma posição temática se restringe a categorizadores. Nas próximas subseções, discutimos duas propostas de análise anteriores adicionais para a flexão verbal do português que também assumem os pressupostos da MD, mas que, diferentemente de Santana (2016a, b), não adotam a HVTF.

### **3.3.2 Bassani & Lunguinho (2011)**

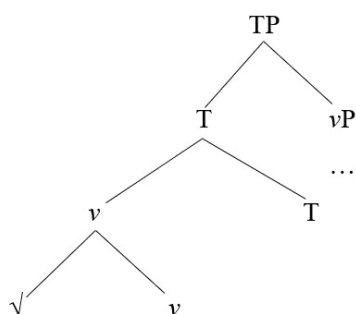
O trabalho de Bassani & Lunguinho (2011) é pioneiro em oferecer uma análise sintática para a flexão verbal do português brasileiro. No capítulo anterior, seção 2.2.2, discutimos esse trabalho no que diz respeito à maneira como os autores representam os traços de classe formal (por meio de traços privativos). Nesta seção, discutiremos a abordagem deles para outros aspectos da flexão verbal. O recorte empírico de Bassani & Lunguinho (2011) compreende as formas de presente e passado do modo indicativo, limitando-se, assim, a três tempos verbais: presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito.

A parte da análise que envolve o input sintático para o componente morfológico e a inserção dos nós dissociados não é diferente do que o que foi exposto até então. Assim, para os autores, o input para o componente morfológico é a estrutura em (33a) e a estrutura após a inserção dos nós dissociados é a em (33b).

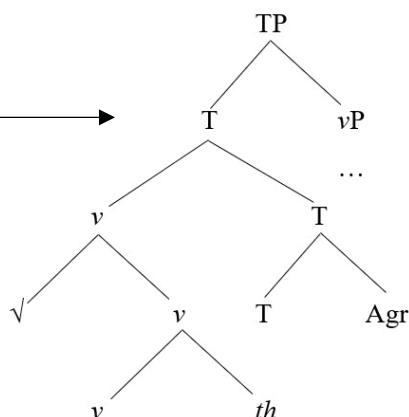


(33) Estrutura verbal

a. Sintaxe



b. Morfologia



Com o objetivo de buscar possíveis ganhos teóricos sobre a análise tradicional de Camara Jr., comumente adotada de forma pacífica na literatura sobre a morfologia flexional do português brasileiro, os autores observam que Camara Jr. lança mão de uma proliferação de morfemas zero em sua análise, destacados nas tabelas abaixo.

Tabela 3.10 – Morfemas zero nas formas de presente do indicativo conforme Camara Jr.

Presente Indicativo	CI				CII				CIII			
	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
1sg	<b>am</b>	∅	∅	o	<b>bat</b>	∅	∅	o	<b>part</b>	∅	∅	o
3sg	<b>am</b>	a	∅	∅	<b>bat</b>	e	∅	∅	<b>part</b>	i	∅	∅
1pl	<b>am</b>	a	∅	muS	<b>bat</b>	e	∅	muS	<b>part</b>	i	∅	muS
3pl	<b>am</b>	a	∅	wN	<b>bat</b>	e	∅	N	<b>part</b>	i	∅	N

Tabela 3.11 – Morfemas zero nas formas de pretérito perfeito conforme Camara Jr.

Pretérito Perfeito	CI				CII				CIII			
	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
1sg	<b>am</b>	e	∅	y	<b>bat</b>	i	∅	y	<b>part</b>	i	∅	y
3sg	<b>am</b>	o	∅	w	<b>bat</b>	e	∅	w	<b>part</b>	i	∅	w
1pl	<b>am</b>	a	∅	muS	<b>bat</b>	e	∅	muS	<b>part</b>	i	∅	muS
3pl	<b>am</b>	a	ra	wN	<b>bat</b>	e	ra	wN	<b>part</b>	i	ra	wN

Tabela 3.12 – Morfemas zero nas formas de pretérito imperfeito conforme Camara Jr.

Pretérito Imperfeito	CI				CII				CIII			
	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
1sg	<b>am</b>	a	va	Ø	<b>bat</b>	i	ia	Ø	<b>part</b>	i	ia	Ø
3sg	<b>am</b>	a	va	Ø	<b>bat</b>	i	ia	Ø	<b>part</b>	i	ia	Ø
1pl	<b>am</b>	a	va	muS	<b>bat</b>	i	ia	muS	<b>part</b>	i	ia	muS
3pl	<b>am</b>	a	va	wN	<b>bat</b>	i	ia	wN	<b>part</b>	i	ia	wN

Na tentativa não apenas de diminuir o número de morfemas zero da segmentação mattosiana, mas de eliminar esse primitivo da gramática, os autores sugerem que a operação de fusão de que o modelo da MD dispõe seja evocada em todos os casos em que, de outro modo, um nó terminal ficaria sem realização fonológica – ou, posto em outros termos, em que um nó terminal receberia como expoente um morfema zero. Os autores entendem que a fusão é uma forma de atingir uma derivação mais econômica, resultante da restrição universal de minimizar a expoência (*Minimize Exponence*), proposta por Sidiqqi (2009). Esquematizamos abaixo o conjunto de operações de fusão propostas:

(34) Operações de fusão propostas por Bassani & Lunguinho (2011)

a. Fusão entre *v*-T-Agr<sup>56</sup>

- Formas singulares do presente do indicativo de CI, CII e CIII
- Formas singulares do pretérito imperfeito CII e CIII

b. Fusão entre T-Agr

- Formas plurais presente do indicativo de CI, CII e CIII
- Formas singulares do pretérito imperfeito CI
- Todas as formas do pretérito perfeito de CI, CII e CIII

c. Fusão entre *v*-T

- Formas plurais do pretérito imperfeito CII e CIII

O resultado dessas operações de fusão gera a segmentação exposta nas tabelas abaixo:

<sup>56</sup> Apesar de os autores postularem a operação de inserção do nó temático adjungido a *v*, no decorrer do trabalho referem-se a essa posição como sendo o próprio *v*; assim, entenda-se *v* nas operações de fusão como o núcleo que hospeda a vogal temática.

Tabela 3.13 – Segmentação do presente do indicativo conforme Bassani & Lunguinho (2011).

Presente Indicativo	CI				CII				CIII			
	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
1sg	<b>am</b>	o		<b>bat</b>	o		<b>part</b>	o				
3sg	<b>am</b>	a		<b>bat</b>	e		<b>part</b>	i				
1pl	<b>am</b>	a	mos		<b>bat</b>	e	mos		<b>part</b>	i	mos	
3pl	<b>am</b>	a	N		<b>bat</b>	e	N		<b>part</b>	i	N	

Tabela 3.14 – Segmentação do pretérito perfeito conforme Bassani & Lunguinho (2011)

Pretérito Perfeito	CI				CII				CIII			
	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
1sg	<b>am</b>	e	i		<b>bat</b>	i	i		<b>part</b>	i	i	
3sg	<b>am</b>	o	w		<b>bat</b>	e	w		<b>part</b>	i	w	
1pl	<b>am</b>	a	mos		<b>bat</b>	e	mos		<b>part</b>	i	mos	
3pl	<b>am</b>	a	ran		<b>bat</b>	e	ran		<b>part</b>	i	ran	

Tabela 3.15 – Segmentação do pretérito imperfeito conforme Bassani & Lunguinho.

Pretérito Imperfeito	CI				CII				CIII			
	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP	Raiz	VT	SMT	SNP
1sg	<b>am</b>	a	va		<b>bat</b>	i	ia		<b>part</b>	i	ia	
3sg	<b>am</b>	a	va		<b>bat</b>	i	ia		<b>part</b>	i	ia	
1pl	<b>am</b>	a	va	mos	<b>bat</b>	i	ia	mos	<b>part</b>	i	ia	mos
3pl	<b>am</b>	a	va	N	<b>bat</b>	i	ia	N	<b>part</b>	i	ia	N

Acreditamos que a postulação desse número de operações de fusão a fim de contornar o problema da exponência zero é problemática. Em primeiro lugar, considere-se a hipótese presente no modelo da MD e adotada pelos autores de que as operações de fusão ocorrem antes da inserção de Vocabulário. Se esse é o caso, as seis diferentes operações de fusão devem estar listadas na gramática, de forma independente dos itens de Vocabulário disponíveis. Não é claro, no entanto, que abrir mão de morfemas zero adicionando seis novas operações seja uma solução desejável.

Uma possível solução para o problema de haver uma listagem de seis diferentes operações de fusão seria determinar que a fusão ocorre *durante* a inserção de Vocabulário, fundindo dois nós sempre que um item de Vocabulário faça referência a traços contidos em dois nós adjacentes (algo semelhante à noção de *span* de Merchant, 2015). No entanto, essa possibilidade seria insuficiente para gerar todas as combinações de nós terminais de modo que nenhum deles ficasse sem realização fonológica. Considere-se, por exemplo, a forma de 3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito *amava* e o conjunto de itens de Vocabulário que fazem referência a traços de SMT e SNP que os autores propõem:

(35) Itens de Vocabulário de Bassani & Lunguinho

- a. /o/ → [pres, 1, sg]
- b. /i/ → [1, sg]
- c. /mos/ → [1, pl]
- d. /u/ → [pret.perf, sg]
- e. /ran/ → [pret.perf, pl]
- f. /va/ → [pret.imp] / [CI]
- g. /ia/ → [pret.imp] / [CII] ou [CIII]
- h. /N/ → [pl]

Nenhum dos itens acima faz referência a traços de 3ª pessoa do singular e, portanto, os itens de Vocabulário não fornecem motivação para fundir os nós de T e Agr na forma de 3ª pessoa *amava*. Logo, se a fusão ocorresse durante a inserção de Vocabulário, por meio da referência explícita desses itens a mais do que um nó terminal, T e Agr não sofreriam fusão nas formas singulares do pretérito imperfeito e Agr teria exponência zero. Para atingir o resultado almejado pelos autores (a eliminação de morfemas zero como primitivos da gramática), a fusão deve preceder e ser independente da inserção de Vocabulário. Com isso, a proliferação de morfemas zero é eliminada e substituída por uma proliferação de operações de fusão. Conforme veremos, a proposta adotada no presente trabalho apresenta uma postura “híbrida” entre a análise de Camara Jr., com morfemas zero por toda parte, e a proposta de Bassani & Lunguinho, com fusão por toda parte.

Um outro problema relacionado às operações de fusão dos autores é que, diferentemente do proposto por Camara Jr., os autores não consideram que a vogal temática da forma de 1ª pessoa do singular do presente do indicativo chegou a ser inserida para, posteriormente, ser

apagada por meio de uma regra morfofonológica. Como vimos na seção 3.2.3, o apagamento da vogal temática nessa e em outras formas verbais deixa “rastros” na derivação; discutiremos essa questão na seção seguinte, por se relacionar com o problema que levantamos em relação à análise de Teixeira (2012), tema da próxima seção.

### 3.3.3 Teixeira (2012)

São dois os pontos principais que conduzem o trabalho de Teixeira (2012) e que envolvem o afastamento de assunções adotadas pela literatura existente. O primeiro deles é que o autor se opõe à hipótese das vogais temáticas funcionais (HVTF) que Oltra-Massuet (1999a, b) propõe para a flexão verbal do catalão, que vinha sendo adotada por outros autores para a flexão verbal de outras línguas românicas (Arregi, 2000 e Oltra-Massuet & Arregi, 2005, para o espanhol; Calabrese, 2012, 2015a, b para o italiano), o que foi já discutido da seção 3.3.1. O segundo ponto condutor do trabalho de Teixeira (2012) diz respeito à segmentação que ele propõe para as formas de presente do subjuntivo, o que é tema da presente seção.

Em geral, a literatura sobre a flexão verbal do português considera que os itens *-e* e *-a* encontrados nas formas de presente do subjuntivo (em CI, por um lado, e em CII e CIII, por outro, respectivamente) são morfemas SMT, que desencadeiam a queda da vogal temática por conta da adjacência vocálica ( $am+a+e \rightarrow ame$ ). Teixeira (2012), por outro lado, considera que o morfema SMT de presente do subjuntivo é nulo e que *-e* e *-a* são alomorfes das vogais temáticas verbais. As duas análises concorrentes estão esquematizadas em (36).

#### (36) Segmentação do presente do subjuntivo

a. Análises tradicionais			b. Teixeira (2012)		
Raiz	VT	SMT	Raiz	VT	SMT
<i>Am</i>	Ø	<i>e</i>	<i>Am</i>	<i>e</i>	Ø
<i>Com</i>	Ø	<i>a</i>	<i>Com</i>	<i>a</i>	Ø
<i>Part</i>	Ø	<i>a</i>	<i>Part</i>	<i>a</i>	Ø

A motivação de Teixeira (2012) para propor essa nova segmentação do presente do subjuntivo é que ela permite explicar os padrões acentuais das formas verbais de modo mais

homogêneo. Relembremos que os tempos verbais simples (considerando-se que os futuros são tempos compostos, cf. seção 3.3.3.2) apresentam dois diferentes padrões acentuais:

(37) Padrões acentuais dos verbos do PB

- a. O acento recai sobre a penúltima sílaba (presente do indicativo e presente do subjuntivo);
- b. O acento recai sobre a vogal temática (demais contextos).

A descrição exposta para os padrões acentuais em (37) é mista, uma vez que menciona quantidade silábica em (37a) e estrutura morfológica em (37b). Se reformularmos a descrição do acento das formas de presente do indicativo e presente do subjuntivo em termos estruturais, a descrição torna-se mais complexa:

(38) Descrição estrutural do acento das formas de presente 1

- a. O acento recai sobre a VT na 1<sup>pl</sup> do presente do indicativo;
- b. O acento recai sobre o SMT na 1<sup>pl</sup> do presente do subjuntivo;
- c. O acento recai sobre o radical nas demais formas.

Caso as vogais *-e* e *-a* do presente do subjuntivo sejam consideradas vogais temáticas, e não morfemas de tempo, as descrições em (38a-b) podem ser fundidas:

(39) Descrição estrutural do acento das formas de presente 2

- a. O acento recai sobre a VT em 1<sup>pl</sup>;
- b. O acento recai sobre o radical nas demais formas.

Como o autor propõe que a atribuição de acento é sensível à estrutura em todas as formas verbais, ele sugere a segmentação mencionada para as formas de presente do subjuntivo e, baseando-se no algoritmo de acento proposto por Oltra-Massuet & Arregi (2005) para o espanhol, formula o algoritmo em (40) para a atribuição de acento nos verbos do português (p. 118-123).

(40) Algoritmo de acento para verbos do PB (Teixeira, 2012)

- a. Projete um elemento na linha 0 para cada núcleo silábico.
- b. Projete uma fronteira direita à esquerda de T na linha 0.
- c. Insira uma fronteira esquerda a cada par de elementos.
- d. Projete o elemento mais à direita de cada constituinte na próxima linha da grade.

Deixando de lado os detalhes sobre a teoria métrica por trás da formulação do algoritmo (para tanto, cf. Halle & Idsardi, 1995), esse conjunto de instruções tem o efeito de sempre acentuar a vogal imediatamente anterior ao nó terminal sintático T, que em geral é a vogal temática. Assim, as formas de 1ª pessoa do plural dos tempos presente descritas em (39a) conformam-se ao padrão geral do algoritmo de acento. Observe-se a aplicação passo a passo do algoritmo na forma *amemos* (o formato final da grade métrica está em negrito).

(41) Aplicação do algoritmo à forma *amemos*

√	th	T/Agr <sup>57</sup>		
am	e	mos		
x	x	x	linha 0	por (40a)
x	x)	x	linha 0	por (40b)
<b>(x</b>	<b>x)</b>	<b>x</b>	<b>linha 0</b>	<b>por (40c)</b>
	<b>x</b>		<b>linha 1</b>	<b>por (40d)</b>

Esse algoritmo falha em atribuir corretamente o acento a todas as formas de presente do indicativo e presente do subjuntivo que não as de 1ª do plural. Para dar conta desses casos, o autor postula a seguinte regra, que tem o efeito de apagar um elemento da grade em determinada configuração métrica (p. 125):

(42)  $x \rightarrow \emptyset / (x \_)\#$       linha 0

Em particular, a regra apaga um elemento à direita de um pé métrico quando esse pé está em fronteira de palavra. Assim:

---

<sup>57</sup> Para o autor, T e Agr sofrem fusão no contexto dos traços de presente do indicativo e do subjuntivo.

(43) Aplicação do algoritmo de acento à forma *ame*

$\sqrt{\quad}$	<i>th</i>	T/Agr		
am	e	Ø		
x	x		linha 0	por (40a)
x	x)		linha 0	por (40b)
(x	x)		linha 0	por (40c)
(x	)		<b>linha 0</b>	<b>por (42)</b>
x			<b>linha 1</b>	<b>por (40d)</b>

O problema com essa análise está no que foi discutido na seção 3.2.3 a respeito da metafonia encontrada nos tempos presente do indicativo e presente do subjuntivo. Muitos autores (e.g. Harris, 1974; Quicoli, 1990; Lopez, 1979; Radenberger, 1981; Wetzels, 1995) consideram que o que é responsável pela metafonia nas formas de 1ª pessoa do singular do presente do indicativo e todas as formas do presente do subjuntivo é a vogal temática, que transfere seus traços de altura para a última vogal do radical, em um processo de harmonia vocálica. É por isso que o padrão de metafonia aparenta ser diferente para cada conjugação; como a vogal temática é diferente para cada conjugação, os traços transferidos dessa vogal para a vogal do radical são diferentes. Compare-se as formas de singular do presente do subjuntivo das três conjugações:

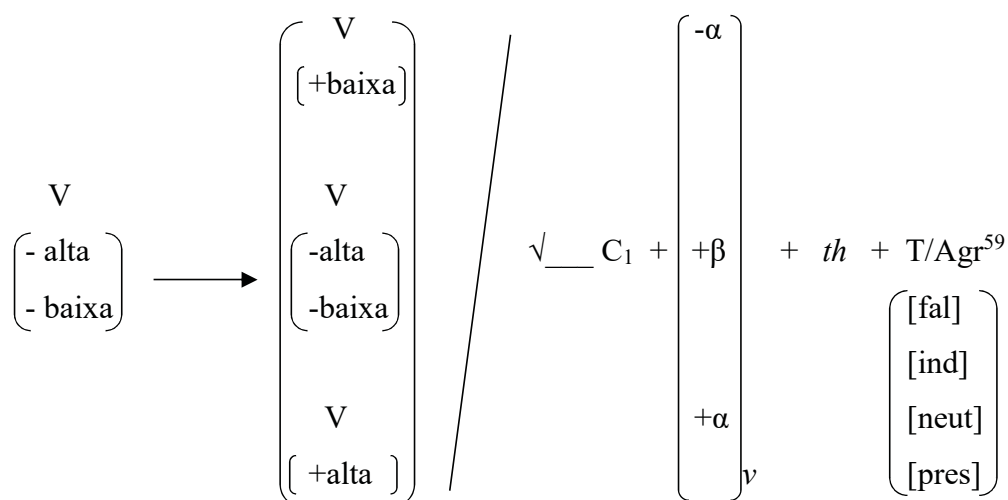
(44) Relação entre metafonia e vogal temática

L[e]v+(a)+e	→	l[ε]ve
C[e]d+(e)+a	→	c[e]da
F[e]r+(i)+a	→	f[i]ra

Teixeira (2012) discute esse fenômeno e propõe que a regra de metafonia seja sensível não à qualidade da vogal temática, e sim aos traços de classe formal. Para tanto, reformula a regra de Harmonia da seguinte forma (p. 86):



(45) Regra de Harmonia Vocálica reformulada (Teixeira, 2012)<sup>58</sup>



São vários os problemas que a formulação da regra em (45) levanta. Primeiramente, a formulação do autor codifica três regras diferentes em uma única regra: ainda que o input da regra seja sempre o mesmo (uma vogal média), tanto o resultado da regra quando o contexto de aplicação difere em cada instância; a vogal torna-se [+baixa] perante o traço [-α], [-alta, -baixa] perante o traço [+β] e [+alta] perante o traço [+α]. Essa solução é menos econômica do que as formulações propostas por outros autores, que de fato postulam uma única regra. Em segundo lugar, essa formulação trata como mera coincidência o fato de os traços de altura adquiridos pela vogal do radical serem iguais aos traços da vogal temática. Em terceiro lugar, não é clara a maneira como os traços em T/Agr interagem para gerar os resultados corretos. Para citar apenas um exemplo: na regra, T/Agr contém o traço [fal(ante)], restrito à 1ª pessoa, sendo que a harmonia se aplica a todas as pessoas do modo subjuntivo (e somente à 1ª do modo indicativo). Assim, não é claro de que forma o traço [fal] está condicionado ao traço [ind(icativo)] e tampouco como a presença do traço [ind] permite que a regra se aplique às formas de subjuntivo, que não contém esse traço. Em quarto lugar, essa formulação vai na contramão da extensa literatura sobre morfofonologia dentro do quadro teórico da MD. Desde, pelo menos, Embick (2010), a literatura sobre alomorfia na MD tem investido em formalizar a noção de localidade nas condições para alomorfia (e.g. Embick, 2012, 2016a; Bobaljik, 2012; Embick & Shwayder, 2016; Merchant, 2015; Gribanova & Shih, 2017, dentre muitos outros), e a maioria dessas formalizações (se não todas) considerariam a regra em (45) não local, uma vez que tem como alvo uma vogal na raiz e como desencadeador traços contidos no verbalizador, na vogal

<sup>58</sup> Conforme mencionado no capítulo anterior, os traços de classe propostos por Teixeira (2012) são os mesmos que propomos no presente trabalho: [-α] para CI, [+β] para CII e [+α] para CIII.

<sup>59</sup> Os traços de T/Agr são: [fal] = falante, [ind] = indicativo, [neut] = neutro, [pres] = presente.

temática e em T/Agr. No próximo capítulo, a questão da localidade em regras de alomorfa será discutida.

Por último, a motivação para a reformulação da regra de harmonia proposta por Teixeira (2012) é circular: o autor menciona que a formulação da harmonia vocálica sob consideração (Imanishi, 1975, *apud* Teixeira, 2012)<sup>60</sup> exige que a regra, que deve ter acesso à qualidade da vogal temática, se aplique após a regra de acento; entretanto, com o algoritmo que o autor sugere para a atribuição de acento, o apagamento das vogais temáticas deve ser anterior à regra de acentuação; assim, a harmonia conforme formulada por Imanishi não funciona no sistema de Teixeira para atribuição de acento. Ou seja, as motivações para a reformulação da harmonia proposta por Teixeira se baseiam na análise que o próprio Teixeira propõe para a atribuição de acento, tornando as motivações internas ao próprio sistema defendido pelo autor.

Portanto, embora em muitos outros aspectos a análise do presente trabalho concorde com a análise de Teixeira (2012) para a flexão verbal do português – em particular no que diz respeito à consonância com a análise de Camara Jr. – as duas abordagens diferem em sua argumentação mais fundamental. Na próxima seção, apresentamos a implementação proposta no presente trabalho para as formas verbais da língua.

### **3.4 A flexão verbal na MD – a presente proposta**

Após termos discutido o tratamento ofertado pela literatura existente, esta seção se dedica a apresentar a proposta desta tese para a flexão verbal do PB. A subseção 3.4.1 examina as especificidades do momento da derivação que precede a inserção de Vocabulário. A subseção 3.4.2 destina-se à explanação da operação de inserção de Vocabulário e acrescenta os detalhes necessários para a derivação de cada tempo verbal nas subseções destinadas a cada um deles. A subseção 3.4.3, por fim, discute a atribuição de acento, formulando uma hipótese a ser mais bem explorada em trabalhos futuros.

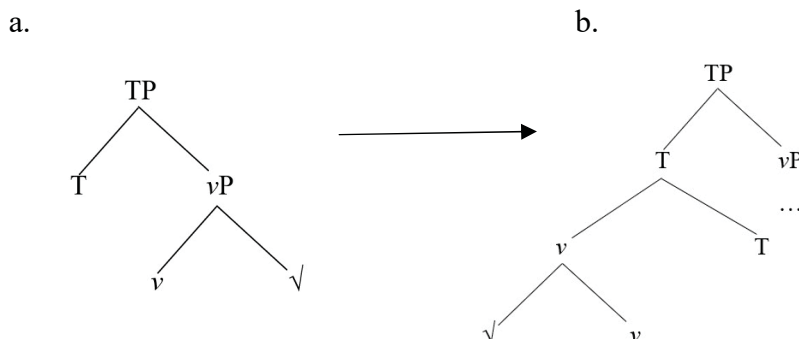
---

<sup>60</sup> IMANISHI, E. C. O processo de metafonia nos verbos. Dissertação (Mestrado em Linguística) – PUC, Campinas, 1975.

### 3.4.1 Antes da inserção de Vocabulário

Esta seção esquematiza muito do que já foi dito em diferentes lugares do texto, com relação à estrutura que precede a inserção de Vocabulário. Primeiramente, como já visto, a estrutura dos verbos finitos que o componente sintático entrega para o componente morfológico envolve, nos casos mais simples, uma raiz acategorial adjungida a um verbalizador, complemento de um núcleo T que enfeixa traços de tempo, modo e aspecto (44a). Os núcleos sofrem movimento cíclico, gerando a estrutura em (44b), input para o componente morfológico.

(44) Estrutura sintática dos verbos



Os traços de T que assumimos estarem envolvidos nas formas verbais que fazem parte do recorte empírico são  $[\pm\text{Pret}(\acute{\text{e}}\text{rito})]$ ,  $[\pm\text{Subj}(\text{untivo})]$ ,  $[\pm\text{Perf}(\text{eito})]$ ,  $[\pm\text{Fut}(\text{uro})]$ , e  $[\pm\text{Part}(\text{icípio})]$ .<sup>61</sup> Mais particularmente:

(45) Conjuntos de traços envolvidos em cada tempo verbal:

- a. Presente do indicativo:  $[-\text{Pret}]$ ,  $[-\text{Subj}]$
- b. Presente do subjuntivo:  $[-\text{Pret}]$ ,  $[\text{+Subj}]$

<sup>61</sup> Se esses são ou não os traços adequados para a descrição semântica desses tempos verbais é uma questão a ser investigada. Medeiros (2008), por exemplo, oferece uma análise semântica para o pretérito perfeito do português e afirma que a morfologia desse tempo verbal pode realizar dois conjuntos de traços distintos:  $[\text{presente, perfeito}]$  e  $[\text{pretérito, perfectivo}]$  e sugere que os itens de Vocabulário que realizam esses conjuntos de traços devem ser subespecificados, a fim de serem inseridos corretamente nos dois contextos. Nesse caso, os itens devem ser *inteiramente* subespecificados, uma vez que os dois conjuntos não compartilham nenhum traço em comum. O infinitivo também levanta questões semelhantes. Resende (2018) sugere que os infinitivos podem ser subdivididos em três classes: uma com leitura imperfectiva, outra com leitura proposicional e a última com leitura *irrealis*. Semelhantemente à solução oferecida por Medeiros para a pluralidade de leituras do pretérito perfeito, Resende & Araújo-Adriano (no prelo), levando em conta a multiplicidade estrutural envolvida nas formas infinitivas notada por Resende (2018), afirmam que o item /r/ envolvido nas formas infinitivas é o item default de realização do núcleo T, inteiramente subespecificado. Ora, se tanto os morfemas envolvidos no pretérito perfeito quanto aqueles envolvidos no infinitivo forem inteiramente subespecificados, não há maneira de determinar qual deverá ser inserido nos contextos apropriados, supondo-se que estão em competição. Como a investigação semântica dos tempos verbais foge do escopo do presente trabalho, deixamos essa e outras possíveis questões em aberto.

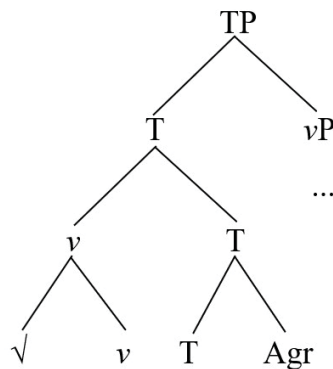
- c. Pretérito perfeito: [+Pret], [+Perf]
- d. Pretérito imperfeito: [+Pret], [-Perf]
- e. Futuro do subjuntivo: [+Fut], [+Subj]
- f. Pretérito do subjuntivo: [+Pret], [-Perf], [+Subj]
- g. Gerúndio: [+Part], [-Pret]
- h. Particípio: [+Part], [+Pret]
- i. Infinitivo: [-Part]

Quando a estrutura em (44b) atinge o componente morfológico, duas condições de boa formação morfológica específicas à língua devem ser satisfeitas: uma que insere o nó de concordância com o sujeito Agr e outra que insere o nó de vogal temática *th*. A primeira condição está formulada em (46) e a estrutura resultante de sua aplicação, em (47).

(46) Condição de boa formação morfológica 1:

Todo T finito requer um nó de concordância Agr.

(47) Estrutura que satisfaz a condição 1



Seguindo Halle (1997), consideramos que os traços de pessoa do discurso, que devem ser copiados do sujeito para Agr, são [ $\pm$ Aut(or)], [ $\pm$ Par(ticipante)] e [ $\pm$ Pl(ural)]:

(48) Traços de concordância (primeira versão)

- a. 1ª pessoa singular: [+Aut], [+Par], [-Pl]
- b. 2ª pessoa singular: [-Aut], [+Par], [-Pl]
- c. 3ª pessoa singular: [-Aut], [-Par], [-Pl]
- d. 1ª pessoa plural: [+Aut], [+Par], [+Pl]

- e. 2ª pessoa plural: [-Aut], [+Par], [+Pl]
- f. 3ª pessoa plural: [-Aut], [-Par], [+Pl]

Relembremos que, na seção 3.1, foi mencionada a neutralização entre 2ª e 3ª pessoas do paradigma verbal no português brasileiro atual, para justificar o recorte empírico do presente trabalho, que só faz menção à 3ª pessoa, na qual se inclui a 2ª. Note-se que essa neutralização ocorre independentemente do tipo de expoência dos traços de pessoa que acomete a forma verbal:

(49) Neutralização nas variadas expoências

- a. Afixal: *você/ele come-u, vocês/eles come-ram*
- b. Expoência zero: *você/ele ama-Ø, ame-Ø*
- c. Alomorfia de raiz: *você/ele fez, faz* (cf. *eu fiz, faç-o*)

Isso nos faz supor que no curso diacrônico o que aconteceu não foi a perda dos itens de Vocabulário que realizavam a 2ª pessoa, como /-s/ em *amas* e /-is/ em *amais*; afinal, se assim o fosse, esperaríamos que outros tipos de exponência, como a alomorfia da raiz, não sofressem a neutralização com a 3ª pessoa simultaneamente à perda desses itens de Vocabulário. Ao contrário, propomos que o que ocorre na derivação é que o traço [ $\pm$ Par(ticipante)], presente na posição de sujeito, é de alguma forma impedido de ser copiado para a posição Agr, que acaba carregando apenas os traços [ $\pm$ Aut,  $\pm$ Pl].<sup>62</sup> Dessa forma, reformulamos o conjunto de traços de Agr apresentado em (48) acima como (50) abaixo.

(50) Traços de concordância (versão final)

- a. 1ª pessoa singular: [+Aut], [-Pl]
- b. 2ª e 3ª pessoas singular: [-Aut], [-Pl]
- c. 1ª pessoa plural: [+Aut], [+Pl]
- d. 2ª e 3ª pessoa plural: [-Aut], [+Pl]

---

<sup>62</sup> Essa hipótese é compatível com a evolução diacrônica, que perdeu a concordância com a 2ª pessoa após a substituição dos pronomes *tu* e *vós* com o pronome de tratamento *vossa mercê* que, como todos os pronomes de tratamento, desencadeia concordância com a 3ª pessoa. Um campo potencialmente frutífero de investigação é a maneira como dialetos que mantêm o pronome *tu* e, ao mesmo tempo, apresentam concordância verbal mista, lidam com os diferentes tipos de exponenciação na possibilidade de concordância com a 2ª pessoa.

A segunda condição de boa formação morfológica, formulada em (51) abaixo, é responsável por inserir uma posição temática nos núcleos categorizadores. Conforme discutido no capítulo anterior, os traços de classe são inseridos juntamente com a posição temática e, por conta disso, cada categorizador acessa uma lista de instruções de inserção diferente. Particularmente no caso dos verbalizadores, a lista de instruções é a em (52).

(51) Condição de boa formação morfológica 2:

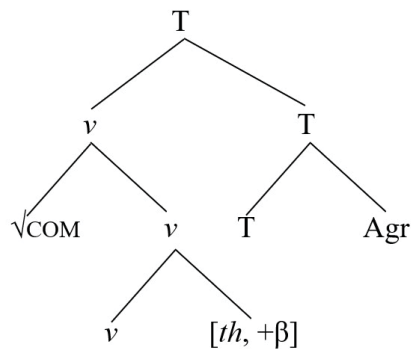
Todo categorizador  $x$  requer uma posição temática  $th$ .

(52) Instruções para inserção de  $th$  em  $v$

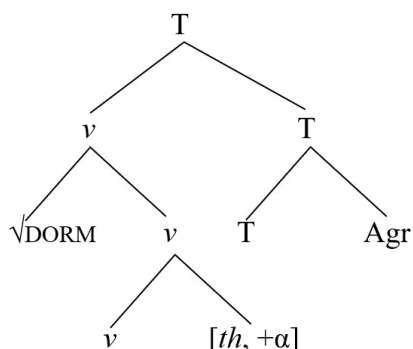
- a. Insira  $[th, +\beta]$  no contexto de  $\sqrt{COM}$ ,  $\sqrt{BEB}$ ,  $\sqrt{FAZ}$ ,  $-ec-$ , ...
- b. Insira  $[th, +\alpha]$  no contexto de  $\sqrt{PART}$ ,  $\sqrt{SORR}$ ,  $\sqrt{DORM}$ , ...
- c. Insira  $[th]$  nos demais ambientes.

Não repetiremos a motivação por trás dessa análise para inserção do nó temático e da representação dos traços de classe, que foi extensamente discutida no capítulo anterior. Apenas exemplificamos, em (53) abaixo, a aplicação de cada uma das instruções em (52).

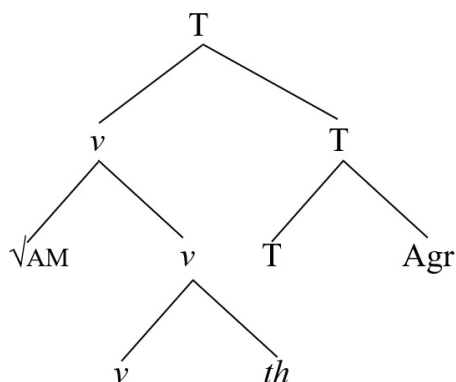
(53) a. Insira  $[th, +\beta]$  no contexto de  $\sqrt{COM}$ ,  $\sqrt{BEB}$ ,  $\sqrt{FAZ}$ ,  $-ec-$ , ...



b. Insira  $[th, +\alpha]$  no contexto de  $\sqrt{\text{PART}}$ ,  $\sqrt{\text{SORR}}$ ,  $\sqrt{\text{DORM}}$ , ...



c. Insira  $[th]$  nos demais ambientes.



Uma última consideração a ser feita a respeito da estrutura que será input da inserção de Vocabulário diz respeito às operações de fusão. Na seção 3.3.2, apresentamos um dos aspectos da proposta de Bassani & Lunguinho (2011), que propõe que a operação de fusão deve ser evocada sempre que de outro modo um nó terminal ficaria sem expoente fonológico. Buscamos mostrar que essa opção se depara com alguns impasses que acreditamos serem maiores do que a necessidade de postular morfemas zero como primitivos da gramática e, por isso, o critério que utilizaremos para determinar se há ou não fusão entre dois terminais é outro. Em particular, admitimos que há fusão quando pelo menos um item de Vocabulário que realiza o nó fundido contém traços de ambos os terminais que foram fundidos.

Considere-se, por exemplo, as formas singulares do pretérito imperfeito de CI que, segundo Bassani & Lunguinho (2011), apresentam fusão entre T e Agr. Nessas formas, o morfema de tempo *-va* de (*eu/você/ele amava*) é o mesmo que aparece nas formas plurais (*nós amávamos, vocês/elas amavam*), então sua realização não é condicionada por traços de Agr. Assim, de acordo com o critério acima estabelecido, não há motivação para supor que T e Agr sofrem fusão nessas formas. Já no presente do indicativo, o morfema *-o* que aparece na 1ª pessoa

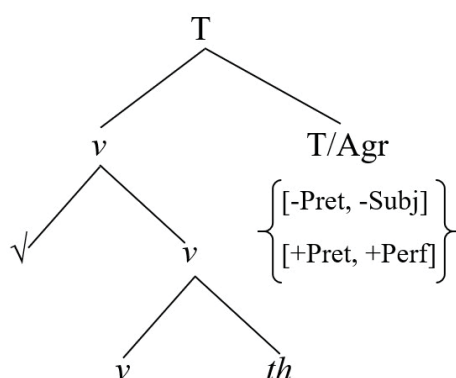
do singular (*amo*) é não só exclusivo desse tempo verbal, como dessa pessoa do discurso. Assim, parece acumular traços tanto de T quanto de Agr e, por esse motivo, propomos que T e Agr sofrem fusão no presente do indicativo. Similarmente, os morfemas do pretérito perfeito todos (com exceção da 1ª pessoa do plural) parecem realizar traços de T e Agr e, assim, também propomos que esses nós se fundem nesse tempo verbal. Outro tempo verbal que poderia ser alvo da operação de fusão é o presente do subjuntivo; entretanto, são duas as razões para descartar essa hipótese: (i) os morfemas que aparecem nas formas de presente do subjuntivo não são cumulativos e, assim, não há motivação para supor a fusão entre T e Agr tanto quanto não o há para o pretérito imperfeito; (ii) como discutido na seção 3.3.3 em relação à análise de Teixeira (2012), os morfemas *-a* (para CII e CIII) e *-e* (para CI) que seguem imediatamente a raiz nas formas de presente do subjuntivo não são vogais temáticas, e sim morfemas de T; sob essa segmentação, as formas plurais do presente do subjuntivo evidenciam a não fusão de T e Agr nesse tempo verbal: *am-e<sub>T</sub>-m(os)<sub>Agr</sub>*, *part-a<sub>T</sub>-m(os)<sub>Agr</sub>*.

Assim:

(54) Fusão:

T e Agr sofrem fusão nos contextos [-Pret, -Subj]<sub>T</sub> e [+Pret, +Perf]<sub>T</sub>

(55) Estrutura após fusão



### 3.4.2 Inserção de Vocabulário

Uma vez inseridos os nós dissociados e realizadas as operações de fusão nos contextos apropriados, a estrutura segue para a operação de inserção de Vocabulário, responsável por fornecer realização fonológica aos terminais. Os itens de Vocabulário que propomos são os que



estão em (56) e (57): (56) apresenta a lista de itens que realizam o nó temático *th* e a lista em (57) contém tanto os itens que realizam T quanto os que realizam Agr, uma vez que em alguns contextos esses nós sofrem fusão e, por isso, alguns dos itens contêm traços de ambos os terminais. Os itens já estão ordenados por prioridade de inserção.

(56) Itens de Vocabulário para *th*

- a. /e/ ↔ [+β]
- b. /i/ ↔ [+α]
- c. /a/ ↔ [-α]

(57) Itens de Vocabulário para T, Agr e T/Agr

- a. /i/ ↔ [+Perf, +Aut, -Pl]
- b. /o/ ↔ [-Pret, +Aut, -Pl]
- c. /raN/ ↔ [+Perf, -Aut, +Pl]
- d. /a/ ↔ [-Pret, +Subj] / [+α] \_\_\_\_
- e. /e/ ↔ [-Pret, +Subj]
- f. /se/ ↔ [+Pret, +Subj]
- g. /d/ ↔ [+Pret, +Part]
- h. /u/ ↔ [+Perf, -Pl]
- i. /moS/ ↔ [+A, +Pl]
- j. /a/ ↔ [+Pret] / [+α] \_\_\_\_
- k. /va/ ↔ [+Pret]
- l. /r/ ↔ [+Fut]
- m. /nd/ ↔ [+Part]
- n. /r/ ↔ [-Part]<sup>63</sup>
- o. /N/ ↔ [+Pl]

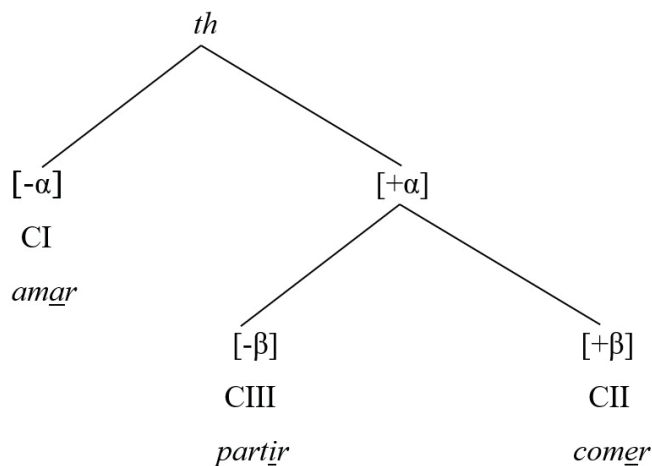
No capítulo anterior, sugerimos que o ordenamento das vogais temáticas obedece ao grau de marcação dos traços que o item de Vocabulário realiza. Conforme a hierarquia de marcação proposta no capítulo anterior (exemplo (5)) e repetida em (58) abaixo, o traço [+β] é

---

<sup>63</sup> Estamos considerando que o /r/ de futuro do subjuntivo e o /r/ de infinitivo são itens de Vocabulário distintos e homófonos. Entretanto, cf. Santana (2016b) para uma sugestão sobre a identidade desses morfemas.

mais marcado que [+α] que, por sua vez, é mais marcado que [-α], conferindo aos itens de Vocabulário o ordenamento expresso em (56) acima.

(58) Hierarquia de marcação das vogais temáticas verbais



Com relação aos itens de Vocabulário da lista em (57), o ordenamento seguiu os seguintes critérios: primeiramente, os itens foram ordenados de acordo com o Princípio do Subconjunto, e assim os itens em (57a-c) realizam três traços, os itens (57d-i) realizam dois traços e os itens (57j-o), um traço. Para ordenar os itens que contêm um mesmo número de traços substanciais, o primeiro critério utilizado foi a presença ou ausência de um contexto de inserção. Note-se que, por exemplo, os itens (57d) e (57e) realizam os mesmos traços substanciais (os traços de presente do subjuntivo); a diferença entre eles é que (57d) apresenta em sua descrição contextual o traço de CII e CIII [+α] e (57e) não apresenta contexto de inserção; a presença do contexto torna (57d) mais especificado do que (57e) e, por isso, tem prioridade de inserção. O mesmo ocorre com os itens (57j) e (57k). Esse ordenamento é essencial para que os resultados corretos sejam gerados. Caso o item sem descrição contextual tivesse prioridade, ele seria inserido em todos os contextos, inclusive naquele especificado pela regra com a descrição contextual. De forma mais concreta, caso o morfema de pretérito imperfeito /-va/ estivesse ordenado antes de /-a/, seria inserido independentemente de ter ou não um traço [+α] em seu contexto de aplicação, gerando formas como \**comeva* ou \**partiva* em vez de *comia* ou *partia*.

Com relação ao ordenamento dos itens que contêm um mesmo número de traços e não contêm descrição contextual, nenhum critério é necessário para o conjunto de itens em (57), uma vez que, nesse caso específico, os itens empatados dessa lista realizam traços distintos. Caso não fosse assim, algum outro critério deveria ser adotado. Halle & Marantz (1993)

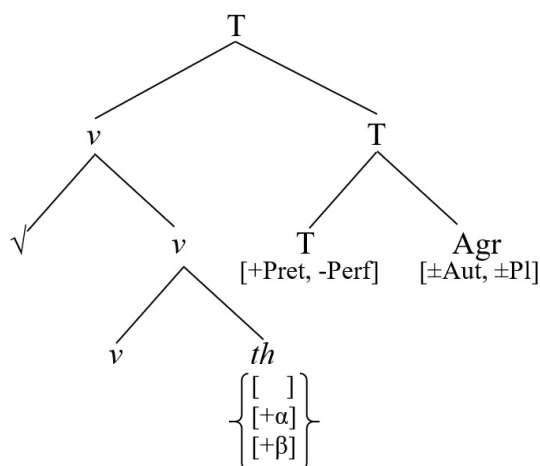
sugerem duas formas de determinar o vencedor no caso de itens empatados; a primeira é por ordenamento extrínseco (isto é, feito na força bruta) e a segunda é a partir de uma hierarquia universal de traços, conforme sugerido por Noyer (1992). Segundo os autores, por exemplo, traços de tempo parecem ter prioridade sobre traços de pessoa e, por isso, no caso de haver dois itens em competição, um que realiza traços de tempo e outro que realiza traços de pessoa, o primeiro tem prioridade sobre o segundo. Como os dados relevantes para o presente trabalho não se deparam com essa questão, não levaremos essa discussão adiante.

Nas próximas subseções, apresentamos a derivação das formas verbais individualmente.

### 3.4.2.1 Pretérito imperfeito

A estrutura que se sujeita à inserção de Vocabulário no pretérito imperfeito é a estrutura em (59).

(59) Estrutura do pretérito imperfeito



A Tabela 3.16 abaixo mostra a inserção de Vocabulário para as formas de pretérito imperfeito de CI. Relembremos que os traços de vogal temática dependem fundamentalmente da raiz envolvida; no caso de CI, que é a conjugação default, nenhum traço é inserido e, subsequentemente, a regra de redundância [ ] → [-α] encaminha automaticamente à conjugação não marcada.

**Tabela 3.16 – Derivação do pretérito imperfeito de CI.**

$\sqrt{\quad}$	$v^{64}$	<i>th</i>	T	Agr
/am-/	Ø	/-a/ (56c)	/-va/ (57k)	Ø <sup>65</sup>
/am-/	Ø	/-a/ (56c)	/-va/ (57k)	Ø
/am-/	Ø	/-a/ (56c)	/-va/ (57k)	/-moS/ (57i)
/am-/	Ø	/-a/ (56c)	/-va/ (57k)	/-N/ (57o)

Note-se que não há nenhum item de Vocabulário na lista em (57) que seja compatível com os traços de Agr nas formas singulares do pretérito imperfeito, cujos conjuntos de traços são [+Aut, -PI] para a 1ª pessoa e [-Aut, -PI] para a 3ª. Conforme discutido na seção 3.3.2, Bassani & Lunguinho (2011) postulam uma operação de fusão entre T e Agr nessas formas verbais para evitar lançar mão de morfemas zero, solução que rejeitamos. Nossa proposta é que, na ausência de itens de Vocabulário compatíveis com o conjunto de traços morfossintáticos de um nó, a gramática insere um Ø default.<sup>66</sup>

Passemos agora à análise do pretérito imperfeito de CII e CIII. Com as peças propostas até o presente momento, não é possível gerar as formas corretas para CII, que apresentam uma vogal /i/ onde esperaríamos encontrar a vogal temática /e/. Para tanto, conforme mencionado no capítulo anterior, propomos uma regra de empobrecimento responsável por apagar o traço [+β] de *th* no contexto dos traços de pretérito imperfeito:

<sup>64</sup> Os verbos analisados na presente seção são todos morfologicamente simples e, por isso, nenhum deles apresenta um expoente para o núcleo verbalizador; entretanto, relembremos que esse núcleo pode receber expoentes como *-ec-*, *-iz-*, *-ific-*, etc.

<sup>65</sup> Para as formas 1ª pessoa do singular do pretérito imperfeito, Bassani & Lunguinho (2011) postulam um empobrecimento do traço [1] (que, traduzido em termos do conjunto de traços de Agr proposto no presente trabalho, é equivalente ao traço [+Aut]). Essa manobra se faz necessária, porque os autores admitem que o morfema /-i/ que realiza a 1ª pessoa do singular do pretérito perfeito (*ame-i*, *com-i*, *part-i*) é o item default para a 1ª pessoa do singular. Em particular, o item de Vocabulário é (p. 209):

(i) /-i/ ↔ [1, sg]

Caso não houvesse o empobrecimento do traço [1] nas formas de pretérito imperfeito, o item de Vocabulário em (i) seria inserido nelas, gerando as formas agramaticais *\*amavai*, *\*comiai* e *\*partiai*. Com os itens de Vocabulários propostos na presente tese, não há necessidade de postular essa operação adicional de empobrecimento, uma vez que o item /-i/ é especificado para traços de tempo também (cf. (57a)) e que admitimos que o item verdadeiramente default para os traços de 1ª pessoa do singular (assim como os de 3ª pessoa do singular) é Ø, pois sua distribuição é mais ampla do que a distribuição de /-i/ (e de /-o/, que realiza a 1ª pessoa do singular do presente do indicativo).

<sup>66</sup> Se a inserção de um Ø default na ausência de itens compatíveis com o conjunto de traços do nó é específica do contexto de flexão verbal ou se é uma propriedade geral da língua é um tópico a ser investigado em trabalhos futuros.

(60) Regra de empobrecimento

[+β] → Ø / \_\_\_\_ [+Pret, -Perf]

Com essa regra, o conjunto de traços de *th* de verbos de CII passa de [+α, +β] a [+α]<sup>67</sup>, gerando o sincretismo com CIII, cuja representação em traços abstratos é [+α, -β]. As Tabelas abaixo mostram a derivação das formas do pretérito imperfeito dessas duas classes verbais.

**Tabela 3.17 – Derivação do pretérito imperfeito de CII.**

√	v	th	T	Agr
/bat-/	Ø	/-i/ (60) + (56b)	/-a/ (57j)	Ø
/bat-/	Ø	/-i/ (60) + (56b)	/-a/ (57j)	Ø
/bat-/	Ø	/-i/ (60) + (56b)	/-a/ (57j)	/-moS/ (57i)
/am-/	Ø	/-i/ (60) + (56b)	/-a/ (57j)	/-N/ (57o)

**Tabela 3.18 – Derivação do pretérito imperfeito de CIII.**

√	v	th	T	Agr
/part-/	Ø	/-i/ (56b)	/-a/ (57j)	Ø
/part-/	Ø	/-i/ (56b)	/-a/ (57j)	Ø
/part-/	Ø	/-i/ (56b)	/-a/ (57j)	/-moS/ (57i)
/part-/	Ø	/-i/ (56b)	/-a/ (57j)	/-N/ (57o)

Uma perda da presente análise em relação à análise que admite a Hipótese das Vogais Temáticas Funcionais explorada em Santana (2016a, 2016b) é a identidade parcial entre o morfema de pretérito imperfeito de CI, de um lado, e o de CII e CIII, de outro. Ambos os morfemas têm a vogal /a/ em sua formação: *-a* e *-va*. Na análise desenvolvida por Santana (2016a), essa vogal é uma vogal temática adjungida ao nó T e, portanto, tem a mesma identidade morfológica. Apesar disso, o próprio morfema de pretérito imperfeito é realizado de duas formas distintas na análise de Santana (2016a), para quem os traços desse tempo verbal são realizados como *-v-* em CI e Ø em CII e CIII. Nesse sentido, não se distingue muito da presente

<sup>67</sup> Se postularmos que o apagamento de um traço automaticamente desencadeia uma regra de redundância que completa a estrutura com o valor não marcado desse mesmo traço, a representação se tornaria [+α, -β]. Como para a presente análise as duas opções geram os mesmos resultados, manteremos a opção explicitada no texto por mera comodidade (cf. Noyer, 1998).

análise, que também admite duas realizações para o traço de pretérito imperfeito: *-va* para CI e *-a* para CII e CIII.

### 3.4.2.2 Pretérito do subjuntivo

Para gerar as formas de pretérito imperfeito do subjuntivo, nenhuma consideração adicional é necessária para além do que já foi exposto. Assim:

**Tabela 3.19 – Derivação do pretérito do subjuntivo de CI.**

√	v	th	T	Agr
/am-/	∅	/-a/ (56c)	/-se/ (57f)	∅
/am-/	∅	/-a/ (56c)	/-se/ (57f)	∅
/am-/	∅	/-a/ (56c)	/-se/ (57f)	/-moS/ (57i)
/am-/	∅	/-a/ (56c)	/-se/ (57f)	/-N/ (57o)

**Tabela 3.20 – Derivação do pretérito do subjuntivo de CII.**

√	v	th	T	Agr
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	/-se/ (57f)	∅
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	/-se/ (57f)	∅
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	/-se/ (57f)	/-moS/ (57i)
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	/-se/ (57f)	/-N/ (57o)

**Tabela 3.21 – Derivação do pretérito do subjuntivo de CIII.**

√	v	th	T	Agr
/part-/	∅	/-i/ (56b)	/-se/ (57f)	∅
/part-/	∅	/-i/ (56b)	/-se/ (57f)	∅
/part-/	∅	/-i/ (56b)	/-se/ (57f)	/-moS/ (57i)
/part-/	∅	/-i/ (56b)	/-se/ (57f)	/-N/ (57o)

### 3.4.2.3 Futuro do subjuntivo

Para gerar as formas de futuro do subjuntivo, a única questão que precisa ser levantada para além do que já foi discutido é que, na 3ª pessoa do plural, há a necessidade de uma epêntese entre o morfema de futuro do subjuntivo /-r/ e o morfema de 3ª pessoa do plural /N/. Afinal, esses itens de Vocabulário, lado a lado, geram uma estrutura não silabificável: \**amarN*. A epêntese é inserida entre os morfemas T e Agr, realizados respectivamente como /-r/ e /-N/, gerando *ama[rrỹ]*.<sup>68</sup> As Tabelas abaixo apresentam a derivação dessas formas verbais.

**Tabela 3.22 – Derivação do futuro do subjuntivo de CI.**

√	v	th	T	Agr
/am-/	∅	/-a/ (56c)	/-r/ (57l)	∅
/am-/	∅	/-a/ (56c)	/-r/ (57l)	∅
/am-/	∅	/-a/ (56c)	/-r/ (57l)	/-moS/ (57i)
/am-/	∅	/-a/ (56c)	/-r/ (57l)	/-N/ (57o)

**Tabela 3.23 – Derivação do futuro do subjuntivo de CII.**

√	v	th	T	Agr
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	/-r/ (57l)	∅
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	/-r/ (57l)	∅
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	/-r/ (57l)	/-moS/ (57i)
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	/-r/ (57l)	/-N/ (57o)

<sup>68</sup> A proposta de que o <e> em formas como *amarem* é uma vogal epentética não é tão imediata. Afinal, embora a epêntese interconsonantal seja um fenômeno observado na língua (*op[i]tar*, *p[i]sicólogo*), uma outra possibilidade de resolução no caso da adjacência entre /r/ e uma consoante nasal /N/, seria uma epêntese final: *comerne* ou *comerme*, em vez de *comerem* – muito embora, se o segmento nasal for subjacentemente uma semivogal palatal que, ao se transformar em segmento consonantal torna-se a consoante nasal palatal /ŋ/ – como será defendido no capítulo 4 –, essa possibilidade não está disponível, uma vez que \**comernhe* não é fonotaticamente possível. Uma possível solução seria afirmar que, uma vez que o morfema flexional -m ocorre sempre em final de palavra, a epêntese final é evitada, de modo a manter a correspondência entre fonologia e morfologia. Em outras palavras, a epêntese tem acesso à informação morfológica. Proposta semelhante é feita por Cuenca (2016) para os clíticos do catalão, e intuição semelhante também está por trás da análise de Harris (1999) e Alcântara (2003) quando afirmam que a epêntese nominal é inserida na posição estrutural da vogal temática.

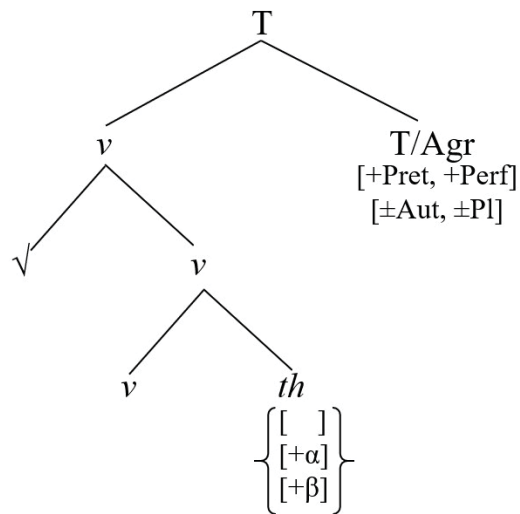
Tabela 3.24 – Derivação do futuro do subjuntivo de CIII.

$\sqrt{\quad}$	<i>v</i>	<i>th</i>	<b>T</b>	<b>Agr</b>
/part-/	∅	/-i/ (56b)	/-r/ (57l)	∅
/part-/	∅	/-i/ (56b)	/-r/ (57l)	∅
/part-/	∅	/-i/ (56b)	/-r/ (57l)	/-moS/ (57i)
/part-/	∅	/-i/ (56b)	/-r/ (57l)	/-N/ (57o)

### 3.4.2.4 Pretérito perfeito

Relembremos que foi sugerida uma operação de fusão entre T e Agr no contexto dos traços do pretérito perfeito. Assim, a estrutura que sofre a inserção de Vocabulário nesse tempo verbal é a estrutura em (61).

(61) Estrutura do pretérito perfeito



As formas singulares desse tempo verbal requerem considerações adicionais. Relembremos a análise de Camara Jr. para essas formas, que é adotada no presente trabalho:

- (62) a. *am-e-i*      c. *com-i-i*      e. *part-i-i*  
 b. *am-o-u*      d. *com-e-u*      f. *part-i-u*

Para o autor, as formas em (62a), (62b) e (62c) apresentam alomorfa da vogal temática; e nas formas em (62c) e (62e) a vogal temática /-i/ e o morfema SNP /-i/ sofrem degeminação.



Para as formas de CI em (62a) e (62b), admitimos que a alomorfia da vogal temática é resultado de uma regra morfofonológica que espraia os traços de altura e ponto de articulação das vogais de SNP /-i/ e /-u/ para a vogal temática /-a/. Assim, a regra em (63) é responsável por desencadear as mudanças em (64):

$$\begin{array}{rcl}
 (63) & V & \rightarrow & V & / \text{ \_\_\_\_\_\_ } & V \\
 & [+ \text{ baixa}] & & [\alpha \text{ baixa}] & & [\alpha \text{ baixa}] \\
 & [- \text{ arred}] & & [\beta \text{ arred}] & & [\beta \text{ arred}]
 \end{array}$$

$$\begin{array}{l}
 (64) \quad \text{a. /am-a-u/} \rightarrow \text{/am-o-u/} \\
 \quad \quad \text{b. /am-a-i/} \rightarrow \text{/am-e-i/}
 \end{array}$$

Conforme apresentado na seção 3.2.1, Pontes (1965) considera que só há um morfema seguindo a raiz nas formas de 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito de CI. Baseando-se na maneira como os falantes pronunciam formas como *amou* /a.'mo/, Pontes admite que *-o* é o morfema que acumula as funções de VT, SMT e SNP. Por um lado, a autora está certa em apontar que na pronúncia há apenas um segmento *e*, conseqüentemente, por hipótese, apenas um morfema; por outro lado, a comparação das formas de CI com as de CII e CIII, que apresentam o morfema *-u* seguindo a vogal temática, aponta para a existência desse mesmo morfema nas formas de CI, mesmo que subjacentemente. Para acatar as observações de Pontes (1965) e, ao mesmo tempo, manter a análise segmental de Camara Jr., são duas as possibilidades que permitem explicar a forma superficial da 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito.

A primeira possibilidade seria propor que, após o arredondamento de /-a/ expresso em (64a) acima, o ditongo /ow/ é reduzido a /o/, conforme ocorre em outros contextos da língua, como, por exemplo, em *vassoura* (vas[o]ra), *couve* (c[o]ve) e *açougue* (aç[o]gue). A segunda seria propor que o arredondamento sequer ocorre e, em realidade, os segmentos /-a/ (vogal temática) e /-u/ (SMT+SNP) sofrem a operação fonológica de coalescência. Segundo Silva (2011), coalescência é o “fenômeno fonológico em que dois sons sofrem assimilação recíproca. Ou seja, dois sons adjacentes se influenciam concomitantemente” (p. 74). Um dos exemplos oferecidos pela autora envolve precisamente os segmentos /a/ e /u/ que, ao sofrer coalescência, levam à pronúncia /o/: *aurora* → *orora*. Outro exemplo seria a formação de *bacalho\_ada* a partir de *bacalhau*. Entendendo que ambos os fenômenos acima expostos (coalescência da sequência /aw/ e desditongação de /ow/) são encontrados em outros lugares da língua, ambas

são possibilidades coerentes e, portanto, mantemos as duas opções em aberto para investigações futuras.

Para tratar a alomorfa da forma (62c), há pelo menos duas possibilidades: tratar como uma alternância morfofonológica envolvendo o traço [ $\pm$ alta], de forma semelhante a como foi feito com as formas (62a) e (62b), ou tratá-la como fruto de um empobrecimento que apaga o traço [ $+\beta$ ], da mesma forma como foi feito com as formas de pretérito imperfeito. Embora diferentes, não há meios empíricos para determinar qual tratamento é mais adequado para essa forma verbal. Optaremos pelo empobrecimento, por ser uma regra que já está ativa na gramática, de acordo com a presente análise, necessitando apenas da expansão de seu contexto de aplicação, conforme apresentado em (65).

(65) Empobrecimento

$$[+\beta] \rightarrow \emptyset / \text{___} [+Perf, +Aut, -PI] \\ [+Pret, -Perf]$$

Discutidos os aspectos relevantes, as Tabelas abaixo apresentam a derivação das formas de pretérito perfeito.

**Tabela 3.25 – Derivação do pretérito perfeito de CI.**

$\sqrt{\quad}$	$\nu$	<i>th</i>	<b>T/Agr</b>
/am-/	$\emptyset$	/-e/ (56c)+(63)	/-i/ (57a)
/am-/	$\emptyset$	/-o/ (56c)+(63)	/-u/ (57h)
/am-/	$\emptyset$	/-a/ (56c)	/-moS/ (57i)
/am-/	$\emptyset$	/-a/ (56c)	/-raN/ (57c)

**Tabela 3.26 – Derivação do pretérito perfeito de CII.**

$\sqrt{\quad}$	$\nu$	<i>th</i>	<b>T/Agr</b>
/bat-/	$\emptyset$	/-i/ (65)+(56a)	/-i/ (57a)
/bat-/	$\emptyset$	/-e/ (56a)	/-u/ (57h)
/bat-/	$\emptyset$	/-e/ (56a)	/-moS/ (57i)
/bat-/	$\emptyset$	/-e/ (56a)	/-raN/ (57c)

**Tabela 3.27 – Derivação do pretérito perfeito de CIII.**

$\sqrt{\quad}$	$\nu$	<i>th</i>	<b>T/Agr</b>
/part-/	Ø	/-i/ (56b)	/-i/ (57a)
/part-/	Ø	/-i/ (56b)	/-u/ (57h)
/part-/	Ø	/-i/ (56b)	/-moS/ (57i)
/part-/	Ø	/-i/ (56b)	/-raN/ (57c)

Note-se que a 1ª pessoa do plural é a única que não apresenta um alomorfe específico para o nó T/Agr e, por esse motivo, recebe o expoente default para esse conjunto de traços de pessoa, que é o que gera o sincretismo entre o presente do indicativo (que será discutido na subseção 3.4.2.6) e o pretérito perfeito nessa pessoa do discurso.

### 3.4.2.5 Presente do subjuntivo

Nas formas de presente do subjuntivo, o fato de o morfema de tempo iniciar com uma vogal faz com que a vogal temática sofra truncamento, o que desencadeia a harmonia vocálica em verbos com uma vogal média na raiz (cf. seção 3.2.3). O truncamento deve ser sensível a traços de tempo, já que o mesmo contexto fonológico faz com que a vogal temática caia em CIII do presente do subjuntivo, mas não em CII e CIII do pretérito imperfeito:

- |      |                                     |                                      |
|------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| (66) | Presente do subjuntivo              | Pretérito imperfeito                 |
|      | <i>Part-ivT-aSMT</i> → <i>parta</i> | <i>part-ivT-aSMT</i> → <i>partia</i> |

Assim, formulamos a regra de truncamento conforme (67) abaixo que, dada sua descrição estrutural, também estará ativa no tempo presente do indicativo:

(67) Regra de truncamento<sup>69</sup>

$$V \rightarrow \emptyset / \text{ \_\_\_\_ } V_{[-\text{Pret}]}$$

O fato de estarmos tratando os morfemas *-e*, de CI e *-a*, de CII e CIII como morfemas de T, e não como vogais temáticas, já foi discutido, sobretudo à luz da análise de Teixeira (2012). Vimos que, de uma maneira geral, a presente análise é mais vantajosa do que a análise concorrente e, como será visto na seção 3.4.3, mesmo no que tange a atribuição de acento (motivação principal para Teixeira (2012) adotar a análise que adota), a presente proposta é mais compatível com os dados existentes. Entretanto, uma potencial desvantagem da presente análise que podemos mencionar é que o tratamento dos morfemas *-e* a *-a* como morfemas de T, e não como vogais temáticas, impede que seja capturado o efeito de polaridade que esses morfemas apresentam em relação à vogal temática. Afinal, os verbos que recebem a vogal temática *-a* formam o subjuntivo com a vogal *-e*, e verbos que recebem as vogais temáticas *-e* ou *-i* formam o subjuntivo com *-a*. Em termos de traços de classe, os verbos  $[-\alpha]$  recebem, no subjuntivo, uma das vogais compatíveis com o traço  $[\alpha]$  e vice-versa (os verbos  $[\alpha]$  recebem a vogal que realiza o traço  $[-\alpha]$ ).

Apesar dessa desvantagem – que tem um viés mais teórico do que empírico –, acreditamos que o argumento empírico apresentado até então (relacionado à harmonia vocálica) e o argumento empírico que será apresentado na seção 3.4.3 são mais satisfatoriamente explicados sob a presente análise. Dadas essas considerações, as tabelas a seguir apresentam a derivação das formas de presente do subjuntivo.

---

<sup>69</sup> Essa regra diz que uma vogal é apagada quando é seguida por uma vogal que realiza um traço  $[-\text{Pret}]$ . Como sugere a discussão levantada no capítulo anterior em relação à queda das vogais temáticas nominais, a queda de uma vogal perante outra vogal é um fenômeno fonológico mais geral da língua. Assim, por um lado, essa regra não é tão restrita como sugere (67); por outro, não pode ser tão geral a ponto de se aplicar irrestritamente, uma vez que não se aplica nas formas de pretérito imperfeito de CII e CIII. Uma possível solução seria adotar a análise de Embick & Shwayder (2017) para a aplicação de regras fonológicas em contextos morfológicos específicos. Para os autores, algumas transformações fonológicas que são morfológicamente desencadeadas são descritas por meio de regras fonológicas que podem ser “ligadas” ou “desligadas” por certos gatilhos e/ou no contexto de certos alvos. Apesar de essa propriedade em si não ser evocada, cf. o capítulo 4 para mais detalhes sobre Embick & Shwayder (2017).

**Tabela 3.28 – Derivação do presente do subjuntivo de CI.**

$\sqrt{\quad}$	<i>v</i>	<i>th</i>	<b>T</b>	<b>Agr</b>
/am-/	Ø	/-a/ (56c)+(67)	/-e/ (57e)	Ø
/am-/	Ø	/-a/ (56c)+(67)	/-e/ (57e)	Ø
/am-/	Ø	/-a/ (56c)+(67)	/-e/ (57e)	/-moS/ (57i)
/am-/	Ø	/-a/ (56c)+(67)	/-e/ (57e)	/-N/ (57o)

**Tabela 3.29 – Derivação do presente do subjuntivo de CII.**

$\sqrt{\quad}$	<i>v</i>	<i>th</i>	<b>T</b>	<b>Agr</b>
/bat-/	Ø	/-e/ (56a)+(67)	/-a/ (57d)	Ø
/bat-/	Ø	/-e/ (56a)+(67)	/-a/ (57d)	Ø
/bat-/	Ø	/-e/ (56a)+(67)	/-a/ (57d)	/-moS/ (57i)
/bat-/	Ø	/-e/ (56a)+(67)	/-a/ (57d)	/-N/ (57o)

**Tabela 3.30 – Derivação do presente do subjuntivo de CIII.**

$\sqrt{\quad}$	<i>v</i>	<i>th</i>	<b>T</b>	<b>Agr</b>
/part-/	Ø	/-i/ (56b)+(67)	/-a/ (57d)	Ø
/part-/	Ø	/-i/ (56b)+(67)	/-a/ (57d)	Ø
/part-/	Ø	/-i/ (56b)+(67)	/-a/ (57d)	/-moS/ (57i)
/part-/	Ø	/-i/ (56b)+(67)	/-a/ (57d)	/-N/ (57o)

### 3.4.2.6 Presente do indicativo

O presente do indicativo, assim como o pretérito perfeito, sofre fusão de T e Agr. Após a fusão, a estrutura que sofrerá inserção de Vocabulário é a em (68).

(68) Estrutura do presente do indicativo

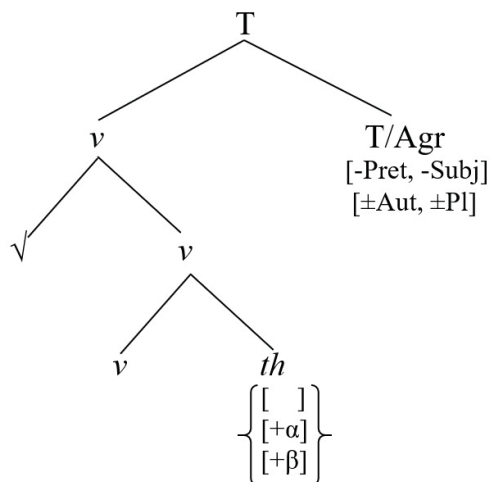


Tabela 3.31 – Derivação do presente do indicativo de CI.

√	v	th	T/Agr
/am-/	∅	/-a/ (56c)+(67)	/-o/ (57b)
/am-/	∅	/-a/ (56c)	∅
/am-/	∅	/-a/ (56c)	/-moS/ (57i)
/am-/	∅	/-a/ (56c)	/-N/ (57o)

Tabela 3.32 – Derivação do presente do indicativo de CII.

√	v	th	T/Agr
/bat-/	∅	/-e/ (56a)+(67)	/-o/ (57b)
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	∅
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	/-moS/ (57i)
/bat-/	∅	/-e/ (56a)	/-N/ (57o)

Tabela 3.33 – Derivação do presente do indicativo de CIII.

√	v	th	T/Agr
/part-/	∅	/-i/ (56b)+(67)	/-o/ (57b)
/part-/	∅	/-i/ (56b)	∅
/part-/	∅	/-i/ (56b)	/-moS/ (57i)
/part-/	∅	/-i/ (56b)	/-N/ (57o)

### 3.4.2.7 Formas nominais

Como demonstra a literatura que investiga as formas nominais dos verbos (infinitivo, gerúndio e particípio), a estrutura sintática que envolve essas formas é diversificada e sua investigação exige um exame profundo dos contextos sintáticos e semânticos de suas ocorrências. Por exemplo, Resende (2018) afirma que o infinitivo figura em três diferentes estruturas, que manipulam traços morfossintáticos distintos; Medeiros (2008) mostra múltiplas estruturas que subjazem as formas participiais; quanto ao gerúndio, não encontramos literatura que mostrasse sua diversidade estrutural para o português, mas o clássico trabalho de Chomsky (1970) defende duas estruturas nas quais as formas em *-ing* do inglês podem se manifestar.

Devido a essa complexidade que as formas nominais apresentam, oferecemos uma descrição estrutural básica, considerando-se apenas as camadas exigidas para albergar os itens presentes na realização morfofonológica de sua estrutura interna. No próximo capítulo, na seção 4.3.2.2, uma discussão um pouco mais detalhada – mas ainda assim, longe de completa – sobre as estruturas que envolvem os particípios será levantada, quando serão abordadas as formas inovadoras de particípio atemático de verbos irregulares.

Tanto gramáticos quanto linguistas concordam que essas formas verbais têm um comportamento misto, exibindo propriedades tanto verbais quanto nominais. No que tange sua realização morfofonológica, é possível averiguar uma camada verbal mais interna, por conta da realização da vogal temática verbal seguindo a raiz, ao lado de uma camada nominal mais externa, por conta da presença – visível pelo menos no particípio e no gerúndio – do morfema de classe nominal default *-o*, a que se podem seguir elementos de flexão nominal (feminino, plural e morfologia avaliativa, a depender do contexto sintático em que se encaixam).

Sob essas considerações, admitimos, primeiramente, que há uma camada *v* na estrutura das formas nominais, responsável por receber a posição de vogal temática verbal; ainda, uma camada intermediária que deve albergar os morfemas *-r*, *-nd* e *-d* é necessária. Oltra-Massuet (1999) chama essa camada de T; Oltra-Massuet & Arregi (2005) chamam essa camada de NF (não finito); Medeiros (2008) chama-a de I. Por simetria às outras formas verbais e potenciais consequências na análise das formas irregulares, tema do próximo capítulo, chamaremos essa camada intermediária de T. Tanto quanto as outras formas verbais, admitimos que o núcleo T das formas nominais dos verbos projeta, no componente morfológico, uma posição de concordância Agr, que pode albergar ou (i) traços de gênero e número nominal ou (ii) traços de número e pessoa do discurso. Os traços de concordância albergados pelo núcleo Agr das formas

nominais depende de qual é a forma nominal em jogo e qual o contexto sintático em que se encontra. O participípio, por exemplo, pode expressar concordância nominal com gênero e número em determinados contextos sintáticos (como em construções passivas, cf. (69a)), mas não em outros (como em construções ativas (cf. (69b))).

(69) (Ausência de) concordância de gênero e número em formas participiais

a. As dívidas foram negociadas pelos bancos.

b. Os bancos tinham negociado(\*s) as dívidas.

O gerúndio em geral não recebe concordância, mas algumas variedades do português europeu permitem concordância em número e pessoa nas formas gerundivas (cf. (70), dados retirados de Lobo, 2008). Adicionalmente, Armelin (2015) mostra que a morfologia avaliativa, em geral restrita a palavras de categorias não verbais, como substantivo, adjetivo e advérbio, pode ocorrer em gerúndios (cf. (71)). Ainda com relação às formas gerundivas, existem alguns usos da morfologia característica de gerúndio em palavras com função substantiva – algo que podemos chamar de “nominalizações gerundivas” – que, por terem comportamento nominal, recebem flexão de gênero e número (cf. (72)).

(70) Concordância de número e pessoa no gerúndio (Lobo, 2008)

a. Nós vindomos

b. Eles vindem

(71) Morfologia avaliativa em gerúndios

a. Está chovendinho.

b. Eu vou correndinho e já volto.

(72) Morfologia de gênero e número em substantivos gerundivos

a. Os orientandos

b. As mestrandas

Com relação aos infinitivos, essas formas nominais podem receber morfologia de concordância com número e pessoa em determinados contextos sintáticos, mas não em outros



(cf. (73)); ainda, podem receber flexão de número quando nucleiam um DP, adquirindo, assim, uma função nominal (cf. (74), dados retirados da Web).

(73) (Ausência de) concordância de número e pessoa em formas infinitivas

- a. *As crianças querem comer(\*em) bolo.*
- b. *Fiz um bolo para as crianças comerem.*

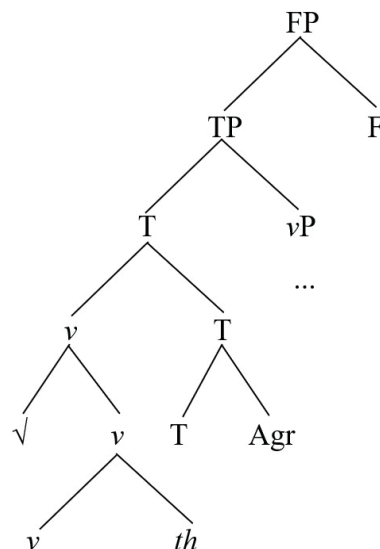
(74) Morfologia de número em infinitivos que nucleiam um DP

- a. *Não tinha noite que os rangeres e os arrastares não apareciam.*
- b. *Os fazeres na educação infantil*

Como buscamos mostrar nos exemplos em (69-74), a morfologia de concordância permitida pelas formas nominais dos verbos é um fenômeno extremamente complexo, que depende crucialmente da investigação da sintaxe externa das formas nominais dos verbos, ou seja, da investigação dos galhos em se penduram as camadas mais internas, em geral consistentes, das formas participiais, gerundivas e infinitivas.

Com isso, propomos uma estrutura interna das formas nominais bastante semelhante às outras formas verbais – envolvendo uma raiz, a vogal temática verbal, um núcleo T e um núcleo de concordância Agr – e representamos, por meio de um núcleo com um rótulo guarda-chuva F(uncional), a possibilidade de anexação dessa estrutura interna a diferentes contextos sintáticos.

(75) Estrutura das formas nominais





### 3.4.3 Após a inserção de Vocabulário: uma nota sobre o acento

Conforme discutido anteriormente (seção 3.2.2), a literatura sobre atribuição de acento em formas verbais do português é dividida em abordagens que defendem um algoritmo de acento que faz referência à estrutura morfológica e abordagens que admitem que a atribuição de acento é sensível ao peso silábico. Em geral, uma abordagem estrutural dá conta dos padrões acentuais dos verbos do PB de forma mais satisfatória, mas ainda assim enfrenta alguns problemas. Em particular, considerando-se apenas o conjunto de formas verbais que pertencem ao recorte empírico do presente capítulo (cf. seção 3.1), uma abordagem de atribuição completamente estrutural de acento depara-se com, pelo menos, três padrões:

(78) Padrões de acento verbal

- a. O acento recai sobre o morfema SMT
- b. O acento recai sobre a raiz
- c. O acento recai sobre a vogal temática

As formas de presente do indicativo e presente do subjuntivo são as mais heterogêneas com relação à posição estrutural do acento e as únicas que se distribuem pelos três padrões em (78), como mostra (79). Todas as outras formas verbais pertencem ao padrão (78c).

(79) Presente do indicativo	Presente do subjuntivo
<u>am</u> -o (72b)	<u>am</u> -e (72b)
<u>am</u> -a (72b)	<u>am</u> -e (72b)
<b>am-<u>a</u>-mos</b> (72c)	<b>am-<u>e</u>-mos</b> (72a)
<u>am</u> -a-m (72b)	<u>am</u> -e-m (72b)

Note-se que as formas verbais elencadas em (79) no geral recebem o acento na raiz, com exceção das formas de 1ª pessoa do plural, em negrito, que pertencem ao padrão (78c), para o presente do indicativo, e (78a), para o presente do subjuntivo. Conforme também já discutido (seção 3.3.3), a análise de Teixeira (2012) dá conta desses padrões acentuais por meio de três principais assunções: (i) o algoritmo geral de acento acentua a vogal que precede imediatamente o nó T, ou seja, a vogal temática, o que permite explicar a 1ª pessoa de plural do presente do indicativo e todas as formas dos tempos verbais que não as de presente; (ii) uma regra adicional

“retrai” o acento final à sílaba precedente, o que permite explicar todas as outras formas de presente elencadas em (79), exceto a 1ª pessoa do plural do subjuntivo e (iii) os costumeiramente designados morfemas SMT de presente de subjuntivo são, em realidade, vogais temáticas, o que, agora sim, permite explicar o acento da 1ª pessoa do plural do presente do subjuntivo que, sob essa análise da segmentação e rotulação morfológica do presente do subjuntivo, se conforma ao padrão geral de acento expresso em (78c). De fato, o principal motivo pelo qual Teixeira (2012) reanalisa a segmentação costumeiramente adotada para as formas de presente do subjuntivo é que essa reanálise possibilita explicar os padrões acentuais dos verbos de forma mais econômica.

Entretanto, defendemos neste capítulo que a reanálise da segmentação das formas do presente do subjuntivo gera problemas para outros aspectos da flexão verbal – em particular, para os fenômenos de metafonía, que a literatura em geral explica por meio de uma regra de harmonia vocálica da vogal da raiz das formas de presente do subjuntivo com a vogal temática, que é apagada. Caso mantenhemos a segmentação proposta no presente trabalho (de que as vogais *-e* e *-a* das formas de presente do subjuntivo são realizações de T, e não de *th*) e, ao mesmo tempo, adotemos o algoritmo de acento proposto por Teixeira (2012), todas as formas seriam geradas com igual sucesso, com exceção da 1ª pessoa do plural do presente do subjuntivo, que receberia acento na raiz: *\*âm-e-mos*, *\*côm-a-mos*. Para que o acento nessa forma verbal fosse gerado com sucesso, uma instrução a mais teria que ser estipulada, para dar conta apenas dessa forma – que, sob a análise segmental de Teixeira, é gerada por meio da instrução geral (acento recai imediatamente antes de T) –, o que, certamente, é menos parcimonioso do que solução oferecida por Teixeira.

Note-se, no entanto, que alguns falantes produzem formas como *supônhamos* e *tênhamos*<sup>70</sup>, em que o acento recai sobre a vogal esperada dada a segmentação proposta no presente trabalho e o algoritmo proposto por Teixeira (2012). O que esses dados parecem sugerir é que, de fato, as formas de 1ª pessoa do plural do presente do subjuntivo fogem ao padrão geral de acento, e não se conformam a ele. Nesses casos, portanto, os falantes estão aplicando a regra geral de acento a essas formas, que são pouco utilizadas na linguagem oral e, por esse motivo, os falantes têm menos estímulos para compreender que essas formas não se

---

<sup>70</sup> Esses dados foram trazidos por Luiz Carlos Schwindt durante o IV Colóquio Brasileiro de Morfologia. Pesquisas na Web também fornecem evidência de que esse tipo de dado é recorrente, como, por exemplo, nessa entrada do blog “Em Português Corre(c)to”, que diz que “Ao contrário do que se ouve por aí, devemos dizer “supon**h**amos” (e não *supônhamos*) e “ten**h**amos” (e nunca *tênhamos*).”: <https://emporuguescorrecto.blogs.sapo.pt/45445.html>.

adequam ao padrão acentual geral e necessitam de uma instrução adicional específica a essas formas.

Repare-se que o que impulsiona a análise de Teixeira (2012) é a parcimônia teórica. Ao tratar os morfemas *-e* e *-a* do presente do subjuntivo como vogais temáticas, a descrição teórica do acento verbal se torna mais homogênea e, portanto, mais elegante. Certamente, uma descrição gramatical elegante deve ser parcimoniosa. Entretanto, mais do que ser parcimoniosa, uma descrição gramatical se presta a descrever a gramática interna dos falantes. Se a gramática interna dos falantes não for parcimoniosa, a descrição não deve ser parcimoniosa. Nesta seção, buscamos mostrar que, neste caso em particular, a parcimônia teórica não é condizente com os dados de fala, que parecem mostrar que os falantes interpretam as vogais *-e* e *-a* como morfemas de T – e não vogais temáticas – fazendo com que a adequação das formas de 1ª pessoa do plural do presente do subjuntivo ao algoritmo geral de acento gere formas com o acento na raiz, como em *tênhamos* e *supônhamos*, o que de fato ocorre. Assim, contrariamente ao que Teixeira (2012) defende, os dados que envolvem acento das formas de 1ª pessoa do plural do presente do subjuntivo constituem, em realidade, evidência adicional de que os morfemas de presente do subjuntivo *-e* e *-a* são morfemas de T, e não *th*.

### **3.5 Considerações finais**

Neste capítulo, discutimos a flexão verbal regular do português brasileiro, concentrando-nos na estrutura e segmentação das formas flexionadas, mas levando em consideração também aspectos como acento e metafoia. Buscamos oferecer uma análise que fosse coerente em todos esses aspectos; como veremos no próximo capítulo, o tratamento proposto permite também explicar questões relacionadas à flexão dos verbos irregulares.

## CAPÍTULO 4 –ALTERNÂNCIA DE RADICAL NOS VERBOS IRREGULARES

---

Partindo da descrição das formas verbais regulares oferecida no capítulo anterior, este capítulo analisa algumas irregularidades na flexão verbal do PB. Em particular, focamos sobre a distribuição de alternâncias de radical. Apresentamos uma proposta para essa distribuição que admite que existem restrições de localidade agindo sobre as alternâncias e, com isso, explica-se um número considerável de padrões de distribuição dos alomorfes da raiz. Como será discutido nas seções finais, a análise não é desprovida de problemas; entretanto, apesar dos problemas, o presente capítulo lida com generalizações empíricas que, até onde pudemos verificar, não foram contempladas na literatura até então. As generalizações, ao lado da presente proposta para explicá-las, são:

- 1- Generalização: as formas que apresentam alternância de radical no presente do indicativo, presente do subjuntivo, pretérito imperfeito e formas nominais são **todas** atemáticas.

Proposta: a alternância é desencadeada pela adjacência entre a raiz e (traços de) T.

- 2- Generalização: as formas de pretérito perfeito, pretérito do subjuntivo e futuro do subjuntivo, apesar de serem temáticas e apresentarem alternância de radical, apresentam também um alomorfe específico da vogal temática: /-ε/.

Proposta: A inserção da vogal temática é sensível aos traços de T e a alternância do radical é sensível à identidade da vogal temática.

- 3- Generalização: os tempos verbais que apresentam alternância de radical sensível a traços de número e pessoa são **apenas** o presente do indicativo e o pretérito perfeito.

Proposta: isso só é possível porque é apenas nesses tempos verbais que T e Agr sofrem fusão; a alternância, assim, é desencadeada pela adjacência entre a raiz e (traços de) T/Agr.

Na seção 4.1, apresentamos os tipos de irregularidade mencionados por Camara Jr. (1966/1972) para poder apresentar o recorte empírico; na seção 4.2, apresentamos a tipologia de alomorfia proposta por Embick (2010a, 2010b, 2012, 2013), que hipotetiza diferentes condições de localidade para os diferentes tipos de alternância; na seção 4.3 apresentamos a

análise das alternâncias de radical que desenvolvemos; na seção 4.4, apresentamos as limitações da análise e questões em aberto para pesquisas futuras. A seção 4.5 fecha o capítulo com considerações finais.

#### 4.1 Recorte empírico

Camara Jr. (1966/1972, p. 95-115) discute a noção de irregularidade na flexão verbal e, partindo do tratamento dos verbos irregulares oferecido por gramáticas tradicionais, categoriza as ditas irregularidades em três casos distintos:

- 1- Falsa irregularidade
- 2- Irregularidade flexional
- 3- Alternância de radical

O que estamos chamando de falsa irregularidade se refere a comportamentos tidos como irregulares por gramáticas tradicionais e que Camara Jr. mostra não se tratar de irregularidades, e sim de comportamentos esperados dadas determinadas características da fonologia da língua. Um exemplo que o autor levanta é o dos verbos em *-ear*, como *passrear*, “tão emaranhado em nossas gramáticas” (p. 104). Pelo fato de o radical desses verbos terminar em vogal (*passre-*), a gramática depara-se com hiatos que necessitam ser resolvidos. A generalização apresentada por Camara Jr. é que “a vogal final tônica /e/ e /ɛ/ ditonga-se para /ey/ e /ɛy/, respectivamente, em hiato” (p. 103). Assim, da mesma forma como a resolução para a junção da raiz *ide-* com a vogal temática nominal *-a* é a ditongação *idea* → *ideia*, as formas flexionadas de verbos em *-ear* que apresentam uma crase na junção da raiz com um morfema flexional vocálico também se resolvem por meio dessa ditongação: *passre-a* → *passreia*. Não se trata, assim, de uma irregularidade verdadeira que, de acordo com o autor, deve “ser conceituada como uma variação morfológica imprevisível em face dos padrões gerais, ou regulares, da conjugação” (p. 106).

A irregularidade flexional é brevemente apresentada por Camara Jr., por se tratar de um fenômeno que, em isolado, é bastante restrito na língua e resume-se a dois casos: (i) alguns verbos de CII e CIII não recebem a vogal temática na 3ª pessoa do presente do indicativo quando o radical termina em /r/ ou /z/ (e.g. *produz*, e não *\*produze*; *quer*, e não *\*quere*); (ii) no paradigma flexional de seis pessoas, os radicais monossilábicos de CII terminados em /e/ e os de CIII terminados em /i/ têm o morfema de 2ª pessoa do plural *-des*, em vez de *-is* no presente

do indicativo (*credes, rides*, em oposição a *comeis, dormis*) e *-de* em vez de *-i* no imperativo (*crede, ride*, em oposição a *comei e dormi*).

Outras irregularidades flexionais estão associadas a alternâncias do radical, que é o terceiro tipo de irregularidade acima listado e que é mais abundante na língua. A alternância de radical é quando o elemento mórfico alvo da irregularidade é a raiz. Um exemplo é o do verbo *perder*, cuja raiz *perd-* alterna com a forma *perc-* em algumas formas verbais flexionadas (em particular, na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo e em todas as pessoas do presente do subjuntivo). É esse tipo de irregularidade (a alternância de radical) que é tema do presente capítulo.

O conjunto de verbos que apresentam alternância de radical é: *perder, medir, ouvir, pedir, valer, dizer, fazer, trazer, poder, caber, estar, querer, saber, ter, pôr, haver, vir, ver, dar, ser, ir*. Esse é o conjunto de dados analisado mais diretamente no presente capítulo, cujas formas flexionadas são listadas no Anexo 2. Outros tipos de irregularidade de radical – envolvendo defectividade e metafonia – não serão discutidos (referimos o leitor interessado nesses fenômenos a Nevins, Damulakis & Freitas (2014) e Nevins, Mascarenhas & Kilimangalam (2005), respectivamente).

## 4.2 Tipos de alomorfia e restrições de interação

O conceito de alomorfia na linguística surge no estruturalismo, em analogia ao conceito de alofonia. A alomorfia pode ser definida de forma ampla como a “variante de um morfema em função do contexto” (Silva, 2011, p. 53); em termos estruturalistas, é quando um mesmo significado se associa a mais do que um significante. Sob essa definição, no entanto, uma série de fenômenos distintos – que, por hipótese, estão sujeitos a diferentes condições (cf. abaixo) – é contemplada. Para distinguir esses fenômenos, duas questões são fundamentais: (i) a alomorfia envolve duas peças de Vocabulário armazenadas distintas ou uma única peça que sofre alterações subsequentemente? e (ii) qual a caracterização adequada do contexto de aplicação da alomorfia?

A resposta a essas perguntas leva Embick (2010a, 2010b, 2012) a propor uma tipologia para a alomorfia, explorada em uma série de trabalhos subsequentes, como Embick (2013), Shwayder (2015), Ingason (2016), Embick (2016a), Embick & Shwayder (2017). A Tabela 4.1 a seguir sumariza a tipologia, que é apresentada mais detalhadamente ao longo da seção.



Tabela 4.1 – Tipologia de alomorfia.

	<b>Tipos de alternância</b>	<b>Condição de interação entre alvo e gatilho</b>
<b>Expoência primária</b>	Alomorfia contextual (supleção)	localidade linear
<b>Expoência secundária</b>	Alternâncias morfema-morfema (M/M)	localidade linear
	Alternâncias morfofonológicas (M/P)	localidade fonológica
	Alternâncias fonológicas	localidade fonológica

A primeira pergunta – a alomorfia envolve duas peças distintas ou uma única peça? – distingue a “expoência primária” (do inglês *primary exponence*) da “expoência secundária” (do inglês *secondary exponence*), conforme terminologia adotada por Noyer (1992).<sup>71</sup> A diferença entre expoência primária e expoência secundária implica as duas situações abstratas em (1) e (2) abaixo. Em (1), temos armazenadas duas peças fonológicas independentes (/X/ e /Y/), que estão em competição para realizarem o conjunto de traços F; o que determinará a inserção de uma em detrimento da outra é o contexto circundante. Já em (2), um único item fonológico /X/ está listado em associação ao conjunto de traços funcionais F e é, portanto, inserido sempre que o conjunto de traços F estiver envolvido na derivação; posteriormente, o contexto circundante desencadeia modificações em sua forma, gerando duas formas superficialmente distintas ([X] e [Y]), que subjacentemente correspondem a um mesmo item.

(1) Expoência primária

a. Morfologia

(i) /X/ ↔ F / Contexto1

(ii) /Y/ ↔ F / Contexto2

<sup>71</sup> Para propósitos de apresentação, estamos usando o termo “expoência secundária” de forma um pouco mais abrangente do que Noyer (1992). O autor utiliza esse termo para se referir aos chamados *reajustes* da teoria da MD, que são alternâncias fonológicas morfologicamente desencadeadas. Aqui, utilizamos esse termo abarcando quaisquer alternâncias posteriores à inserção de Vocabulário que modificam a forma fonológica de um morfema, sejam elas morfológica ou fonologicamente motivadas.

(2) Expoência secundária

a. Morfologia

(i) /X/ ↔ F

b. (Morfo)fonologia

(i) /X/ → [Y] / Contexto1

(ii) /X/ → [X] / Contexto2

A título de ilustração, observemos primeiramente a realização do morfema de plural do PB nos seguintes contextos:

(3) Diferentes realizações do morfema de plural

a. Casa[**z**] amarelas Casa[**z**] brancas

b. Casa[**s**] pretas Casa[**s**] #

Apesar de o morfema em negrito ser o mesmo em termos de função em todas as ocorrências de (3), foneticamente é realizado de maneiras distintas, de acordo com o contexto em que aparece: quando o contexto seguinte apresenta uma palavra que inicia com vogal ou consoante sonora (vozeada), a realização é [z]; quando o contexto seguinte apresenta uma palavra que inicia com consoante surda (desvozeada) ou quando é silêncio, a realização é [s].

Uma possibilidade seria tratar essa alomorfia como resultante da inserção de duas peças fonológicas distintas, como ilustrado em (4), em que a peça de Vocabulário /z/ é inserida ou perante uma vogal ([-consoante]) ou perante uma consoante sonora ([+sonora]) e a peça de Vocabulário /s/ é inserida nos demais contextos.

(4) Realizações do plural como expoência primária

a. Morfologia

(i) /z/ ↔ [Pl] / \_\_\_\_\_  $\left. \begin{array}{l} [+sonora] \\ [-consoante] \end{array} \right\}$

(ii) /s/ ↔ [Pl] / *demais contextos*

Entretanto, esse tratamento é inadequado por pelo menos dois motivos: (i) os sons [s] e [z] formam uma classe natural, diferenciando-se apenas pelo traço [ $\pm$ sonoro], sendo que a alternância entre os dois sons é condicionada pela sonoridade do contexto seguinte, algo que

não é capturado por um tratamento como (4) e (ii) essa alternância não é exclusiva do morfema de plural, e sim geral e irrestrita para o (arqui)fonema /S/ em posição de coda, como mostram os exemplos a seguir.<sup>72</sup>

(5) Realização do arquifonema /S/

- a. Rapa[z] amigável Rapa[z] bonito
- b. Rapa[s] teimoso Rapa[s] #

A comparação entre os dados em (4) e (5) evidencia que não importa qual seja o estatuto morfológico do segmento /S/: se estiver em coda silábica, se comportará como acima descrito. Dessa forma, é mais interessante supor que subjacentemente o morfema de plural é um único expoente, que sofre mudanças no nível fonético da língua, enquadrando-se, assim, na situação em (2), adaptada para esse exemplo de forma simplificada em (6).

(6) Realizações do plural como expoência secundária

a. Morfologia

/S/ ↔ [Pl]

b. Fonologia

/S/ → [z] /  $\left. \begin{array}{l} [+sonora] \\ [-consoante] \end{array} \right\}$

/S/ → [s] / *demais contextos*

Diferentemente da alternância entre [s] e [z] no morfema de plural do português, o inglês apresenta uma alternância entre *-s* e *-en*, ambos morfemas de plural nominal, que não se relacionam fonologicamente e tampouco são desencadeados por fatores fonológicos circundantes.<sup>73</sup> O que provoca a inserção de um e não de outro morfema é pura e

<sup>72</sup> Esses não são os únicos problemas aqui; outros problemas emergem dessa abordagem a depender de como o quadro teórico lida com a disponibilidade de informação fonológica em determinadas etapas da derivação. Por exemplo, a fonologia da raiz do adjetivo pós-nominal *amarel-* na expressão *casas amarelas* já está disponível no momento em que o morfema de plural do nome é inserido? Para modelos que defendem que a inserção de Vocabulário opera de dentro para fora, ou seja, do nó mais encaixado ao menos encaixado (e.g. Bobaljik, 2000 e muita literatura subsequente), essa informação ainda não está disponível, uma vez que adjetivos em geral estão anexados em uma posição mais alta na estrutura do que o nome e suas flexões.

<sup>73</sup> O morfema de plural nominal *-s* do inglês também apresenta alomorfes desencadeados fonologicamente. Como o objetivo dessa passagem do texto é apresentar um exemplo de expoência primária, não mencionaremos esses outros alternantes aqui.

exclusivamente a identidade da raiz a que o morfema se anexa. Em vista disso, é necessário postular dois itens concorrentes, conforme (7) a seguir.

(7) Expoência primária para plurais do inglês

a. Morfologia

(i) /an/ ↔ [pl] / \_\_\_\_ √CHILD, √OX

(ii) /s/ ↔ [pl] / *demais contextos*

Embick (2010a) chama de *alomorfa contextual* (cf. primeira linha da Tabela 4.1) esse tipo de alomorfa que resulta de expoência primária, ou seja, que envolve dois itens de Vocabulário listados para realizar um mesmo conjunto de traços. A alomorfa contextual é análoga à supleção, por envolver dois itens de Vocabulário armazenados com o mesmo significado; a diferença entre os dois termos é que, em geral, usa-se “supleção” para indicar o armazenamento de diferentes formas para uma mesma raiz e “alomorfa contextual” para o armazenamento de diferentes formas para um mesmo morfema gramatical. Segundo Embick (2010a), há condições sintáticas e fonológicas interagindo para criar as condições sob as quais esse tipo de alomorfa pode ser encontrado. A condição sintática é a ciclicidade por fases – que não será discutida, por não estar envolvida nos fenômenos investigados aqui – e a condição fonológica é a localidade linear, ou seja, a adjacência imediata entre o morfema alvo e o(s) morfema(s) engatilhador(es).

Quanto à expoência secundária – ou seja, a alomorfa que emerge de regras posteriores à inserção de Vocabulário –, Embick (2010b, 2012) distingue três tipos de alternância, conforme pode ser visto na Tabela 4.1, propondo uma tipologia que depende crucialmente da segunda pergunta acima formulada e repetida aqui por conveniência: qual é a caracterização adequada do contexto de aplicação da alomorfa?

O autor defende que, a depender da natureza do item que desencadeia a alternância (gatilho) e do item que sofre a alteração (alvo) da regra de alomorfa, esperam-se diferentes comportamentos e, sobretudo, diferentes restrições de localidade agindo sobre a possibilidade de aplicação das regras em questão. O alvo e o gatilho podem ser de natureza fonológica ou morfológica, resultando nas combinações logicamente possíveis apresentadas na Tabela 4.2 a seguir.

**Tabela 4.2 – Classificação do alvo e do gatilho da expoência secundária.**  
(adaptada de Embick & Shwayder, 2017, p. 4)

		Alvo	
		Fonológico	Morfológico
Gatilho	Fonológico	Tipo 1	Tipo 2
	Morfológico	Tipo 3	Tipo 4

A Tabela 4.2 expressa as quatro combinações lógicas possíveis para a relação entre alvo e gatilho de uma regra de alternância. Para as alternâncias de tipo 1, ou seja, quando tanto o alvo quanto o gatilho da regra forem definidos em termos puramente fonológicos, a regra é fonológica e sem exceções. Um exemplo é o da alternância entre [s] e [z] em posição de coda do português exposto anteriormente, que, apesar de se aplicar ao morfema de plural, é independente da informação morfológica, aplicando-se a todos os contextos em que esses sons estão em posição de coda. A alternância puramente fonológica e a alomorfia contextual são facilmente distinguíveis, pois representam os dois extremos da interface entre fonologia e morfologia – primeira e última linhas da Tabela 4.1. Questões mais interessantes emergem quando ou alvo ou gatilho (ou ambos) devem ser expressos morfológicamente, o que nos leva à distinção entre regras de tipo 2 a 4 da Tabela 4.2.

As regras de tipo 2 a 4 aparecem nas primeiras formulações do modelo da MD sob o rótulo guarda-chuva *regras de reajuste*. Entretanto, de acordo com Embick (2010b, 2012), é necessário distinguir regras do tipo 2 e 3, de um lado, e regras do tipo 4, de outro. As regras de tipo 2 e 3 são denominadas *alternâncias morfofonológicas* (regras M/P, do inglês *morphophonological rules*), por envolverem um item definido morfológicamente e outro definido em termos fonológicos. Já as regras de tipo 4, em que tanto o alvo como o gatilho devem ser morfológicamente identificados, são chamadas de regras *morfema-morfema* (regras M/M, do inglês, *morpheme-morpheme rules*). As regras morfofonológicas (de tipo 2 e 3) estão sujeitas a localidade fonológica entre alvo e gatilho em termos de minimalidade relativizada, ou seja, não pode haver um item fonológico com o potencial de ser alvo da regra intervindo entre o alvo e o gatilho. Já as regras morfema-morfema (de tipo 4) estão sujeitas a localidade linear entre alvo e gatilho, ou seja, os morfemas envolvidos na alternância devem estar linearmente adjacentes, sem que haja nenhum outro morfema intervindo entre eles.

Com isso, segue-se que, a depender dos constituintes fonológicos envolvidos, uma regra de tipo M/P pode “pular” morfemas, desde que nenhum material fonológico relevante intervenha entre o alvo e o gatilho. Um exemplo oferecido por Embick & Shwayder (2017) envolve uma operação de Umlaut do islandês, que transforma a vogal /a/ em /ö/. Essa regra é desencadeada por alguns morfemas da flexão nominal, como o morfema cumulativo de feminino nominativo singular -Ø, e tem como alvo a vogal /a/. Observemos os exemplos abaixo, onde o alvo em potencial da regra aparece em negrito e o gatilho, sublinhado.

(8) Efeitos do Umlaut /a/ → /ö/ do islandês

a. (i) **rak**-ur

*úmid*-masc.nom.sg

‘úmido’

(ii) **rök**-Ø

*úmid*-fem.nom.sg

‘úmida’

b. (i) **dan**-sk-ur

*Dinamarc*-adj-masc.nom.sg

‘dinamarquês’

(ii) **dön**-sk-Ø

*Dinamarc*-adj-fem.nom.sg

‘dinamarquesa’

c. (i) **assam**-sk-ur

*Assam*-adj-masc.nom.sg

‘assamês’

(ii) **assöm**-sk-Ø

*Assam*-adj-fem.nom.sg

‘assamesa’

d. (i) **assam**-ísk-ur

*Assam*-adj-masc.nom.sg

‘assamês’

(ii) **assam**-ísk-Ø

*Assam*-adj-fem.nom.sg

‘assamesa’

Nos exemplos de número (ii) em (8a-c), o sufixo -Ø desencadeia a operação de Umlaut, independentemente de haver ou não um sufixo interveniente entre o alvo e o gatilho: em (8a), não há morfemas intervenientes e, em (8b-c), há o sufixo adjetivizador *-sk* interpondo-se entre alvo (vogal /a/) e gatilho (sufixo -Ø). No exemplo (ii) de (8d), por outro lado, vemos que a vogal /a/ da raiz não sofre Umlaut, muito embora o sufixo desencadeador esteja presente. Isso ocorre porque, desta vez, o sufixo interveniente *-ísk* apresenta um segmento vocálico /i/, que impede que a regra, que mira vogais, se aplique. Assim, a regra M/P pode pular morfemas, mas não pode pular fonemas relevantes que, neste caso, são vogais.

Regras M/M, por outro lado, devem obedecer à adjacência morfológica entre alvo e gatilho, da mesma forma que a alomorfa contextual. Embick & Shwayder (2017) formulam essa exigência sobre os dois tipos de alomorfa como a Conjectura de Interação entre Morfemas, em (9):

(9) Conjectura de Interação entre Morfemas

Interações em PF em que dois morfemas são identificados como morfemas ocorrem somente sob adjacência linear (concatenação).<sup>74</sup>

Efeitos da conjectura acima para regras do tipo M/M são oferecidas por Embick & Shwayder (2017) na flexão verbal também do islandês. Considere-se, primeiramente, as formas transitivas do verbo *brjóta* ('quebrar'), considerado um verbo forte, porque sua raiz  $\sqrt{\text{BROT}}$  apresenta mudanças na qualidade vocálica (Ablaut) que verbos ditos fracos não apresentam.

---

<sup>74</sup> Do inglês: "Morpheme Interaction Conjecture: PF Interactions in which two morphemes are referred to as morphemes occur only under linear adjacency (concatenation)". Embora a formulação dessa conjectura pareça tautológica, os autores querem dizer que quando o alvo e o gatilho de uma regra de alternância são expressos em termos de sua identidade morfológica (e não (puramente) fonológica), esses dois itens morfológicos devem estar linearmente adjacentes.

Tabela 4.3 – Formas transitivas do verbo *brjóta* do islandês.

	Indicativo		Subjuntivo	
	Presente	Pretérito	Presente	Pretérito
<b>1sg</b>	brýt-Ø	braut-Ø	brjót-i	bryt-i
<b>2sg</b>	brýt-ur	braut-st	brjót-ir	bryt-ir
<b>3sg</b>	brýt-ur	braut-Ø	brjót-i	bryt-i
<b>1pl</b>	brjót-um	brut-um	brjót-um	bryt-um
<b>2pl</b>	brjót-ið	brut-uð	brjót-ið	bryt-uð
<b>3pl</b>	brjót-a	brut-u	brjót-i	bryt-u

Há várias alternâncias vocálicas ocorrendo nas formas flexionadas da raiz  $\sqrt{\text{BROT}}$ , que estão sendo desencadeadas pelos diferentes traços do morfema cumulativo T/Agr. Não vamos examinar a fundo as diferentes alternâncias (para uma análise detalhada, cf. Ingason, 2016). O relevante a ser notado é que quando o sufixo intransitivizador *-n* intervém entre a raiz (alvo) e os morfemas T/Agr (gatilho), as alternâncias são bloqueadas, conforme mostram as formas na Tabela 4.4 a seguir.

Tabela 4.4 – Formas intransitivas do verbo *brjóta* do islandês.

	Indicativo		Subjuntivo	
	Presente	Pretérito	Presente	Pretérito
<b>1sg</b>	brot-n-a	brot-n-að-i	brot-n-i	brot-n-að-i
<b>2sg</b>	brot-n-ar	brot-n-að-ir	brot-n-ir	brot-n-að-ir
<b>3sg</b>	brot-n-ar	brot-n-að-i	brot-n-i	brot-n-að-i
<b>1pl</b>	brot-n-um	brot-n-uð-um	brot-n-um	brot-n-uð-um
<b>2pl</b>	brot-n-ið	brot-n-uð-uð	brot-n-ið	brot-n-uð-uð
<b>3pl</b>	brot-n-a	brot-n-uð-u	brot-n-i	brot-n-uð-u

Feitas as considerações relevantes, repetimos na Tabela 4.5 abaixo a tipologia de alomorfias proposta por Embick (2010a, 2010b, 2012).



**Tabela 4.5 – Tipologia de alomorfia.**

	<b>Tipos de alternância</b>	<b>Condição de interação entre alvo e gatilho</b>
<b>Expoência primária</b>	Alomorfia contextual (supleção)	localidade linear
<b>Expoência secundária</b>	Alternâncias morfema-morfema (M/M)	localidade linear
	Alternâncias morfofonológicas (M/P)	localidade fonológica
	Alternâncias fonológicas	localidade fonológica

Nas próximas seções, vamos examinar a hipótese de que a maioria das alternâncias de radical encontrada nos verbos irregulares do PB resulta da aplicação de regras do tipo M/M e que, por esse motivo, deve obedecer à condição de localidade linear entre o alvo, que é a raiz, e o gatilho, que defendemos ser (traços de) T(/Agr).

### **4.3 Alternâncias de radical nos verbos irregulares**

Na presente seção, buscamos oferecer uma análise para as formas irregulares dos verbos listados na seção 4.1 (com o conjunto de suas formas flexionadas apresentado no Apêndice III) em vista da teoria de alomorfia apresentada na seção anterior. A análise oferecida sugere que as alternâncias de radical são, em sua maioria, alternâncias do tipo M/M e, portanto, estão sujeitas à Conjectura de Interação entre Morfemas. Essas alternâncias têm como alvo as raízes (identificadas como tais) e como gatilho o morfema T(/Agr). Tendo em vista que as vogais temáticas são morfemas que intervêm linearmente entre a raiz e T(/Agr), segue-se que sempre que a vogal temática está superficialmente ausente, a alternância é possível, e sempre que está presente, a alternância é bloqueada.

Esta seção é subdividida de acordo com três grupos de formas verbais inspirados nos grupos propostos por Pontes (1965) para classificar as irregularidades dos verbos do PB: o Grupo do Presente, composto pelas formas de presente do indicativo e presente do subjuntivo, é tema da subseção 4.3.1; o Grupo do Imperfeito, composto pelas formas do pretérito imperfeito e pelas formas nominais, é tema da subseção 4.3.2; por fim, o Grupo do Perfeito, composto

pelas formas de pretérito do subjuntivo, pretérito perfeito e futuro do subjuntivo, é abordado na subseção 4.3.3.<sup>75</sup>

#### 4.3.1 O Grupo do Presente: proposta geral

As formas de presente do indicativo (doravante PI) e presente do subjuntivo (doravante PS) dos verbos irregulares do PB têm sido alvo de debate na literatura pelo fato de muitos deles exibirem uma alternância de raiz em conjuntos de formas verbais que não formam uma classe natural no que se refere aos traços morfossintáticos envolvidos na derivação. Mais particularmente, a distribuição do alomorfe da maioria dos verbos irregulares acomete as formas de 1ª pessoa do singular do presente do indicativo (1sgPI) e todas as formas do subjuntivo, conforme ilustrado na Tabela 4.6 com os verbos *ouvir* e *trazer*. A esse conjunto de formas verbais, Maiden (2005, 2009) se refere mnemonicamente como padrão-L.

**Tabela 4.6 – Padrão-L nos verbos *ouvir* e *trazer*.**

	<b>Ouvir</b>		<b>Trazer</b>	
	<b>PI</b>	<b>PS</b>	<b>PI</b>	<b>PS</b>
<b>1sg</b>	ouç-o	ouç-a	trag-o	trag-a
<b>3sg</b>	ouv-e	ouç-a	traz	trag-a
<b>1pl</b>	ouv-imos	ouç-amos	traz-emos	trag-amos
<b>3pl</b>	ouv-em	ouç-am	traz-em	trag-am

Em alguns verbos, pode-se recuperar a motivação histórico-fonológica para o surgimento dessa alomorfia. A alternância entre *trag-* e *traz-*, do verbo *trazer*, por exemplo, resulta de um processo de palatalização de consoantes velares que precedem imediatamente vogais anteriores, o que, segundo Maiden (2005, p. 146), era um processo fonológico ativo no século V em muitas línguas românicas. Assim, o contexto morfossintaticamente heterogêneo é fonologicamente homogêneo. No entanto, mesmo depois de os processos fonológicos

<sup>75</sup> A diferença entre a composição dos três grupos propostos por Pontes (1965) e a composição dos grupos sugeridos neste trabalho é que, para Pontes (1965), o Grupo do Presente é composto apenas das formas de 1ª pessoa do singular do presente do indicativo e de todas as pessoas do presente do subjuntivo, ficando as outras formas do presente do indicativo (3ª do singular e 1ª e 3ª do plural) no Grupo do Imperfeito. O reagrupamento sugerido no presente trabalho tem apenas valor expositivo, e não teórico.

desencadeantes das alternâncias se tornarem inativos na língua, a alternância em L se manteve e foi, inclusive, expandida para novos itens. No verbo *ouvir*, por outro lado, a motivação histórico-fonológica para a emergência dessa alternância se perde.

A perda da motivação fonológica ao lado da ausência de motivação morfológica para justificar a emergência e manutenção de algumas alternâncias que afetam todas as formas do padrão-L leva Maiden (2005, 2009) a defender a autonomia da morfologia, no sentido de Aronoff (1994). Aronoff descreve a autonomia da morfologia por meio de um nível de representação denominado “nível morfômico” (do inglês *morphomic level*), que medeia a separação entre significado e forma e que não precisa responder nem à sintaxe (significado) e nem à fonologia (forma), sendo inteiramente independente desses níveis. Um morfoma é uma categoria puramente morfológica que agrupa arbitrariamente determinadas células paradigmáticas, que serão alvo das bases alternantes. Para Maiden, assim, o padrão-L é um morfoma: o morfoma-L.

Contudo, experimentos conduzidos por Nevins, Rodrigues & Tang (2015) mostram que o morfoma-L não é atuante na gramática dos falantes na hora de optar por um ou outro alomorfe de raiz em itens novos. Ao contrário, a tendência dos sujeitos é a de agrupar os itens alternantes em classes morfosintáticas naturais. Na ausência de tal possibilidade, ainda assim os falantes não demonstram tendência para lançar mão de uma distribuição paradigmática supostamente disponível e construída autonomamente em um nível morfológico. Esses resultados corroboram resultados semelhantes em pesquisas fonológicas, que mostram que os falantes memorizam os padrões não naturais apenas para os itens existentes, sem generalizá-los para itens novos. E, ainda que compreendamos o surgimento do padrão-L, duas questões permanecem com relação à manutenção desse padrão na língua (adaptadas de Nevins, 2014):

Q1: Por que a forma de 1sgPI mostra identidade com a 3ª pessoa do singular de PS, enquanto a 3ª pessoa do singular de PI não mostra tal identidade?

Q2: Por que a 1ª e a 3ª pessoas do singular de PS manifestam identidade uma à outra, enquanto no indicativo tal identidade não é encontrada?

Acreditamos que um leve redirecionamento dessas questões possa esclarecer o caminho investigatório a ser tomado. Da maneira como se colocam, as perguntas parecem impedir-nos de escapar do apelo para explicações diacrônicas na formulação de uma resposta satisfatória. Esse padrão é como é devido a processos históricos inacessíveis para a gramática sincrônica,

que deve tratar esse fato como uma idiosincrasia. Assim, em vez, por exemplo, de nos perguntarmos por que a 3ª pessoa do singular de PI não mostra identidade com a forma de 1sgPI, priorizamos nos perguntar por que a 3ª pessoa do singular *pode* não ser incluída no padrão-L ou por que ela *deve* não ser incluída no padrão-L. Dito de outro modo, gostaríamos de responder não à pergunta de por que a gramática apresenta uma idiosincrasia e não outra, e sim quais idiosincrasias a gramática sincrônica pode ou não pode se dar ao luxo de ter. No caso em questão, por que é possível que a alomorfia de raiz seja sensível a traços de pessoa e número do modo indicativo, mas aparentemente não do modo subjuntivo? Com a pergunta posta dessa forma, tencionamos mapear o terreno das idiosincrasias permitidas e das não permitidas, dentre as logicamente possíveis, ao invés de tentar entender por que as idiosincrasias são como são partindo do pressuposto de que todas são permitidas, o que acreditamos ser pouco elucidativo para o caso em questão. Assim, neste capítulo, buscamos responder às seguintes questões que, até onde pudemos verificar, jamais foram formuladas de forma semelhante em trabalhos anteriores:

Q1: A forma de 1sgPI mostra identidade com a 3ª pessoa do singular de PS porque *pode* ou porque *deve* mostrar tal identidade? O que *permite* ou o que *impõe* essa identidade? Por que a mesma identidade *pode ou deve* não acometer as formas de 1ª e 3ª pessoas de PI?

Q2: A 1ª e a 3ª pessoas do singular de PS *sempre manifestam* identidade uma à outra porque *devem* manifestar tal identidade ou porque *podem* não ser idênticas, sendo a ausência de exemplos de tal não identidade fruto de uma lacuna acidental?

Em particular, conforme já antecipado em seções anteriores, defendemos que as alternâncias devem obedecer a condições de localidade entre o alvo e o gatilho. No caso das alternâncias investigadas na presente seção, cujos alvo e gatilho devem ser, conforme defendemos, identificados morfologicamente, a localidade é definida por adjacência linear entre alvo e gatilho, uma vez que a regra responsável pela alternância é do tipo M/M. Nesse sentido, espera-se que um morfema X possa desencadear alomorfia em um morfema Y se e somente se X e Y estiverem linearmente adjacentes. De maneira concreta, a hipótese aventada é a de que a alternância de raiz é desencadeada pelo nó T, em muitos casos independentemente de quais traços estão envolvidos nesse nó. Dada a condição de localidade, isso só pode ocorrer quando

a raiz e T estão mutuamente visíveis, ou seja, quando nenhum material mórfico intervém entre esses morfemas.

Relembremos a análise independentemente motivada para a estrutura dos verbos regulares oferecida no capítulo anterior e, em particular, para as formas regulares de PI e PS. Lá, defendemos que a vogal temática das mesmas formas envolvidas no padrão-L não estão presentes na superfície, e que a vogal que segue a raiz nessas formas verbais são expoentes do núcleo T, no caso das formas de PS, e de T/Agr, no caso da forma de 1sgPI. De agora em diante, referimo-nos às formas que superficialmente não apresentam uma vogal temática de formas *atemáticas*. A Tabela 4.7 abaixo repete a segmentação proposta para PI e PS para o verbo de CII *beber*. Note-se que, no caso das formas de presente do indicativo, a ausência da vogal temática torna a raiz adjacente não só ao nó T, mas também ao nó Agr, uma vez que nesse tempo verbal esses nós sofrem fusão; no presente do subjuntivo, ao contrário, a ausência da vogal temática torna a raiz adjacente *apenas* ao nó T.

Tabela 4.7 – Segmentação de PI e PS.

	Presente do Indicativo				Presente do Subjuntivo				
	√	v	th	T/Agr	√	v	th	T	Agr
<b>1sg</b>	beb-	∅	∅	-o	beb-	∅	∅	-a	∅
<b>3sg</b>	beb-	∅	-e-	∅	beb-	∅	∅	-a	∅
<b>1pl</b>	beb-	∅	-e-	-mos	beb-	∅	∅	-a-	mos
<b>3pl</b>	beb-	∅	-e-	-m	beb-	∅	∅	-a-	m

Uma vez que as formas atemáticas são precisamente as formas que compõem o padrão-L, estabelecendo uma relação local – sendo localidade definida, neste caso, como adjacência linear – entre a raiz e o núcleo T(/Agr), a proposta geral é que as regras de alternância de radical que acometem essas formas recebem a descrição geral em (10).

(10) Regra geral para a alternância de raiz nos verbos do PB

$$/X/ \rightarrow /Y/ \ / \ [ \_ ]_{\sqrt{\wedge} T}$$

A regra diz que um segmento fonológico /X/, que faz parte da raiz, é transformado em /Y/ quando a raiz e o nó T – independentemente dos traços envolvidos – estão linearmente adjacentes (o que é representado por “ $\wedge$ ”). De um lado, a “subespecificação radical” do

contexto de aplicação da regra permite que ela se aplique a quaisquer formas verbais flexionadas. De outro lado, as condições de localidade impedem a regra de afetar a grande maioria desses alvos em potencial, uma vez que a maioria das formas verbais é temática. A confluência desses dois fatores (subespecificação e localidade) dá conta da alomorfia que atinge todas e apenas as formas verbais do padrão-L. Um exemplo concreto de aplicação dessa regra é dado em (11), para o verbo *perder*.

(11) Regra específica para o verbo *perder*

$$/d/ \rightarrow /k/ \quad / \quad [ \_ ]_{\sqrt{\text{PERD}} \wedge T}$$

O fato de os verbos que apresentam um alomorfe na 1sgPI apresentarem o mesmo alomorfe para as formas de subjuntivo decorre do fato de que as regras morfofonológicas responsáveis por gerar os alomorfes de raiz fazem referência ao nó T, sem especificar os traços nele contidos. Em outras palavras, o que desencadeia a alomorfia é o próprio nó T, independentemente de seu conteúdo. Nesse sentido, as regras são subespecificadas e, por esse motivo, se aplicam em contextos morfosintáticos bastante distintos. Assim, embora os traços contidos em T e em Agr sejam desencadeadores *em potencial* da alomorfia de 1sgPI e os traços contidos em T (mas, crucialmente, não em Agr) sejam desencadeadores *em potencial* da alomorfia de PS, a regra não menciona nenhum desses traços e, assim, todas as formas podem compartilhar um mesmo alomorfe.

Para além do verbo *perder*, o mesmo tratamento pode ser dado para os verbos *ouvir* (alternância entre *ouv-* e *ouç-*), *medir* (alternância entre *med-* e *meç-*), *pedir* (alternância entre *ped-* e *peç-*) e *valer* (alternância entre *val-* e *valh-*), que são verbos que apresentam irregularidade *apenas* nas formas do padrão-L (entretanto, cf. seção 4.3.2.2). Além desses verbos, esse tratamento também pode ser dado aos verbos *caber* (alternância entre *cab-* e *caib-*), *poder* (alternância entre *pod-* e *poss-*) e *ver* (alternância entre *ve-* e *vej-*), que são verbos que também apresentam irregularidades em outros tempos verbais. No entanto, algo ainda é preciso ser dito com relação a (i) alguns verbos irregulares que tratam de modo diferente as diferentes formas do padrão-L, (ii) verbos irregulares que mantêm o padrão-L muito embora apresentem outras formas atemáticas e (iii) verbos cuja alomorfia do padrão-L se alastra a outras formas atemáticas. As subseções abaixo se debruçam sobre esses três conjuntos de verbos. Mais particularmente, o primeiro conjunto é tema da subseção 4.3.1.1, o segundo conjunto é discutido na subseção 4.3.1.2 e o terceiro, na subseção 4.3.1.3.

#### 4.3.1.1 Quando o padrão-L se divide em classes naturais

Na seção acima, vimos que as regras M/M para verbos como *perder* são radicalmente subespecificadas (referindo-se apenas ao nó T), muito embora haja traços morfossintáticos disponíveis (i.e. visíveis) para alomorfia. A previsão, assim, é a de que a língua permita e, quiçá, apresente alomorfias que façam referência a esses traços. De fato, há alguns verbos irregulares que não tratam todas as formas do padrão-L igualmente. Em particular, os verbos *saber*, *estar*, *ser* e *querer* apresentam alomorfes distintos para, de um lado, a forma de 1sgPI e, de outro, as formas de PS. Podemos dividir esses verbos em dois grupos: o grupo formado pelos verbos *estar*, *ser* e *querer*, que apresentam um “padrão-I’’: um alomorfe específico para PS (*estej-*, *sej-* e *queir-*), sendo a 1sgPI regular (*est-*, *s-* e *quer-*), e o grupo unitário formado pelo verbo *saber*<sup>76</sup>, que apresenta um “padrão-I\_’’: um alomorfe específico para PS (*saib-*) e outro para a 1sgPI (*sei*). Abaixo ilustramos as formas de PI e PS dos dois grupos de verbos, tendo como representantes os verbos *querer* e, obviamente, *saber*.

Tabela 4.8 – Formas de PI e PS dos verbos *querer* e *saber*.

	Querer		Saber	
	PI	PS	PI	PS
<b>1sg</b>	quero	queira	<i>sei</i>	saiba
<b>3sg</b>	quer	queira	sabe	saiba
<b>1pl</b>	queremos	queiramos	sabemos	saibamos
<b>3pl</b>	querem	queiram	sabem	saibam

A presente análise permite explicar esses dados por meio da especificação dos traços relevantes carregados pelo nó T. No caso dos verbos do primeiro grupo, temos apenas uma regra morfofonológica, em (12), que, em vez de fazer referência apenas ao nó T, faz menção ao traço de subjuntivo, fazendo com que a regra não se aplique à 1sgPI.

(12) Condição para alomorfia de *querer*

$$/e/ \rightarrow /ej/ \ / [ \_\_\_ ] \vee \neg T[+Subj]$$

<sup>76</sup> Há também o verbo *haver*, que se comporta de forma semelhante ao verbo *saber*, mas que, devido à baixa frequência de uso de sua 1sgPI, optamos por deixar de lado.

No caso do verbo *saber*, são necessárias regras para gerar os dois alomorfes *sei-* e *saib-*. Diferentes formas de chegar a esse resultado são possíveis. Neste trabalho, optamos por tratar essas alomorfas como Camara Jr. (1966/1972, p. 111), que sugere que a inserção do glide /j/ acomete todas as formas do padrão-L e que a redução do radical *saib-* e a alternância entre /a~/e/ afetam apenas a forma 1sgPI. Dessa forma, uma regra que faz referência apenas ao nó T insere o glide, e outras duas (responsáveis por “apagar” o segmento /b/ e por realizar a alternância entre /a~/e/) fazem referência ao nó T com o traço de indicativo.<sup>77,78</sup>

(13) Condições para alomorfia de *saber*

- a. /a/ → /aj/ / [ \_\_ ]<sub>NSAB</sub> ^ T
- b. /b/ → Ø / [ \_\_ ]<sub>NSAB</sub> ^ T[-Subj]
- c. /a/ → /e/ / [ \_\_ ]<sub>NSAB</sub> ^ T[-Subj]

O que é crucial a respeito dos verbos apresentados na presente seção é que, a partir do momento em que a subespecificação radical do contexto de aplicação das regras se torna menor, as classes naturais voltam a emergir: quando há dois alomorfes diferentes para as formas pertencentes ao padrão-L, essas formas subdividem-se em indicativo de um lado e subjuntivo de outro, e não em dois grupos idiossincráticos. Em outras palavras, o alomorfe *sei*, do verbo *saber*, não pinça de dentro do padrão-L uma célula paradigmática qualquer, distribuindo o alomorfe do padrão-L nas células restantes. Uma teoria que admite um nível morfológico completamente dissociado da sintaxe (e da fonologia) não traz nenhum insight para a distribuição dos alomorfes do verbo *saber* em relação à distribuição do padrão-L. Nossa análise, por outro lado, que admite que a morfologia é dependente da sintaxe e que os padrões de alomorfia são restritos a uma configuração local, captura esses dados de forma natural. Mais do que isso, a análise prevê que, devido à não localidade entre a raiz e os traços de Agr no subjuntivo, seria *impossível* que as regras morfofonológicas fizessem referência a traços de

<sup>77</sup> Não é exatamente clara a maneira como as regras pós-Inserção de Vocabulário interagem entre si e, até onde pudemos verificar, nenhuma proposta dentro do modelo oferecido por Embick (2010b, 2012, 2013, 2016) existe. O que parece claro é que elas *não* estão sujeitas ao Princípio do Subconjunto. Caso estivessem, as regras em (13b-c), que são mais específicas, deveriam se aplicar antes da regra em (13a) e, se assim fosse, (13b-c) bloquearia a aplicação de (13a) na forma de 1sgPI, o que não ocorre.

<sup>78</sup> Uma outra possibilidade para gerar a forma *sei* seria tratá-la como um morfema supletivo e que, por isso, seria gerado via Inserção de Vocabulário, e não reajuste. As motivações para uma análise nesses termos seriam (i) a quase nula semelhança fonológica entre a forma subjacente *sab-* e a forma derivada *sei* e (ii) a ausência do sufixo *-o* default de 1sgPI, o que poderia sugerir uma fusão entre a raiz e todos os nós funcionais antes da Inserção de Vocabulário (cf. Siddiqi, 2009; Takahira, 2013). Como parecem não interferir nas predições feitas pela presente análise, não exploraremos as diferenças entre as duas alternativas aqui.



número e pessoa do subjuntivo e que, portanto, seria *impossível* ter um alomorfe de raiz para apenas um subconjunto das pessoas do subjuntivo, excluindo-se as outras, uma previsão de fato corroborado pelos dados da língua.

#### 4.3.1.2 A permanência do padrão-L

Se, por um lado, finalizamos a seção anterior mencionando a impossibilidade de as formas do subjuntivo terem diferentes alomorfes de raiz para as diferentes pessoas do discurso, iniciamos esta seção notando que as formas do indicativo, por outro lado, permitem que se faça menção aos traços de número e pessoa (quando da ausência da vogal temática) em regras que modificam a forma fonológica da raiz. O motivo dessa possibilidade no indicativo é o fato de T e Agr sofrerem fusão, o que foi postulado no capítulo anterior por motivos independentes. Essa possibilidade é o que nos permite explicar uma pequena classe de verbos que, à primeira vista, parecem enfraquecer a presente análise. Ao contrário, entretanto, acreditamos que o comportamento dessa classe de verbos é evidência adicional para as suposições que a presente análise, formulada dentro do quadro teórico da MD, admite.

Os verbos a que nos referimos na presente seção são *dizer* e *trazer*.<sup>79</sup> Esses verbos apresentam um alomorfe específico para as formas do padrão-L, mas apresentam também uma forma atemática adicional, que é a forma de 2ª e 3ª pessoas do singular de PI: *diz-Ø* e *traz-Ø*. Confira a tabela abaixo.

**Tabela 4.9: Formas de PI e PS dos verbos *dizer* e *fazer*.**

	<b>Dizer</b>		<b>Trazer</b>	
	<b>PI</b>	<b>PS</b>	<b>PI</b>	<b>PS</b>
<b>1sg</b>	digo	diga	trago	traga
<b>3sg</b>	diz	diga	traz	traga
<b>1pl</b>	dizemos	digamos	trazemos	tragamos
<b>3pl</b>	dizem	digam	trazem	tragam

<sup>79</sup> Deixamos de lado o verbo *fazer*, pois esse verbo tem um comportamento ambíguo entre pertencer ao grupo dos verbos *trazer* e *dizer* e pertencer ao grupo dos verbos *ter*, *pôr* e *vir*, que são discutidos na próxima seção. A alternância que esse verbo apresenta é entre *fa[s]-*, que aparece nas formas do padrão-L, e *fa[z]-*, encontrado nas demais formas. A forma atemática de 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, *faz*, por não apresentar nenhum segmento vocálico seguindo a raiz, é ambígua entre compartilhar o alomorfe do padrão-L *fa[s]* ou se conformar ao arquimorfema *fa[z]*, uma vez que os sons [s] e [z] sofrem neutralização em posição de coda.

Os verbos da Tabela 4.9 parecem apontar em favor de uma análise que admite o padrão-L como um morfoma, que não precisa responder nem à sintaxe e nem à fonologia. Afinal, as regras de reajuste até então apresentadas para a alomorfia das formas pertencentes ao padrão-L foram motivadas pela adjacência da raiz a T ou, em outras palavras, pela ausência da vogal temática. Entretanto, os verbos acima têm uma forma atemática adicional que não se conforma ao alomorfe desencadeado pela atematicidade. Não seria essa uma evidência de que o padrão-L tem um estatuto na gramática da língua?

Nós acreditamos que não e, para isso, relembremos o foco das perguntas feitas na introdução: em vez de nos perguntarmos por que a 3ª pessoa do singular não é incluída no padrão-L, preferimos nos perguntar por que a 3ª pessoa do singular *pode* não ser incluída no padrão-L. Nos verbos analisados até agora, a resposta recai sobre a ausência *versus* presença da vogal temática: uma regra de reajuste que faz referência ao nó T(/Agr) ou a quaisquer traços de T(/Agr) simplesmente não poderia se aplicar à 3ª pessoa do singular de PI, já que essa forma é temática e, dadas as restrições de localidade, a raiz não seria capaz de enxergar por sobre a vogal temática. No caso dos verbos *dizer* e *trazer*, como a forma de 3ª pessoa do singular de PI é atemática, a raiz *pode* enxergar os traços de T e, crucialmente, também os traços de Agr, uma vez que T e Agr sofrem fusão no indicativo.

Assim, propomos que no caso desses verbos excepcionais, a regra de reajuste apresenta uma cláusula de exceção, que bloqueia sua aplicação à forma de 3ª pessoa do singular, o que é representado pelo asterisco na regra em (14).<sup>80</sup>

(14) Regra de reajuste de *dizer*

$$/z/ \rightarrow /g/ \ / [ \_ ]_{\sqrt{\text{DIZ}}} \frown T (*[-A(\text{utor})])$$

O motivo pelo qual isso acontece só tem respaldo em fatores históricos, já que a emergência da alomorfia no padrão-L tem uma motivação fonológica diacrônica, como já mencionado no início da seção. Na gramática sincrônica, o fato de a regra explicitamente excluir a forma de 3ª pessoa do singular, ou seja, a distribuição do alomorfe, é uma idiosincrasia – assim como a própria alternância em si. A questão é que a gramática *permite* tal idiosincrasia

---

<sup>80</sup> Contando com a semelhança fonológica dessas raízes, uma possibilidade alternativa seria assumir que a vogal temática é inserida na 3ª pessoa do singular e apagada somente após a regra de reajuste da raiz, por uma regra morfofonológica. Outra possibilidade seria assumir que a regra falha em se aplicar a essas formas pelo fato de que a consoante /g/ não é licenciada em coda silábica. Uma terceira alternativa, ainda, seria sugerir que a regra em (14) se aplica disjuntivamente aos contextos [+Subj] e [-Subj, +A].

porque a raiz *pode* enxergar os traços de T e de Agr em PI. Isso responde diretamente à questão de por que no subjuntivo os alomorfes da raiz são todos iguais: T e Agr não sofrem fusão em PS e, portanto, a raiz *não pode* ter um alomorfe sensível a traços de número e pessoa.

Uma previsão que emerge das considerações feitas na presente seção é a de que, em verbos em que todas as formas do singular do indicativo são atemáticas, é possível que o alomorfe em princípio disponível apenas ao padrão-L seja encontrado nessas outras formas excepcionalmente atemáticas. A próxima seção se debruça sobre verbos que admitimos se comportarem precisamente dessa maneira.

#### 4.3.1.3 Travamento nasal e o “alastramento” da alternância

Esta seção dedica-se à análise das formas flexionadas dos verbos irregulares *ter*, *por* e *vir*, que apresentam alomorfes com segmentos nasais, como nas formas *tenho*, *tem*, *ponho*, *põe*, *venho* e *vem*. Antes, no entanto, é necessário fazer alguns comentários a respeito do estatuto fonológico das vogais nasais e dos ditongos nasais no português brasileiro. Com base na discussão presente em Guimarães & Nevins (2013), assumimos que, excetuando-se a vogal [ã] (cf. a seguir), o PB não conta com vogais nasais no seu inventário subjacente de sons; aquilo que na superfície aparenta ser uma vogal nasal é, em realidade, resultado da combinação subjacente de uma vogal oral com um glide nasal [+alto], geralmente homorgânico. Essa proposta é respaldada por fatos fonéticos, dos quais citamos (i) a pronúncia de palavras como *som* e *rum* ser um ditongo nasal [+posterior] e de palavras como *sem* e *rim* ser um ditongo nasal [+anterior], (ii) a inexistência dos ditongos [ũĩ, ẽũ, ãũ], com valores distintos para o traço de anterioridade dos elementos que compõem o ditongo, (iii) o fato de as vogais nasais serem mais longas do que suas contrapartes orais e (iv) a impossibilidade de esses ditongos nasais serem seguidos de codas que não são licenciadas ao lado de ditongos orais.

Ainda segundo Guimarães & Nevins (2013), a vogal nasal [ã], por outro lado, é subjacentemente uma vogal nasal, o que explica, dentre outras coisas, o uso contrastivo dos ditongos [ãĩ] e [ãũ] (em *mãe* e *mão*, por exemplo), bem como o uso contrastivo desses ditongos com a vogal nasal [ã] não ditongada (em *(ir)mão* e *mãe*, por um lado, e *irmã*, por outro). Dadas as considerações recém-feitas, elencamos abaixo algumas palavras com vogais nasais seguidas de suas respectivas representações subjacentes:

(15) Representação subjacente de ditongos nasais

- a. rim            /hĩj/
- b. sem            /sẽj/
- c. som            /sõw/
- d. rum            /rũw/
- e. rã              /rã/
- f. mãe            /mãj/
- g. mão            /mãw/

Uma sequência que emerge com menor frequência na língua é o ditongo /õj/ que, segundo os autores, “existe como uma forma derivada morfológicamente”, tanto nos plurais de nomes terminados em *-ão* quanto em algumas formas flexionadas do verbo *pôr* (*põe* e *põem*). Dadas essas considerações, assumimos que as raízes *te-*, *po-* e *ve-*<sup>81</sup> apresentam um alomorfe que se caracteriza pela inclusão de um glide [-posterior] nasal à forma subjacente da raiz, gerando, respectivamente, /tẽj/, /põj/, /vẽj/. Ainda, assumimos que o glide palatal nasal em travamento silábico se torna uma consoante palatal nasal quando seguido por uma vogal, sofrendo ressilabificação e se tornando o onset da sílaba seguinte, conforme exemplificamos em (16), para contextos não verbais, e (17), para algumas formas dos verbos em questão.

(16) Glide nasal → consoante nasal (não verbos)

- a. *mãnhê*: [mãj] + [e] → [mã.ne]
- b. *benhê*: [bẽj] + [e] → [bẽ.ne]

(17) Glide nasal → consoante nasal (verbos)

- a. *ponho*: [põj] + [o] → [po.no]
- b. *tenho*: [tẽj] + [o] → [te.no]
- c. *venho*: [vẽj] + [o] → [ve.no]

---

<sup>81</sup> Seguindo Camara Jr. (1966/1972), admitimos que esses verbos monossilábicos exibem crase entre a vogal temática e a vogal da raiz. Assim, *ter* é *te-e-r* e *vir* é *ve-i-r*.

Dito isso, a tabela abaixo apresenta as formas flexionadas de PI e PS dos verbos *ter*, *por* e *vir*, com a representação fonológica subjacente da raiz das formas relevantes, que são as formas singulares de PI e todas as formas de PS.<sup>82</sup>

**Tabela 4.10 – Formas de PI e PS dos verbos *ter*, *pôr* e *vir*.**

	Ter		Pôr		Vir	
	PI	PS	PI	PS	PI	PS
<b>1sg</b>	[tẽ]o	[tẽ]a	[põ]o	[põ]a	[vẽ]o	[vẽ]a
<b>3sg</b>	[tẽ]	[tẽ]a	[põ]	[põ]a	[vẽ]	[vẽ]a
<b>1pl</b>	temos	[tẽ]amos	pomos	[põ]amos	vimos	[vẽ]amos
<b>3pl</b>	têm	[tẽ]am	põem	[põ]am	vêm	[vẽ]am

Pela representação fonológica subjacente da raiz, presumida a partir de considerações independentes sobre o estatuto das vogais nasais em PB por Guimarães & Nevins (2013), vemos que o alomorfe de raiz é o mesmo para o padrão-L, acrescido das outras formas singulares de PI. O que possibilita a “extensão” do padrão-L é, segundo a presente análise, a ausência de uma vogal temática e consequente adjacência da raiz a T. Se houvesse uma vogal temática após a raiz com travamento nasal nas formas de 2ª e 3ª pessoas do singular de PI, esperaríamos encontrar as formas *\*tenhe*, *\*ponhe* e *\*venhe*, o que não ocorre. Assim, diferentemente do comportamento das formas adicionais atemáticas vistas na seção 4.3.1.2 acima que, por “capricho”, não aderem à alomorfia das formas do padrão-L, os verbos analisados na presente seção mostram um alastramento do alomorfe do padrão-L às formas excepcionalmente atemáticas, o que é capturado por meio da regra M/M em (18) abaixo. Ambos os padrões são permitidos dadas as suposições teóricas feitas e ambos são, de fato, atestados.

<sup>82</sup> Deixamos de lado na presente análise as formas do plural de PI que, por serem caracterizadas por sufixos que se iniciam em consoantes nasais (-mos e -m), são em certa medida ambíguas entre terem um alomorfe nasal ou não nasal na raiz. A forma *têm*, por exemplo, pode receber pelo menos três descrições estruturais: (i) *têm* é a sequência transparente  $\sqrt{-th-T/Agr}$  com a segmentação *te-e-m*, (ii) *têm* é uma forma atemática que sofreu empobrecimento do traço de plural e que, por esse motivo, é fonologicamente indistinta da sua contraparte singular *tem* e (iii) *têm* é uma forma atemática e a justaposição do alomorfe nasal da raiz e do morfema nasal de 3ª pessoa do plural desencadeia uma degeminação dos segmentos nasais adjacentes: [tẽ]+[N] → [tẽ̃]. Qualquer dessas possibilidades é compatível com a presente análise e, por isso, não pretendemos optar por uma em particular e, tampouco, resolver a ambiguidade, o que exigiria um exame da fonologia da língua que foge ao escopo do presente trabalho.

(18) Condição para alomorfia de *ter*

$$/e/ \rightarrow /ẽj/ \ / \ [ \_\_\_\_ ]_{N/TE} \sim T$$

Para finalizar a seção, gostaríamos de ressaltar que, na análise das formas do Grupo do Presente examinadas nesta e nas subseções anteriores, vimos comportamentos bastante distintos nas diferentes pessoas do PI, mas não nas diferentes pessoas de PS. A natureza das irregularidades pode ser bastante idiossincrática na gramática sincrônica, mas há irregularidades permitidas e irregularidades não permitidas. A proposta do presente capítulo buscou traçar os limites das possibilidades e impossibilidades de alternâncias de radical do tipo M/M e, com isso, mostrou ter poder preditivo.

#### 4.3.1.4 Uma nota sobre verbos supletivos

Dos verbos elencados na seção 4.1, os únicos cujas formas de PI e PS ainda não foram mencionadas são os verbos *dar*, *ser* e *ir*. O verbo *dar* não foi mencionado pelo simples fato de não apresentar irregularidades nesses tempos verbais. A única característica aparentemente irregular a ser mencionada em relação a esse verbo é seu padrão acentual. Dado que a raiz desse verbo é apenas *d-*,<sup>83</sup> as formas que são comumente rizotônicas acabam recebendo acento nos morfemas flexionais que seguem imediatamente a raiz, pelo simples fato de não haver outra vogal passível de receber acento. Contraste-se, por exemplo, a forma *am-o* com a forma *d-ou*: o morfema de 1sgPI */-o/*, em geral átono, recebe acento no verbo *dar*, visto que não há uma vogal na raiz para receber o acento (assim como nos verbos *ser-sou* e *estar-estou*<sup>84</sup>). O mesmo ocorre com as formas *d-á* (cf. *am-a*), *dê* (cf. *am-e*) e assim por diante.

Quanto aos verbos *ser* e *ir*, até então não foram mencionados porque apresentam alternâncias supletivas na raiz, ou seja, um conjunto de formas não relacionadas fonologicamente e que, por isso, são armazenadas como itens de Vocabulário independentes (o

---

<sup>83</sup> Neste caso, não hipotetizamos que há crase entre uma suposta vogal da raiz e a vogal temática – tendo, portanto, a estrutura *da-a-r* – pois se assim fosse, esperaríamos que a vogal da raiz emergisse na forma de 1sgPI com posterior ditongação ou outra regra mais específica, o que não ocorre: *\*daio* (cf. *trair-traio*, *passear-passeio*, *ter-tenho*, *ver-vejo*).

<sup>84</sup> No caso do verbo *estar*, que à primeira vista não é monossilábico, uma interessante evolução diacrônica ocorreu. A forma fonológica desse verbo era o monossílabo *star* e, por isso, suas formas flexionadas tinham o padrão acentual de verbos monossilábicos. Por motivos fonológicos – em particular, devido à impossibilidade do onset [st] – o verbo *star* recebeu uma epêntese inicial, resultando no dissílabo *estar*. Como as formas flexionadas desse verbo mantiveram o padrão acentual de verbos monossilábicos, o verbo *estar* reduziu-se novamente, desta vez a *tar*.

que foi chamado de *expoência primária e alomorfa contextual*). Em particular, conforme mostra a Tabela 4.11, nas formas de PI e PS encontramos a forma *é* como expoente do verbo *ser* para a 3ª pessoa do singular de PI e a forma *v(a)*- como alomorfe tanto de PI quanto de PS do verbo *ir*.<sup>85</sup> Como a análise desenvolvida até então tratou de alternâncias do tipo M/M, esses verbos foram postos de lado.

**Tabela 4.11 – Formas de PI e PS dos verbos *ser* e *ir*.**

	<b>Ser</b>		<b>Ir</b>	
	<b>PI</b>	<b>PS</b>	<b>PI</b>	<b>PS</b>
<b>1sg</b>	sou	seja	vou	vá
<b>3sg</b>	é	seja	vai	vá
<b>1pl</b>	somos	sejamos	vamos	vamos
<b>3pl</b>	são	sejam	vão	vão

Conforme mencionado na seção 4.2, Embick (2010a) afirma que a alomorfa contextual está sujeita à adjacência linear, tanto quanto as regras de tipo M/M, de acordo com o que Embick & Shwayder (2017) chamam de Conjectura de Interação entre Morfemas, apresentado em (9) e repetido em (19) abaixo.

(19) Conjectura de Interação entre Morfemas

Interações em PF em que dois morfemas são identificados como morfemas ocorrem somente sob adjacência linear (concatenação).

Desde Bobaljik (2000), um grande número de trabalhos em MD assume que a inserção de Vocabulário ocorre de dentro para fora, ou seja, do item mais encaixado estruturalmente em direção aos itens mais externos – inclusive Embick (2010a). Como a raiz *é* o item mais encaixado, é o primeiro a sofrer inserção de Vocabulário e, assim, ainda não há nenhum morfema linearmente adjacente que já tenha seu item de Vocabulário realizado. De acordo com a hipótese de localidade linear, para que a inserção da raiz possa ser desencadeada por traços de T, tanto o verbalizador quanto a vogal temática deveriam estar ausentes, algo que nessa etapa

<sup>85</sup> Há também a raiz *sej-* que aparece nas formas de PS do verbo *ser*. Essa, no entanto, pode ser resultado da inserção do segmento /3/, que também ocorre nos verbos *ver* (*vej-a*) e *estar* (*estej-a*).

da derivação ainda não se sabe, pois esses nós ainda não foram submetidos à inserção de Vocabulário.

Quanto à realização do verbalizador, Embick (2010a, 2015) sugere que verbos como *ir* e *ser*, que são verbos leves, não são raízes, e sim a realização do próprio núcleo verbalizador (ou de diferentes *matizes* do verbalizador). Por exemplo, o verbo *go* ('ir') do inglês é, conforme o autor, a realização do verbalizador de tipo  $v_{go}$ .<sup>86</sup> Os itens de Vocabulário que estão em competição para preencher esse nó são (Embick, 2010a, p. 61):

(20) Itens de Vocabulário para  $v_{go}$

a. /went/  $\leftrightarrow v_{go}$  / \_\_\_\_ T[+Pret]

b. /go/  $\leftrightarrow v_{go}$  / *demais ambientes*

O mesmo poderia ser proposto para os verbos supletivos do português, que também são verbos leves. De todo modo, ainda há o problema das vogais temáticas: como garantir que a vogal temática será  $\emptyset$  de modo a poder inserir um verbalizador sensível aos traços de T sem indesejavelmente recorrer a um *look ahead*?

Alguns autores, como Bobaljik (2012) e Moskal & Smith (2016), ao investigar raízes supletivas em diferentes línguas, mostram que a condição de adjacência linear é demasiadamente rígida para explicar os padrões encontrados. Os autores, assim, propõem que a condição de localidade que rege a inserção de Vocabulário envolve a noção de localidade estrutural. A hipótese de Bobaljik (2012), por exemplo, é a de que uma raiz supletiva pode ser sensível a traços de um núcleo X desde que uma projeção máxima não interfira (estruturalmente) entre a raiz e X. Assim, a raiz pode ser sensível a (traços de) X em (20a), mas não em (20b):

(20) Condição de localidade para supleção (Bobaljik, 2012)

a.  $\sqrt{\dots} ]_{Y^0} \dots X$

b.  $*\sqrt{\dots} ]_{YP} \dots X$

<sup>86</sup> Muitos teóricos propõem que o núcleo  $v$  pode vir em diferentes matizes, que capturam determinadas propriedades aspectuais e sintáticas de predicados verbais. Harley (2009), por exemplo, propõe quatro matizes de  $v$  e seus respectivos conjuntos de traços:

(i) $v_{cause}$ : [+dinâmico], [+mudança de estado], [+causativo]	causativo
(ii) $v_{become}$ : [+dinâmico], [+mudança de estado], [-causativo]	mudança de estado
(iii) $v_{do}$ : [+dinâmico], [-mudança de estado], [-causativo]	atividade
(iv) $v_{be}$ : [-dinâmico], [-mudança de estado], [-causativo]	estativo



Uma vez que a vogal temática não projeta e que não intervém estruturalmente entre *v* e T, de acordo com a hipótese de Bobaljik (2012) é possível que a realização de *v* seja sensível a traços de T, independentemente de a vogal temática ser ou não realizada. Não pretendemos discutir a fundo as diferentes propostas para as condições de supleção presentes na literatura e suas previsões para o PB, uma vez que são apenas dois verbos de que a língua dispõe que podem ser considerados verdadeiramente supletivos (Camara, 1966/1972, p. 113-4). Gostaríamos apenas de notar que, independentemente de como se trate esse tipo de alomorfa, a sensibilidade dessas formas aos traços de T, por um lado, e aos traços de Agr, por outro, apresenta empiricamente o mesmo tipo de comportamento que vimos para os demais verbos analisados neste capítulo: quando T e Agr sofrem fusão (no caso, PI), a raiz pode apresentar irregularidades sensíveis a traços de Agr, mas quando não sofrem fusão (no caso, PS), a raiz não se mostra sensível a traços de Agr; apenas a traços de T.

### **4.3.2 O Grupo do Imperfeito**

Nesta seção, apresentamos a extensão da proposta a outros tempos verbais. Em particular, o Grupo do Imperfeito é composto pelas formas de pretérito imperfeito e pelas formas nominais (gerúndio, infinitivo e particípio) dos verbos. Na subseção 4.3.2.1 discutiremos a alomorfa encontrada no tempo pretérito imperfeito, que aparece apenas nos verbos *ter*, *pôr* e *vir*. Na subseção 4.3.2.2 apresentaremos as alternâncias encontradas nas formas participais. As formas de gerúndio e infinitivo não serão mencionadas, uma vez que são sempre regulares.

#### **4.3.2.1 Pretérito imperfeito**

Conforme mencionado, os únicos verbos que apresentam algum tipo de irregularidade nas formas de pretérito imperfeito são os verbos *ter*, *pôr* e *vir*, que são precisamente os verbos que apresentam um alternante com travamento nasal, como visto na seção 4.3.1.3. Nas formas de pretérito imperfeito, esses verbos também exibem igualmente um alternante com travamento nasal. Observemos a Tabela 4.12 abaixo.

Tabela 4.12 – Formas de pretérito imperfeito dos verbos *ter*, *pôr* e *vir*.

	Ter	Pôr	Vir
1sg	tinh-a	punh-a	vinh-a
3sg	tinh-a	punh-a	vinh-a
1pl	tính-a-mos	púnh-a-mos	vính-a-mos
3p	tinh-a-m	punh-a-m	vinh-a-m

Os verbos *ter*, *pôr* e *vir* são verbos [+α], ou seja, verbos que pertencem a uma das conjugações CII ou CIII, cujo morfema de pretérito imperfeito é distinto do morfema de CI. A segmentação das formas de pretérito imperfeito de verbos [+α] regulares é  $\sqrt{-i_{th}-a_T-(m(os))_{Agr}}$ . Dado o que foi discutido até então, o que se espera é que: (i) a raiz possa ter um alternante desencadeado por (traços de) T se e somente se a vogal temática estiver ausente e (ii) a raiz não pode ter um alternante desencadeado por traços de Agr, uma vez que T e Agr não sofrem fusão nesse tempo verbal.

De fato, o comportamento apresentado pelas formas de pretérito imperfeito dos verbos *ter*, *pôr* e *vir* é precisamente o esperado: uma vez que a vogal temática está ausente (não é, por exemplo, *\*punh-i-a*, e sim *punh-a*), vemos a raiz recebendo um alternante, desencadeado por T. Na seção 4.3.1.3, vimos que esses verbos apresentam um alternante nasal, desencadeado por uma regra que acrescenta o segmento nasal quando a raiz e T estão adjacentes, ou seja, quando a vogal temática está ausente. Uma vez que nas formas de pretérito imperfeito a vogal temática *também* está ausente, espera-se que a mesma regra que gerou os alternantes das formas de PI e PS se aplique às formas de pretérito imperfeito. De fato, é o que acontece, como se pode ver na Tabela 4.12 acima. A regra em questão, que foi exemplificada para o verbo *ter* em (18), é repetida em (21) abaixo.

(21) Condição para alomorfia de *ter*

$$/e/ \rightarrow /ẽj/ \ / \ [ \_\_\_ ]_{\sqrt{TE}} \sim T$$

Para além da nasalidade, uma regra adicional deve se aplicar de modo a alçar a vogal do radical nesse tempo verbal, que apresenta a alternância /e/~i/ (*tenho~tinha*; *venho~vinha*) e /o/~u/ (*ponho~punha*). Esse alçamento é específico desse tempo verbal e, por isso, deve estar especificado para os traços de T. Em (22), exemplificamos com o verbo *pôr*.

(22) Alçamento da vogal

/o/ → /u/ / [ \_\_\_\_ ]<sub>√PO</sub> ^ T[+Pret, -Perf]

A segunda previsão levantada é que, uma vez que no pretérito imperfeito os nós T e Agr não sofrem fusão, a raiz e os traços de Agr não estão linearmente adjacentes e, portanto, a raiz não pode apresentar alternantes desencadeados pelos traços de Agr. De fato, é o que ocorre. Como pode ser visto na Tabela 4.12, as diferentes pessoas do discurso apresentam o mesmo alomorfe de raiz nos três verbos. Assim, as previsões levantadas na análise proposta para explicar a alomorfia do Grupo do Presente são corroboradas pelas irregularidades (não) encontradas nas formas do pretérito imperfeito.<sup>87</sup>

#### 4.3.2.2 Participios atemáticos

Como visto no capítulo anterior, o chamado participio passado, que pode ser usado em construções ativas ou passivas, é formado pela combinação da raiz, seguida de sua vogal temática verbal, seguida do morfema de participio *-d* e seguido dos itens envolvidos na flexão não verbal da língua (*-o*, *-a*, *-os*, *-as*). Abaixo relembramos as formas de participio passado para os verbos regulares *amar*, *comer* e *partir*. Note-se que a vogal temática verbal *-e* de CII é realizada como *-i*, neutralizando-se com CIII. Atribuímos essa neutralização a uma regra de empobrecimento do traço de classe formal [+β] (cf. seção 3.4.2.7).

(23) Participio passado

a. *amar*:        *am-a-d-o/a(s)*

b. *comer*:      *com-i-d-o/a(s)*

c. *partir*:     *part-i-d-o/a(s)*

Alguns verbos, no entanto, apresentam uma forma participial “reduzida”, cuja segmentação superficial se resume a (um alternante da) raiz e ao(s) morfema(s) de flexão não

---

<sup>87</sup> O verbo supletivo *ser* apresenta um alomorfe supletivo especial para o pretérito imperfeito: *er-*. Esse alomorfe é compartilhado por todas as formas do pretérito imperfeito (não sendo, assim, sensível aos traços de Agr) e aparece em contextos atemáticos: *er-a*, e não *\*er-i-a*.

verbal, conforme ilustrado em (23).<sup>88</sup> Essas formas são chamadas de *participios irregulares* (Bechara, 2015), *participios rizotônicos* (Lobato, 1999) ou, ainda, *participios atemáticos* (Chagas de Souza, 2011), termo adotado no presente trabalho.

#### (24) Participios atemáticos

- a. *aceitar: aceit-o*
- b. *entregar: entregu-e*
- c. *expulsar: expuls-o*

Embora muitos desses participios atemáticos sejam formas provenientes do latim, há atualmente um número crescente de participios atemáticos inovadores. Exemplos como *tinha chego* (em vez de *tinha chegado*) ou *tinha falo* (em vez de *tinha falado*) são ilustrativos dessa emergência. Dada a semelhança dos participios atemáticos com a forma de 1sgPI, Chagas de Souza (2007, 2011) afirma que se trata de um caso de sincretismo puramente morfológico entre 1sgPI e participio passado, sem que haja traços sintático-semânticos em comum envolvidos e tampouco motivações fonológicas para o sincretismo. O autor sugere que esse sincretismo seja formalizado por meio de uma regra de remissão no sentido de Zwicky (1985). O argumento derradeiro apresentado pelo autor para considerar que os participios atemáticos imitam a forma de 1sgPI é o fato de que são os verbos que apresentam alomorfia no padrão-L que podem também apresentar a mesma alomorfia no participio atemático. Em suas palavras:

A evidência decisiva de que realmente se trata de sincretismo direcional em que a forma do participio remete à da 1sgPI são justamente os verbos da 3ª fase do processo de surgimento de participios atemáticos. Se observarmos a forma desses participios, vemos que se ocorresse simplesmente a eliminação da vogal temática e do morfema de participio, verbos como *trazer* e *perder* fariam respectivamente os participios atemáticos *trazo* e *perdo*, mas não é isso o que ocorre. Os falantes produzem formas como *tinha trago* e *tinha perco*. O fato de esses participios reproduzirem a mesma alternância encontrada nas formas de 1sgPI decididamente nos mostra que há justamente um sincretismo direcional tendo essa forma como atrator.” (Chagas de Souza, 2011, p. 183-4)

---

<sup>88</sup> A maioria desses participios rizotônicos herdados do latim (de CII e CIII, em particular) apresentam um segmento *-s* ou *-t* que, no latim, eram alomorfes do morfema de participio: *pre-s-o*, *expre-ss-o*, *ace-s-o*, *escri-t-o*, *feĩ-t-o*, *aber-t-o*, *vis-t-o*. Alguns autores, como Scher, Lunguinho & Rodero-Takahira (2014) e Lobato (1999) mantêm a segmentação conforme o era no latim, analisando os segmentos *-t* e *-s* como alomorfes do morfema de participio *-d*. Já outros autores, como Camara Jr. (1972/1985), acreditam ser mais condizente com a realidade sincrônica analisar esse segmento como parte da raiz, que em geral já apresenta outras irregularidades: *pres-o*, *express-o*, *aces-o*, *escrit-o*, *feit-o*, *abert-o*, *vist-o*. Como a questão principal para a presente discussão é a atematicidade dessas formas, não discutiremos as diferentes propostas de segmentação; afinal, independentemente da segmentação adotada, a forma continua sendo atemática.

Entretanto, Nevins & Rodrigues (2014) notam que os participios atemáticos não são uma réplica tão fiel da 1sgPI em determinados contextos. Em particular, muitas vezes, quando a vogal da raiz é média e, conforme visto no capítulo anterior, está sujeita a determinadas regras de metafonia, a alternância vocálica não é a mesma para a 1sgPI e o participio. Alguns exemplos dessa não isomorfia entre a 1sgPI e a forma de participio atemático provêm dos verbos de CI *secar*, *soltar* e *pegar*. Na 1sgPI, a vogal da raiz desses verbos é média-baixa, enquanto que na forma de participio atemático é média-alta.

(25) Não isomorfia entre 1sgPI e participios atemáticos

- |                    |              |                              |
|--------------------|--------------|------------------------------|
| a. <i>secar</i> :  | (eu) s[ɛ]co  | (está) s[e]co                |
| b. <i>soltar</i> : | (eu) s[o]lto | (está) s[o]lto               |
| c. <i>pegar</i> :  | (eu) p[ɛ]go  | (tinha) p[e]go <sup>89</sup> |

Além dos exemplos que envolvem alternância vocálica levantados por Nevins & Rodrigues (2014), encontramos outros exemplos que não só invalidam a proposta de Chagas de Souza (2011), como têm o potencial de corroborar a análise desenvolvida no presente capítulo. Na seção 4.3.1.1, vimos que há alguns verbos que tratam as formas do padrão-L diferentemente, separando-as em classes naturais, com um alomorfe para 1sgPI e outro para PS. Dividimos esse grupo de verbos em dois subgrupos: o grupo dos verbos *querer*, *estar* e *ser*, que apresentam um alternante para as formas de PS e têm a forma de 1sgPI regular, e o grupo unitário do verbo *saber*, que apresenta um alternante para as formas de PS e outro alternante para a forma de 1sgPI.

Começando com o grupo unitário do verbo *saber*, se a regra de remissão que faz referência à forma de 1sgPI fosse de fato ativa na língua, esperaríamos que as formas de participio passado copiassem a forma de 1sgPI, e não de PS, nos verbos em que 1sgPI e PS se separam. Concretamente, esperaríamos que a forma atemática da raiz de participio passado do verbo *saber* fosse *sei-*, e não *saib-*. Para além de nossa própria intuição como falantes nativos, que imediatamente refuta tal previsão, os dados abaixo, retirados da Internet, mostram que o alomorfe utilizado para o participio atemático de *saber* é *saibo*, e não *sei*.

---

<sup>89</sup> Em comunicação pessoal, Luiz Carlos Schwindt mencionou que alguns dialetos pronunciam a vogal do participio rizotônico, pelo menos, do verbo *pegar* com a vogal média-baixa: (tinha) p[ɛ]go.

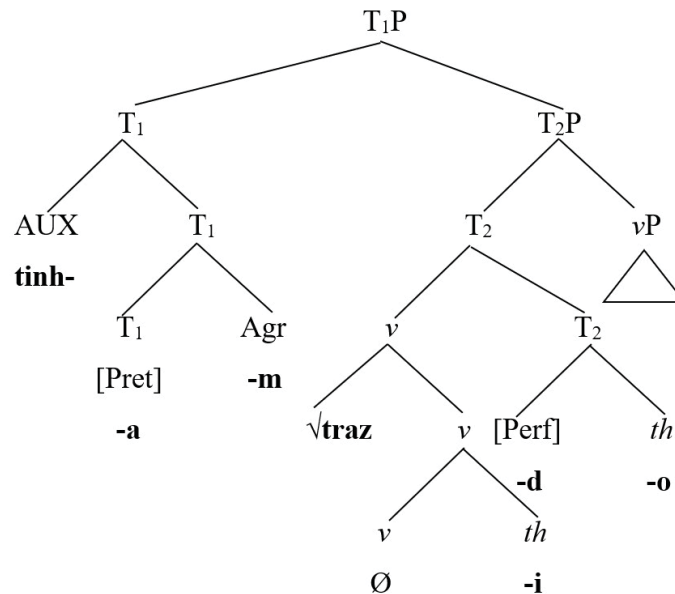
(26) Ocorrências de *saibo* encontradas

- a. Lamento que não tinha **saibo** de mim antes.
- b. Já tinha **saibo** do lançamento e tô querendo comprar uns livros.
- c. É impossível que você não tenha **saibo** do ataque terrorista.
- d. Talvez você não tenha **saibo** como é ser amada de verdade.
- e. Espero que tenha **saibo** usar meus cinquenta reais.
- f. Talvez ele nunca tenha **saibo** meu segredo.

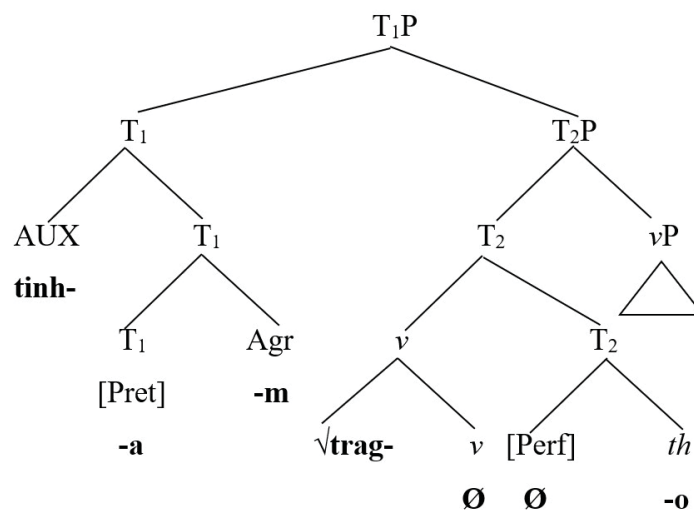
Conforme sugerido no presente trabalho, se entendermos que as alomorfas de raiz são desencadeadas pela sua adjacência a T, essa alomorfa é automática e naturalmente explicada pela atematicidade das formas inovadoras de participio. Por outro lado, se a regra de remissão que toma a forma de 1sgPI como gatilho estivesse disponível na gramática dos falantes, como sugerido por Chagas de Souza (2007, 2011), esperaríamos a forma *sei*, e não *saibo*, como participio atemático de *saber*. Além disso, se o espaço paradigmático construído pelo padrão-L tivesse um estatuto na gramática dos falantes, como sugerido por Maiden (2005, 2009), seria surpreendente que esse padrão fosse alastrado para as formas de participio atemático – ou, se não surpreendente, no mínimo tão arbitrário quanto o próprio morfoma-L. Abordagens puramente morfológicas e paradigmáticas para esse fenômeno, assim, não dão conta da extensão dos dados. Por outro lado, o alomorfe ser desencadeado pela adjacência a T explica naturalmente os dados dos participios atemáticos dos verbos irregulares. Para mostrar isso de forma mais concreta, considere-se as estruturas abaixo, adaptadas de Scher, Lunguinho & Rodero-Takahira (2014), para as duas possíveis expressões *tinham trazido* (27a) e *tinham trago* (27b).

(27) Estruturas para os participios ativos (*tinham*) trazido e (*tinham*) trago

a. *tinham trazido*



b. *tinham trago*



Estruturalmente, a única diferença entre as duas estruturas é que em (27b) a posição de vogal temática do *v* não é projetada, ao contrário da estrutura em (27a). Quando isso ocorre, o item de Vocabulário que expressa o traço [Perf] é  $\emptyset$ . Com isso, os itens de Vocabulário que os autores propõem para realizar esse traço são expressos por meio de alomorfia contextual: o item  $\emptyset$  é inserido quando o contexto anterior não apresenta uma vogal temática – formalizado pelos autores por meio de um “contexto negativo” *-th* (leia-se “ausência de *th*”) – e o item *-d* é inserido nos demais ambientes. Antes, no entanto, de apresentar os itens de Vocabulário, é necessário

notar que a distribuição sintática das formas participiais – tanto temáticas quanto atemáticas – é mais abrangente. Em particular, além de ocorrer nas perífrases de pretérito mais-que-perfeito, ocorrem também em construções passivas. Observemos as estruturas em (28), também adaptadas de Scher, Lunguinho & Rodero-Takahira (2014), para as expressões (*foram*) *trazidas* e (*foram*) *tragas*.<sup>90,91</sup>

---

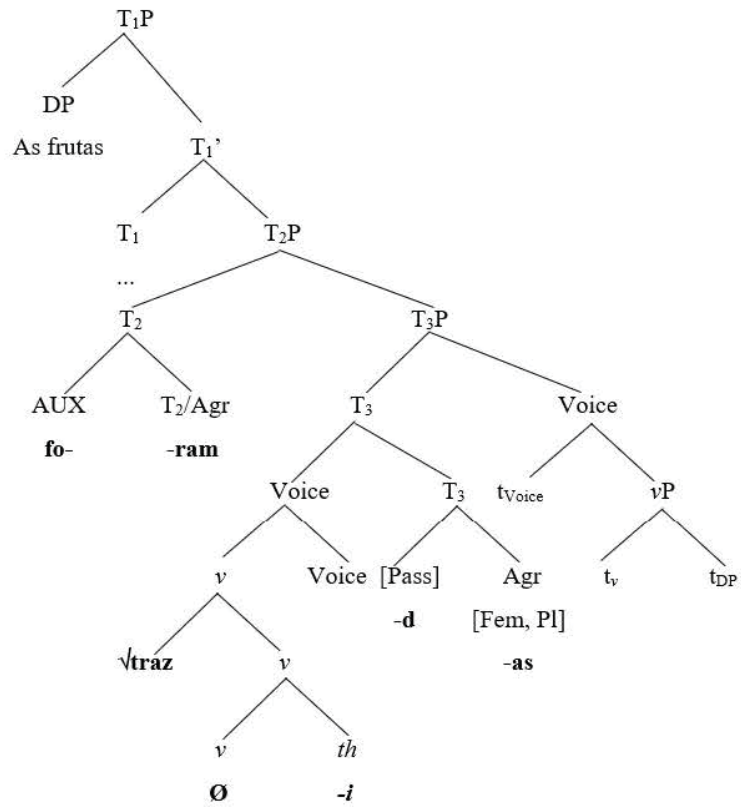
<sup>90</sup> A distribuição sintática das formas temáticas e atemáticas dos participios está longe de ser trivial. Se, por um lado, os participios atemáticos herdados do latim são mais compatíveis com contextos ativos do que passivos (*foi preso/?prendido; tinha ?preso/prendido*), por outro, os participios atemáticos emergentes parecem ser mais compatíveis com construções passivas do que ativas, conforme mostram Scher, Lunguinho & Rodero-Takahira (2013). No entanto, posteriormente, Scher, Lunguinho & Rodero-Takahira (2014), à luz de novos dados, reavaliam a generalização de 2013 com relação à compatibilidade dos participios inovativos com construções passivas, mostrando que ambas as formas participiais (temática/atemática) são compatíveis com ambos os contextos sintáticos (ativo/passivo). Concluem, assim, que o uso de uma ou outra forma é uma arbitrariedade do componente morfológico, sendo a estrutura sintática subjacente a mesma para os dois tipos participiais. Já Nevins & Rodrigues (2014) mostram, por meio de experimentos com logotomas, que o uso das formas participiais parece estar vinculado ao número de argumentos que um verbo apresenta: quanto menos argumentos tem um verbo, maior a tendência ao uso da forma atemática, e quanto mais argumentos tem um verbo, maior a tendência ao uso da forma temática. A intuição por trás dessa tendência é que “quanto mais morfologia, mais estrutura”. Como o presente trabalho está direcionado antes às condições morfofonológicas para a possibilidade de uma raiz apresentar alternância do que às condições morfossintáticas/semânticas para a escolha de um ou outro tipo participial, não exploraremos as condições para essa distribuição.

<sup>91</sup> Note-se que o nó dissociado anexado ao núcleo T que carrega o morfema *-d* ou  $\emptyset$  de participio (T<sub>2</sub> nas estruturas em (27) e T<sub>3</sub> nas estruturas em (28)) recebe diferentes rótulos se comparadas as estruturas em (27) com as estruturas em (28): em (27), é o nó temático *th* e, em (28), é o nó de concordância Agr, que está carregando dois morfemas: o de gênero/vogal temática e o de número. Esses rótulos são, aqui, reproduzidos das estruturas propostas em Scher, Lunguinho & Rodero-Takahira (2014). A questão pertinente para o presente trabalho, levantada por Paula Armelin em comunicação pessoal, diz respeito ao nó temático *th*, anexado a um núcleo T. Nossa proposta para a inserção de nós temáticos desenvolvida no capítulo 2 é a de que esse nó é inserido em núcleos categorizadores, como *n* e *v*. Se for verdade que participios também recebem posições temáticas, a instrução para sua inserção deverá ser revista. Deixamos essa questão para pesquisas futuras.



(28) Estruturas para os participios passivos

a. *as frutas foram trazidas.*





No caso dos morfemas de participípio, se eles forem inteiramente subespecificados conforme propõem os autores e se eles estiverem em competição com os outros morfemas da flexão verbal do PB que apresentamos no capítulo 3, eles acabariam sendo inseridos em mais contextos do que de fato aparecem.<sup>92</sup> Medeiros (2008), ao analisar todos os contextos em que a morfologia participial emerge na língua, também propõe que esse item seja inteiramente subespecificado e que seja o item default para um nó T *que não é imediatamente c-comandado por C*. Isso garante que *-d* não esteja em competição com a morfologia verbal finita, embora não seja clara a maneira como formalizar essa condição para a inserção de *-d* que exige que o nó em que será inserido não seja imediatamente c-comandado por C.

Não pretendemos aqui solucionar essa questão, mas sim mostrar como as estruturas propostas alhures para as formas participiais acomodam a análise proposta no presente capítulo para explicar a emergência de determinados alomorfes nas formas inovadoras de participípio. Relembremos o dado em questão: *saibo*. Na seção 4.3.1.1, apresentamos três regras responsáveis por gerar os alomorfes *sei* e *saib-* do verbo *saber*, repetidas abaixo.

(30) Condições para alomorfia de *saber*

- a. /a/ → /aj/ / [ \_\_ ]<sub>N<sup>SAB</sup></sub> ^ T
- b. /b/ → Ø / [ \_\_ ]<sub>N<sup>SAB</sup></sub> ^ T[-Subj]
- c. /a/ → /e/ / [ \_\_ ]<sub>N<sup>SAB</sup></sub> ^ T[-Subj]

A regra responsável pela ditongação tem como gatilho um nó T inteiramente subespecificado, uma vez que se aplica tanto às formas de subjuntivo quanto à forma de 1sgPI. Já as outras regras que são específicas à forma de 1sgPI são especificadas para o traço [-Subj]. Assim, quando nas formas participiais a vogal temática verbal se faz ausente, tornando a raiz adjacente ao nó T (que pode estar especificado ou com o traço [Pass] ou com o traço [Perf], conforme a análise de Scher, Lunguinho & Rodero-Takahira, 2014), espera-se que a regra em (30a), mas, crucialmente, não as regras em (30b-c), se aplique. De fato, é o que ocorre: a forma de participípio atemático *saibo* emerge da compatibilidade contextual da regra (30a) com as

---

<sup>92</sup> Relembremos que, em nossa proposta, sempre que um nó não encontra um item de Vocabulário compatível com a especificação de seus traços, um Ø default é inserido. Se, ao contrário, o item *-d* for o item default para o contexto de flexão verbal, ele seria erroneamente inserido nos ambientes em que, de acordo com nossa proposta, um morfema zero foi inserido. A solução mais óbvia seria propor morfemas zero especificados como itens de Vocabulário (por exemplo, Ø ↔ [-Pret, -Subj, -A, -PI], para garantir que a forma de 3ª pessoa do singular do presente do indicativo seja *cant-a-Ø*, e não *\*cant-a-d*). Entretanto, parece claro que essa solução seria completamente inadequada.

estruturas dos participios atemáticos, e da não compatibilidade de (30b-c) com essas mesmas estruturas.

Uma possibilidade para recuperar uma análise nos termos de Chagas de Souza (2007, 2011) seria propor que a regra de remissão faz referência não à forma da raiz de 1sgPI, mas sim à forma da raiz de PS.<sup>93</sup> Com isso, a identidade não só entre a raiz da forma subjuntiva de, por exemplo, *trag-a* com a raiz da forma participiais (*tinha*) *trag-o* é capturada, como também a identidade entre a forma subjuntiva *saib-a* com a forma participial *saib-o*. Entretanto, não só os verbos mencionados por Nevins & Rodrigues (2014) e apresentados em (25) enfraquecem a hipótese da regra de remissão – afinal, a qualidade da vogal da raiz das formas de PS é a mesma que a das formas de 1sgPI (e.g. *s[ɔ]lto* e *s[ɔ]lte* vs. *s[o]lto*) – como o outro subgrupo dos verbos analisados na seção 4.3.1.1 também parece descartar essa hipótese em prol da hipótese desenvolvida neste capítulo.

Os verbos *querer*, *ser* e *estar* apresentam um alternante para as formas de PS, sendo que a forma de 1sgPI é regular. A análise oferecida na seção 4.3.1.1 é a de que as regras responsáveis por gerar o alternante de PS faz referência a esses traços, de modo que se apliquem às formas de PS sem também se aplicar erroneamente à forma de 1sgPI. O exemplo dado foi pra o verbo *querer* em (12), repetido em (31):

- (31) Condição para alomorfia de *querer*  
/e/ → /ej/ / [ \_\_\_\_ ]<sub>v</sub>  $\cap$  T[+Subj]

Como a alternância nesses verbos deve ser especificada para o traço de subjuntivo, espera-se que o mesmo alternante não emergja nas formas de participio atemático. De fato, o mesmo tipo de busca na Web que foi utilizado para encontrar as ocorrências de *saibo* e de todas as outras formas participiais inovadoras de verbos irregulares<sup>94</sup> não retornou nenhuma ocorrência das expressões *\*(ter) estejo*, *\*(ter) sejo* e *\*(ter) queiro*. Caso a regra de remissão fizesse referência a alguma célula paradigmática das formas de PS, não haveria razão para ter essa lacuna no conjunto de dados. Sob a presente análise, por outro lado, essa lacuna não só é

<sup>93</sup> Essa hipótese é, inclusive, levantada pelo próprio autor, que a descarta.

<sup>94</sup> A metodologia utilizada para encontrar tais formas foi por meio do filtro de busca de expressões das ferramentas de busca avançada do Google. As expressões buscadas envolviam uma forma flexionada do verbo *ter* ao lado das supostas formas de participio inovador. Por exemplo, a busca da ocorrência participial da forma *saibo* envolveu a pesquisa pelas expressões: “tenho saibo”, “tem saibo”, “temos saibo”, “tinha saibo”, “tínhamos saibo”, “tinham saibo”, “tenha saibo”, “tenham saibo”, “ter saibo”, “terem saibo”, “termos saibo” e “tendo saibo”. Os resultados retornados passaram por uma análise qualitativa um a um, para garantir que se tratava de fato de usos participiais dessas formas.

imediatamente capturada, como prevista: as formas de particípio atemático com os alternantes dos verbos *ser*, *ter* e *querer* não são geradas, porque os alternantes desses verbos são sensíveis ao traço de subjuntivo, que não está presente nas estruturas participiais.

Assim, a presente análise captura de forma elegante a distribuição dos alternantes dos verbos irregulares e a possibilidade de sua ocorrência nos participios emergentes. Afinal, é capaz de explicar não só os casos em que as formas participiais rizotônicas apresentam o mesmo alomorfe que as formas de 1sgPI (e.g. *ter trago*), como também o caso em que o particípio parece copiar o alomorfe de subjuntivo (*ter saibo*) e os casos em que a cópia do alomorfe do subjuntivo parece ser bloqueada (e.g. *\*ter estejo*).

#### 4.3.3 Interlúdio: análise morfológica (M/M) vs. análise morfofonológica (M/P)

Antes de nos voltarmos ao último grupo de formas verbais, o Grupo do Perfeito, gostaríamos de contrapor a análise adotada, que afirma que o gatilho das regras de reajuste é o nó T, a uma potencial análise alternativa, que considera que o gatilho dessas regras é a qualidade da vogal que segue a raiz, e não sua identidade morfossintática. Em outras palavras, podemos conceber uma análise em que as regras responsáveis pela alternância do radical sejam do tipo M/P, e não M/M.

Em PB, todos os verbos que apresentam alternância de raiz são verbos de 2ª (*perder*, *ter*, *fazer*) ou de 3ª (*vir*, *ouvir*, *medir*) conjugação, ou seja, verbos cuja vogal temática (que segue imediatamente o radical) tem valor negativo para o traço [posterior]. Nas formas atemáticas, ao contrário, a vogal que segue imediatamente o radical é *sempre* uma vogal [+posterior]: /a/ para todas as pessoas do presente do subjuntivo (32a) e para o feminino dos participios atemáticos (32b), e /o/ para a 1ª pessoa do singular (32c) e para o masculino/não marcado nos participios atemáticos (32d-e).

(32) Alternante da raiz de *pedir* em todas as suas ocorrências

- a. Querem que eu **peça** a comida?
- b. A comida já foi **peça**.
- c. Eu sempre **peço** comida no jantar.
- d. O prato foi **peço**.
- e. Ele tinha **peço** a comida antes de você chegar.

Poderíamos conjecturar que a gramática sincrônica dos falantes de PB identificam a qualidade da vogal como desencadeadora da alomorfia, e não o nó T e/ou os traços carregados por T. Embora reconheçamos o viés diacrônico – e, por esse motivo, potencialmente inadequado para uma descrição sincrônica – que subjaz a essa análise, não há, em princípio, nenhum impeditivo em supor que a regra internalizada pelos falantes seja formulada como uma regra morfofonológica engatilhada por um traço fonológico, como mostra a regra abstrata abaixo, em que R é a forma fonológica subjacente de uma raiz específica e R' é a forma alomórfica derivada.

(33) Regra geral para M/P

$$R \rightarrow R' / \text{___ } \underset{\substack{| \\ [+posterior]}}{V}$$

De modo a facilitar a comparação entre as análises em competição, acrescentamos abaixo a regra abstrata relativa à M/M:

(34) Regra geral para M/M

$$R \rightarrow R' / \text{___ } \neg T$$

Uma análise M/P que adote a regra em (33) dá conta dos dados que até então foram analisados como resultantes de um processo M/M de forma igualmente satisfatória:

1. Para os verbos que se comportam de forma regular em relação à atematicidade, ou seja, aqueles cujas formas atemáticas são apenas as formas do padrão-L (*pedir, medir, perder, ouvir e valer*), a M/P gera os mesmos resultados que a M/M, sem a necessidade de assunções adicionais;
2. Para os verbos em que o padrão-L se divide em classes naturais (seção 4.3.1.1), ambas as análises necessitam da adição de um traço à regra geral: para gerar, por exemplo, *queir-*, a regra M/P exigiria a adição de um traço [+baixo] para não se aplicar erroneamente perante o morfema *-o* de 1sgPI, gerando *\*queiro*, da mesma forma como a regra M/M exige um traço [+Subj] para atingir o mesmo resultado;
3. Para os verbos analisados em 4.3.1.2, em que a alomorfia permanece somente no padrão-L ainda que a forma de 3ª pessoa do singular do indicativo também seja atemática, uma

análise M/P tem vantagem sobre a M/M, porque a atematicidade dessas formas (como em *traz*) não gera o contexto apropriado para a aplicação de (33), deixando corretamente de se aplicar. No entanto,

4. M/P necessita de assunções adicionais para gerar a alomorfa dos verbos com travamento nasal (seção 4.3.1.3), que apresenta uma distribuição mais ampla, contrariamente a M/M, que gera essas formas naturalmente.

As considerações em 1. e 2. não diferenciam uma análise M/P de uma M/M em termos de análise mais vantajosa. Já as considerações no item em 3. favorecem M/P, enquanto as em 4. favorecem M/M. As análises, portanto, parecem estar em pé de igualdade, cabendo o desempate a alguma evidência adicional que seja capaz de apontar para apenas uma delas. De fato, há um pequeno conjunto de dados de fala não padrão que parece apontar em favor da M/M. Considere os exemplos abaixo, todos retirados da Web:

(35) Evidência em favor de M/M

- a. Mesmo que eu **digue** tudo isso da boca para fora(...)
- b. Ela não aceita que eu **digue** errado.
- c. Talvez eu **digue** que iria ficar louca.
- d. Alguém precisa que eu **digue** alguma coisa?
- e. Querem que eu **trague** duelo de cartas?
- f. Precisa de algo que **trague** energia a longo prazo.
- g. A expectativa é de que a chegada da primavera **trague** uma frente fria.
- h. Evite fazer coisas que lhe tomem tempo à toa ou que apenas lhe **trague** estresse.

As sentenças acima trazem formas não padrão para o presente do subjuntivo dos verbos *dizer* e *trazer*, em que os falantes utilizam /-e/ como marca de subjuntivo, em lugar de /-a/.<sup>95</sup> O que acreditamos estar acontecendo nessas formas verbais é a utilização do item de Vocabulário default para a realização dos traços de presente do subjuntivo, em detrimento do item mais específico. Os itens de Vocabulário em questão foram apresentados no exemplo (57d-e) do capítulo anterior e, por comodidade, são repetidos abaixo:

---

<sup>95</sup> Karlos Arregi, em comunicação pessoal, mencionou que o mesmo fenômeno é observado em catalão. Ademais, no português o mesmo fenômeno parece estar envolvido em formas como *seje* e *esteje*.

(36) Itens de Vocabulário para PS

a. /-a/ ↔ [-Pret, +Subj] / [+α] \_\_\_\_

b. /-e/ ↔ [-Pret, +Subj]

Conforme já mencionado nos capítulos anteriores, a utilização de um item menos específico onde em geral se esperaria um item mais específico é um fenômeno extremamente comum nas línguas, havendo uma tradição em tratar esses casos por meio de uma operação de Empobrecimento (Bonet, 1991; Noyer 1992; Calabrese, 1994, Halle, 1997, dentre outros), que captura o efeito do que tem sido chamado na literatura de “retorno ao caso geral” (do inglês, *retreat to the general case*). Nesse caso, o Empobrecimento em questão cumpre a função de eliminar da computação o traço [+α], que diferencia CII e CIII, de um lado, de CI, de outro, no contexto dos traços relativos ao presente do subjuntivo. Uma vez perdido o traço [+α], a inserção do item /-a/ pela regra em (36a) é bloqueada, cedendo vez à inserção de /-e/ pela regra (36b).

Se o gatilho da regra que gera *trag-* e *dig-* a partir de *traz-* e *dig-* fosse puramente fonológica, seria impossível explicar a emergência das formas em (35), pois essas formas não são seguidas por uma vogal com o traço [+posterior]. Se a regra fosse reformulada de forma a permitir também que a alternância ocorra em ambientes em que a raiz é seguida por uma vogal [-posterior], a regra geraria incorretamente formas como *\*diguia* em lugar de *dizia* e *diguer* em lugar de *dizer*. Não restaria outra alternativa que não envolver traços morfossintáticos para que a regra se aplique em todos e apenas os contextos atestados, o que, não diferentemente do que foi proposto no presente capítulo, dispensaria a menção a traços fonológicos. Assim, a adoção de M/M parece mais vantajosa e parece dar conta de mais dados do que a adoção de M/P.

#### 4.3.4 O Grupo do Perfeito

O Grupo do Perfeito de Pontes (1965) é composto pelas formas de pretérito perfeito, pretérito do subjuntivo e futuro do subjuntivo. Apesar de o nome do grupo parecer sugerir que esses tempos verbais compartilham um mesmo traço de perfectividade, essa afirmação não parece correta. Uma evidência para isso é que, no caso do pretérito do subjuntivo (que, aliás, também é chamado de *imperfecto* do subjuntivo), alguns dialetos, quando perdem a morfologia



de subjuntivo, passam a usar as formas de pretérito imperfeito, e não perfeito, para substituí-las. Observemos os dados abaixo (retirados de Vivas, 2009, p. 2417).

(37) Manifestações morfológicas do pretérito do subjuntivo

- a. (i) Suspeitava que o que tinha **fosse** apenas uma leve dor de cabeça.
- (ii) Suspeitava que o que tinha **era** apenas uma leve dor de cabeça.
- b. (i) Eu queria que você **fizesse** isso.
- (ii) Eu queria que você **fazia** isso.
- c. (i) Um jogo que ninguém esperava que nós **vencêssemos**.
- (ii) Um jogo que ninguém esperava que nós **vencíamos**.

Esses dados parecem indicar que a noção aspectual envolvida na morfologia de pretérito do subjuntivo é imperfeita, e não perfeita. Dito isso, relembremos os traços envolvidos na derivação desses tempos verbais sugeridos no capítulo 3:

(38) Traços do Grupo do Perfeito

- a. Pretérito perfeito: [+Pret, +Perf]
- b. Pretérito do subjuntivo: [+Pret, +Subj, (-Perf)]
- c. Futuro do subjuntivo: [+Fut, +Subj]

O que faz esses três tempos verbais serem agrupados em uma mesma categoria por Pontes (1965) é seu comportamento morfológico semelhante nos verbos irregulares. Em particular, não só compartilham um mesmo alternante da raiz, como também compartilham um mesmo alomorfe para a vogal temática. A Tabela abaixo ilustra isso com as formas do Grupo do Perfeito do verbo *caber*.

Tabela 4.13 – Formas do Grupo do Perfeito do verbo *caber*.

	Pretérito Perfeito	Pretérito do Subjuntivo	Futuro do Subjuntivo
<b>1sg</b>	coub-ε	coub-ε-sse	coub-ε-r
<b>3sg</b>	coub-ε	coub-ε-sse	coub-ε-r
<b>1pl</b>	coub-ε-mos	coub-ε-sse-mos	coub-ε-r-mos
<b>3pl</b>	coub-ε-ram	coub-ε-sse-m	coub-ε-r-m

O primeiro aspecto a ser notado é que todas essas formas verbais apresentam o alomorfe de raiz *coub-*. Além disso, conforme sugere a Tabela 4.13, todas as formas também apresentam um alomorfe da vogal temática: /-ε/. Essa última afirmação exige uma postulação em relação às formas singulares do pretérito perfeito. Uma vez que essas formas são rizotônicas, a qualidade subjacente da vogal temática não é superficialmente visível, pois está em posição átona final, posição essa em que as vogais /ε, e, i/ neutralizam-se em [ɪ]. Tanto Pontes (1965) quanto Camara Jr. (1966/1972) consideram que a vogal final de formas como *coub[ɪ]* é, subjacentemente, a vogal temática /ε/, obscurecida em posição átona final, análise que adotamos na presente discussão.

A primeira questão que deve ser discutida é o fato de essas formas serem temáticas e, ao mesmo tempo, apresentarem uma alternância de radical – algo que até o momento a presente proposta defendeu ser impossível. Note-se, entretanto, que a própria vogal temática também recebe um expoente especial, que é restrito a essas formas verbais. Assim, defendemos que a realização da vogal temática é sensível aos traços de T e que a alternância da raiz é sensível à qualidade da vogal temática. Isso costuma ser chamado de “efeito telescópio”.<sup>96</sup> Assim, propomos que a vogal temática /ε/ é inserida por meio da seguinte regra de inserção de Vocabulário:

(39) Item de Vocabulário adicional para *th*

$$/-\varepsilon/ \leftrightarrow [ \ ] / \sqrt{X} \text{ \_\_\_ } T[+Y, +Z] \quad \text{em que } \sqrt{X} = \sqrt{CAB}, \sqrt{FAZ}, \sqrt{QUER}, \text{ etc.}$$

em que Y e Z = [Pret], [Fut], [Subj] ou [Perf]

A regra em (39) diz que a vogal temática /-ε/ é inserida no nó de vogal temática, independentemente dos traços de classe envolvidos – afinal, essa vogal temática emerge em verbos de CI (*estar* e *dar*), CII (*cabere*, *fazer*...) e CIII (*vir*) – no contexto de raízes específicas (representado, na regra, por  $\sqrt{X}$ ) e de uma especificação de traços de T duplamente marcada (representado, na regra, por [+Y, +Z]).

Após a inserção de Vocabulário, propomos que as regras de alternância responsáveis por gerar as formas alomórficas das raízes apresentam a forma geral em (40) e, assim, a não localidade das alternâncias é apenas aparente, isto é, a alternância é *aparentemente* não local:

<sup>96</sup> O termo “efeito telescópio” me foi apresentado por David Embick e por Kobey Shwayder, em comunicação pessoal. Embora o termo seja utilizado por esses e outros pesquisadores, não encontramos nenhum texto escrito que faça referência a esse fenômeno.

(40) Alternâncias no Grupo do Perfeito: fórmula geral

$$R \rightarrow R' / \text{___} \neg/\varepsilon/$$

As formas singulares do pretérito perfeito, no entanto, apresentam um desafio para a análise oferecida neste capítulo e, no presente momento, não dispomos das ferramentas teóricas e empíricas para enfrentar esse desafio. Mostramos, a seguir, apenas os problemas ao lado de algumas possíveis estipulações. Observemos a Tabela abaixo, que apresenta apenas as formas relevantes para os verbos *ter*, *poder*, *estar*, *pôr*, *fazer*, *saber*, *trazer*, *dizer*, *caber* e *querer*, organizadas de acordo com duas variáveis: apresentar ou não a vogal final [ɪ] (considerada uma redução da vogal temática /-ε/) e apresentar ou não Ablaut (alternância na qualidade da vogal do radical de acordo com a pessoa do discurso).

Tabela 4.14 – Formas singulares do pretérito perfeito de verbos irregulares.

		Com ablaut	Sem ablaut
Com vogal temática	1	tiv-e	coub-e
	3	tev-e	coub-e
	1	pud-e	soub-e
	3	pôd-e	soub-e
	1	estiv-e	troux-e
	3	estev-e	troux-e
	1		diss-e
	3		diss-e
Sem vogal temática	1	pus-∅	quis-∅
	3	pôs-∅	quis-∅
	1	fiz-∅	
	3	fez-∅	

Abstraindo-se, por ora, o ablaut, a primeira propriedade a ser mencionada é que alguns dos verbos não apresentam a vogal temática /-ε/, muito embora apresentem os mesmos alternantes que as outras formas do Grupo do Perfeito, cujo gatilho admitimos ser a própria qualidade da vogal temática. Esse parece ser um primeiro problema para a presente proposta, dado que o gatilho para as alternâncias não está superficialmente presente. Uma possível resposta a esse problema é que, como notam Camara Jr. (1966/1972) e Pontes (1965), verbos de CII e CIII cujo radical termina em /z/ apresentam queda da vogal temática quando esta está em posição átona final. Assim, não só as formas *pus*, *pôs*, *quis*, *fiz* e *fez* apresentam essa característica, como também as formas *conduz*, de *conduzir*, *apraz* de *aprazer*, *jaz* de *jazer*, *diz*

de *dizer*, etc.<sup>97</sup> Desse modo, se a queda da vogal temática nesses casos for posterior à aplicação das regras de alternância, o problema se esvai, pois a vogal temática esteve sim presente no momento da derivação em que desencadeou a alternância. No entanto, certamente, o ordenamento das regras é puramente estipulativo e não temos evidência independente para motivar essa ordem. Um pouco mais sobre o problema do ordenamento das regras será discutido na seção 4.4.

O segundo desafio que esses dados trazem é o ablaut que contrasta as formas de 1ª pessoa com as de 3ª pessoa do singular. Se, por um lado, pudemos identificar um efeito telescópico na alternância que acomete as demais formas do Grupo do Perfeito, pois aparecem sempre ao lado de um alomorfe específico da vogal temática, por outro, o ablaut não pode ser descrito dessa maneira, pois independe da forma da vogal temática; depende apenas dos traços de Agr, que não estão linearmente postos junto à raiz, pelo menos no caso dos verbos *ter*, *poder* e *estar*, que não sofrem a queda da vogal temática. Uma solução possível para explicar essa nova aparente não localidade entre o alvo e o gatilho pode ser a suposição de que não apenas T e Agr sofrem fusão nessas formas verbais desses verbos específicos, mas também sofrem fusão com a vogal temática, havendo um núcleo complexo *th/T/Agr* seguindo a raiz. Uma evidência para essa fusão adicional é o fato de que os morfemas de T/Agr que realizam a 1ª e a 3ª pessoas do singular do pretérito perfeito de verbos regulares não estão presentes nesses verbos irregulares. Compare-se, por exemplo, a forma *com-e-u* com a forma *diss-e*. O morfema /-u/, que realiza o nó T/Agr, conforme discutido no capítulo anterior, não emerge: *\*diss-e-u*. Com essa observação, seria possível supor que há uma fusão adicional entre *th*, de um lado, e T/Agr, de outro, sendo esse nó realizado pela vogal temática /-ε/ e, assim, os traços de Agr estariam adjacentes à raiz, permitindo o ablaut. Entretanto, essa suposição também se mantém no nível meramente estipulativo, e não temos outra motivação, para além da consistência teórica, para supor que essa fusão adicional ocorre.

Como podemos ver, as formas de pretérito perfeito oferecem um desafio para a análise desenvolvida no presente capítulo. Apesar de oferecerem um desafio, também não são completa e irremediavelmente incompatíveis com a presente análise, como tentamos mostrar com as estipulações sugeridas nesta seção.

---

<sup>97</sup> Note-se que, no caso dos verbos *dizer* e *trazer*, as formas singulares do pretérito perfeito apresentam a vogal temática. Isso porque no Grupo do Perfeito o radical apresenta um alomorfe terminado em /s/, e não em /z/.

#### 4.4 Potenciais problemas da proposta e caminhos futuros

Na seção anterior, mencionamos os problemas que as formas singulares de pretérito perfeito oferecem para a análise desenvolvida no presente capítulo, o que é, em última análise, um problema empírico. Nesta seção, apresentamos brevemente dois problemas de base sobretudo teórica que essa proposta enfrenta. Em particular, esta seção discute (i) o ordenamento entre a regra de apagamento da vogal temática e as regras de alternância de radical e (ii) a diferença entre alternâncias por meio de regras ou por meio de armazenamento.

O primeiro problema mencionado é o ordenamento entre a regra responsável por apagar a vogal temática e as regras de alternância de radical. A regra de apagamento da vogal temática nas formas de 1sgPI e de presente do subjuntivo foram, no capítulo anterior, motivadas fonologicamente: a vogal temática cai quando o sufixo seguinte inicia com vogal.<sup>98</sup> Esse ordenamento em nenhum momento foi motivado e foi apenas extrinsecamente estipulado, sendo que a análise depende crucialmente desse ordenamento, uma vez que a proposta defendida aqui é a de que o que engatilha as alternâncias de radical é precisamente a ausência da vogal temática, formalizada em termos da adjacência entre a raiz e T. Embora não tenhamos uma resposta satisfatória para essa questão, gostaríamos de mostrar que o domínio derivacional também levanta uma questão semelhante e que, para chegar a uma resposta satisfatória, os fenômenos investigados no presente capítulo devem ser futuramente investigados à luz dos dados apresentados a seguir. Considere-se as seguintes formações.

(40) Manutenção da vogal temática verbal

a. *Compet-ir + -dor* → *compet-i-dor*

b. *Compet-ir + tivo* → *compet-i-tivo*

(41) Ausência da vogal temática verbal

a. *Invent-ar + -dor* → *invent-or*

b. *Invent-ar + -tivo* → *invent-ivo*

---

<sup>98</sup> Note-se, contudo, que não apenas o contexto fonológico seguinte foi considerado o desencadeador da regra de apagamento da vogal temática, mas também o traço de presente [-Pretérito], uma vez que o mesmo contexto fonológico não desencadeia a queda da vogal temática nas formas de pretérito imperfeito de CII e CIII.

(42) Ausência da vogal temática verbal e alternância do radical

a. *Agred-ir* + *-dor* → *agress-or*

b. *Agred-ir* + *-tivo* → *agress-ivo*

Os dados em (40-42) apresentam formações deverbais com os sufixos *-(d)or* e *-(t)ivo* em que (i) a vogal temática verbal da base se mantém (dados de (40)), (ii) a vogal temática verbal da base não está presente na palavra derivada (dados de (41)) e (iii) não só a vogal temática da base não está presente, como também a raiz apresenta um alomorfa (dados de (42)). Em geral, esse tipo de anexação direta de um sufixo deverbal a uma raiz ocorre quando a raiz termina em uma consoante coronal e o sufixo inicia também com uma consoante coronal (nos exemplos mencionados, as consoantes em questão são /d/ e /t/). Por conta dessa generalização fonológica, alguns autores, como Silva (2017), tratam dados como os de (41) – e mesmo os de (42) – como instâncias de *haplologia* – definida como a omissão de alguns dos sons envolvidos em uma sequência de sons com articulação semelhante. Note-se que a *haplologia* morfológica não é geral, no sentido de se aplicar a todos os casos em que a descrição fonológica se adequa à descrição da operação; os exemplos em (40) são ilustrativos disso.

De todo modo, caso seja verdade que os dados em (41) sejam fruto de uma operação de *haplologia*, os dados em (42) – que apresentam uma alomorfa de raiz para além da “redução” da forma esperada pela justaposição da base verbal com o sufixo derivacional – parecem apontar para o fato de que a alternância de radical deve ser posterior ao apagamento resultante da operação de *haplologia*. Isso porque dados em que a vogal temática da base se mantém *ao mesmo tempo* em que há uma alomorfa da raiz parecem inexistir (essa generalização é observada tanto por Madruga, 2014, que investiga as nominalizações em *-dor*, quanto por Silva, 2017, que investiga as nominalizações em *-ção* e em *-mento*). Assim sendo, esses dados impõem um mesmo problema de ordenamento que os dados de irregularidade verbal investigados no presente capítulo impõem: o apagamento fonológico de determinados sons (ou sequências de sons) que envolvem a vogal temática verbal é anterior à alomorfa de raiz desencadeada pelo sufixo seguinte.

O segundo problema mencionado no início da seção envolve questões teóricas ainda mais gerais: qual o limite da diferença entre uma alternância de radical desencadeada por regras posteriores à inserção de Vocabulário e uma alomorfa de radical fruto de supleção, ou seja, do armazenamento de duas formas fonológicas em competição para uma mesma raiz? Essa questão

também envolve uma questão relacionada à produtividade: quão produtivas são ou devem ser as regras de alomorfa? Essas duas questões são independentemente abordadas a seguir.

Com relação à diferença entre alternâncias de uma mesma raiz codificadas por meio do armazenamento de duas (ou mais) formas fonológicas distintas ou por meio de regras que geram uma forma alternante a partir de uma única forma subjacentemente armazenada, a resposta a essa questão gera uma tensão entre teorias morfofonológicas (e.g. Kiparsky, 1996) e teorias de armazenamento (e.g. Carstairs-McCarthy, 1992). O presente trabalho utilizou uma abordagem morfofonológica, tratando formas alternantes como, por exemplo, *ouv-* e *ouç-* (de *ouvir*) ou *perd-* e *perc-* (de *perder*) como resultantes de regras fonológicas que têm como alvo e gatilho itens morfológicos. Uma abordagem de armazenamento proporia dois itens de Vocabulário em competição para cada uma das raízes: *perd-* e *perc-*, por exemplo, estariam armazenadas como tais, e sua semelhança fonológica, ainda que diacronicamente capturada por meio de uma alternância fonológica, decorreria de uma mera coincidência na gramática sincrônica. Embick & Shwayder (2017, p. 2) formulam essa questão como “A Questão Fundamental da Morfofonologia”, apresentada em (43):

(43) A Questão Fundamental da Morfofonologia

As alternâncias morfofonológicas resultam de regras fonológicas ou resultam do armazenamento na memória de alomorfes distintos?

Como discutem Embick & Shwayder (2017), a dificuldade em determinar qual das estratégias deve ser utilizada na descrição de alomorfias recai no fato de que tanto regras (como quer que se defina “regra”) quanto memorização são ferramentas em certa medida necessárias em qualquer teoria linguística. No caso da memorização, desde o nascimento da linguística é amplamente reconhecido que os falantes necessitam memorizar os signos linguísticos, uma vez que não há nada extralinguístico capaz de determinar que forma fonológica as palavras ou os morfemas terão. Caso contrário, não haveria diferentes línguas expressando conceitos semelhantes por meio de significantes (no sentido saussureano) tão distintos. Já no caso de regras, também parece ser largamente aceito que os falantes não memorizam formas flexionadas como *falou*, *amou*, *brincou*, *sonhou*, etc., mas sim formam-nas por meio de regras morfológicas que se permitem estender a novos itens da língua, conforme amplamente

demonstrado experimentalmente desde Berko (1958).<sup>99</sup> Sob essa perspectiva, determinar se alternâncias morfofonológicas, que muitas vezes não são previsíveis, devem ser descritas por meio de formas memorizadas ou de regras é uma decisão que não deve se pautar em que mecanismos uma gramática deve ter, mas sim ser pautada, em última análise, na sua adequação e previsibilidade empírica (EMBICK, 2010, 2012, 2016). O presente capítulo buscou mostrar a previsibilidade da proposta morfofonológica abordada e cabe a trabalhos futuros averiguar mais profundamente a extensão e adequação dessas previsões em contraste com uma abordagem baseada no armazenamento das formas alternantes.

Por último, muito embora a questão da produtividade seja uma questão destacada da questão sobre a maneira como alternâncias são geradas/representadas na gramática, ambas as questões são em geral postas lado a lado, normalmente para defender uma abordagem baseada em armazenamento. Em particular, a diferença de processamento evidenciada em experimentos psicolinguísticos entre morfologia regular e morfologia irregular muitas vezes leva autores a atribuir essa diferença a uma diferença entre regras *versus* armazenamento. Entretanto, como sugere Embick (2010b, p. 5), “diferenças [experimentais] entre morfologia regular e irregular são evidência de que regularidades e irregularidades diferem de alguma forma; no entanto, não são necessariamente evidência em favor ou de uma teoria morfofonológica ou de uma teoria de armazenamento de radicais”.

No que diz respeito aos dados discutidos no presente capítulo, as alternâncias de radical averiguadas nos verbos irregulares do português *não são* produtivas em termos de expansão das alternâncias a novos itens lexicais. A título de ilustração, a alternância entre *perd-* e *perc-*, do verbo *perder*, não é generalizável a outros verbos de CII cuja raiz termina em /d/ (o verbo *vender*, por exemplo, não forma *\*venco*). Isso porque as regras M/M propostas para as alternâncias são formuladas de modo a se aplicar a raízes específicas. Por outro lado, as regras propostas podem ser consideradas produtivas no sentido de se aplicar a novas formas *dos mesmos itens lexicais* listados na regra, sempre que uma nova forma desse item lexical se adequa às condições que permitem a alternância. Mais particularmente, mostramos que a formação de participípios atemáticos inovadores se conforma às regras propostas no presente trabalho, pelo fato de que o contexto de aplicação da regra faz referência à raiz em questão e à adjacência dessa raiz ao nó T. Quando a regra em questão especifica traços do nó T não envolvidos nas formações participiais, a regra de alternância não se aplica, como foi mostrado

---

<sup>99</sup> Crucialmente, no entanto, regras também devem ser memorizadas – caso contrário, esperaríamos que todas as línguas obedecessem a um mesmo sistema flexional.



com relação, por exemplo, ao verbo *estar*, que não permite o particípio atemático \**estejo*, uma vez que o alternante *estej-* é restrito a ambientes que envolvem o traço [+Subjuntivo].

#### 4.5 Considerações finais

No início da seção 4.3, apresentamos duas questões centrais envolvidas no enigma da distribuição em L das alternâncias de raiz nos verbos irregulares do PB. A dificuldade em responder a essas perguntas é o que leva autores, como Maiden (2005, 2009), a admitir a autonomia da morfologia. As questões, adaptadas de Nevins (2014), são repetidas abaixo:

Q1 Por que a forma de 1sgPI mostra identidade com a 3ª pessoa do singular de PS, enquanto a 3ª pessoa do singular de PI não mostra tal identidade?

Q2 Por que a 1ª e a 3ª pessoas do singular de PS manifestam identidade uma à outra, enquanto no indicativo tal identidade não é encontrada?

O presente capítulo procurou mostrar que é possível chegar a uma resposta satisfatória a essas perguntas a partir do momento em que se reconhece (e se aceita) os aspectos idiossincráticos dessas alternâncias e a partir do momento em que se redireciona o foco da pergunta para a *potencialidade* de a gramática gerar precisamente essas alternâncias. Particularmente, o presente capítulo buscou oferecer uma análise para as alternâncias de radical não só do padrão-L, como também de outras formas verbais (incluindo-se, aí, formas emergentes na língua), assumindo crucialmente que (i) os traços morfossintáticos estão disponíveis para interações morfológicas e (ii) as interações morfológicas estão restritas a configurações de adjacência linear.

Partindo disso, mostrou-se o caráter sistemático envolvido nessas alternâncias. Tal sistematicidade emerge de (i) a vogal temática estar ausente precisamente nos contextos morfofonológicos que apresentam alternância, (ii) as regras M/M que geram as alomorfias fazerem referência a nós e/ou a traços morfossintáticos, respeitando-se a adjacência linear e (iii) os traços de número e pessoa poderem ser computados na alomorfia somente quando respondem a (i) e (ii), ou seja, em casos em que, por motivos independentes, T e Agr sofreram fusão. A confluência desses fatores, que conta com a interação entre sintaxe e morfologia, por um lado, e entre morfologia e fonologia, por outro, explica não só a distribuição do padrão-L, já referido

na literatura, como também – e crucialmente – padrões que fogem à distribuição em L, o que mostrou ter grande influência nas possíveis formas participiais emergentes.

Uma vez admitido que o gatilho para as alternâncias de raiz é o nó T(/Agr) e os traços nele contidos, encontramos os mais diversos padrões – dentre os possíveis dadas as condições de localidade – nos verbos em que todas as pessoas do singular de PI são atemáticas, e não apenas a primeira pessoa: (i) casos em que subjuntivo e indicativo se separam, demonstrando uma distribuição de alomorfes em classes naturais (em *querer*, por exemplo), (ii) casos em que o padrão-L se mantém, mesmo que seja possível estendê-lo ao restante do singular de PI (em *trazer*, por exemplo) e (iii) casos em que a alomorfia efetivamente se estende a todo o singular do indicativo (como *ter*, por exemplo). Crucialmente, todos esses padrões são encontrados porque todos esses padrões são *permitidos*. A coexistência desses padrões enfraquece o estatuto gramatical de um morfoma-L. Dito isso, podemos formular as respostas às questões de Nevins (2014) da seguinte forma:

R1 A forma de 1sgPI mostra identidade com a 3ª pessoa do singular de PS porque a adjacência da raiz de 1sgPI e de PS ao nó T, decorrente de uma única regra morfofonológica, permite que essas duas formas apresentem um alomorfe não compartilhado com formas em que a raiz não está adjacente a T. Em outras palavras, a 3ª pessoa de PI em geral *não pode* apresentar a mesma alomorfia que a 1ª pessoa do indicativo, enquanto as formas do subjuntivo *podem*. Quando a ausência da vogal temática *permite* que a 3ª+ pessoa de PI compartilhe o alomorfe de outras formas atemáticas, a língua apresenta tanto casos que se conformam à generalização da alomorfia desencadeada pela ausência de *th* (ou adjacência a T) quanto casos em que isso não ocorre. Crucialmente, a *possibilidade* na diferenciação de 1sgPI e as outras pessoas do singular de PI recai na fusão de T e Agr.

R2 A 1ª e a 3ª pessoas do singular de PS manifestam identidade uma à outra porque *não é possível* que a raiz dessas formas não seja idêntica, dado que o nó T intervém entre a raiz e Agr, onde se encontram os traços de pessoa e número. No indicativo, ao contrário, o fato de T e Agr serem fundidos faz com que a raiz esteja adjacente tanto aos traços de tempo quanto aos traços de pessoa e número, nos casos em que a vogal temática não está presente na estrutura.

Assim, uma teoria que assume que a morfologia lê a sintaxe e que as interações morfológicas são restritas a configurações de adjacência linear acaba evidenciando a

sistematicidade no comportamento do padrão-L, fazendo previsões sobre as possibilidades e impossibilidades de interações alomórficas. Uma teoria que prescinde da interação entre o componente sintático e o morfológico, por outro lado, não captura o caráter sistemático; apenas engrandece o aspecto idiossincrático.

## CAPÍTULO 5 – GÊNERO

---

Neste capítulo, investigamos com mais detalhes fenômenos que envolvem o gênero dos substantivos, algo que foi apenas brevemente mencionado no capítulo 2. Em particular, a codificação da diferença entre gênero não interpretável (arbitrário) e gênero interpretável (relativo a sexo biológico) é formalizada e mostramos como a implementação dessa codificação interage com a teoria proposta para o tratamento das vogais temáticas nominais.

A proposta apresentada é a de que o gênero é um traço do nominalizador e que o núcleo  $n$  pode vir em três diferentes matizes:  $n_{[masc]}$ ,  $n_{[fem]}$  ou  $n_{[ ]}$ . Quando o gênero de um substantivo é arbitrário, sua raiz se concatena com um dos matizes valorados para gênero:  $n_{[masc]}$  ou  $n_{[fem]}$ . O que autoriza a concatenação de uma raiz com um determinado matiz de  $n$  são condições de licenciamento em LF, que negociam o significado da raiz no contexto de um determinado matiz de  $n$ .

Já quando o gênero é interpretável, formando pares como *menino-menina*, o nominalizador a que a raiz se concatena é subespecificado para gênero:  $n_{[ ]}$ . Quando isso ocorre, o núcleo D(eterminante) é responsável por valorar o traço de gênero por meio de uma avaliação do contexto extralinguístico: D é valorado como [fem] quando o(s) referente(s) é(são) do sexo feminino, como [masc] quando o(s) referente(s) é(são) do sexo masculino ou, ainda, D se abstém de valorar o traço de gênero quando o sexo do(s) referente(s) é misto ou desconhecido.

Na seção 5.1, apresentamos as propriedades que envolvem a noção de gênero, ao lado dos principais dados do capítulo. Na seção 5.2, discutimos as propostas de Alcântara (2003) e Armelin (2015) para a codificação dos traços de gênero na gramática. Na seção 5.3, apresentamos em termos gerais a proposta desta tese, que se alimenta sobretudo da proposta de Kučerová (no prelo). Por fim, na seção 5.4, mostramos a derivação passo a passo, com os detalhes pertinentes da proposta, dos padrões empíricos apresentados na seção 5.1, e a seção 5.5 encerra o capítulo.

## 5.1 Propriedades do gênero e dados do capítulo

A noção de gênero envolve três propriedades inter-relacionadas que, antes de mais nada, precisam ser distinguidas: (i) o gênero gramatical dos substantivos, (ii) o sexo biológico (ou gênero social) de um ser animado e (iii) a composição formal dos substantivos (ou seja, a vogal temática nominal que carregam). A primeira propriedade – o gênero gramatical – é obrigatória para todos os substantivos da língua, e pode ser caracterizada como o grupo de classes nominais que se refletem em palavras que estão associadas aos substantivos, ou seja, que se manifestam pela concordância. No caso do português, são duas as classes de gênero gramatical: a classe de substantivos masculinos – que se combinam, por exemplo, com os determinantes *o/um/esse/meu* – e a classe de substantivos femininos – que se combinam, por exemplo, com os determinantes *a/uma/essa/minha*. A segunda propriedade (o sexo biológico, como chamaremos doravante<sup>100</sup>) é uma propriedade extralinguística, restrita a seres humanos e animais (seres animados), que às vezes é expressa por meio da valoração de gênero gramatical, mas não é uma exigência de todos os substantivos que denotam seres animados. Por exemplo, a raiz *menin-* pode receber valoração masculina para denotar crianças do sexo masculino ou a valoração feminina para denotar crianças do sexo feminino; já *criança*, por outro lado, é um substantivo sempre feminino, embora possa se referir a meninos ou meninas. Quando o valor do gênero corresponde ao sexo do referente, este é um caso de *gênero interpretável* ou *semântico*; do contrário, estamos perante um *gênero não interpretável* ou *arbitrário*. Finalmente, como já foi discutido mais extensamente no capítulo 2, a última propriedade (a vogal final dos substantivos) pode realizar transparentemente o valor do gênero (*-o* para o masculino, como em *livro*, *menino*, *carr* e *-a* para o feminino, como em *mesa*, *menina*, *cadeira*) ou não (como em *tribo*, *planeta*, *ponte*, *pot*). Assim, estamos frente a três propriedades inter-relacionadas, porém independentes.

Com base nessas três propriedades (interpretabilidade do gênero, morfema de classe dos substantivos e variabilidade do valor do gênero), os dados centrais do presente

---

<sup>100</sup> O uso do termo “sexo (biológico)” se deve apenas a uma facilidade de exposição, para contrastar com o termo “gênero (gramatical)”, sem que os dois termos, que nomeiam conceitos distintos, se confundam. De forma alguma essa escolha terminológica reflete uma não aceitação ou uma exclusão de identidades de gênero que não se conformam com os padrões normativos e conservadores. De forma semelhante, quando mencionamos o “valor binário” do gênero, estamos apenas nos referindo a uma propriedade *gramatical* de que a língua portuguesa faz uso para expressar uma realidade extralinguística muito mais complexa; jamais como forma de exclusão daqueles que se identificam como, por exemplo, não binários. Neste momento político obscuro que estamos vivenciando, esclarecer isso nunca é demais. Um aceno a todos os leitores LGBTQ+. Estamos juntos.

capítulo são apresentados em (1-3) a seguir. Em (1), categorizamos os substantivos com gênero invariável – ou seja, aqueles cuja raiz só pode aparecer com um único valor de gênero, seja ele interpretável ou não – em três grupos diferentes: em (1a), temos substantivos comuns que não denotam seres animados e que, portanto, têm gênero necessariamente arbitrário; em (1b), listamos alguns substantivos comuns que denotam seres animados e que pressupõem um sexo específico (que, no português, sempre coincide com o gênero gramatical) e, em (1c), listamos exemplos de substantivos que denotam seres animados e que não pressupõem sexo, que a gramática tradicional subdivide em dois grupos: os epicenos, que denotam animais, e os sobrecomuns, que denotam seres humanos. Como mostram os exemplos elencados nos três grupos de (1), os substantivos de gênero invariável podem se distribuir por todas as classes formais nominais, independentemente do gênero. O único caso do qual não encontramos nenhum dado foi de substantivo epiceno/sobrecomum feminino terminado em *-o* – o que trataremos como uma lacuna acidental.

(1) Substantivos com gênero invariável

a. Substantivos comuns

	Masculino	Feminino
(i)	<i>livro</i>	<i>tribo</i>
(ii)	<i>mapa</i>	<i>mesa</i>
(iii)	<i>mar</i>	<i>dor</i>
(iv)	<i>doce</i>	<i>pele</i>

b. Substantivos comuns, com pressuposição de sexo

	Masculino	Feminino
(i)	<i>macho</i>	<i>virago</i>
(ii)	<i>cara</i> <sup>101</sup>	<i>donzela</i>
(iii)	<i>homem</i>	<i>mulher</i>
(iv)	<i>príncipe</i>	<i>madame</i>

c. Substantivos sobrecomuns e epicenos

	Masculino	Feminino
(i)	<i>indivíduo</i>	---
(ii)	<i>fantasma</i>	<i>criança</i>

<sup>101</sup> Por exemplo, em “esse cara é uma figura”.

- |                     |                        |
|---------------------|------------------------|
| (iii) <i>jacaré</i> | <i>casca<u>v</u>el</i> |
| (iv) <i>alce</i>    | <i>lebr<u>e</u></i>    |

Em (2), apresentamos os substantivos com gênero variável – ou seja, aqueles cuja raiz pode se combinar com os dois diferentes valores de gênero. Conforme mencionado no capítulo 2, a composição formal dos substantivos bifformes está sujeita a restrições de pareamento – que Harris (1991) chama de *o problema do pareamento*. Por conta disso, a organização desses dados leva em conta as possibilidades de composição formal para o par ordenado [masc, fem]: [-o, -a], [-e/Ø, -a] e [X, X] (ou seja, invariabilidade da forma perante variação de valor de gênero). Em particular, em (2a), listamos os bifformes que formam masculino em -o e feminino em -a e cuja valoração de gênero é interpretável (ou seja, indicativa do sexo do referente); em (2b), listamos os substantivos que também são bifformes em -o e -a, mas cuja valoração de gênero não indica sexo, associando-se a significados arbitrários (imprevisíveis); em (2c), apresentamos os substantivos que Harris (1991) chama de gentílicos, que têm a forma masculina terminada em -e ou Ø, e a forma feminina em -a (e o valor de gênero é interpretável); por último, em (2d), apresentamos alguns exemplos dos substantivos que a gramática tradicional chama de “comuns de dois”, que são substantivos com gênero variável de acordo com o sexo do referente, mas com forma invariável.

(2) Substantivos com gênero variável

a. Bifformes em -o e -a (gênero interpretável)

	Masculino	Feminino
(i)	<i>menino</i>	<i>menina</i>
(ii)	<i>cachorro</i>	<i>cachorra</i>
(iii)	<i>aluno</i>	<i>aluna</i>

b. Bifformes em -o e -a (gênero não interpretável)

	Masculino	Feminino
(i)	<i>bolso</i>	<i>bolsa</i>
(ii)	<i>ovo</i>	<i>ova</i>
(iii)	<i>manto</i>	<i>manta</i>

c. Bifformes em Ø/-e e -a (gentílicos)

	Masculino	Feminino
(i)	<i>mestre</i>	<i>mestra</i>

(ii) *professor*      *professora*

(iii) *peru*            *perua*

d. Comuns de dois

Masculino      Feminino

(i) *modelo*        *modelo*

(ii) *artista*        *artista*

(iii) *fã*              *fã*

(iv) *estudante*    *estudante*

Finalmente, os dados em (3) trazem alguns exemplos de efeitos possíveis causados por um uso discrepante de gênero em relação ao gênero lexicalmente esperado dos substantivos. Em (3a), apresentamos exemplos levantados e discutidos por Lazzarini-Cyrino, Armelin & Minussi (2015), em que o uso de um determinante masculino perante um substantivo comum feminino permite uma leitura de nome próprio de um ser animado; a sentença “o Garrafa está na minha casa”, por exemplo, é perfeitamente natural sob a pressuposição da existência de um indivíduo de sexo masculino denominado/apelidado “Garrafa”. Nossa contribuição para os dados levantados pelos autores é que – conforme sugere uma consulta informalmente feita com falantes nativos – essa leitura só é permitida quando a composição formal do substantivo não é alterada (ou seja, o uso de “o garrafo” não desencadeia a mesma leitura). Em contraste, (3b) traz exemplos levantados por Armelin (2015) e que Nevins (2018) chama de “contextos Disney”, em que a possibilidade (ou, talvez, obrigatoriedade) de tanto o determinante quanto a composição formal dos substantivos comuns serem alterados dispara uma leitura de animacidade ao lado de uma pressuposição do sexo dos seres denotados pelo substantivo – “o painel”, por exemplo, não só é o objeto painel com características humanoides, como é do sexo masculino – ou dispara a leitura apenas de sexo para os referentes de substantivos que já denotam seres animados, mas que não fazem a distinção de sexo (os epicenos/sobrecomuns). Por último, os dados em (3c) trazem exemplos de aumentativos no masculino a partir de bases femininas. O interessante a se notar nesses dados é que a formação de um aumentativo masculino só é possível quando a base feminina é (i) um substantivo de gênero invariável, independentemente de envolver gênero interpretável ou não (3c.i a 3c.iii) ou (ii) um substantivo biforme com gênero não interpretável (3c.iv). Quando a base é a forma feminina de um substantivo biforme com gênero interpretável, o aumentativo no masculino não é permitido (3c.v).



### (3) Efeitos de mudança de gênero

#### a. Para nomear/apelidar uma pessoa

(i) *O ?Garrafo/Garrafa está lá em casa.*

(ii) *A Palito/?Palita está lá em casa.*

#### b. Para atribuir animacidade e/ou sexo (contextos Disney)

(i) *O panelo/?panela e a panela se casaram.*

(ii) *O formigo/?formiga e a formiga se casaram.*

#### c. Aumentativos

(i) *A cadeira – o cadeirão*

(ii) *A mulher – o mulherão*

(iii) *A formiga – o formigão*

(iv) *A bolsa – o bolsão*

(v) *A menina – \*o meninão*

Os dados apresentados em (1-3) serão discutidos mais detalhadamente ao longo do capítulo. Como este trabalho se debruça sobre a sintaxe interna de nomes (e verbos), e não externa, fenômenos relativos a concordância fora do DP não serão mencionados.

## 5.2 Gênero do português na literatura gerativista

No capítulo 2, quando discutida a literatura disponível sobre as classes nominais do português, o maior foco foi sobre as análises de Alcântara (2003) e Armelin (2015), não só por serem trabalhos que apresentam uma análise explícita para a codificação das vogais temáticas nominais, como por serem trabalhos que se baseiam nos pressupostos teóricos da Morfologia Distribuída, teoria também adotada no presente trabalho. Nesta seção, apresentamos e discutimos o tratamento dado pelas mesmas autoras para o gênero nominal.

### 5.2.1 Alcântara (2003)

Relembrando o que já foi apresentado no capítulo 2, Alcântara (2003) propõe que o gênero, tanto quanto os traços de classe formal, é uma propriedade inerente às raízes.

Ademais, propõe que apenas o traço [fem(inimo)] deve estar presente nas raízes que formam substantivos femininos, mas não o traço [masc(ulino)] nas raízes que formam substantivos masculinos, uma vez que o gênero masculino é o gênero default. De forma semelhante, propõe que as raízes não marcadas para gênero (ou seja, masculinas) que geram substantivos terminados em *-o* também não são marcadas para classe, visto que o morfema de classe *-o* – sua Classe I – é o morfema default para o traço de gênero [masc]; ainda, propõe que as raízes que carregam o traço de gênero [fem] e que formam substantivos terminados em *-a* não necessitam vir marcadas com o traço de classe, dado que o morfema de classe *-a* – sua Classe II – é a terminação default para substantivos femininos. Assim, combinando-se as informações de gênero e classe que devem ou não estar presentes em uma determinada raiz, os dados relativos a (1a) – invariáveis, sem pressuposição de sexo – são codificados na Lista 1 da seguinte forma:<sup>102</sup>

(4) Codificação das raízes, segundo Alcântara (2003)

Classe	Terminação	Gênero	Exemplo	<b>Raiz</b>
I	<i>-o</i>	[masc]	<i>livro</i>	√LIVR
		[fem]	<i>tribo</i>	√TRIB <sub>[I, fem]</sub>
II	<i>-a</i>	[masc]	<i>planeta</i>	√PLANET <sub>[II]</sub>
		[fem]	<i>cadeira</i>	√CADEIR <sub>[fem]</sub>
III-V	<i>-e/Ø</i>	[masc]	<i>mar</i>	√MAR <sub>[III]</sub>
		[fem]	<i>dor</i>	√DOR <sub>[fem, III]</sub>

Assim, não só a raiz de substantivos masculinos são não marcadas para gênero, como a daqueles terminadas em *-o* é inteiramente não marcada; e embora substantivos femininos em geral tenham suas raízes inteiramente especificadas, aquelas que formam substantivos femininos em *-a* são marcadas apenas para gênero. Embora capture com destreza a relação entre gênero, classe formal e marcação, Alcântara (2003) não fornece nenhum mecanismo para diferenciar os substantivos com gênero invariável daqueles que têm gênero variável. Sob sua análise, a raiz de *menino* deve estar codificada como √MENIN, sem nenhum diacrítico intrínseco, mas a raiz de *menina* deve estar listada como √MENIN<sub>[fem]</sub>; entretanto, a raiz é a mesma.

<sup>102</sup> Nesta etapa do texto, vamos ignorar a diferença entre as classes III, IV e V de Alcântara (2003), que são as diferentes classes para as vogais temáticas *-e* e *Ø*, uma vez que todas têm o mesmo comportamento em relação à (não) marcação dos traços de gênero e classe na raiz.

Listar uma mesma raiz duas vezes com dois conjuntos arbitrários de diacríticos é problemático por pelo menos quatro razões: (i) é pouco econômico, pois incha o léxico estrito, proliferando o número de raízes listadas, (ii) não captura a relação formal e semântica entre pares como *menino-menina* ou mesmo *barco-barca* (iii) não permite explicar restrições relacionadas ao problema do pareamento; afinal, ao permitir que as raízes sejam listadas múltiplas vezes com diferentes conjuntos de diacríticos arbitrários, não há nada que impeça que uma raiz  $\sqrt{X}$  seja listada como  $\sqrt{X}_{[m]}$  e também como  $\sqrt{X}_{[l, fem]}$ , resultando em um par agramatical em que a forma masculina termina em *-a* e a feminina, em *-o* e (iv) não explica, por um lado, a interpretabilidade do traço [fem] em *menina* e, por outro, a não interpretabilidade do mesmo traço em, por exemplo, *mesa*.

### 5.2.2 Armelin (2015)

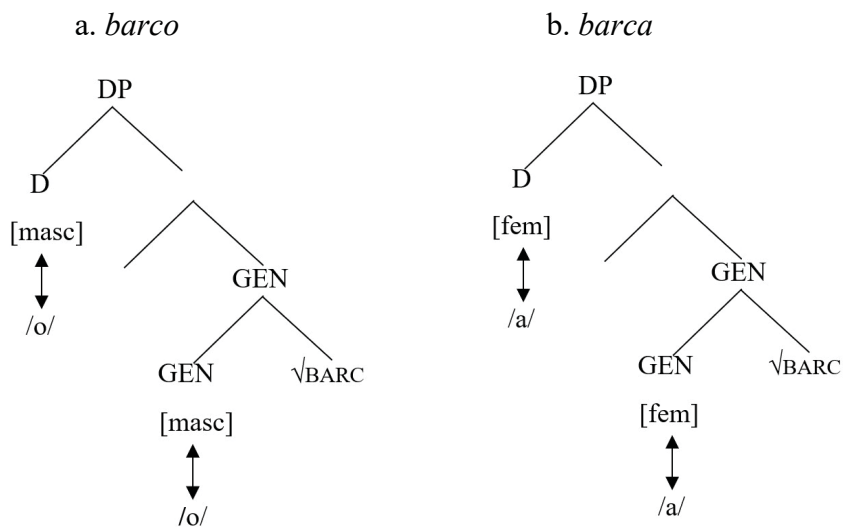
Armelin (2015), por outro lado, desenvolve uma análise que busca responder a esses problemas. Suas respostas aos problemas (i-iii) já foram descritas e discutidas no capítulo 2. Recapitulando brevemente, para evitar a listagem repetida de raízes (problema (i)) e, adicionalmente, capturar a relação formal entre *menino-menina* e entre *barco-barca* (problema (ii)), a autora isenta as raízes de carregarem quaisquer diacríticos inerentes, cabendo aos próprios morfemas (não default) que realizam os traços de gênero listar, em seu contexto de aplicação, as raízes a que se anexam.

Ainda com relação ao que foi apresentado e discutido no capítulo 2, os itens de Vocabulário propostos por Armelin (2015) são tais que restringem as possibilidades lógicas da composição formal de pares de substantivos que compartilham a mesma raiz, variando apenas em gênero (problema (iii)). Em particular, a postulação de três itens subespecificados para gênero (*-o*, *-a* e  $\emptyset$ ) que listam as raízes em seu contexto de aplicação geram os pares de substantivos comuns de dois (apresentados em (2d) acima) e a postulação dos dois itens adicionais *-o* e *-a* que são inseridos no núcleo  $GEN_{[masc]}$  e  $GEN_{[fem]}$ , respectivamente, geram os pares em *-o* e *-a*, tanto com gênero interpretável (*menino-mennina*) como com gênero não interpretável (*barco-barca*). Como também visto no capítulo 2, no entanto, não só a postulação desses itens viola o Princípio do Subconjunto, como não há maneiras de a abordagem da autora capturar a existência dos gentílicos.

Finalmente, a diferença entre gênero interpretável e não interpretável (problema (iv)) é capturada por Armelin (2015) por meio de três configurações diferentes dos traços [masc] e [fem] no núcleo de gênero GEN que, na abordagem da autora, além de ser responsável por albergar os traços de gênero, é responsável por nominalizar uma raiz (não há, assim, um núcleo nominalizador *n*). As três configurações possíveis são [masc], [fem] ou {[masc], [fem]}, descritas a seguir.

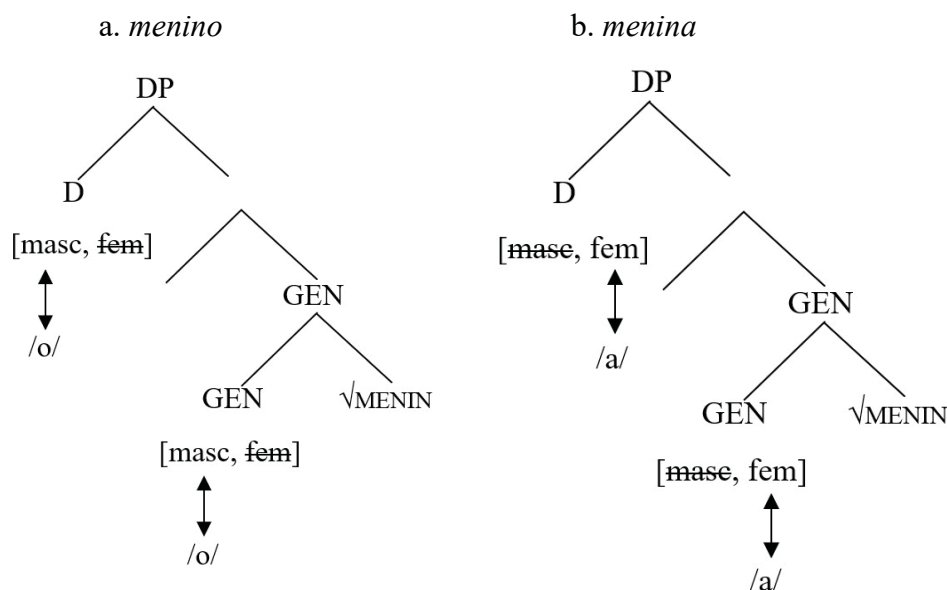
Quando o gênero de um substantivo é não interpretável, o núcleo GEN carrega apenas o traço referente ao gênero gramatical desse substantivo. Por exemplo, a palavra *mesa* é formada pela concatenação da raiz  $\sqrt{\text{MES}}$  com o núcleo  $\text{GEN}_{[\text{fem}]}$  e a palavra *livro* é formada pela concatenação da raiz  $\sqrt{\text{LIVR}}$  com o núcleo  $\text{GEN}_{[\text{masc}]}$ . O mesmo tipo de configuração estrutural é atribuído a raízes que podem aparecer com as duas valorações de gênero, sem que o gênero seja interpretável. As palavras *barco* e *barca*, por exemplo, são formadas por meio da concatenação da raiz  $\sqrt{\text{BARC}}$  com o núcleo  $\text{GEN}_{[\text{masc}]}$  e  $\text{GEN}_{[\text{fem}]}$ , respectivamente. Ainda, epicenos e sobrecomuns, cujo gênero gramatical também é não interpretável, estão igualmente sujeitos a esse tipo de configuração sintática: os substantivos *indivíduo* e *jacaré*, por exemplo, têm suas raízes concatenadas com  $\text{GEN}_{[\text{masc}]}$ , e os substantivos *criança* e *cascavel*, por exemplo, têm suas raízes concatenadas com  $\text{GEN}_{[\text{fem}]}$ . As estruturas em (5) ilustram essas configurações de traços para as palavras *barco* e *barca* no núcleo GEN e no núcleo D, que é valorado por meio de concordância com GEN.

(5) Estrutura de *barco* e *barca*, cf. Armelin (2015)



O terceiro conjunto de traços que o núcleo GEN pode carregar, que é {[masc], [fem]}, é restrito aos substantivos com gênero variável e interpretável.<sup>103</sup> O raciocínio é o seguinte: quando uma raiz se concatena com o núcleo GEN<sub>[masc, fem]</sub>, a especificação de traços, por ser bivalente, “codifica contraste e tem como consequência a formação de pares” (p. 78). Somente um desses traços se submete à inserção de Vocabulário, ficando o traço não pronunciado como informação de fundo para a interpretação contrastiva do gênero – que codifica sexo – em LF. Nesse sentido, a interpretabilidade do gênero gramatical é derivada de uma configuração específica dos traços [masc] e [fem], que são também utilizados em contextos não interpretáveis. A título de ilustração, as estruturas em (6) mostram a formação das palavras *menino* e *menina* conforme Armelin (2015). O tachado simboliza a não realização morfofonológica do traço, mas sua manutenção como pano de fundo para a interpretação em LF.

(6) Estrutura de *menino* e *menina*, cf. Armelin (2015)



Segundo a autora, os traços de gênero são *sempre* interpretáveis, no sentido de que fornecem o contexto morfosintático adequado para a negociação da interpretação das raízes em LF; a previsibilidade da interpretação dos traços de gênero como sexo biológico decorre da dupla marcação do núcleo GEN, o que permite a leitura contrastiva.

Ademais, a autora mostra como sua abordagem lida com alguns dos exemplos de discrepância de gênero apresentados em (3). Primeiramente, com relação aos dados que

<sup>103</sup> A autora não chega a mencionar substantivos com gênero invariável, porém supostamente interpretável, como *mulher*, *donzela*, *rei* etc.

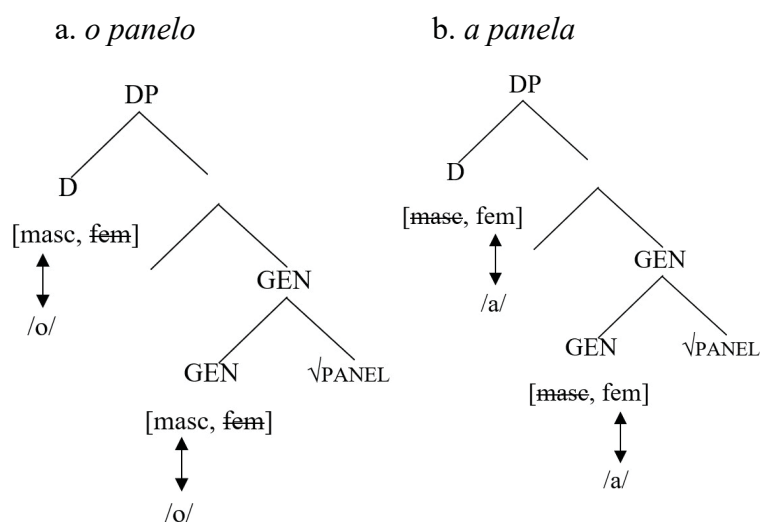
atribuem animacidade e/ou sexo a substantivos que denotam seres não animados ou seres animados sem marcação gramatical de gênero como sexo biológico, apresentados em (3c) (*o panelo/?panela e a panela se casaram e o formigo/?formiga e a formiga se casaram*), a autora considera que as duas formações representadas por “/” são possíveis, ou seja, tanto a forma masculina de um nome de outro modo feminino com sua composição formal alterada (*o panelo*) quanto com sua composição formal não alterada (*o panela*). Não nos é claro se de fato as duas formações são possíveis com o mesmo sentido, o que representamos aqui com o símbolo de interrogação. Em particular, a intuição dos falantes informalmente consultados é a de que, quando a composição formal do substantivo não é alterada, a interpretação gerada é a de que o objeto a que se atribui animacidade tem como nome próprio o próprio substantivo comum que o denota. Assim, “o panela” significa não só que há uma panela com características humanoides e do sexo masculino, como uma panela cujo nome é “Panela”. Sem experimentos que controlem muito bem todas as variáveis envolvidas, não podemos concluir qual interpretação os falantes de fato atribuem à sentença “o panela e a panela se casaram”: se interpretam como apenas a animacidade do objeto panela, se interpretam como a animacidade e a atribuição de um nome próprio ao objeto ou, ainda, se ambas as interpretações são possíveis.<sup>104</sup>

Dito isso, a análise dada por Armelin (2015) à sentença em que a composição formal do substantivo é alterada é bastante simples: a raiz, em vez de se concatenar com um núcleo GEN com a especificação [fem], concatena-se com o núcleo GEN com a especificação bivalente [masc, fem], e a concordância com D se dá normalmente, conforme mostram as estruturas abaixo.

---

<sup>104</sup> Uma possibilidade para experimentos futuros que investiguem dados desse tipo é testar a gramaticalidade e interpretação dessas sentenças com falantes de dialetos que não permitem que nomes próprios sejam precedidos por um determinante definido. Outra possibilidade é avaliar os diferentes usos coercivos em construções sintáticas que geralmente só vão bem com substantivos comuns, mas não com nomes próprios; um exemplo é o uso de demonstrativos, que acompanham naturalmente substantivos comuns (*essa mesa é bonita*), mas não tão naturalmente nomes próprios (*essa Maria é bonita*), a menos que haja uma leitura contrastiva (*essa Maria, mas não a outra*). De fato, parece-nos que *esse panela e essa panela se casaram* soa muito pior do que *esse panelo e essa panela se casaram*. Se isso decorre de a interpretação de *panela* como substantivo masculino ser considerado o nome próprio *Panela* de um objeto *panela* com características humanoides ou não é algo a ser investigado em pesquisas futuras.

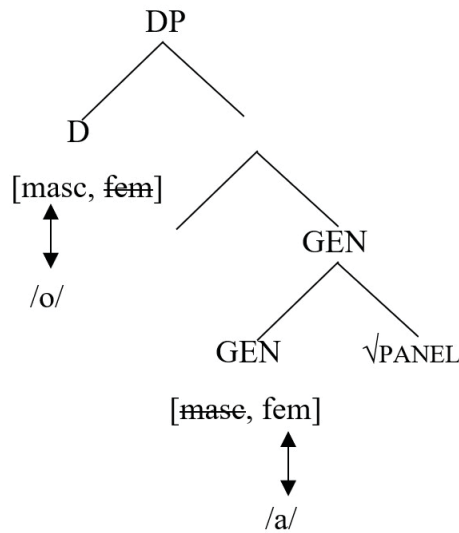
(7) Estruturas para *o panelo* e *a panela*



Para gerar sentenças em que a composição formal do substantivo não é alterada com a modificação do valor de gênero – que, novamente, a autora considera possível mesmo sem a interpretação que sugere estarmos perante um nome próprio – Armelin (2015) apresenta duas análises possíveis, ambas envolvendo uma dissociação entre a valoração dos traços de gênero em GEN e a valoração dos traços em D, em geral valorado por meio de concordância com GEN.

A primeira possibilidade ofertada pela autora é a de que GEN e D ambos recebem a mesma valoração bivalente de traços quando se forma, por exemplo, *o panela*; em ambos sendo valorados como {[masc], [fem]}, a valoração dos dois núcleos permite a interpretação de sexo biológico; no entanto, é a realização fonológica de cada um dos núcleos que é diferente, pois cada núcleo “escolhe” um traço diferente para realizar: D realiza o traço [masc] e GEN realiza o traço [fem], como ilustrado na estrutura em (8).

(8) Primeira possibilidade para gera *o panela*, cf. Armelin (2015)

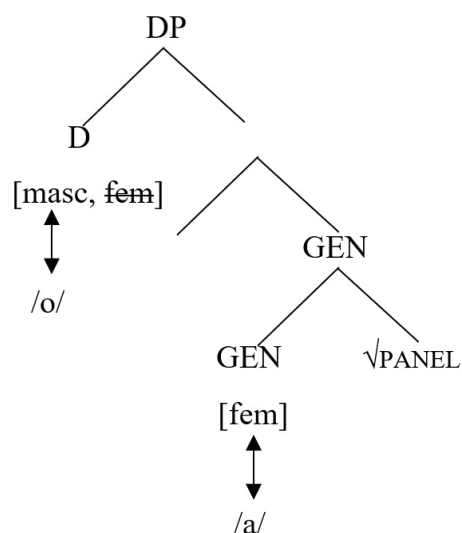


Não nos parece que a análise ilustrada em (8) seja condizente com o significado supostamente expresso pelo dado. Afinal, se o traço de gênero em GEN que é mantido como pano de fundo em LF é um e o de D é outro, há um desencontro não só morfofonológico entre os dois núcleos, como semântico. Qualquer que seja o significado que a estrutura em (8) codifique, a coerência interna ao sistema proposto por Armelin (2015) sugere que esse significado seja tal que o **sexo biológico do referente do substantivo *panela*** seja diferente do **sexo biológico expresso pelo determinante *o*** – não é um desencontro apenas de gênero gramatical, mas também de sexo biológico. Mais do que uma incompatibilidade, assim, há um paradoxo.

A segunda possibilidade sugerida pela autora nos parece mais adequada. Nessa análise, o núcleo GEN que se concatena com a raiz  $\sqrt{\text{PANEL}}$  carrega o traço esperado para o substantivo comum *panela*, que é o traço [fem]. O núcleo D, por outro lado, apresenta sua própria valoração dos traços de gênero, apresentando a especificação bivalente [masc, fem], responsável pela interpretação de sexo biológico e, ao realizar o traço [masc], indica que o sexo biológico do referente é o sexo masculino. Em (9), a estrutura dessa análise é apresentada.



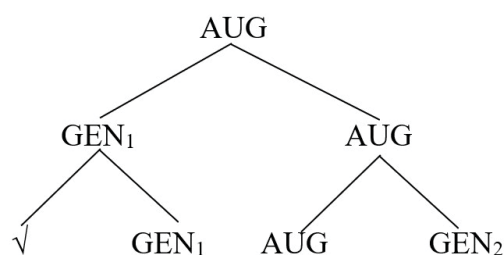
(9) Segunda possibilidade para gerar *o panela*, cf. Armelin (2015)



Quanto aos dados apresentados em (3a), em que de fato há uma leitura de nome próprio a partir do uso de um substantivo comum com um determinante de gênero discrepante, a autora oferece as mesmas soluções oferecidas para os dados recém-discutidos. Uma sentença como “o garrafa está na minha casa” pode ser descrita pelas estruturas (8) ou (9).

Por último, quanto aos dados relativos aos aumentativos, Armelin (2015) apresenta uma generalização interessante: o desencontro de gênero entre a forma base e a forma aumentativa de um substantivo só pode ir na direção fem→masc, mas nunca masc→fem. Em outras palavras, um substantivo masculino como *livro* não pode receber um aumentativo no feminino (*\*livrona*), mas um substantivo feminino como *mesa* pode formar aumentativo no masculino: *mesão*. Em vista dessa generalização, Armelin (2015) propõe que o núcleo aumentativo AUG tem seu próprio núcleo GEN a ele associado, diferente do núcleo GEN que se combina com a raiz. Na estrutura proposta, apresentada em (10) abaixo, o núcleo de GEN associado a AUG atua como uma sonda e, por não encontrar um valor de gênero em seu domínio de c-comando, recebe o valor de gênero default.

(10) Estrutura para aumentativos (Armelin, 2015)



Não discutiremos as estruturas de formações aumentativas, para as quais referimos o leitor a Armelin (2015) e as referências lá citadas; o que é relevante para os propósitos do presente capítulo em relação aos dados de desencontro de gênero nas formas aumentativas de substantivos femininos é a restrição com relação às bases que permitem e que não permitem esse desencontro, restrição até então não contemplada na literatura a que tivemos acesso. Como apresentado em (3d), um substantivo feminino que se refere a uma mulher só pode receber o aumentativo no masculino se a informação de sexo biológico for parte da informação da raiz (*mulherão*), mas não quando a informação de sexo biológico provém da flexão de gênero (*\*meninão*, como aumentativo de *menina*). Esses dados serão discutidos quando for apresentada a nossa proposta para codificação de gênero.

Como esperamos ter deixado claro até este ponto, Armelin (2015) oferece uma análise explícita para a diferença entre gênero interpretável e gênero não interpretável e para diferentes fenômenos relacionados à interpretabilidade do gênero gramatical, algo que Alcântara (2003) não chega a discutir. Entretanto, gostaríamos de elencar alguns problemas encontrados na análise exposta nesta seção, que buscaremos sanar com a abordagem proposta neste capítulo.

Primeiramente, a autora não menciona de onde vem a especificação de gênero do núcleo GEN que se concatena com cada raiz. Por que a raiz  $\sqrt{\text{BARC}}$  pode se concatenar tanto com núcleo GEN[masc] quanto com o núcleo GEN[fem], mas a raiz  $\sqrt{\text{LIVR}}$  apenas com o núcleo GEN[masc]? E por que a raiz  $\sqrt{\text{VITIM}}$ , de *vítima*, não recebe a especificação GEN[masc, fem], muito embora se refira a seres humanos, mas a raiz  $\sqrt{\text{MENIN}}$ , que também se refere a seres humanos, recebe essa especificação? A informação de gênero gramatical é uma propriedade arbitrária de cada substantivo da língua, e deve estar de alguma forma listada na gramática. É verdade que usos coercivos são permitidos, em que o gênero esperado de um substantivo é modificado, desencadeando uma leitura

específica, como nos exemplos em (3a-b). Mas o próprio uso discrepante de gênero só é discrepante porque há um gênero esperado. E se há uma expectativa de um gênero em particular para uma raiz que pode ser violada para gerar outros efeitos, onde está codificada essa expectativa?

Em segundo lugar, a análise que a autora oferece para codificar o gênero interpretável parece não dar conta da leitura ampla permitida pelo gênero masculino. Como já mostrado no capítulo 2, o gênero masculino de substantivos variáveis pode não só ter uma leitura específica para as entidades do sexo masculino descritas pelo substantivo, como uma leitura ampla, que faz referência aos seres de ambos os sexos, quando o grupo de entidades é misto em relação ao sexo ou quando o sexo da(s) entidade(s) referida é desconhecido – leitura não permitida pela contraparte feminina. Não é claro, no entanto, como a codificação de gênero por meio de um par de traços contrastivos geraria essa leitura do gênero masculino. Afinal, se o núcleo GEN na derivação de *aluno* chega em LF especificado como [masc, fem], não é claro de que maneira a forma masculina pode ser interpretada como se referindo a seres dos dois sexos, já que a representação é tal que exclui a interpretação feminina. Se, por outro lado, essa interpretação for, de alguma forma, acessível a LF, não seria claro de que maneira a mesma interpretação ampla é bloqueada no caso da especificação de traços [masc, fem] de, por exemplo, *aluna*. Dito de outro modo, essa análise propõe uma representação simétrica para um fenômeno que é assimétrico.

Por último, quanto aos dados de desencontro de gênero, a autora oferece, por um lado, configurações de traços diferentes para sentenças que significam a mesma coisa e, por outro, configurações de traços iguais para sentenças que têm significados diferentes. Quanto ao primeiro caso – diferentes traços, mas mesmo significado –, a autora defende que, em uma sentença como *o panelo e a panela se casaram*, o sintagma *o panelo* apresenta uma configuração diferente para os traços de gênero do que o sintagma *o panela* em uma sentença como *o panela e a panela se casaram*, quando, segundo a autora, ambas as sentenças significam exatamente a mesma coisa, ou seja, envolvem o mesmo tipo de efeito coercivo (no caso, a atribuição de animacidade e sexo ao substantivo *panela*). Quanto ao segundo caso – mesmos traços, significado diferente –, a autora propõe que as mesmas estruturas envolvidas nas sentenças acima mencionadas, que atribuem animacidade/sexo a um referente inanimado, estão envolvidas nos casos em que um substantivo comum é utilizado como nome próprio (*o Garrafa está na minha casa*). Entretanto, são fenômenos diferentes em pelo menos dois aspectos: (i) nomes próprios

apresentam comportamentos (morfo)sintáticos bastante distintos de substantivos comuns e (ii) o uso de um substantivo comum como nome próprio **não permite** modificação em sua composição formal (*\*o Garrafo*), mas a mudança de gênero de um substantivo próprio em “contextos Disney” permitem (ou obrigam) essa modificação na composição formal do substantivo (*o panelo/?panela*). Voltaremos a esses dados na seção 5.4.

### 5.3 Os três matizes de *n* e as posições estruturais para valoração de gênero

Como mencionado na seção 5.1, o gênero é uma propriedade não só obrigatória e inerente a todos os substantivos da língua, como também arbitrária. Ou seja, não só todos os substantivos da língua devem pertencer a (pelo menos) uma das duas classes de gênero possíveis (masculino ou feminino), como o uso de um ou outro valor de gênero não é à escolha do falante, e sim gramaticalmente codificado. Mesmo a possibilidade de uma raiz formar substantivos com gênero variável é uma propriedade que deve ser listada; afinal, nem todas as raízes que denotam seres animados podem variar em gênero de acordo com o sexo biológico (cf., por exemplo, *criança, pessoa, testemunha*, etc.). Outras classes de palavra, como determinantes, pronomes e adjetivos, também manifestam valor de gênero, mas não inerentemente como nos substantivos, e sim por meio de concordância. Gênero é, assim, uma propriedade nominal.

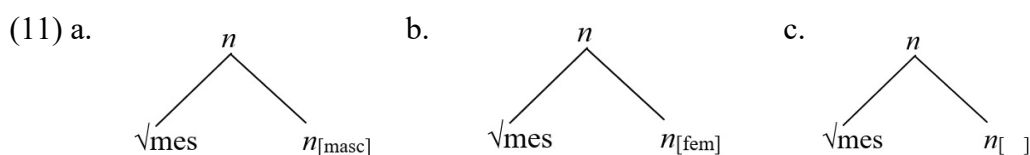
Uma vez que gênero é uma propriedade nominal, muitos autores defendem que os traços de gênero são albergados pelo núcleo nominalizador *n* (Lowemstann, 2008; Kramer, 2015; Vabela, 2017; Kučerová, 2017, dentre outros), proposta adotada também no presente trabalho. Ademais, uma extensa literatura recente, que remonta a Ritter (1993), investiga e adota a hipótese de que a valoração de gênero nos substantivos é efetuada em diferentes posições estruturais, que dependem da interpretabilidade ou não interpretabilidade do traço de gênero. A intuição compartilhada por todos esses trabalhos é a de que gênero não interpretável é computado em uma posição estrutural mais baixa do que o gênero interpretável. A posição estrutural em que esses dois tipos de gênero são computados varia de autor para autor. A título de exemplo, Atkinson (2015) propõe que o gênero não interpretável é propriedade das raízes, enquanto o gênero interpretável é propriedade dos nominalizadores; já Panagiotidis (no prelo) defende que o gênero não interpretável está no nominalizador e que o gênero interpretável está albergado em um núcleo Anim(ado); ainda, para Kučerová (no prelo), gênero não interpretável está no

nominalizador e o interpretável, em D. Neste trabalho, adotamos a análise de Kučerová (no prelo).

Kučerová, ao investigar os substantivos do italiano, mostra que o valor de gênero de um substantivo ou “vem do léxico” (o que será definido a seguir) ou é atribuído por avaliação do contexto extralinguístico. Mais do que isso, mostra que o valor do gênero por avaliação do contexto só se dá quando lexicalmente não há um gênero marcado para uma determinada raiz. Assim, a valoração dos traços de gênero por avaliação do contexto é *posterior* à atribuição de gênero “lexical”.

Para implementar essa ideia, a autora postula que o núcleo nominalizador pode vir em três matizes diferentes:  $n_{[masc]}$ ,  $n_{[fem]}$  ou subespecificado para gênero, ou seja,  $n_{[ ]}$ . As raízes que geram substantivos arbitrariamente masculinos (por exemplo, *livro*) se concatenam com  $n_{[masc]}$ , as que formam substantivos arbitrariamente femininos (por exemplo, *mesa*), com  $n_{[fem]}$  e aquelas que formam pares de substantivos com gênero interpretável (por exemplo, *menino-menina*) são concatenadas com um nominalizador subespecificado para gênero:  $n_{[ ]}$  – as outras possíveis combinações entre as propriedades de variabilidade de gênero, composição formal e interpretabilidade do gênero são investigadas na seção 5.4.

A primeira questão que essa abordagem levanta diz respeito à noção de “vir do léxico”: como garantir que uma raiz se concatene com o matiz apropriado de  $n$ ? Para isso, assumimos que, em princípio, qualquer raiz pode se concatenar com qualquer matiz de nominalizador. O que garantirá a interpretabilidade da estrutura são as condições de licenciamento das raízes em LF, conforme Kramer (2015). Uma raiz como  $\sqrt{MES}$ , de *mesa*, por exemplo, tem a interpretação de “móvel com tampo horizontal para fazer refeições” somente no contexto de um nominalizador do tipo  $n_{[fem]}$ . Essa é uma informação contida na Lista 3, e que deve ser listada, pois cada raiz é licenciada perante um (ou mais de um) matiz de nominalizador de forma arbitrária. A título de ilustração, considere-se as três possíveis concatenações da raiz  $\sqrt{MES}$  (de *mesa*) ao lado da condição de licenciamento para interpretação dessa raiz em contexto nominal.



(12) Condição de licenciamento para a raiz  $\sqrt{\text{MES}}$

$\sqrt{\text{MES}} \rightarrow \text{“móvel com tampo horizontal para refeições”} / [ \text{ \_\_\_\_ } n_{[\text{fem}]} ]_{nP}$

Apenas a estrutura em (11b) é compatível com a condição de licenciamento em (12). Assim, quando a raiz  $\sqrt{\text{MES}}$  se concatena com qualquer outro matiz do nominalizador, a derivação implode (*crash*). Assim, uma raiz “vir do léxico” com o gênero já valorado significa se concatenar com o nominalizador  $n_{[\text{masc}]}$  ou  $n_{[\text{fem}]}$ .

Quando, por outro lado, a raiz “não vem do léxico” com o traço de gênero já valorado, ou seja, quando uma raiz se concatena com o nominalizador  $n_{[ \ ]}$ , a valoração de gênero fica a cargo do núcleo D, que avalia o contexto extralinguístico e devolve o valor de gênero [masc], quando se faz referência a um ser do sexo masculino, [fem], quando se faz referência a um ser do sexo feminino ou, ainda, se abstém de valorar o traço de gênero, quando o sexo do ser a que se refere é misto ou desconhecido. Abaixo, explicamos melhor esse aspecto da proposta.

O núcleo D, parte da projeção estendida dos nomes, que deve ser valorado para gênero, atua como uma sonda e forma uma cadeia com o núcleo  $n$ , por meio de uma operação que a autora chama de *matching*, que é anterior e dissociada da operação de concordância (*Agree*). Após o *matching* dos traços de  $n$  e D, a operação de concordância tem lugar. A necessidade de dissociação dessas duas operações, segundo a autora, é que a concordância entre D e  $n$ , dependente da cadeia formada entre os dois núcleos, às vezes vai na direção de  $n$  para D (quando o valor de gênero “vem do léxico”) e às vezes vai na direção de D para  $n$  (quando o valor de gênero é atribuído via avaliação do contexto em D). Ou seja, quando uma raiz é concatenada com um nominalizador subespecificado  $n_{[ \ ]}$ , a operação de concordância de D, por não encontrar nenhum valor de gênero em  $n$  com que concordar, sonda o contexto extralinguístico e atribui um valor de gênero baseado no sexo dos referentes. Quando essa valoração de gênero ocorre em D por meio da avaliação do contexto, o traço de gênero em  $n$  é automaticamente valorado por meio da concordância com D, a partir da cadeia já previamente formada pelo *matching* de traços.

#### 5.4 Derivando os padrões empíricos

Finalmente, agora que foram apresentadas todas as peças necessárias para a derivação dos substantivos da língua em relação à sua composição formal e seu valor de

gênero, nesta seção fornecemos uma discussão mais detalhada dos exemplos elencados em (1-3) no início do capítulo e a derivação passo a passo dos principais exemplos. Na seção 5.4.1 é apresentada a derivação dos substantivos com gênero invariável; na seção 5.4.2, ilustramos a proposta apresentada para substantivos variáveis; por fim, na seção 5.4.3, são discutidos os dados relativos à discrepância de gênero com relação ao gênero lexicalmente esperado de substantivos.

### 5.4.1 Substantivos com gênero invariável

Nesta seção, discutimos os dados de substantivos com gênero invariável, que foram apresentados em (1). Na subseção 5.4.1.1, debruçamo-nos sobre os substantivos invariáveis que denotam seres inanimados; na subseção 5.4.1.2, abordamos os substantivos invariáveis que denotam seres animados com pressuposição de sexo e, na subseção 5.4.1.3, são examinados os substantivos invariáveis que denotam seres animados sem pressuposição de sexo.

#### 5.4.1.1 Substantivos que denotam seres inanimados

Os dados cuja derivação será mostrada nesta seção são os substantivos comuns com gênero invariável e não interpretável, apresentados em (1a) e repetidos em (13).

(13) Substantivos comuns com gênero invariável e não interpretável

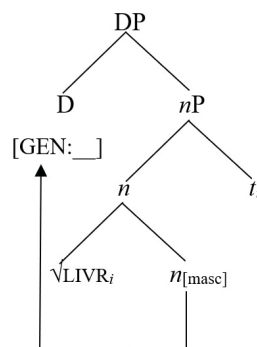
	Masculino	Feminino
a.	<i>livro</i>	<i>tribo</i>
b.	<i>mapa</i>	<i>mesa</i>
c.	<i>mar</i>	<i>dor</i>
d.	<i>doce</i>	<i>pele</i>

Esses substantivos, por terem gênero não interpretável, se concatenam com  $n_{[masc]}$  ou  $n_{[fem]}$  e envolvem raízes que negociam significado no contexto nominal com apenas um dos traços de gênero. O matiz do nominalizador será avaliado em LF, por meio de

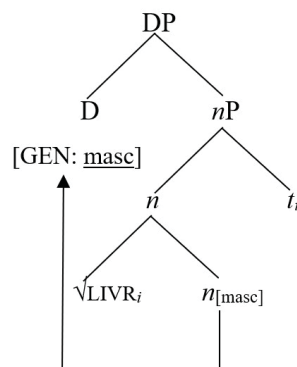
condições de licenciamento dessas raízes em contextos nominais. Caso o nominalizador concatenado com a raiz seja diferente daquele previsto pelas condições de licenciamento, a derivação vai implodir (*crash*) ou gerar uma interpretação coerciva, caso seja pragmaticamente adequada (as interpretações coercivas são tema da seção 5.4.3). A derivação dos dados em (13) é apresentada em (14-21) abaixo, em três diferentes etapas: (i) a concatenação do matiz apropriado do nominalizador e o *matching* do traço de gênero de *n* e D, (ii) a valoração do traço de gênero em D por concordância com *n* e (iii) a inserção do nó *th* e sua realização fonológica. Nessa última etapa, listamos as instruções para inserção de *th* em *n* e os itens de Vocabulário que realizam o nó *th* não verbal, propostos no capítulo 2. A instrução de inserção de *th* e o item de Vocabulário que se aplicam a cada caso são destacados em negrito>.

(14) Derivação de *livro*

a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero por concordância





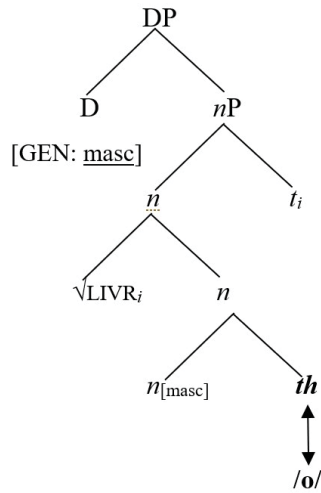
c. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{FÃ}}$ , -*dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. **Insira [*th*] nos demais ambientes.**

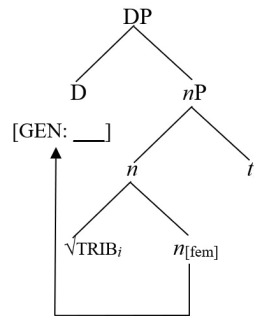
Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*

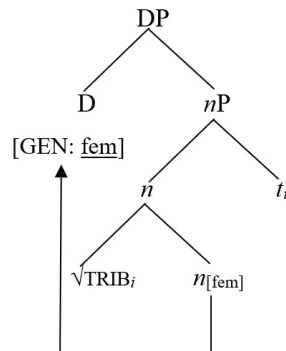


(15) Derivação de *tribo*

a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero por concordância



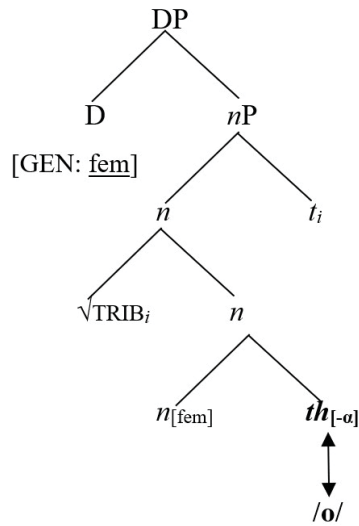
c. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{FÃ}}$ , *-dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...**
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

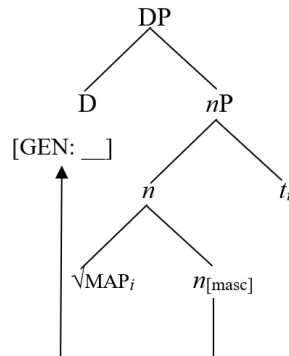
Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere***

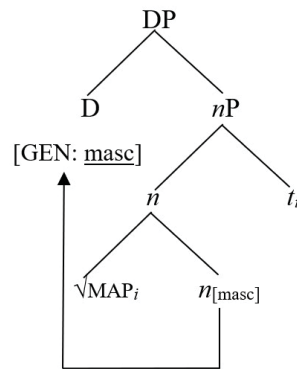


(16) Derivação de *mapa*

a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero por concordância



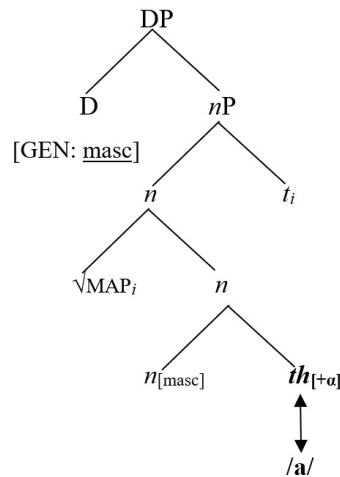
c. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, +γ] no contexto de √ÁRVOR, √ALFAC, √PEL, ...
- ii. Insira [*th*, +β] no contexto de √MAR, √MASCOT, √FÃ, -*dor*,
- iii. Insira [*th*, +α] no contexto de √PLANET, √MAP, √FANTASM**
- iv. Insira [*th*, -α] no contexto de √FOT, √MODEL, √TRIB, ...
- v. Insira [*th*, +α] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

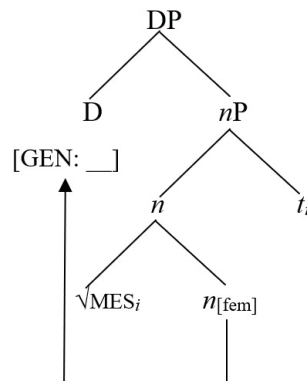
Itens de Vocabulário

- i. /e/ ↔ [+γ]
- ii. Ø ↔ [+β]
- iii. /a/ ↔ [+α]**
- iv. /o/ ↔ *elsewhere*

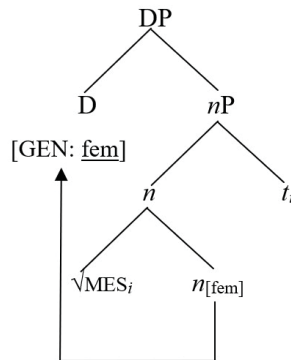


(17) Derivação de *mesa*

a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero por concordância



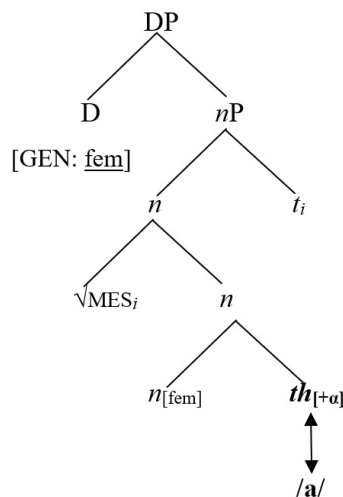
c. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{F\AA}}$ , *-dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]**
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

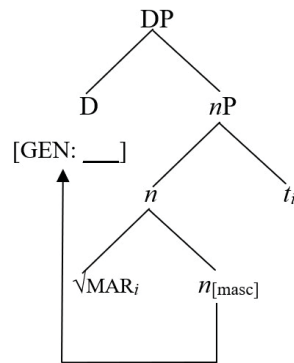
Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]**
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*

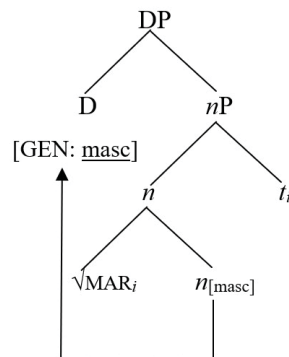


(18) Derivação de *mar*

a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero por concordância



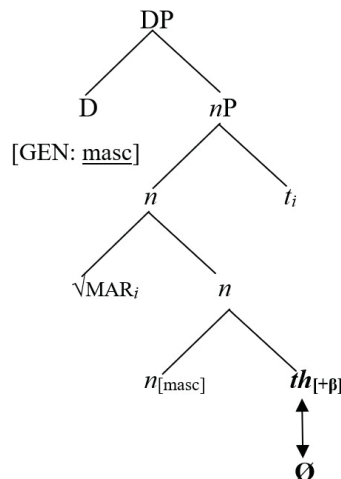
c. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{F\AA}}$ , **-dor**,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

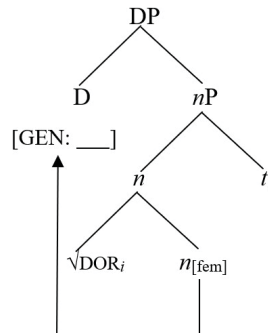
Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  elsewhere

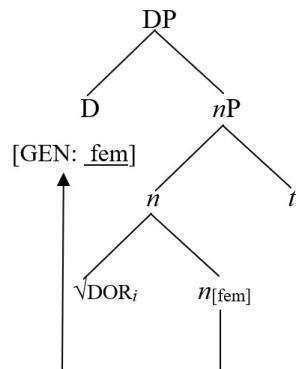


(19) Derivação de *dor*

a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero por concordância



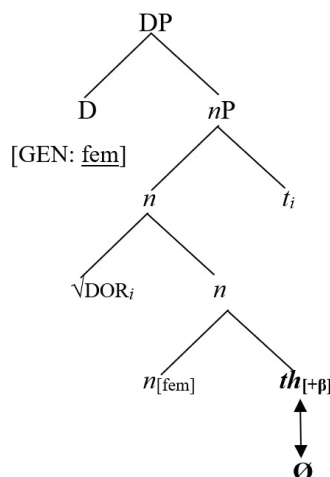
c. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{F\AA}}$ , *-dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

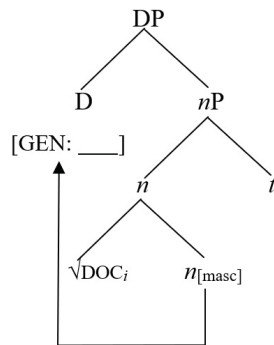
Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*

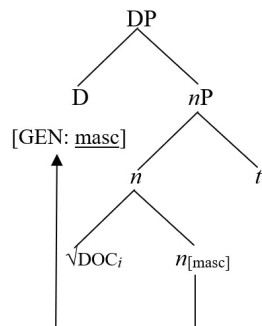


(20) Derivação de *doce*

a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero por concordância



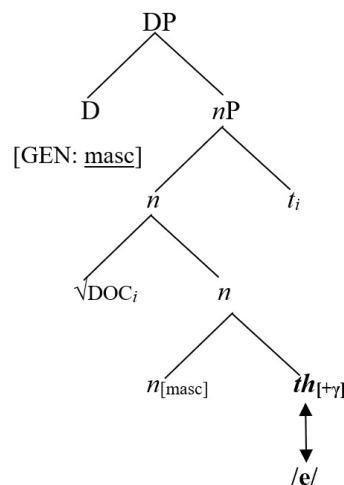
c. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{F\AA}}$ , *-dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

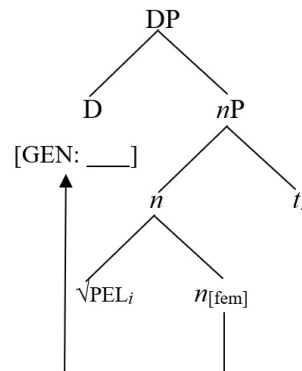
Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*

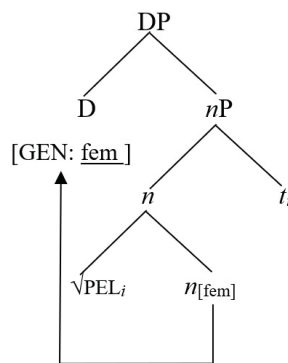


(21) Derivação de *pele*

a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero por concordância



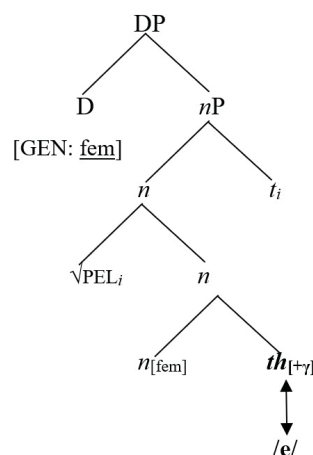
c. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{F\AA}}$ , *-dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*





#### 5.4.1.2 Substantivos que denotam seres animados com pressuposição de sexo

Em (1b), no início do capítulo, mostramos que existem alguns substantivos na língua que, apesar de serem invariáveis, se referem a seres animados, mas pressupõem apenas um dos sexos biológicos. Os exemplos são repetidos em (22).

(22) Substantivos comuns, com pressuposição de sexo

	Masculino	Feminino
a.	<i>mach<u>o</u></i>	<i>virag<u>o</u></i>
b.	<i>car<u>a</u></i>	<i>donzela<u>a</u></i>
c.	<i>homem</i>	<i>mulher</i>
d.	<i>príncip<u>e</u></i>	<i>madame<u>e</u></i>

A pergunta que envolve esses exemplos é: de onde vem a informação de gênero gramatical? Afinal, apesar de não serem palavras tipicamente flexionáveis em gênero, como *menino-menina*, são palavras cuja informação de sexo do referente e valoração de gênero gramatical convergem. O substantivo *mulher* não só se refere a pessoas do sexo feminino, como pertence ao gênero gramatical feminino; o substantivo *príncipe* só se refere a pessoas do sexo masculino, como pertence ao gênero gramatical masculino. A informação de sexo parece vir da própria raiz, e não da valoração do gênero gramatical, uma vez que uma expressão como *o mulher*, o que quer que possa significar (se é que é possível), não anula a leitura de pessoa do sexo feminino, muito embora o gênero gramatical seja masculino. Se a informação de sexo do referente vem da raiz, a informação de gênero gramatical vem de onde?

Algumas línguas que, como o português, têm gênero gramatical como expressão em alguma medida do sexo biológico apresentam dados em que o sexo biológico do ser a que o substantivo se refere não coincide com o gênero gramatical esperado para aquele sexo. No alemão, por exemplo, o substantivo para *menina*, *Mädchen*, pertence ao gênero neutro, e não feminino. No português mesmo, a palavra *bicha* para se referir a homens homossexuais é um substantivo feminino, ainda que se refira a homens. Assim, embora seja uma tendência, não há a necessidade de o gênero gramatical e o sexo biológico do referente em expressões desse tipo convergirem. Nas palavras de Legate (2002, p. 3), “considerações de aquisição e talvez de diacronia vão favorecer a compatibilidade entre

traços semânticos e morfossintáticos, mas isso será uma tendência, e não uma imposição do sistema, que permite discrepâncias”.<sup>105</sup>

Dadas essas considerações, neste trabalho assumimos que o gênero gramatical das palavras elencadas em (22) é não interpretável e que, embora provavelmente a emergência dessas palavras ao lado de seu valor de gênero gramatical não tenha sido mera coincidência, essa relação está codificada na gramática sincrônica como uma coincidência. Dessa forma, os substantivos elencados em (22) em nada diferem dos substantivos derivados na seção anterior. A raiz de *mulher* se concatena com  $n_{[fem]}$  e a raiz de *príncipe* se concatena com  $n_{[masc]}$ .

A outra possibilidade para essas raízes seria a de ter o valor de gênero valorado em D, via avaliação do contexto extralinguístico, que é a maneira como palavras de gênero variável e interpretável são geradas, conforme a presente análise. Gostaríamos de oferecer uma evidência de que, embora o gênero pareça ser interpretável nos substantivos em (22), o gênero não é valorado em D. A evidência para isso diz respeito a dados já apresentados no início do capítulo, de palavras femininas que podem formar aumentativos masculinos. Repetimos os dados, originalmente apresentados em (3c), em (23).

(23) Aumentativos masculinos de bases femininas

- a. *A cadeira – o cadeirão*
- b. *A mulher – o mulherão*
- c. *A formiga – o formigão*
- d. *A bolsa – o bolsão*
- e. *A menina – \*o menino*

O que os dados em (23) sugerem é que, quando o gênero feminino é valorado em D, a forma aumentativa masculina não é possível. Concretamente, *menina* não pode ser base para o aumentativo *meninão*, como mostra (23e); da mesma forma, *aluna* não pode ser base para *alunão*, *amiga* não pode ser base para *amigão*, e assim por diante. Note-se que isso não tem a ver com uma possível ambiguidade da base; ou seja, essa impossibilidade não é devida ao fato de existirem as bases potenciais *menino* e *menina*, sendo que o aumentativo *meninão* é ambíguo entre ter qualquer dessas bases. A evidência

---

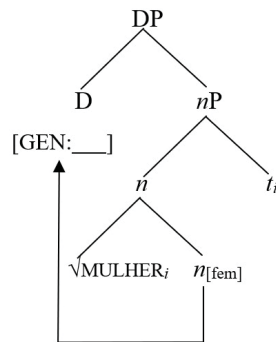
<sup>105</sup> Do inglês, “Considerations of acquisition and perhaps diachrony will favour compatibility between semantic and morpho-syntactic features, however this will be a tendency rather than something imposed by the system, allowing for mismatches”.

para isso é o exemplo em (23d): *bolsão* é um aumentativo ambíguo entre ter a base *bolso* e a base *bolsa*. Apesar disso, o uso de *bolsão* é possível com as duas bases. Uma sentença como “Nossa, que bolsão enorme!” pode significar tanto que há um bolso de calça enorme quanto uma bolsa enorme. De acordo com nossa análise, *bolso* e *bolsa* têm o gênero valorado em *n* e, por isso, podem ser base para o aumentativo *bolsão*.

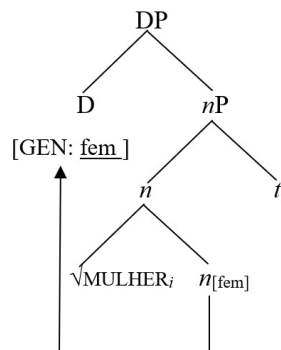
Assim, a impossibilidade de formar *meninão* a partir da base *menina* se dá, como defendemos, pelo fato de que o gênero de *menina* é valorado em D, e não em *n*. Caso o mesmo ocorresse com palavras como *mulher*, ou seja, caso o gênero gramatical de *mulher* fosse valorado em D, esperaríamos ser impossível formar *mulherão*, o que não é o caso. Dadas essas considerações, ilustramos abaixo a derivação apenas da palavra *mulher*, já que todos os dados em (22) são derivados de forma igual aos dados vistos na seção anterior.

(24) Derivação de *mulher*

a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero por concordância



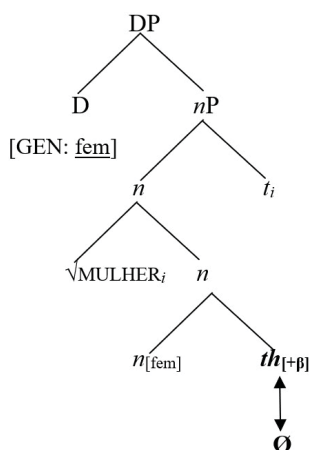
### c. Inserção de *th* em PF e output fonológico

#### Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{FÃ}}$ , **-dor**,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

#### Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*



#### 5.4.1.3 Substantivos que denotam seres animados sem pressuposição de sexo

Finalmente, o último conjunto de dados de substantivos de gênero invariável dentre os elencados no início do capítulo são os dados de epicenos e sobrecomuns, apresentados em (1c) e repetidos em (25).

#### (25) Substantivos sobrecomuns e epicenos

	Masculino	Feminino
a.	<i>indiví<u>duo</u></i>	---
b.	<i>fantasm<u>a</u></i>	<i>crianç<u>a</u></i>
c.	<i>jacar<u>é</u></i>	<i>casca<u>vel</u></i>
d.	<i>alce<u>o</u></i>	<i>lebr<u>e</u></i>

Esses substantivos denotam seres animados, mas sem pressupor sexo. Assim, *indivíduo* pode se referir a um homem ou a uma mulher e *jacaré* pode se referir ao macho ou à fêmea do animal. A derivação desses substantivos também é igual a derivação dos

outros substantivos invariáveis vistos até então – ou seja, o valor do gênero gramatical provém de  $n - e$ , por isso, não ilustraremos as derivações.

## 5.4.2 Substantivos com gênero variável

Nesta seção, mostramos a derivação dos substantivos que têm gênero variável e que foram apresentados em (2) no início do capítulo. Na seção 5.4.2.1, analisamos os substantivos variáveis com gênero interpretável e composição formal em  $-o$  e  $-a$ ; na seção 5.4.2.2, os substantivos variáveis com gênero não interpretável e composição formal em  $-o$  e  $-a$ ; na seção 5.4.2.3, os substantivos variáveis com gênero interpretável e composição gentílica e, por fim, na seção 5.4.2.3, nos debruçamos sobre os substantivos com gênero variável e interpretável, mas sem modificação em sua composição formal.

### 5.4.2.1 Gênero interpretável e composição formal em $-o$ e $-a$

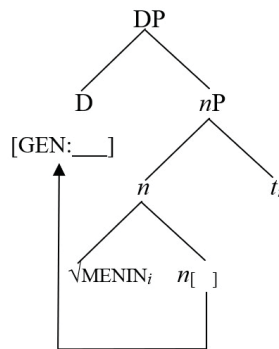
Os substantivos variáveis com gênero interpretável e composição formal em  $-o$  (para o masculino) e em  $-a$  (para o feminino), como *menino-menina*, fazem parte de um dos grupos de substantivos que se concatenam com um  $n$  subespecificado para gênero:  $n_{[ ]}$ . Após a concatenação com  $n$  e o *matching* de traços de gênero entre  $n$  e  $D$ , a estrutura é sujeita a uma avaliação do contexto extralinguístico, para que o traço de gênero em  $D$  seja adequadamente valorado, o que automaticamente gera a valoração do traço de gênero em  $n$ , uma vez que a cadeia de *matching* já está estabelecida.

Antes de ilustrarmos essa derivação, cabe notar novamente que a forma masculina desses substantivos não é exclusiva à referência a seres do sexo masculino, mas apresenta também um significado amplo, quando (i) o grupo de entidades denotadas pelo substantivo é misto ou (ii) o sexo da(s) entidade(s) referida(s) é desconhecido. Com isso, sugerimos que a valoração de gênero em  $D$  é também tripartite:  $D$  pode receber [fem] quando a(s) entidade(s) referida(s) é(são) exclusivamente do sexo feminino, [masc] quando a(s) entidade(s) referida(s) é(são) exclusivamente do sexo masculino ou, ainda,  $D$  pode se abster de valorar o traço de gênero, caso estejamos perante uma das duas situações mencionadas, ou seja, caso o grupo de entidades seja misto ou caso o sexo do(s) referente(s) seja(m) desconhecido(s). O fato de a morfologia de masculino emergir nesse

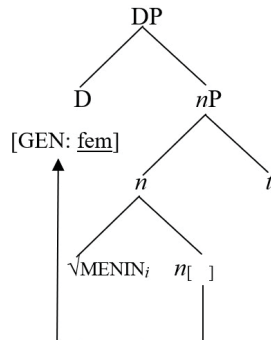
último caso decorre da maneira como informação de classe e itens de Vocabulário são codificados em PF. Abaixo, ilustramos a derivação de *menina* e as duas possíveis derivações de *menino*: quando D recebe o valor [masc] para gênero e quando D se abstém de valorar esse traço. As derivações são mostradas em quatro etapas: (i) a concatenação da raiz com o nominalizador apropriado e o *matching* do traço de gênero em D e em *n*, (ii) a valoração do traço de gênero em D por avaliação de contexto extralinguístico, (iii) a valoração do traço de gênero em *n* por concordância com a cadeia já previamente estabelecida e (iv) a inserção de *th* e sua realização fonológica.

(26) Derivação de *menina*

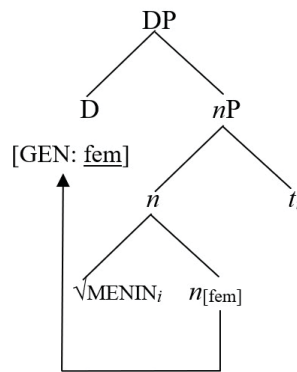
a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero em D por avaliação do contexto



c. Valoração de gênero em *n* por concordância



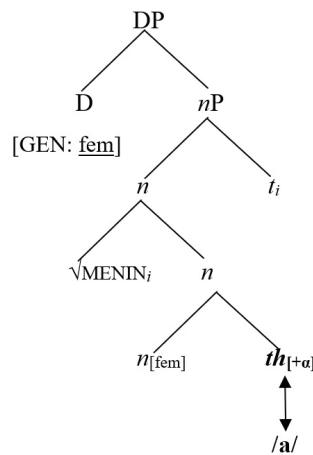
d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, +γ] no contexto de √ÁRVOR, √ALFAC, √PEL, ...
- ii. Insira [*th*, +β] no contexto de √MAR, √MASCOT, √FÃ, -*dor*,
- iii. Insira [*th*, +α] no contexto de √PLANET, √MAP, √FANTASM,
- iv. Insira [*th*, -α] no contexto de √FOT, √MODEL, √TRIB, ...
- v. Insira [*th*, +α] no contexto de [fem]**
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

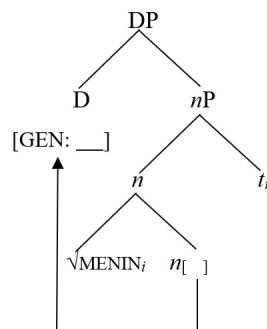
Itens de Vocabulário

- i. /e/ ↔ [+γ]
- ii. ∅ ↔ [+β]
- iii. /a/ ↔ [+α]**
- iv. /o/ ↔ *elsewhere*

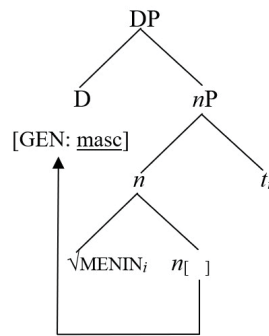


(27) Derivação de *menino* (significado: sexo masculino)

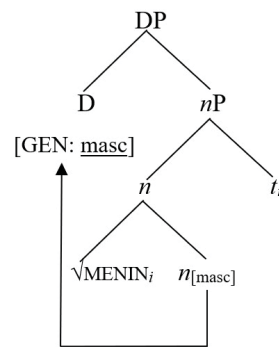
a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero em D por avaliação do contexto



c. Valoração de gênero em n por concordância



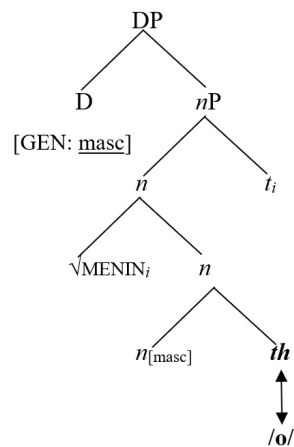
d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{FÃ}}$ , -*dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.**

Itens de Vocabulário

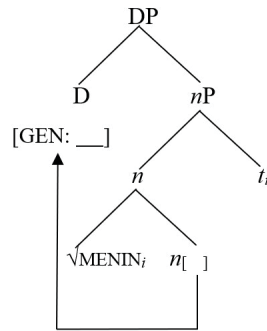
- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  elsewhere**



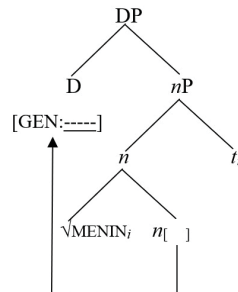


(28) Derivação de *menino* (significado: misto/desconhecido)

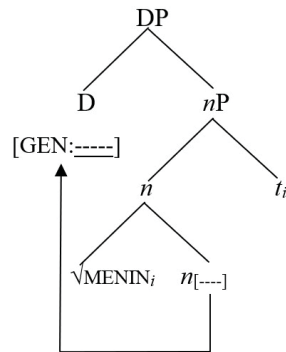
a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero em D por avaliação do contexto



c. Valoração de gênero em *n* por concordância



#### d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

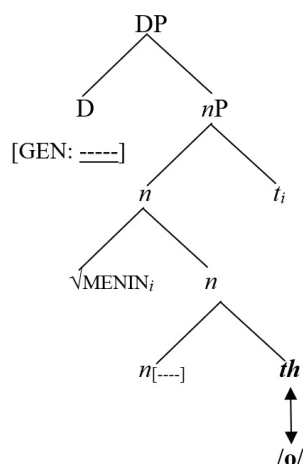
##### Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{FÃ}}$ , -*dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]

##### vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

##### Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*



Uma pergunta que pode emergir dessa abordagem para o significado misto do gênero masculino é se não seria o próprio traço [masc] o valor de gênero a carregar esse significado, em contraste à não valoração do traço de gênero, conforme defendido até então. Caso fosse assim, a derivação em (27) seria ambígua entre o significado de sexo masculino e o significado misto, o que permitiria abrir mão da existência de uma derivação como (28). Como evidência em favor da análise defendida aqui, considere-se os exemplos em (29) abaixo.

##### (29) Evidência para a subespecificação de gênero na leitura mista

- a. *Quando o formigo pediu a formiga em casamento, **todas as formigas** aplaudiriam.*
- b. #*Quando o formigo pediu a formiga em casamento, **todos os formigos** aplaudiram.*

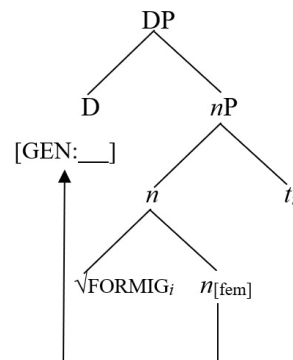
As sentenças em (29) constituem dados de coerção do tipo “contextos Disney”, já apresentadas brevemente na seção 5.1. A palavra *formiga* é uma palavra “lexicalmente” feminina, que não recebe flexão de gênero. Entretanto, existe a possibilidade de fazer a flexão de gênero para evidenciar a distinção de sexo entre duas formigas, sobretudo em

contos ou histórias infantis, em que personagens animais com frequência apresentam características humanoides. Nesse contexto, a formação de *o formigo* é possível para fazer referência a uma formiga de sexo masculino. Entretanto, mesmo nesse contexto, quando se utiliza a raiz  $\sqrt{\text{FORMIG}}$  para fazer referência a um conjunto misto/desconhecido de formigas em relação ao sexo, a forma que emerge é a forma lexicalmente esperada, ou seja, a forma feminina. Isso se torna evidente ao contrastar a sentença em (29a) com a sentença em (29b). Em (29b), o uso do sintagma masculino “todos os formigos” não permite a leitura de um grupo misto de seres em termos de sexo biológico, mas apenas a leitura de um grupo de seres do sexo masculino; em (29a), ao contrário, essa leitura ampla é permitida.

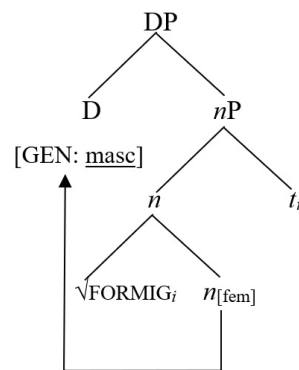
Nossa proposta para esse tipo de coerção é a seguinte: a raiz  $\sqrt{\text{FORMIG}}$  deve se concatenar *sempre* com um nominalizador do tipo  $n_{[\text{fem}]}$ , uma vez que a condição de licenciamento para interpretação dessa raiz no contexto nominal faz referência ao traço [fem]. Para a formação de *o formigo*, no entanto, o núcleo D valora o traço de gênero com base no contexto extralinguístico, ainda que o nominalizador já esteja valorado para gênero. A operação de concordância, então, sobrescreve o traço [fem] carregado pelo nominalizador, que é o que gera o efeito coercivo da estrutura. (30) abaixo ilustra essa derivação em quatro etapas: (i) a concatenação da raiz  $\sqrt{\text{FORMIG}}$  com o nominalizador apropriado e o *matching* do traço de gênero em D e em  $n$ , (ii) a valoração independente do traço de gênero em D por avaliação de contexto extralinguístico, (iii) a sobrescrição do valor do traço de gênero em  $n$  por concordância com a cadeia já previamente estabelecida e (iv) a inserção de *th* e sua realização fonológica.

(30) Derivação de *formigo* (significado: sexo masculino)

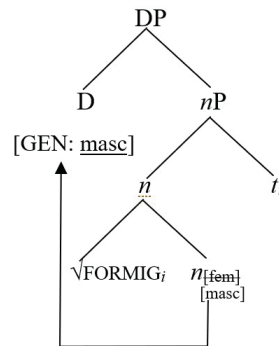
a. Concatenação com o matiz apropriado de  $n$  e *matching* de traços



b. Valoração independente de gênero em D por avaliação do contexto



c. Sobrescrição do traço de gênero em n por concordância



d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

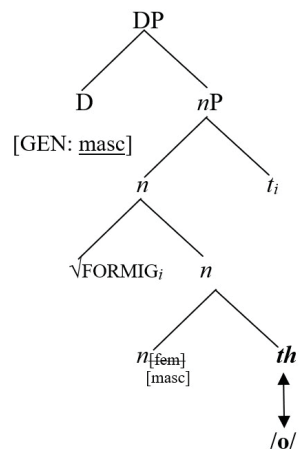
Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{FÃ}}$ , -*dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]

**vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.**

Itens de Vocabulário

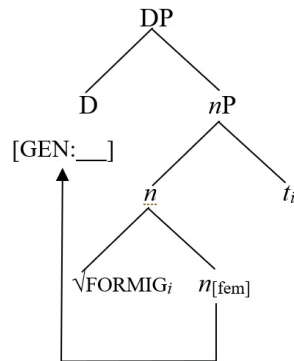
- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  elsewhere**



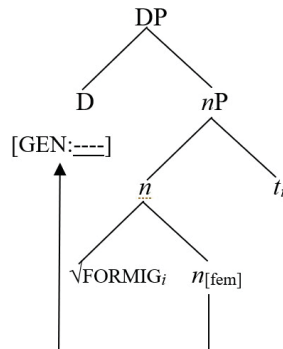
Para gerar a leitura ampla, no entanto, o núcleo D faz a avaliação do contexto, mas não devolve nenhum valor do traço de gênero. Por esse motivo, a concordância entre D e *n* se dá normalmente e o traço de gênero “lexical” da raiz  $\sqrt{\text{FORMIG}}$ , que é [fem], volta a emergir, conforme ilustrado em (31).

(31) Derivação de *formiga* (significado: misto/desconhecido)

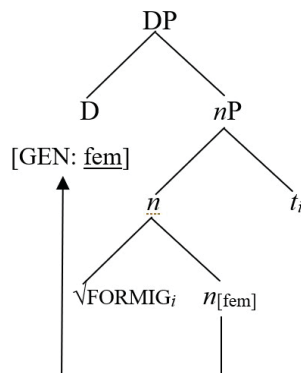
a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração independente de gênero em D por avaliação do contexto



c. Concordância entre D e *n*



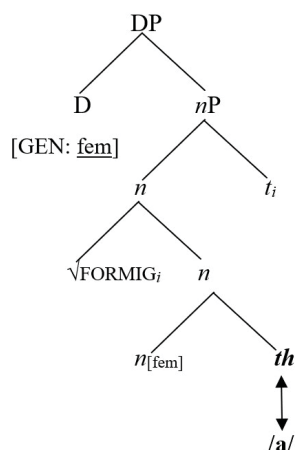
#### d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

##### Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{FÃ}}$ , -*dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]**
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

##### Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]**
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*



Acreditamos, assim, que esse tipo de dado é uma evidência para a não valoração do traço de gênero quando o sexo dos seres envolvidos é misto/desconhecido. Sob essa abordagem, assim, não é verdade que o traço de gênero [masc] é o que permite a leitura ampla, mas que o que permite a leitura ampla é a falta de valoração do traço de gênero. Novamente, o fato de em contextos não coercivos a mesma morfologia que emerge na presença do traço [masc] emergir na ausência de valoração do traço de gênero se deve à maneira como os traços de classe e os itens de Vocabulário estão codificados em PF.

#### 5.4.2.2 Gênero não interpretável e composição formal em -o e -a

Os dados relevantes para esta seção são os pares de palavras que compartilham uma mesma raiz, variando em gênero e em composição formal, mas sem que os traços de gênero tenham uma leitura de sexo, ou seja, sem que os traços de gênero sejam “interpretáveis”. Esses pares já foram discutidos no capítulo 2 e uma lista completa dos dados levantados se encontra no Apêndice II.

Pares como *bolso-bolsa*, *mato-mata*, *ovo-ova* e assim por diante se assemelham aos substantivos invariáveis, no sentido de que têm seu gênero “lexicalmente” determinado. Conforme já esclarecido na seção 5.3, por “lexicalmente determinado”,

queremos dizer que as condições de licenciamento dessas raízes em ambiente nominal, que negociam o significado da raiz em LF, fazem referência aos traços de gênero. A diferença desses pares com relação aos substantivos invariáveis é que existem duas interpretações distintas listadas para uma mesma raiz, no contexto de diferentes matizes de *n*. O exemplo apresentado no capítulo 2, para o par *ovo-ova*, é repetido em (32) abaixo.

- (32) Instruções em LF para a raiz  $\sqrt{\text{OV}}$
- a.  $\sqrt{\text{OV}} \leftrightarrow$  “ovo de peixe” / [ \_\_\_  $n_{[\text{fem}]}$ ]<sub>nP</sub>
- b.  $\sqrt{\text{OV}} \leftrightarrow$  “ovo” / [ \_\_\_  $n_{[\text{masc}]}$ ]<sub>nP</sub>

A possibilidade de uma mesma raiz aparecer no contexto de dois traços de gênero distintos, assim, decorre da existência de significados negociados com essa raiz para os dois diferentes traços de gênero. Tanto quanto o valor de gênero de nomes invariáveis, essa é uma propriedade arbitrária das raízes (não há nada que preveja que raízes poderão negociar diferentes significados condicionados pelos traços de gênero) e, por isso, também é listada. A derivação desses substantivos é igual à derivação dos substantivos invariáveis apresentados na seção 5.4.1 e, por isso, não vemos a necessidade de ilustrá-las.

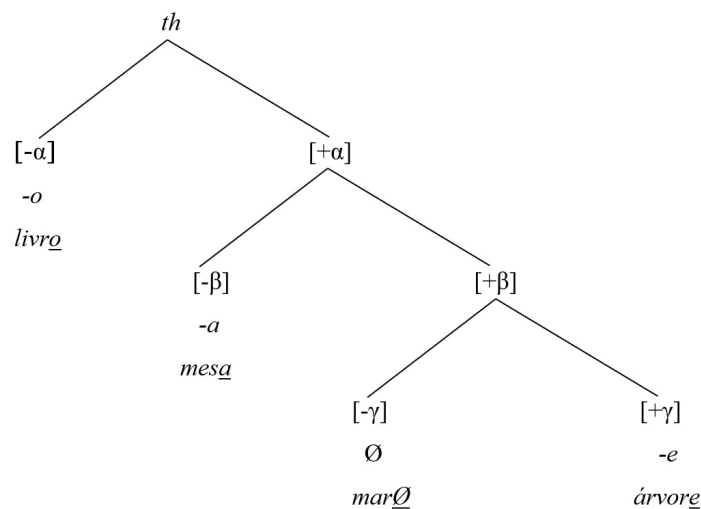
### 5.4.2.3 Gênero interpretável e composição gentílica

Um conjunto de dados que parece sempre oferecer problemas para quaisquer trabalhos que investiguem a relação entre valor de gênero e composição formal dos substantivos são os substantivos que Harris (1991) chama de “gentílicos”. Os substantivos gentílicos são aqueles que fazem a forma masculina em *-e/Ø* e a forma feminina em *-a*. Os exemplos apresentados em (2c) são repetidos em (33) a seguir.

- (33) Substantivos gentílicos
- |    | Masculino        | Feminino          |
|----|------------------|-------------------|
| a. | <i>mestre</i>    | <i>mestra</i>     |
| b. | <i>professor</i> | <i>professora</i> |
| c. | <i>peru</i>      | <i>perua</i>      |

A proposta para esses pares, que se alimenta da abordagem de Harris (1999) para o espanhol e de Alcântara (2003) para o português, já foi esboçada no capítulo 2. A raiz desses pares é “marcada” para classe nominal – nos termos da presente proposta, essas raízes estão listadas nas instruções de inserção de *th* para as classes [+β] (no caso dos substantivos terminados em  $\emptyset$  ou em *-e* epentético) ou [+γ] (no caso dos substantivos terminados em *-e* não epentético). Após a inserção do nó *th* com a especificação de classe, uma regra de empobrecimento é responsável por apagar o traço [+β] no contexto do traço [fem]. De acordo com a hierarquia de traços para classes nominais proposta no capítulo 2 e repetida em (34) abaixo, o apagamento do traço [+β] elimina da computação o traço [±γ], que é dominado pelo traço [+β], encaminhando automaticamente as raízes dessas classes para a classe [+α] – dado que, também pela hierarquia em (34), raízes [+β] ou [+γ] são marcadas como [+α].

(34) Hierarquia de marcação para classes não verbais



A regra de empobrecimento mencionada é específica para algumas raízes; afinal, essa regra se aplica a raízes como *peru* (que forma *perua* no feminino), mas não, por exemplo, a *jacu* (que forma *jacu* no feminino). Essa regra, também já apresentada no capítulo 2, é repetida em (35) abaixo.

(35) Regra de empobrecimento

$$[+\beta] \rightarrow \emptyset / \sqrt{\text{LISTA}} \text{ \_\_\_ } [\text{fem}] \quad \text{em que } \sqrt{\text{LISTA}} = \sqrt{\text{PERU}}, \sqrt{\text{MESTRE}}, \dots$$



Para além da necessidade de postulação dessa regra de empobrecimento, a derivação desses substantivos é semelhante à derivação dos substantivos de gênero variável e interpretável apresentada na seção 5.4.2.1. A presença do traço [fem] desencadeia o empobrecimento, gerando a forma feminina terminada em *-a*, mas a presença do traço [masc] e a subespecificação do traço de gênero [ ], por não desencadearem a regra de empobrecimento, geram as formas esperadas terminadas em *-e* ou  $\emptyset$ .

#### 5.4.2.4 Gênero interpretável e mesma composição formal

Finalmente, esta seção contempla os substantivos com gênero variável, mas cuja composição formal não é variável – o que a gramática tradicional chama de *comuns de dois*. Os exemplos oferecidos em (2d) são repetidos em (36) abaixo.

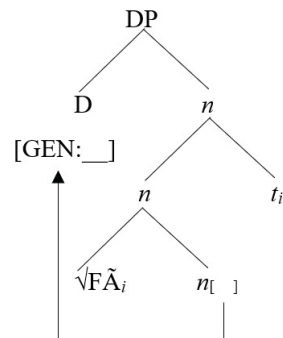
##### (36) Substantivos comuns de dois

	Masculino	Feminino
a.	<i>modelo</i>	<i>modelo</i>
b.	<i>artista</i>	<i>artista</i>
c.	<i>fã</i>	<i>fã</i>
d.	<i>estudante</i>	<i>estudante</i>

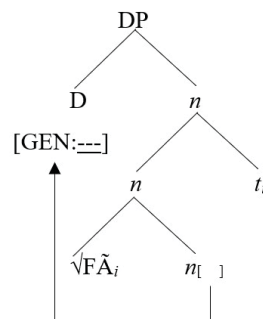
Dado o que já foi discutido até então, a derivação desses substantivos é bastante simples: as raízes estão listadas nas instruções para inserção de *th*, e nenhuma regra de empobrecimento está em jogo e, por isso, as formas masculina, feminina e não marcada para gênero apresentam exatamente a mesma composição formal. Em (37-42) abaixo, ilustramos a derivação dessa classe de substantivos com os exemplos *(o/a) fã* e *(o/a) modelo*. Em (37), a derivação de *(o) fã* com significado misto/desconhecido; em (38), a derivação de *(o) fã* com significado de sexo masculino; em (39), a derivação de *(a) fã*; em (40), a derivação de *(o) modelo* com significado misto/desconhecido; em (41), a derivação de *(o) modelo* com significado de sexo masculino e, por fim, em (42), a derivação de *(a) modelo*.

(37) Derivação de *(o) fã* (significado: misto/desconhecido)

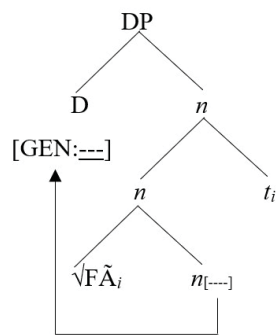
a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero em D por avaliação do contexto



c. Valoração de gênero em *n* por concordância



d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...

ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{FÃ}}$ , *-dor*,

iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,

iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...

v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]

vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

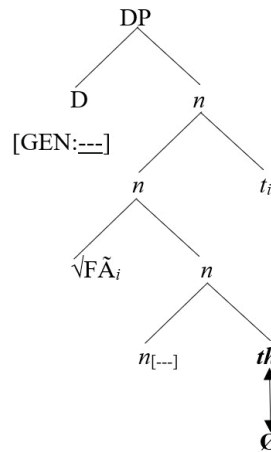
Itens de Vocabulário

i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]

ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]

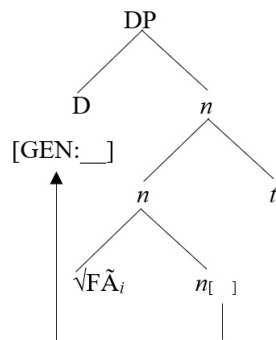
iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]

iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*

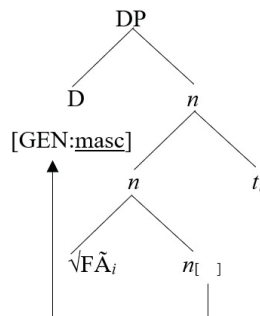


(38) Derivação de (*o*) *fã* (significado: sexo masculino)

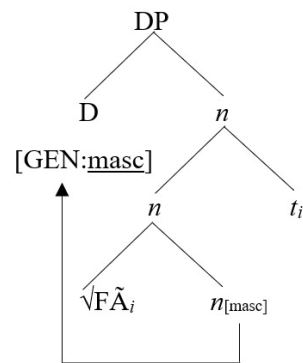
a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero em D por avaliação do contexto



c. Valoração de gênero em *n* por concordância



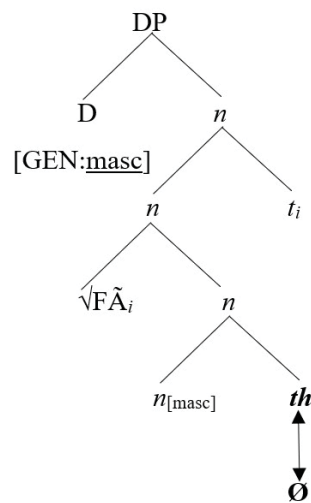
d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{FÃ}}$ , *-dor*,**
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

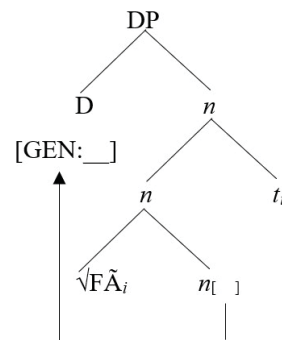
Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]**
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*

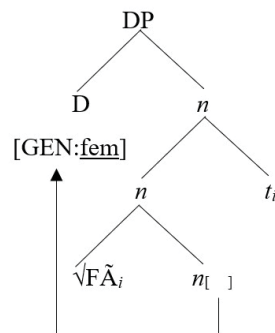


(39) Derivação de (a) *fã*

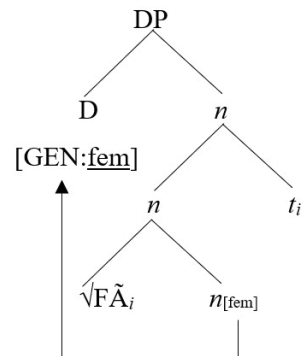
a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero em D por avaliação do contexto



c. Valoração de gênero em *n* por concordância



d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...

ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{F\~{A}}}$ , *-dor*,

iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,

iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...

v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]

vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

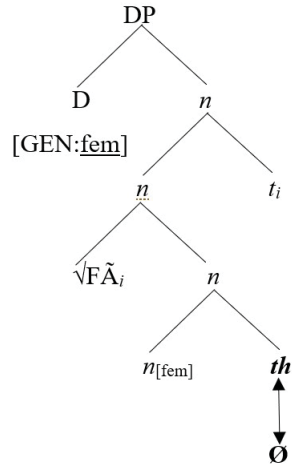
Itens de Vocabulário

i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]

ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]

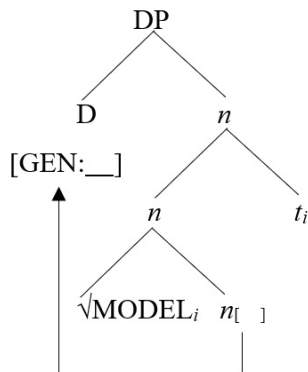
iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]

iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere*

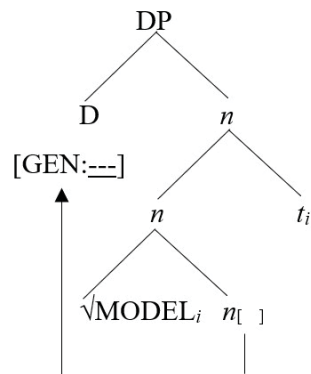


(40) Derivação de (*o*) *modelo* (significado: misto/desconhecido)

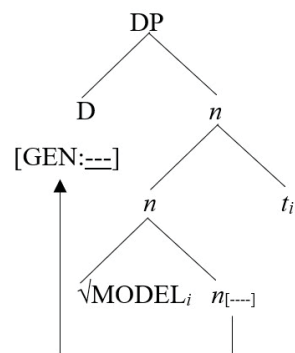
a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero em D por avaliação do contexto



c. Valoração de gênero em n por concordância



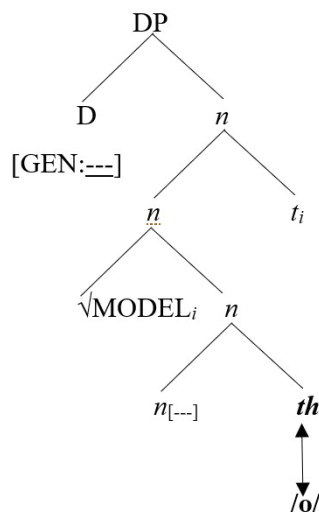
d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{F\AA}}$ , *-dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...**
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

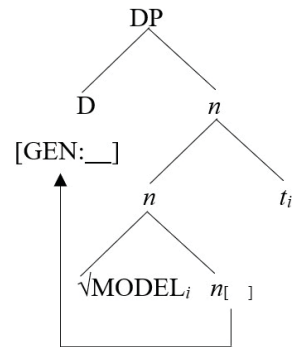
Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  elsewhere**

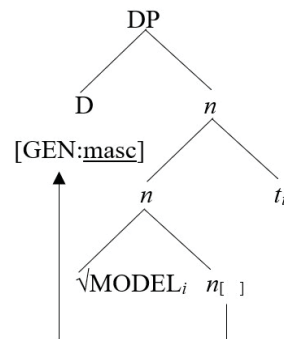


(41) Derivação de *(o) modelo* (significado: sexo masculino)

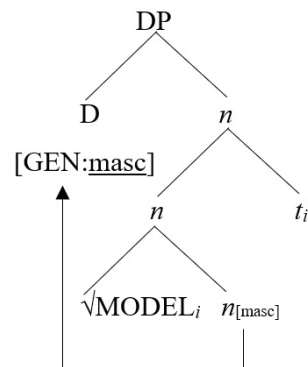
a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero em D por avaliação do contexto



c. Valoração de gênero em *n* por concordância





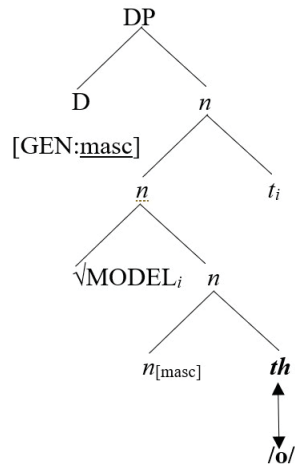
d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{FÃ}}$ , -*dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...**
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

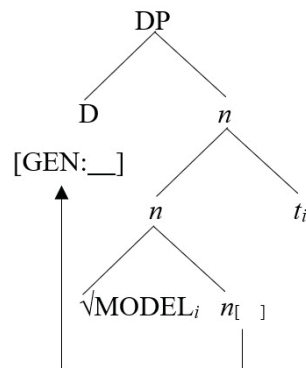
Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  elsewhere**

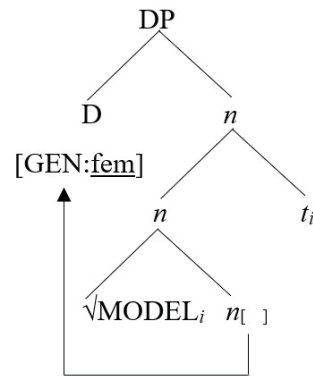


(42) Derivação de (a) *modelo*

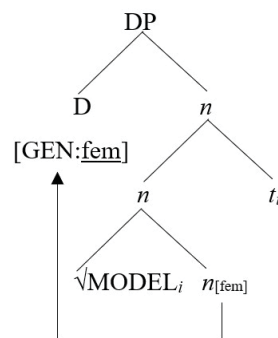
- a. Concatenação com o matiz apropriado de *n* e *matching* de traços



b. Valoração de gênero em D por avaliação do contexto



c. Valoração de gênero em n por concordância



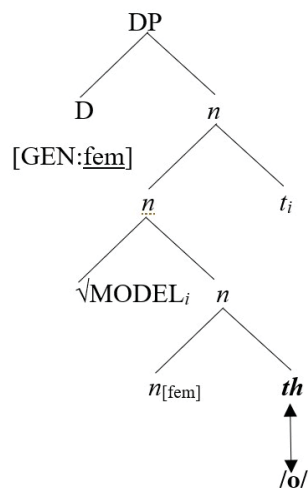
d. Inserção de *th* em PF e output fonológico

Instruções para inserção de *th* em *n*

- i. Insira [*th*, + $\gamma$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{ÁRVOR}}$ ,  $\sqrt{\text{ALFAC}}$ ,  $\sqrt{\text{PEL}}$ , ...
- ii. Insira [*th*, + $\beta$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{MAR}}$ ,  $\sqrt{\text{MASCOT}}$ ,  $\sqrt{\text{F\AA}}$ , *-dor*,
- iii. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{PLANET}}$ ,  $\sqrt{\text{MAP}}$ ,  $\sqrt{\text{FANTASM}}$ ,
- iv. Insira [*th*, - $\alpha$ ] no contexto de  $\sqrt{\text{FOT}}$ ,  $\sqrt{\text{MODEL}}$ ,  $\sqrt{\text{TRIB}}$ , ...**
- v. Insira [*th*, + $\alpha$ ] no contexto de [fem]
- vi. Insira [*th*] nos demais ambientes.

Itens de Vocabulário

- i. /e/  $\leftrightarrow$  [+ $\gamma$ ]
- ii.  $\emptyset$   $\leftrightarrow$  [+ $\beta$ ]
- iii. /a/  $\leftrightarrow$  [+ $\alpha$ ]
- iv. /o/  $\leftrightarrow$  *elsewhere***



### 5.4.3 Efeitos de mudança de gênero

Nas seções anteriores, avançamos boa parte da contribuição desta análise para o tratamento dos dados em que o uso de um valor de gênero discrepante em relação ao valor de gênero esperado gera um efeito particular. Alguns dos dados apresentados em (3) serviram de evidência para a maneira como os traços de gênero são valorados em fenômenos “normais”, que não envolvem coerção. Abaixo, repetimos os dados apresentados em (3) e, em seguida, lembramos o que já foi discutido com respeito a esses dados, acrescentando questões em aberto e, na medida do possível, esboçando soluções a serem devidamente investigadas em trabalhos futuros.

#### (43) Efeitos de mudança de gênero

##### a. Para nomear/apelidar uma pessoa

(i) *O ?Garrafo/Garrafa está lá em casa.*

(ii) *A Palito/?Palita está lá em casa.*

##### b. Para atribuir animacidade e/ou sexo (contextos Disney)

(i) *O panelo/?panela e a panela se casaram.*

(ii) *O formigo/?formiga e a formiga se casaram.*

##### c. Aumentativos

(i) *A mesa – o mesão*

(ii) *A mulher – o mulherão*

(iii) *A formiga – o formigão*

(iv) *A bolsa – o bolsão*

(v) *A menina – \*o menino*

Primeiramente, com relação aos dados em (43c), já mencionamos que foge do escopo desta tese avançar uma análise que ofereça uma estrutura para os aumentativos; para esse fim, referimos o leitor a Armelin (2015) e trabalhos lá mencionados. A discussão relevante com relação a essas formações para os presentes propósitos diz respeito à posição estrutural em que o gênero interpretável é valorado, em oposição à posição estrutural da valoração do gênero não interpretável. Mostramos que a possibilidade de formar um aumentativo a partir de uma base “lexicalmente” feminina (ou seja, já valorada em *n*) contrasta com a impossibilidade de formar um aumentativo a partir de uma base feminina cujo gênero é valorado em *D*, e não em *n*. Em particular, as

bases *mulher* e *bolsa* – tanto quanto *mesa* e *formiga* –, que, como defendido neste trabalho, têm seu gênero “lexicalmente” codificado, possibilitam a formação aumentativa masculina, mas a base *menina*, que tem seu gênero valorado em D por meio de avaliação do contexto, não permite tal formação. Esses fatos advogam em prol de uma análise como a defendida aqui.

Com relação aos dados apresentado em (43a) e (43b), já sugerimos existir uma diferença na possibilidade de modificação da composição formal do substantivo base. Por um lado, a discrepância de gênero no uso de um substantivo comum como nome próprio parece privilegiar a composição formal esperada do substantivo base (cf. (43a)) e, por outro, a mudança de gênero de um substantivo invariável, com o fim de codificar animacidade/sexo do ser referido, parece privilegiar a mudança na composição formal do substantivo base (cf. (43b)). Como também já mencionado, esses julgamentos de aceitabilidade obviamente requererem uma investigação experimental, de modo a fornecer resultados de julgamentos mais acurados por parte dos falantes. De todo modo, no caso de essa tendência observada nos dados estar na direção correta, buscamos oferecer possíveis explicações, que levam mais a perguntas do que a respostas.

Com relação aos dados em (43b), já foi proposta uma derivação para o tipo de discrepância de gênero que atribui sexo a seres denotados por substantivos que, de outro modo, não apresentam flexão de gênero. Mostramos que a formação de *o formigo* envolve uma valoração do traço de gênero em D independente da valoração de gênero em *n*, que é o que gera o efeito coercivo. Quando apresentamos a derivação desse dado, no entanto, não chegamos a mencionar a já discutida possibilidade de a realização do substantivo *formiga* perante o determinante masculino *o* se manter. Em realidade, o que foi questionado foi a existência de dados desse tipo, sem que a leitura seja inevitavelmente a de nome próprio. De todo modo, caso formações como *o formiga*, sem a interpretação de *formiga* como nome próprio, sejam de fato possível, sugerimos que isso é fruto da ambiguidade de um nome feminino terminado em *-a* estar ou não listado na instrução de inserção do nó de vogal temática *th* com o traço [+α]. Em outras palavras, os falantes interpretam a raiz  $\sqrt{\text{FORMIG}}$  como uma raiz não marcada para classe – gerando a forma *formigo* quando no contexto masculino – ou interpretam essa raiz como marcada para a classe [+α], gerando a mesma forma *formiga*, mesmo quando perante o traço de masculino?

Certamente, a pergunta recém formulada não tem nenhuma resposta imediata. A expectativa mais óbvia é a de que os falantes, na ausência de quaisquer evidências

contrárias, tratem as raízes como não marcadas. Nesse caso em particular, a expectativa é que os falantes prefiram *o formigo* a *o formiga*, uma vez que essa última formação exigiria a presença da raiz  $\sqrt{\text{FORMIG}}$  na listagem de instrução para inserção da vogal temática com o traço [+α], tanto quanto as raízes de *mapa* e *fantasma*, por exemplo. Essa hipótese, obviamente, depende da possibilidade de os falantes interpretarem o substantivo *formiga* em *o formiga* como um substantivo comum, e não próprio. Como já buscamos deixar evidente, no entanto, não é claro que essa interpretação esteja efetivamente disponível.

Por fim, os dados em (43a) apresentam uma discrepância de gênero que de fato permite uma interpretação de nome próprio ao substantivo com gênero modificado. Diferentemente dos substantivos em (43b), os substantivos em (43a) recebem uma leitura mais natural de nome próprio quando a composição formal do substantivo base não é alterada. Em outras palavras, *o Garrafa* é mais naturalmente interpretado como um nome próprio/apelido de uma pessoa do sexo masculino do que *o Garrafo*. Uma hipótese possível para essa tendência é a de que nomes próprios não estão no mesmo domínio cíclico que o núcleo D e, por isso, a valoração de gênero em *n* é, de fato, (obrigatoriamente) independente da valoração de gênero em D. Afinal, um determinante definido não contribui de fato com a definitude de um nome próprio, e é com frequência chamado de “expletivo” quando precede nomes próprios. De todo modo, uma análise propriamente explicativa desse fenômeno deve estar vinculada a uma análise sobre a morfofonologia dos nomes próprios de uma maneira geral, que, como já foi mencionado no capítulo 2 (a respeito dos dados da Tabela 2.5), exige uma investigação aprofundada.

Para fechar a seção, acrescentamos que algo que também deve compor a agenda de investigação de efeitos coercivos de mudança de gênero em pesquisas futuras diz respeito às composições formais não default para o valor de gênero. Os dados que foram mencionados nesta seção envolvem substantivos femininos que terminam em *-a* e substantivos masculinos que terminam em *-o*. Como se comportam substantivos terminados em *-e* ou  $\emptyset$  quando envolvidos em fenômenos como os de (43a-b)?

## 5.5 Considerações finais

Neste capítulo, oferecemos uma análise para a codificação de gênero na gramática, perante diversos fenômenos que envolvem não só o valor de gênero gramatical

dos substantivos, como também sua composição formal e a (não) interpretabilidade do gênero. A proposta é a de que gênero é uma propriedade do núcleo nominalizador  $n$  e, em particular, sugerimos que esse núcleo pode vir em três diferentes matizes:  $n_{[masc]}$ ,  $n_{[fem]}$  ou  $n_{[ ]}$ . As raízes que formam substantivos com gênero não interpretável se concatenam com  $n_{[masc]}$  ou  $n_{[fem]}$ , sendo essa concatenação licenciada pelas condições de interpretação das raízes em contextos nominais em LF. Quando o gênero de um substantivo é interpretável, formando pares como *menino-menina*, a raiz se concatena com um núcleo  $n$  subespecificado para gênero, cabendo ao núcleo D avaliar o contexto extralinguístico e atribuir um valor de gênero à estrutura, com base no sexo biológico do(s) referente(s). Propusemos, ainda, que o gênero valorado em D também pode ser tripartite:  $[masc]$  para se referir a seres do sexo masculino,  $[fem]$  para se referir a seres do sexo feminino ou  $[ ]$  para se referir a grupos mistos. Mostramos que, sob a análise independentemente motivada para a codificação e realização das vogais temáticas apresentada no capítulo 2, a não valoração do traço de gênero em D faz emergir a morfofonologia em geral associada ao masculino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou as vogais temáticas verbais e nominais do português brasileiro e sua interação com alguns aspectos da morfologia flexional da língua. No capítulo 1, levantamos as principais perguntas que esta tese buscou responder, ao lado das hipóteses iniciais, que foram elaboradas ao longo do trabalho. A seguir, repetimos as perguntas e respostas inicialmente apresentadas, discutindo cada uma delas à luz do que foi desenvolvido nos capítulos anteriores, com foco sobre o que pode ser mais bem explorado em trabalhos futuros.

P1: Quantas e quais são as classes verbais e nominais do português?

R: Defendemos que a categoria verbal é subdividida em três classes, determinadas pelas vogais temáticas *-a*, *-e* e *-i*, e que a categoria nominal (ou não verbal) é subdividida em quatro classes, determinadas pelas vogais temáticas *-o*, *-a*, *-e* e  $\emptyset$ . Embora essa conclusão pareça trivial, veremos no próximo capítulo que ela envolve discutir com uma literatura bastante diversificada que, no caso das vogais temáticas nominais, varia desde a negação da existência de vogais temáticas como primitivos da gramática (Armelin, 2015) até a postulação de cinco classes nominais (Alcântara, 2003). No caso da categoria verbal, a discussão do número de classes de fato exige menos fôlego, embora se faça necessário discutir a possibilidade de o número de classes verbais serem duas (conforme sugere Camara Jr., 1970/2008) ou de serem quatro (Freitas, 2015).

Particularmente com relação às classes nominais do português, uma das contribuições que a discussão levantada neste trabalho ofereceu foi um balanço entre o que propõe Alcântara (2003) e o que propõe Armelin (2015). Em um nível puramente observacional, pode-se dizer que são quatro as classes nominais do português, caracterizadas pelas vogais temáticas *-o*, *-a*, *-e* e  $\emptyset$ . A partir dessa observação, Alcântara (2003) sugere a existência de cinco classes nominais, subdividindo as classes em *-e* e  $\emptyset$  em três diferentes grupos. Já Armelin (2015) sugere que a vogal átona final *-e* em nomes jamais tem estatuto morfológico e, assim, admite que apenas *-o*, *-a* e  $\emptyset$  são morfemas nominais. Na tentativa de contribuir à discussão, buscamos mostrar que a subdivisão sugerida por Alcântara (2003) não pode ser tratada simplesmente como diferentes classes

morfológicas arbitrariamente atribuídas às respectivas raízes, uma vez que os dados dos subgrupos sugeridos obedecem de forma sistemática ao contexto fonológico circundante – embora não de forma geral e irrestrita, sendo que as variáveis envolvidas nas exceções, em particular envolvendo nomes terminados em /r/, devem ser investigadas mais atentamente em trabalhos futuros, conforme sugerido em notas. Por outro lado, na tentativa de levar a cabo a hipótese de Armelin (2015) de que a vogal *-e* jamais tem estatuto morfológico (para a autora, ou é parte da raiz ou é epêntese), levantamos dados que parecem sugerir o contrário. Em particular, uma investigação preliminar da composição formal de antropônimos mostrou que o tratamento da vogal *-e* como vogal temática nominal, quando emerge após uma consoante licenciada em coda final, é mais interessante para explicar esses dados. Afinal, uma mesma “raiz” antroponímica permite a formação de quatro diferentes antropônimos, pertencentes às quatro diferentes classes, como, por exemplo, em *Marcel-Marcelo-Marcela-Marcele*. Esses dados também querem investigação futura mais aprofundada.

P2: De que maneira são representadas as classes verbais e nominais na gramática?

R: Sugerimos que as classes conjugacionais são codificadas por meio de traços binários que se relacionam por meio de uma hierarquia de marcação, como sugere Oltra-Massuet (1999a, b).

A hipótese que responde à P2 não é uma contribuição deste trabalho, que já foi sugerida por Teixeira (2012). De todo modo, o que torna essa hipótese atraente, em contraste às outras hipóteses de codificação de classes conjugacionais disponíveis na literatura, é que ela permite explicar, de um lado, as diferenças entre as classes verbais CII e CIII e, de outro, suas semelhanças.

P3: Como está codificada a relação arbitrária entre as raízes da língua e as vogais temáticas verbais e nominais?

R: Defendemos que as vogais temáticas não são uma propriedade das raízes, pura e simplesmente, e sim uma propriedade das raízes *em determinado contexto morfossintático*. Por esse motivo, já respondendo parcialmente a próxima pergunta, a informação de a que classe pertence uma raiz é posterior à concatenação sintática dessa raiz com um categorizador. Uma única raiz pode



acessar diferentes listas de instruções responsáveis por fornecer os traços de classe, a depender de a qual categorizador se concatena na sintaxe.

Embora dados que mostrem a arbitrariedade da classe nominal e da classe verbal a que uma mesma raiz pode pertencer não sejam novidade na literatura, mostramos que mesmo categorias não verbais – como nomes, adjetivos e advérbios – podem desencadear o pertencimento de uma mesma raiz a diferentes classes. Por exemplo, a raiz  $\sqrt{\text{ENTREG}}$  não só pertence à classe verbal CI (*entreg-ar*) e à classe nominal default para o gênero feminino no contexto do nominalizador *n* (*entreg-a*), como também a uma classe nominal mais marcada, caracterizada pela vogal temática *-e*, em contextos adjetivais (*entregu-e*). Esses dados constituem evidência adicional para o já discutido problema de atribuir às raízes, desprovidas de informação de categoria, o “carregamento” de informação de classe conjugacional. A manobra teórica envolvida para despir as raízes de informações desse tipo leva à proposta fornecida em resposta à próxima pergunta que, por sua vez, leva a previsões não antes contempladas na literatura.

P4: Em que momento da derivação a informação de classe se faz necessária?

R: A lista de instruções (acima mencionada) que provê a uma estrutura que envolve uma raiz e um categorizador a informação de classe conjugacional é acessada após o *spell out*, ou seja, após a estrutura ser encaminhada para as interfaces. Nesse sentido, a Forma Lógica não tem acesso a essa informação, hipótese que perseguimos no presente trabalho e que sugerimos ser testada experimentalmente em trabalhos futuros.

A análise independentemente motivada para o tratamento das vogais temáticas levanta a previsão de que, uma vez que a informação de classe a que uma raiz pertence é atribuída após o *spell out*, no caminho para PF, esse tipo de informação não pode servir de contexto para determinar o(s) significado(s) especial(is) de uma determinada raiz. De fato, a grande maioria dos dados que conseguimos levantar para os propósitos da presente tese parecem corroborar essa hipótese. Em particular, o que os dados levantados sugerem é que, quando a única informação que diferencia os usos de uma mesma (forma fonológica de) raiz é apenas a classe a que pertence (e não outras informações sintática e semanticamente relevantes, como categorizador e gênero, por exemplo), essa raiz na verdade constitui duas raízes independentemente listadas que, apenas coincidentemente,

são homófonas. Obviamente, se pares como *sentar-sentir* que, dadas as hipóteses do presente trabalho, não compartilham a mesma raiz, e pares como *bolso-bolsa* que, dadas as hipóteses do presente trabalho, *podem* compartilhar a mesma raiz, de fato compartilham ou não a mesma raiz é algo a ser investigado experimentalmente em trabalhos futuros.

P5: Qual a relação entre vogal temática e morfologia flexional dos verbos?

R: Como a vogal temática é um morfema que se encontra entre a raiz (ou radical) e os morfemas flexionais da projeção estendida do verbalizador (tempo, modo e aspecto, de um lado, e concordância, de outro), admitimos que a alternância irregular de raízes só pode ser desencadeada por traços da projeção funcional do verbo quando a vogal temática está ausente. Em outras palavras, admitimos a hipótese de localidade linear (e.g. Embick, 2012) na relação entre alvo e gatilho de uma regra morfológica responsável por gerar a alomorfa de raiz.

No capítulo 4, mostramos que a alternância de raiz que acomete as formas do padrão-L (1sgPI e todas as pessoas do presente do subjuntivo) compartilham uma mesma propriedade: a propriedade de serem atemáticas. Certamente, essa propriedade não é teoricamente neutra, pois exige uma descrição da estrutura regular dos verbos do português que considere que as vogais características do presente do subjuntivo (-*e* para CI e -*a* para CII e CIII) são, de fato, morfemas de tempo, e não vogais temáticas, o que buscamos motivar na discussão levantada no capítulo 3. Aceita essa premissa, o capítulo 4 investigou não só as alternâncias em padrão-L, como também outras alternâncias de radical, mostrando que a hipótese de linearidade entre uma raiz e os traços de T(/Agr) não só explica os padrões de irregularidade atestados e não atestados de um modo que teorias baseadas em paradigma não preveem, como também explica formas emergentes na linguagem oral, como alguns participios atemáticos que “copiam” a forma de 1sgPI (como *trago*), outros que “copiam” a forma de presente do subjuntivo (como *saibo*) e, ainda, a não emergência de outros participios que poderiam, potencialmente, “copiar” essas formas, mas que não as copiam (como a forma de participio teoricamente possível, mas não evidenciado, *\*estejo*).

P6: Qual a relação entre vogal temática nominal e gênero?

R: Segundo a abordagem que pretendemos perseguir nesta tese, o gênero, uma propriedade sintaticamente ativa, é um traço intrínseco do núcleo nominalizador, que pode carregar o traço [fem], o traço [masc] ou ser subespecificado para gênero, à semelhança da proposta de Kučerová (no prelo). As instruções para inserção de traços de classe nominal podem ler o traço de gênero, mas o contrário não ocorre. Hipóteses mais específicas sobre a codificação de gênero serão discutidas no capítulo 5.

No capítulo 5, buscamos motivar uma análise que considera que o valor do traço de gênero possa vir em três diferentes especificações “lexicalmente codificadas”:  $n_{[masc]}$ , para raízes que formam substantivos arbitrariamente masculinos,  $n_{[fem]}$ , para raízes que formam substantivos arbitrariamente femininos, e  $n_{[ ]}$ , para as raízes que permitem formar pares de substantivos com gênero interpretável. Nesse último caso, a valoração de gênero se dá via avaliação de contexto por parte do núcleo D, que também pode receber três diferentes valorações:  $n_{[masc]}$  para substantivos que denotam seres do sexo masculino,  $n_{[fem]}$  para substantivos que denotam seres do sexo feminino ou  $n_{[ ]}$  no caso de o sexo do(s) referente(s) ser misto, irrelevante ou desconhecido. A principal evidência fornecida para a não valoração do traço de gênero em D diz respeito a dados de coerção, que certamente exigem uma investigação mais aprofundada.

Para finalizar, caso as ideias desenvolvidas na presente tese estejam na direção correta e sejam corroboradas em trabalhos futuros que investiguem mais profundamente cada uma delas, elas fornecem evidência não só para um modelo-T de arquitetura da gramática, como também para uma arquitetura da gramática que prevê a “explosão” do léxico, pois mostram que informações idiossincráticas de diferentes naturezas, geralmente atribuídas a um único componente pré-sintático em teorias lexicalistas, são acessadas e avaliadas em diferentes etapas da derivação e em diferentes componentes gramaticais. Em resumo, esta tese buscou fornecer a dados velhos um novo olhar.

## REFERÊNCIAS

- ABUSCH, Dorit. Sequence of tense, intensionality, and scope. In: BORER, H. (Ed.) **Proceedings of the 7<sup>th</sup> West Coast Conference on Formal Linguistics**. Stanford: CSLI Publications, p. 1-14, 1988.
- ACQUAVIVA, Paolo. Roots and Lexicality in Distributed Morphology. In: GALANI, A.; REDINGER, D.; YEO, N. (Ed.). **York-Essex Morphology Meeting 5**, p. 1-21, 2009.
- ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. **As classes formais do português e sua constituição: um estudo à luz da teoria da morfologia distribuída**. Tese (Doutorado em linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. As Classes Formais do Português Brasileiro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 45, n.1, p. 5-15, 2010.
- ALEXIADOU, Artemis. Inflection class, gender and DP internal structure. In: MÜLLER, G.; GUNKEL, L.; ZIFONUN, G. (Ed.). **Exploration in Nominal Inflection**. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton: 2004. p. 21-50.
- ALEXIADOU, Artemis; MÜLLER, Gereon. Class features as probes. In: NEVINS, A.; BACHRACH, A. (Ed.), **Inflectional identity**. Oxford: Oxford University, 2008. p. 101-155.
- ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. **A relação entre gênero e morfologia avaliativa nos nominais do português brasileiro: uma abordagem sintática da formação de palavras**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ARMELIN, Paula Roberta Gabbai; SCHER, Ana Paula. A interface entre estrutura e segmentação de nomes agentivos em *-eir*. Apresentação de trabalho no **IV Colóquio Brasileiro de Morfologia**, UFBA, Bahia, 2018.
- ARONOFF, Mark. **Morphology by Itself**. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- ARREGI, Karlos. How the Spanish Verb Works. **30<sup>th</sup> Linguistic Symposium on Romance Languages**, Florida University, Gainesville, 2000.

ARREGI, Karlos; NEVINS, Andrew. Contextual neutralization and the Elsewhere Principle. In: MATUSHANSKY, O.; MARANTZ, A. (Ed.) **Distributed Morphology today: morphemes to Morris Halle**. Cambridge MA: MIT Press, 2014. p. 199-221.

ATKINSON, Emily. Gender features on *n* & the root: An account of gender in French. In: SMITH, Jason; IHSANE, Tabea (Eds.). **Romance linguistics 2012: Selected papers from the 42nd linguistic symposium on romance languages**. Amsterdam: Benjamins. p. 229-244, 2015.

BAKER, Mark. **Incorporation: a theory of grammatical function changing**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BASSANI, Indaiá. **Uma abordagem localista para morfologia e estrutura argumental dos verbos complexos (parassintéticos) do português brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BASSANI, Indaiá; LUNGUINHO, Marcus Vinicius. Revisitando a flexão verbal do português à luz da Morfologia Distribuída: um estudo do presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito do indicativo. **ReVEL**, edição especial 5, p. 199-227, 2011.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BEARD, Robert. **Lexeme-Morpheme Base Morphology: A General Theory of Inflection and Word Formation**. Albany, NY: SUNY Press, 1995.

BERKO, Jean. The child's learning of English morphology. **Word**, v. 14, p. 150-177, 1958.

BERMÚDEZ-OTERO, Ricardo. **Against nominal class features in Spanish**. Handout distribuído no 2nd Workshop on Theoretical Morphology, University of Leipzig, 2006. Disponível em: <[www.bermudez-otero.com/WOTM2.pdf](http://www.bermudez-otero.com/WOTM2.pdf)>. Acesso em: 23/11/2018.

BERMÚDEZ-OTERO, Ricardo. The Spanish lexicon stores stems with theme vowels, not roots with inflectional class features. **Probus**, v. 25, p. 3-103, 2013.

BERNSTEIN, Judith. **Topics in the Syntax of Nominal Structure Across Romance**. Tese (Doutorado em Linguística) – City University of New York, Nova Iorque, 1993.

BISOL, Leda. O acento e o pé métrico binário. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 29, p. 69-80, 1992.

BISOL, Leda. A nasalidade, um velho tema. **Revista DELTA**, São Paulo, v. 14, 1998.

BISOL, Leda; MATZENAUER, Carmen Lúcia Barreto. The inventory and the underlying distribution of theme vowels in the Portuguese noun class. **Alfa**, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 353-365, 2016.

BOBALJIK, Jonathan David. The ins and outs of contextual allomorphy. **University of Maryland Working papers in Linguistics**, v. 10, 2000.

BOBALJIK, Jonathan David. **Universals in comparative morphology**: suppletion, superlatives, and the structure of words. Massachusetts: MIT Press, 2012.

BONET, Eulàlia. Morphology after syntax: Pronominal clitics in Romance. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Linguistics and Philosophy, MIT, 1991.

BONET, Eulàlia. Gender allomorphy and epenthesis in Spanish. In: MARTÍNEZ-GIL, f.; COLINA, S. (Ed.). **Optimality-theoretic studies in Spanish phonology**. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p. 312-338.

CALABRESE, Andrea. Syncretism phenomena in the clitic systems of Italian and Sardinian dialects and the notion of morphological change. **Proceeding of the North East Linguistic Society 25**, v. 2, p. 151-174, University of Massachusetts, Amherst, 1994.

CALABRESE, Andrea. Allomorphy in the Italian Passato Remoto: A Distributed Morphology analysis. **Language and Information Society 18**, Sogang University, Korea, 1-75, 2012.

CALABRESE, Andrea. Locality effects in Italian verbal morphology. In: DI DOMENICO, E.; HAMANN, C.; MATTEINI, S. (Ed.). **Structures, Strategies, and Beyond**: Studies in honor of Adriana Belletti. John Benjamins, 2015a. p. 97-132.

CALABRESE, Andrea. Irregular morphology and athematic verbs in Italo-Romance. **Isogloss**, edição especial, p. 69-102, 2015b.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ozon, 1964. Edição original: 1956.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. Edição original: 1970.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Problemas de Linguística Descritiva**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010. Edição original: 1971.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.:** seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. Edição original: 1966.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985. Edição original: 1972.

CARDOSO, Daisy Barbara Borges. O imperativo gramatical no português do Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 317-240, 2006.

CARVALHO, Joaquim Brandão de. Templatic morphology in the Portuguese verb. In: MEISENBURG, T.; SELIG, M. (Ed.). **Nouveaux départs en phonologie:** les conceptions sub- et suprasegmentales. Tübingen: Narr, 2004. p. 13–32.

CAVALCANTE, Rerisson. Interação entre imperativo e negação. **Revista de Estudos da Língua(gem)**, v. 8, n. 2, p. 9-36, 2010.

CHAGAS de SOUZA, Paulo. Athematic Participles in Brazilian Portuguese: A Syncretism in the Making. **Acta Linguistica Hungarica**, v. 54, p. 119-128, 2007.

CHAGAS de SOUZA, Paulo. Particípios atemáticos no PB: um processo paradigmático. **ReVEL**, edição especial n. 5, 2011.

CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (Ed.). **Readings in English transformational grammar**. Waltham: Ginn and Company, 1970. p. 184-221.

CHOMSKY, Noam. **The minimalist program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, Noam. Minimalist inquiries: The framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIGEREKA, J. (Ed.). **Step by Step**: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 89-155.

CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). **Ken Hale: A Life in Language**. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 1-52.

COELHO, Heloísa Macedo. **Correspondências entre sufixos em palavras complexas**: um levantamento em quatro línguas românicas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

COPLEY, Bridget. **The semantics of the future**. Tese (Doutorado em Linguística) – MIT, Cambridge, 2003.

CREEMERS, Ava; DAVIES, Amy Goodwin; WILDER, Robert J. **Auditory morphological priming of semantically transparent and opaque Dutch prefixed verbs**. Trabalho apresentado no evento 11<sup>th</sup> International Conference on the Mental Lexicon, Edmonton, 2018. [não publicado]

CUENCA, Eduard Artés. **The influence of phonology on inflection**: the interplay between syllabification and lexical insertion in Pallarese Catalan. Tese (Doutorado em Ciência Cognitiva e Linguagem) – Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2016.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, Mayara Duarte. **Uma proposta de metanálise bimorfêmica através da formação de diminutivos**. Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

EMBICK, David. **Voice and the Interfaces of Syntax. Doctoral dissertation**. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Filadélfia, 1997.

EMBICK, David. Locality, listedness, and morphological identity. **Studia Linguistica**, v. 57, n. 3, p. 143-169, 2003.

EMBICK, David. **Localism versus Globalism in Morphology and Phonology**. Cambridge: MIT Press, 2010a.



EMBICK, David. **Stem alternations and stem distributions**. Manuscrito. Universidade da Pensilvânia, 2010b.

EMBICK, David. Contextual conditions on stem alternations: Illustrations from the Spanish conjugation. In: FRANCO, I.; LUSINI, S.; SAAB, A. (Ed.). **Romance Languages and Linguistic Theory 2010**. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia, 2012. p. 21-40.

EMBICK, David. Morphemes and morphophonological loci. In: MARANTZ, A.; MATUSHANSKY, O. (Ed.). **Distributed Morphology Today: Morphemes for Morris Halle**. MIT Press: Cambridge, MA, 2013. p. 151-166.

EMBICK, David. **The morpheme: a theoretical introduction**. Boston e Berlim: Mouton de Gruyter, 2015.

EMBICK, David. On the distribution of stem alternants: Separation and its limits. In: BERMÚDEZ-OTERO, R.; LUÍS, A. (Ed.). **The morpheme debate: Diagnosing and analyzing morphomic patterns**. Oxford: Oxford University Press, 2016a. p. 276-305.

EMBICK, David. **Approaching polymorphy**. Handout distribuído na Sociedad Argentina de Análisis Filosófico (SADAF), Buenos Aires, 2016b.

EMBICK, David; HALLE, Morris. On the status of stems in morphological theory. In: GEERTS, T.; JACOBS, H. (Ed.). **Proceedings of Going Romance 2003**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 59–88, 2005.

EMBICK, David; MARANTZ, Alec. Architecture and Blocking. **Linguistic Inquiry**, Massachusetts, v. 39, n. 1, p. 1–53, 2008

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Movement operations after syntax. **Linguistic Inquiry**, Massachusetts, v. 32, n. 4, 2001.

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In: RAMCHAND, G.; REISS, C. **Oxford handbook of Linguistics Interfaces**. New York: Oxford University Press, 2007. p. 298-324.

EMBICK, David; SHWAYDER, Kobey. Deriving morphophonological (mis)applications. In: PETROSINO, R., CERRONE, P.; van der HULST, H. (Ed.). **From Sounds to Structures: Beyond the veil of Maya**. De Gruyter Mouton, no prelo. 2017.

FREITAS, Maria Luísa de Andrade. **Estudo experimental sobre os nominalizadores -ção e -mento**: localidade, ciclicidade e produtividade. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, Campinas, 2015.

GALVÃO, Maria João Chaves. **Root Vowel Alternation in Iberian Portuguese: A feature geometry approach**. Dissertação (Mestrado em Filosofia), University of Washington, 1993.

GRIBANOVA, Vera; SHIH, Stephanie S. (Ed). **The morphosyntax-phonology connection**: locality and directionality at the interface. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GUIMARÃES, Maximiliano; NEVINS, Andrew. Probing the representation of nasal vowels in Brazilian Portuguese with language games. **Organon**, v. 28, p. 155–178, 2013.

HALLE, Morris. Distributed Morphology: Impoverishment and Fission. In BRUENING, B.; KANG, Y.; MCGINNIS, Martha (eds.). **MIT Working Papers in Linguistics 30: Papers at the Interface**, Cambridge, MA, MIT Press, 1997, p. 425-449.

HALLE, Morris; IDSARDI, William. General properties of stress and metrical structure. In: GOLDSMITH, J. A. (Ed.). **The handbook of phonological theory**. Oxford: Blackwell, 1995. p.403-443.

HALLE, Morris.; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K. & KEYSER, S. J. (Ed.). **The View from Building 20**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1993. p. 111-176.

HALLE, Morris.; MARANTZ, Alec. Some Key Features of Distributed Morphology. In: CARNIE, A.; HARLEY, H.; BURES, T. (Ed.). **Papers on Phonology and Morphology**. MIT Working Papers in Linguistics 21, MITWPL, Cambridge, MA, 1994. p. 275–288.

HAN, Chung-hye. **The structure and interpretation of imperatives**: mood and force in Universal Grammar. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade da Pensilvânia, Filadélfia, 1998.

HARLEY, Heidi. The morphology of nominalizations and the syntax of *v*P. In: GIANAKIDOU, A.; RATHERT, M. (Ed.). **Quantification, definiteness, and nominalization**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

HARLEY, Heidi. On the identity of roots. **Theoretical linguistics**, v. 40, n. 3/4, p. 225-276, 2014.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Formal versus encyclopedic properties of Vocabulary: evidence from nominalizations. In: PETERS, B. (Ed.). **The lexicon-encyclopedia interface**. Amsterdam: Elsevier Press, 2000.

HARRIS, James W. Evidence from Portuguese for the “Elsewhere Condition” in phonology. **Linguistic Inquiry**, v. 5, n. 1, p. 61-80, 1974.

HARRIS, James W. Spanish word markers. In: NUESSEL Jr., F. (Ed.). **Current Issues in Hispanic Phonology and Morphology**. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1985. p. 34-54.

HARRIS, James W. The exponence of gender in Spanish, **Linguistic Inquiry**, v. 22, n. 1, p. 27-62, 1991.

HARRIS, James W. The syntax-phonology mapping in Catalan and Spanish clitics. **MIT Working papers in linguistics**, Massachusetts, v. 21, p. 321-353, 1994.

HARRIS, James W. The syntax and morphology of class marker suppression in Spanish. In: ZAGONA, K. (Ed.). **Grammatical Theory and Romance Languages**. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 99-122.

HARRIS, James W. Nasal depalatalization *no*, morphological well-formedness *sí*; the structure of Spanish word classes. In: **MITWPL 33: Papers on Syntax and Morphology**. Cambridge, MA: MIT Press, p. 47-82, 1999.

HERMANS, B; WETZELS, Willem Léo. Productive and unproductive stress patterns in Brazilian Portuguese. **Revista Letras & Letras**, Uberlândia, v.28, n.1, p.77-114, 2012.

INGASON, Anton Karl. **Realizing morphemes in the Icelandic noun phrase**. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, 2016.

KAYNE, Richard. Romance Clitics, Verb Movement and PRO. **Linguistic Inquiry**, v. 22, p. 647-686, 1991.

KEHDI, Valter. **Morfemas do português**. 3a ed. São Paulo: Ática, 1990.

KIPARSKY, Paul. Elsewhere in phonology. In: ANDERSON, S. R.; KIPARSKY, P. (Ed.). **Festschrift for Morris Halle**. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1973.

KRAMER, Ruth. **The morphosyntax of gender**. Oxford: Oxford University, 2015.

KUČEROVÁ, Ivona.  $\phi$ -features at the syntax-semantics interface: evidence from nominal inflection. **Linguistic Inquiry**, no prelo.

LEE, Seung-Hwa. **Morfologia e fonologia lexical do português do Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, Campinas, 1995.

LEE, Seung-Hwa. Síncope, Breve Brevians e o acento no português brasileiro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 163-176, 2003.

LEGATE, Julie Anne. **Phases in “Beyond Explanatory Adequacy”**. (manuscrito), 2002.

LOBATO, Lúcia. Sobre a forma do particípio do português e o estatuto dos traços formais. **Revista DELTA**, v.15, n.1, p. 113-140, 1999.

LOBO, Maria. Variação morfo-sintáctica em dialectos do português europeu: o gerúndio flexionado. **Diacrítica**, Série Ciências da Linguagem, v. 22, n. 1, p. 25-55, 2008.

LOPEZ, Barbara Strodt. **The sound pattern of Brazilian Portuguese**. Tese (Doutorado em Linguística), UCLA, Los Angeles, 1979.

LOWENSTAMM, Jean. On little n,  $\sqrt{\quad}$ , and types of nouns. In: HARTMAN, J. M.; HERGEDÜS, V.; van RIEMSDIJK, H. (Ed.). **Sounds of silence: Empty elements in syntax and phonology**, Amsterdam: Elsevier, 2008. p. 105-144.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 9. ed. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Globo, 1989.

LUNGUINHO, Marcus Vinicius da Silva. **Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não-finitos**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LYONS, John. **Semantics**. Volume II. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MADRUGA, Magnun Rochel. A alomorfa dos nomes agentivos terminados em *-dor/-or* em português. **Caderno de Estudos Linguísticos** (UNICAMP), v. 56, p. 65-85, 2014.

MAGALHÃES, José Sueli. **O plano multidimensional do acento na teoria da otimidade**. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MAIDEN, Martin. Morphological Autonomy and Diachrony. In: BOOIJ, G.; van MARLE, J. (Ed.). **Yearbook of Morphology**. Dordrecht: Kluwer, 2005. p. 137–175.

MAIDEN, Martin. From pure phonology to pure morphology. The reshaping of the Romance verb. **Recherches linguistiques de Vincennes**, v. 38, p. 45-82, 2009.

MAIDEN, Martin; O'NEILL, Paul. On Morphomic Defectiveness: Evidence from the Romance Languages of the Iberian Peninsula. In: BAERMAN, M.; CORBETT, G.; BROWN, D. (Ed.). **Defective Paradigms: Missing Forms and what they Tell us**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 103-124.

MARANTZ, Alec. **A late note on Late Insertion**. Manuscrito, MIT, Cambridge, Mass, 1994.

MARANTZ, Alec. **“Cat” as a phrasal idiom: consequences of Late Insertion in Distributed Morphology**. Manuscrito, MIT, Cambridge, Mass, 1995.

MARANTZ, Alec. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. **Working Papers on Linguistics**, University of Pennsylvania, Philadelphia, v. 4, n. 2, 1997.

MATEUS, Mira Helena. O comportamento das vogais nas variedades do português. **Linguística**, Montevideo, v. 30, n. 2, p. 19-43, 2014

MATEUS, Mira Helena; D'ANDRADE, Ernesto. **The Phonology of Portuguese**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. **Traços morfossintáticos e subespecificação morfológica na gramática do português: um estudo das formas participais**. Tese

(Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MERCHANT, Jason. How much context is enough? Two cases of span conditioned stem allomorphy. **Linguistic Inquiry**, v. 45, p. 273-304, 2015.

MOSKAL, Beata; SMITH, Peter. Towards a theory without adjacency: hyper-contextual VI-rules. **Morphology**, v. 26, p. 295-312, 2016.

MÜLLER, Gereon. On decomposing inflectional class features: syncretism in Russian noun inflection. In: MÜLLER, G.; GUNKEL, L.; & ZIFONUN, G. (Ed.). **Explorations in nominal inflection**. Mouton de Gruyter: Berlin, 2004. p. 189-227.

NEVINS, Andrew. Productivity and Portuguese morphology: how experiments enable hypothesis testing. **Going Romance Proceedings**, 2014.

NEVINS, Andrew. **Discourse vs. lexical gender in conjunct resolution**. Trabalho apresentado no evento ALFALITO, Universidade Federal da Bahia, João Pessoa, 2018.

NEVINS, Andrew; DAMULAKIS, Gean; FREITAS, Maria Luisa. Phonological regularities among defective verbs. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 56, n. 1, 2014.

NEVINS, Andrew; MASCARENHAS, Salvador; KILIMANGALAM, Ashtamurty. **Exceptions as reanalysis in Portuguese vowel height alternations**. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Porto, 2005.

NEVINS, Andrew, RODRIGUES, Cilene. Athematic participle choice is predicted by argument structure. **Revista da ABRALIN**, v. 13, n. 2, 2014.

NEVINS, Andrew; RODRIGUES, Cilene; TANG, Kevin. The Rise and Fall of the L-Shaped Morpheme: Diachronic and Experimental Studies. **Probus**, v. 27, n. 1, p. 101-155, 2015.

NIE, Yining. Tense and modality in French verbal morphology. **Proceedings of the 2015 annual conference of the Canadian Linguistic Association**, Ottawa, 2015

NÓBREGA, Vítor Augusto. **Tópicos em composição: estrutura, formação e acento.** Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NOYER, Rolf. **Features, Positions and Affixes in Autonomous Morphological Structure.** Tese (Doutorado em Filosofia) – MIT, Cambridge, 1992

NOYER, Rolf. Impoverishment theory and morphosyntactic markedness. In: LAPOINTE, S. G.; BRENTARI, D. K.; FARRELL, P. M. (Ed.). **Morphology and its relation to phonology and syntax.** Stanford: CSLI Publications, 1998. p. 264-285.

OLTRA-MASSUET, Isabel. **On the notion of theme vowel: a new approach to Catalan verbal morphology.** Dissertação (Mestrado em Linguística) — Massachusetts Institute of Technology, MIT, Cambridge, 1999a.

OLTRA-MASSUET, Isabel. On the Constituent Structure of Catalan Verbs. In: Arregi, K.; Bruening, B.; Krause, C.; Lin, V. (Ed.). **Papers in Morphology and Syntax**, Cycle One, v. 33 MIT Working papers in Linguistics, MITWPL, Cambridge, MA, p. 279–322, 1999b.

OLTRA-MASSUET, Isabel; ARREGI, Karlos. Stress-by-Structure in Spanish. **Linguistic Inquiry**, v. 36, n. 1, p. 43-84, 2005.

PANAGIOTIDIS, Phoevos. **(Gramatical) gender troubles and the gender of pronouns** (no prelo).

PEZATTI, Erotilde Goreti. A gramática da derivação sufixal: três casos exemplares. **Alfa**, São Paulo, v. 33, p. 103-114, 1989.

POMINO, Natascha. **Spanische Verbalflexion.** Tübingen: Niemeyer, 2008.

PONTES, Eunice. **Estrutura do verbo no português coloquial.** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1965.

QUICOLI, Antonio Carlos. Harmony, lowering and nasalization in Brazilian Portuguese. **Lingua**, v. 80, p. 295-331, 1990.

REDENBARGER, Wayne Jacob. **Articulatory features and Portuguese vowel height.** Department of Romance Languages, Harvard University, Cambridge, MA, 1981.

RESENDE, Maurício. **Por uma tipologia dos infinitivos em português**. Trabalho apresentado no evento Teses em Andamento, n. 24. Unicamp, Campinas, 2018. [não publicado]

RESENDE, Maurício; ARAÚJO-ADRIANO, Paulo Ângelo de. Os verbos *ir*, *poder* e *dever* e seus infinitivos: sintaxe interna e externa. **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte. [no prelo]

RITTER, Elizabeth. Where's Gender? **Linguistic Inquiry**, v. 24, n. 4, p. 795-803, 1993.

RIVERO, María-Luisa. Negation, imperatives and Wackernagel effects. **Rivista di Linguistica**, Ospedaletto, v. 6, n. 1, p. 39-66, 1994.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

RODERO-TAKAHIRA, Aline Garcia. O processo de aquisição de verbos irregulares no português brasileiro. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 42, p. 430-441, 2013.

SANTANA, Beatriz Pires. Os futuros do indicativo: por uma análise sintática para a flexão verbal do português brasileiro. **Caderno de Squibs**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 43-55, 2016a.

SANTANA, Beatriz Pires. A Morfologia Distribuída e a natureza do segmento /r/ na flexão verbal do português brasileiro. **Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 54, p. 28-44, 2016b.

SCHER, Ana Paula; LUNGUINHO, Marcus Vinícius; RODERO-TAKAHIRA, Aline Garcia. Innovative participles in Brazilian Portuguese. *Revista Linguística*, v. 9, n. 1, p. 92-111, 2013.

SCHER, Ana Paula; LUNGUINHO, Marcus Vinícius; RODERO-TAKAHIRA, Aline Garcia. Voice (a)symmetries and innovative participles in Brazilian Portuguese. **Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)**, Campinas, v. 56, n. 1, p. 45-64, 2014.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Paradigmatic correspondences in the Brazilian Portuguese verbal vowel system. **Acta linguistica hungarica**, v. 54, n. 4, p. 393-407, 2007.



SCHWINDT, Luiz Carlos. Zeros na morfologia nominal portuguesa à luz da Optimal Interleaving Theory. **ReVEL**, edição especial n. 5, 2011.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro. **Revista DELTA**, v. 34, n. 2, p. 745-768, São Paulo, 2018.

SCHWINDT, Luiz Carlos; QUADROS, Emanuel. A harmonia vocálica verbal no léxico dicionarizado do PB. **Letrônica**, v. 2, n. 2, p. 58-70, 2009.

SHWAYDER, K. **Words and Subwords: Phonology in a Piece-based Syntactic Morphology**. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, 2015.

SIDDIQI, Daniel. **Syntax within the word: Economy, allomorphy, and argument selection in Distributed Morphology**. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

SILVA, Gislene da. **Processos morfofonológicos desencadeados pelos sufixos -s/ção e -mento na formação de substantivos deverbais no Português de Araraquara/SP e Araxá/MG**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

SILVA, Thaís Cristóforo. **Dicionário de fonética e fonologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

TAKAHIRA, Aline Garcia Rodero. O processo de aquisição de verbos irregulares no português brasileiro. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 430-441, 2013.

TEIXEIRA, Gabriel Sanches. **As formas verbais regulares e simples do português brasileiro: uma proposta à luz da Morfologia Distribuída**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

VADELLA, Katherine Lynn. **The morphosyntax of gender and word class in Spanish: evidence from -(c)ito/a diminutives**. Tese (Doutorado em Filosofia do espanhol e português) – Georgetown University, Washington, DC, 2017.

VIVAS, Vítor de Moura. Relendo as categorias verbais. **Cadernos do CNLF**, v. XIII, n. 4, p. 2413-2429, 2009.

WETZELS, Willem Léo. Mid-Vowel Neutralization in Brazilian Portuguese Verb. **Phonology**, v. 12, p. 281-304, 1995.

WETZELS, Willem Léo. Primary Word Stress in Brazilian Portuguese and the Weight Parameter. **Journal of Portuguese Linguistics**, Ubiquity Press, v. 5/6, p. 9-58, 2007.

ZWICKY, Arnold. How to describe inflection. **Berkeley Linguistics Society**, v. 11, 1985.

## APÊNDICE I – Pares de verbos com raízes homônimas

Neste apêndice, listamos todos os pares de verbos encontrados cujos membros compartilham a mesma forma fonológica da raiz. Para todos os casos, o significado de um verbo é radicalmente diferente do significado do outro.

- |     |               |     |                            |
|-----|---------------|-----|----------------------------|
| 1.  | (a) do-ar     | vs. | (b) do-er                  |
| 2.  | (a) vend-ar   | vs. | (b) vend-er                |
| 3.  | (a) pod-ar    | vs. | (b) pod-er                 |
| 4.  | (a) gem-ar    | vs. | (b) gem-er                 |
| 5.  | (a) sed-ar    | vs. | (b) ced-er <sup>103</sup>  |
| 6.  | (a) prend-ar  | vs. | (b) prend-er               |
| 7.  | (a) ger-ar    | vs. | (b) ger-ir                 |
| 8.  | (a) par-ar    | vs. | (b) par-ir                 |
| 9.  | (a) sent-ar   | vs. | (b) sent-ir                |
| 10. | (a) barr-ar   | vs. | (b) barr-ir                |
| 11. | (a) cobr-ar   | vs. | (b) cobr-ir                |
| 12. | (a) ceg-ar    | vs. | (b) segu-ir                |
| 13. | (a) fal-ar    | vs. | (b) fal-ir                 |
| 14. | (a) surt-ar   | vs. | (b) surt-ir                |
| 15. | (a) fund-ar   | vs. | (b) fund-ir                |
| 16. | (a) v-er      | vs. | (b) v-ir                   |
| 17. | (a) consum-ar | vs. | (b) consum-ir              |
| 18. | (a) rend-ar   | vs. | (b) rend-er                |
| 19. | (a) cont-ar   | vs. | (b) cont-er <sup>104</sup> |

---

<sup>103</sup> Segundo a gramática tradicional (e.g. Bechara, 2015, p. 419), quando duas unidades homônimas têm ortografia diferente, chama-se *homofonia*. Essa distinção, obviamente, é irrelevante para os presentes propósitos, uma vez que, fonologicamente, as raízes de *sedar* e *ceder* são iguais.

<sup>104</sup> Note-se que o par *contar-conter* não apresentam raízes homófonas, pois a raiz de *conter* é apenas *t(e)-*, sendo *con-* um prefixo. Incluímos esse par apenas para fins de completude.

## APÊNDICE II – Pares de substantivos que (potencialmente) compartilham a mesma raiz

Neste Apêndice, listamos todos os pares de substantivos encontrados cujos membros compartilham a mesma forma fonológica da raiz e apresentam uma proximidade semântica. Conforme discutido no capítulo 2, se esses substantivos de fato compartilham a mesma raiz morfológica é algo que deve ser investigado por meio de pesquisa experimental. Esse levantamento foi feito com o auxílio de Maurício Resende.

1.	(a) arc-o	vs.	(b) arc-a
2.	(a) balanç-o	vs.	(b) balança
3.	(a) banc-o	vs.	(b) banca
4.	(a) band-o	vs.	(b) banda
5.	(a) barrac-o	vs.	(b) barraca
6.	(a) bic-o	vs.	(b) bica
7.	(a) bols-o	vs.	(b) bolsa
8.	(a) braç-o	vs.	(b) braça
9.	(a) calçad-o	vs.	(b) calçada
10.	(a) canec-o	vs.	(b) caneca
11.	(a) cerc-o	vs.	(b) cerca
12.	(a) cest-o	vs.	(b) cesta
13.	(a) chinel-o	vs.	(b) chinela
14.	(a) cint-o	vs.	(b) cinta
15.	(a) comand-o	vs.	(b) comanda
16.	(a) cômod-o	vs.	(b) cômoda
17.	(a) crític-o	vs.	(b) crítica
18.	(a) cust-o	vs.	(b) custa
19.	(a) encost-o	vs.	(b) encosta
20.	(a) espinh-o	vs.	(b) espinha
21.	(a) espor-o	vs.	(b) espora
22.	(a) fabric-o	vs.	(b) fábrica
23.	(a) foss-o	vs.	(b) fossa
24.	(a) frut-o	vs.	(b) fruta

25.	(a) gramátic-o	vs.	(b) gramática
26.	(a) hort-o	vs.	(b) horta
27.	(a) jarr-o	vs.	(b) jarra
28.	(a) lagart-o	vs.	(b) lagarta
29.	(a) laud-o	vs.	(b) lauda
30.	(a) lenh-o	vs.	(b) lenha
31.	(a) linh-o	vs.	(b) linha
32.	(a) madeir-o	vs.	(b) madeira
33.	(a) mant-o	vs.	(b) manta
34.	(a) marc-o	vs.	(b) marca
35.	(a) mat-o	vs.	(b) mata
36.	(a) músic-o	vs.	(b) música
37.	(a) ov-o	vs.	(b) ova
38.	(a) palm-o	vs.	(b) palma
39.	(a) pinh-o	vs.	(b) pinha
40.	(a) poç-o	vs.	(b) poça
41.	(a) pont-o	vs.	(b) ponta
42.	(a) port-o	vs.	(b) porta
43.	(a) quadr-o	vs.	(b) quadra
44.	(a) risc-o	vs.	(b) risca
45.	(a) rol-o	vs.	(b) rola
46.	(a) sac-o	vs.	(b) saca
47.	(a) sapat-o	vs.	(b) sapata
48.	(a) testemunh-o	vs.	(b) testemunha
49.	(a) trilh-o	vs.	(b) trilha
50.	(a) troc-o	vs.	(b) troca
51.	(a) val-o	vs.	(b) vala
52.	(a) vei-o	vs.	(b) veia
53.	(a) vent-o	vs.	(b) venta
54.	(a) cald-o	vs.	(b) cald-a
55.	(a) ram-o	vs.	(b) ram-a
56.	(a) barc-o	vs.	(b) barc-a
57.	(a) cabaç-o	vs.	(b) cabaç-a

58. (a) can-o vs. (b) can-a  
59. (a) castanh-o vs. (b) castanh-a  
60. (a) tamp-o vs. (b) tamp-a

**APÊNDICE III – Formas flexionadas dos verbos irregulares**

<b>DIZER</b>	<b>TRAZER</b>	<b>FAZER</b>	<b>PODER</b>	<b>CABER</b>	<b>ESTAR</b>	<b>QUERER</b>
<b>PRESENTE DO INDICATIVO</b>						
digo diz dizemos dizem	trago traz trazemos trazem	faço faz fazemos fazem	posso pode podemos podem	caibo cabe cabemos cabem	estou está estamos estão	quero quer queremos querem
<b>PRETÉRITO PERFEITO</b>						
disse disse dissemos disseram	trouxe trouxe trouxemos trouxeram	fiz fez fizemos fizeram	pude pôde pudemos puderam	coube coube coubemos couberam	estive esteve estivemos estiveram	quis quis quisemos quiseram
<b>PRETÉRITO IMPERFEITO</b>						
dizia dizia dizíamos diziam	trazia trazia trazíamos traziam	fazia fazia fazíamos faziam	podia podia podíamos podiam	cabia cabia cabíamos cabiam	estava estava estávamos estavam	queria queria queríamos queriam
<b>PRESENTE DO SUBJUNTIVO</b>						
diga diga digamos digam	traga traga tragamos tragam	faça faça façamos façam	possa possa possamos possam	caiba caiba caibamos caibam	esteja esteja estejamos estejam	queira queira queiramos queiram
<b>PRETÉRITO DO SUBJUNTIVO</b>						
dissesse dissesse disséssemos dissessem	troucesse troucesse trouxéssemos troucessem	fizesse fizesse fizéssemos fizessem	pudesse pudesse pudéssemos pudessem	coubesse coubesse coubéssemos coubessem	estivesse estivesse estivéssemos estivessem	quisesse quisesse quiséssemos quisessem
<b>FUTURO DO SUBJUNTIVO</b>						
disser disser dissermos disserem	trouzer trouzer trouxermos trouxerem	fizer fizer fizermos fizerem	puder puder pudermos puderem	couber couber coubermos coubere	estiver estiver estivermos estiverem	quiser quiser quisermos quiserem
<b>OUVIR</b>	<b>PERDER</b>	<b>MEDIR</b>	<b>VALER</b>	<b>PEDIR</b>	<b>SABER</b>	<b>DAR</b>
<b>PRESENTE DO INDICATIVO</b>						
ouço ouve ouvimos ouvem	perco perde perdemos perdem	meço mede medimos medem	valho vale valem	peço pede pedimos pedem	sei sabe sabemos sabem	dou dá damos dão
<b>PRETÉRITO PERFEITO</b>						
ouvi ouviu ouvimos ouviram	perdi perdeu perdemos perderam	medi mediu medimos mediram	vali valeu valem	pedi pediu pedimos pediram	soube soube soubemos souberam	dei deu demos deram
<b>PRETÉRITO IMPERFEITO</b>						

ouvia ouvia ouvíamos ouviam	perdia perdia perdíamos perdiam	media media mediamos mediam	valia valia valíamos valiam	pedia pedia pedíamos pediam	sabia sabia sabíamos sabiam	dava dava dávamos davam
<b>PRESENTE DO SUBJUNTIVO</b>						
ouça ouça ouçamos ouçam	perca perca percamos percam	meça meça meçamos meçam	valha valha valhamos valham	peça peça peçamos peçam	saiba saiba saibamos saibam	de de demos deem
<b>PRETÉRITO DO SUBJUNTIVO</b>						
ouvisse ouvisse ouvíssemos ouvissem	perdesse perdesse perdêssemos perdessem	medisse medisse medíssemos medissem	valesse valesse valêssemos valessem	pedisse pedisse pedíssemos pedissem	soubesse soubesse soubêssemos soubessem	desse desse dêssemos dessem
<b>FUTURO DO SUBJUNTIVO</b>						
ouvir ouvir ouvirmos ouvirem	perder perder perdermos perderem	medir medir medirmos medirem	valer valer valermos valerem	pedir pedir pedirmos pedirem	souber souber soubermos souberem	der der dermos derem
<b>TER</b>	<b>POR</b>	<b>VIR</b>	<b>HAVER</b>	<b>IR</b>	<b>SER</b>	<b>VER</b>
<b>PRESENTE DO INDICATIVO</b>						
tenho tem temos tem	ponho põe pomos põem	venho vem vimos vem	hei há havemos hão	vou vai vamos vão	sou é somos são	vejo vê vemos veem
<b>PRETÉRITO PERFEITO</b>						
tive teve tivemos tiveram	pus pôs pusemos puseram	vim veio viemos vieram	houve houve houvemos houveram	fui foi fomos foram	fui foi fomos foram	vi viu vimos viram
<b>PRETÉRITO IMPERFEITO</b>						
tinha tinha tínhamos tinham	punha punha púnhamos punham	vinha vinha tínhamos vinham	havia havia havíamos haviam	ia ia íamos iam	era era éramos eram	via via víamos viam
<b>PRESENTE DO SUBJUNTIVO</b>						
tenha tenha tenhamos tenham	ponha ponha ponhamos ponham	venha venha venhamos venham	haja haja hajamos hajam	vá vá vamos vão	seja seja sejamos sejam	veja veja vejamos vejam
<b>PRETÉRITO DO SUBJUNTIVO</b>						
tivesse tivesse tivéssemos tivessem	pusesse pusesse puséssemos pusessem	viesse viesse viéssemos viessem	houvesse houvesse houvéssemos houvessem	fosse fosse fossemos fossem	fosse fosse fossemos fossem	desse desse dêssemos dessem
<b>FUTURO DO SUBJUNTIVO</b>						



tiver	puser	vier	houver	for	for	der
tiver	puser	vier	houver	for	for	der
tivermos	pusermos	viermos	houvermos	formos	formos	dermos
tiverem	puserem	vierem	houverem	forem	forem	derem